

**Lisboa, cidade de bairros e tradição?  
Representações, intermediários e formas de mediação  
nas Marchas Populares e nos Tronos de Santo António**

**Ana Inês Gonçalves Banha**

**Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos**

**Novembro de 2017**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Urbanos, realizada sob a orientação científica de

Pedro Miguel Alves Felício Seco da Costa

## **AGRADECIMENTOS**

Ao prof. Pedro Costa, por, no momento certo, ter feito as perguntas certas para as respostas que eu própria procurava e sem as quais esta dissertação não seria possível;

A todos os professores do Mestrado em Estudos Urbanos, por terem mostrado a cidade e o urbano em toda a sua complexidade e beleza;

Aos meus colegas de mestrado, pelas conversas dentro e fora da sala de aula sobre mundos tão distantes e, ao mesmo tempo, tão próximos;

Aos meus amigos, por nunca terem duvidado da importância de terminar esta dissertação nem desistido de querer saber quando estaria pronta;

Aos meus pais, por terem tornado simples o período de escrita desta dissertação,

Muito obrigada.

LISBOA, CIDADE DE BAIRROS E TRADIÇÃO?  
REPRESENTAÇÕES, INTERMEDIÁRIOS E FORMAS DE MEDIAÇÃO  
NAS MARCHAS POPULARES E NOS TRONOS DE SANTO ANTÓNIO

LISBON, CITY OF NEIGHBOURHOODS AND TRADITION?  
REPRESENTATIONS, INTERMEDIARIES AND FORMS OF MEDIATION  
IN THE POPULAR MARCHES AND IN THE SAINT ANTHONY’S THRONES

**ANA INÊS GONÇALVES BANHA**

**RESUMO**

Uma das representações contemporâneas de Lisboa é, entre outras possíveis, a de que se trata de uma cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade. Nesta dissertação, argumentamos, a partir da análise do concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016) e da exposição coletiva dos Tronos de Santo António (2015-2016), que a sua (re)produção resulta de um relacionamento complexo, mais ou menos delimitado geograficamente, entre intermediários e formas de mediação. Tal traduz-se, em termos práticos, na existência de duas teias de relacionamentos – uma de intermediários e outra de formas de mediação – que se interligam entre si e que coexistem com uma estrutura vertical, não necessariamente rígida, encabeçada pela Câmara Municipal de Lisboa e/ou a empresa municipal para a área da cultura (EGEAC). O carácter negocial e, ao limite, individual inerente aos quatro conceitos-chave implícitos naquela representação – “tradição popular”, “autenticidade”, “centro histórico” e “bairro (popular/histórico/típico)” – constitui, paralelamente, um fator adicional de complexidade. Esta perspetiva baseia-se na premissa de que o espaço urbano (também) se produz simbolicamente, pensada a par do binómio representações-identidade(s).

**PALAVRAS-CHAVE:** Lisboa; representação; intermediação; mediação; Marchas Populares; Tronos de Santo António; tradição; popular; centro histórico; bairro

## **ABSTRACT**

Lisbon, city of neighbourhoods linked to popular tradition and authenticity is a contemporary representation, among others, of the Portuguese capital. The thesis of this dissertation is, based on the analysis of the Popular Marches of Lisbon contest (2012-2016) and the Saint Anthony's Thrones collective exhibition, that its (re)production is a result of a complex relationship, more or less delimited geographically, among intermediaries and forms of mediation. This translates, in practical terms, into the existence of two interconnected webs of relationships – one shaped by intermediaries and another by forms of mediation – that coexist with a vertical structure, not necessarily rigid, by the Lisbon City Council and/or the municipal company for culture (EGEAC). At the same time, the negotiating and, to a certain extent, individual character of the four key concepts implicit in that representation – “popular tradition”, “authenticity”, “historic centre” and “(popular/historical/typical) neighbourhood” – is an additional factor of complexity. This perspective is based on the premise that urban space is symbolically produced, understood alongside the binomial representations-identity/identities.

**KEYWORDS:** Lisbon; representation; intermediation; mediation; Popular Marches; Saint Anthony's Thrones; tradition; popular; historic centre; neighbourhood

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: ESTRUTURA CONCEPTUAL .....	4
1.1. Definição da problemática .....	4
1.1.1. Produção simbólica do espaço urbano .....	5
1.1.2. Representação e identidade .....	12
1.2. Definição do objeto .....	17
1.2.1. Lisboa: que limites? .....	18
1.2.2. Cidade de bairros e tradições, uma representação .....	20
1.3. Conceitos-chave .....	22
1.3.1. Tradição popular .....	22
1.3.2. Autenticidade .....	28
1.3.3. Centro histórico.....	32
1.3.4. Bairro (popular/histórico/típico).....	38
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA .....	43
2.1. Pergunta de partida .....	43
2.2. Conceitos operacionais.....	44
2.2.1. Intermediação e formas de mediação: definição.....	44
2.2.2. Intermediação e formas de mediação: identificação.....	49
2.3. Hipótese .....	51
2.4. Seleção do corpo de análise.....	51
2.5. Modelo de análise .....	55
CAPÍTULO 3: ESTUDOS DE CASO .....	56
3.1. Marchas Populares de Lisboa .....	56
3.1.1. Origem.....	56

3.1.2. Organização atual .....	58
3.1.3. Recolha de dados.....	60
3.1.3.1. Intermediários .....	60
3.1.3.2. Classificações.....	62
3.1.3.3. Reportagens-vídeo da autoria da CML/EGEAC ..	64
3.1.3.4. Publicações oficiais .....	68
3.1.3.5. Meios de comunicação social.....	70
3.1.3.5.1. <i>Diário de Notícias</i> .....	70
3.1.3.5.2. <i>Público</i> .....	76
3.1.3.5.3. <i>Observador</i> .....	78
3.1.3.5.4. <i>Euronews</i> .....	80
3.1.3.6. Redes sociais.....	83
3.1.3.6.1. <i>Facebook</i> .....	83
3.1.3.6.2. <i>Youtube</i> .....	86
3.2. Tronos de Santo António .....	90
3.2.1. Origem .....	90
3.2.2. Organização atual .....	92
3.2.3. Recolha de dados.....	93
3.2.3.1. Intermediários .....	93
3.2.3.2. Localização .....	96
3.2.3.3. Reportagens-vídeo da autoria da CML/EGEAC ..	98
3.2.3.4. Publicações oficiais.....	99
3.2.3.5. Meios de comunicação social .....	101
3.2.3.5.1. <i>Diário de Notícias</i> .....	101
3.1.3.5.2. <i>Público</i> .....	103
3.1.3.5.3. <i>Observador</i> .....	104

3.2.3.6. Redes sociais.....	106
3.2.3.6.1. <i>Facebook</i> .....	106
3.2.3.6.2. <i>Youtube</i> .....	108
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	109
4.1. Síntese comparativa.....	109
4.2. Uma análise à luz dos conceitos operativos .....	111
4.3. Uma análise à luz dos conceitos-chave .....	117
CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	128
FONTES .....	138
Marchas Populares .....	138
Tronos de Santo António.....	151
LISTA DE FIGURAS .....	154
ANEXOS .....	157
Anexo I: Lista de jurados do concurso da Grande Marcha de Lisboa....	158
Anexo II: Lista de jurados do concurso das Marchas Populares .....	159
Anexo III: Classificação do concurso das Marchas Populares .....	160
Anexo IV: Declarações ao <i>Diário de Notícias</i> sobre as Marchas.....	161
Anexo V: Declarações ao <i>Público</i> sobre as Marchas Populares.....	175
Anexo VI: Declarações ao <i>Observador</i> sobre as Marchas Populares .....	176
Anexo VII: Declarações ao <i>Diário de Notícias</i> sobre os Tronos.....	177
Anexo VIII: Declarações ao <i>Público</i> sobre os Tronos .....	178
Anexo IX: Declarações ao <i>Observador</i> sobre os Tronos.....	179



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

CML – Câmara Municipal de Lisboa

EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDML– Plano Diretor Municipal de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Em junho, Lisboa celebra, anualmente, as suas festas. Durante um mês, dezenas de iniciativas culturais acontecem um pouco por todo o concelho, numa programação coordenada pela EGEAC, empresa municipal da capital para a área da cultura, e orçada em mais de um milhão de euros – valor assegurado na totalidade, de acordo com aquela entidade, com recurso a patrocínios (Lusa, 23 de maio de 2017).

Simultaneamente – como assinalou na apresentação da edição de 2017 o à data presidente da CML –, “a maior expressão do carácter popular e bairrista da cidade” e “uma grande mostra do que é a cidade [de Lisboa]: aberta, cosmopolita e tolerante”, as *Festas de Lisboa* (designação oficial) têm o seu ponto alto a 12 de junho – véspera do Dia de Santo António e do feriado municipal –, quando 16 casais dão o nó sob o signo do santo tido como casamenteiro, as marchas populares descem a Avenida da Liberdade e os arraiais duram até o Sol nascer. Em 2017, por exemplo, só a transmissão televisiva do desfile criado em 1932 atraiu 840 mil espectadores, dando à *RTPI* a liderança das audiências nessa noite (Soldado, 13 de junho de 2017).

A estação pública é, de resto, um parceiro *media* habitual das festividades, tal como o jornal *Diário de Notícias*, para o qual cobri entre 2011 e 2015, enquanto jornalista e entre outras iniciativas a elas associadas, o concurso para a escolha das sardinhas que, desde 2013, são o símbolo das *Festas de Lisboa*; a rubrica “Andar em Festa” – que começou com a existência de concertos de Fado nos elétricos e, posteriormente, se alargou quer a outros meios de transporte e locais quer a propostas artísticas de cidadãos e coletivos –; os Casamentos de Santo António, o concurso das Marchas Populares de Lisboa; e as conferências de imprensa de apresentação da sua programação global. Este dado é particularmente relevante atendendo ao tema e objetos de estudo desta dissertação.

Com efeito, se já em circunstâncias em que mais facilmente existe um afastamento entre o investigador e o fenómeno investigado dificilmente as conclusões obtidas são totalmente neutras, tal torna-se mais evidente quando, como aqui acontecerá, os objetos em análise incluem textos escritos pelo próprio noutra condição que não essa e após contactar com parte dos outros intervenientes cuja ação será analisada. Consideramos, no entanto, que tal não fragiliza o nosso trabalho, uma vez que, se a neutralidade é virtualmente impossível de atingir, a objetividade não é – como, aliás, no jornalismo.

*Lisboa, cidade de bairros e tradição? Representações, intermediários e formas de mediação nas Marchas Populares e nos Tronos de Santo António* pretende incidir sobre o modo como se relacionam intermediários e formas de mediação na (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade, assumindo como hipótese que tal se processa de forma complexa, mais ou menos delimitada geograficamente. Para tal, centramos a nossa análise no concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016) e na exposição coletiva dos Tronos de Santo António, ambas organizadas pela EGEAC no âmbito das *Festas de Lisboa*.

Esta escolha resulta de uma combinação de dois fatores: por um lado, o nosso desejo de, desde o início, ter Lisboa como estudo de caso; por outro, o facto de ambas as iniciativas nos permitirem ilustrar a problemática em que se baseia esta investigação: a produção simbólica do espaço urbano e a sua ligação ao binómio representação/representações e identidade(s). A opção por aqueles objetos de estudo obrigou-nos, por sua vez, a problematizar quatro conceitos que lhe estão associados e que constituem uma parte importante da nossa estrutura concetual: “tradição popular”, “autenticidade”, “centro históricos” e “bairro (popular/histórico/típico)”. É a este passo que corresponde o Capítulo 1, antecedendo um outro dedicado à metodologia.

Seguindo o procedimento proposto por Quivy e Campenhoudt (2013), iniciamos o Capítulo 2 explicitando a nossa pergunta de partida. Resultado, fruto de alguns erros metodológicos iniciais – entre os quais optar por uma abordagem que não nos permitiria concluir a investigação, como necessário, em dois semestres letivos –, de um processo “mais circular e em espiral do que propriamente linear” (*idem*: 103), a sua formulação baseou-se, por um lado, na nossa pesquisa bibliográfica e, por outro, nos conceitos-chave já referidos. Da sua estabilização decorreu, porém, a necessidade de clarificar outros dois termos, que, para distinguir dos anteriores, classificamos como conceitos operacionais: “intermediários” e “formas de mediação”. É este passo que, no mesmo capítulo, introduz a nossa hipótese e o nosso modelo de análise, sintetizado num esquema.

Já no Capítulo 3, sistematizamos a nossa recolha de dados, que procurámos que fosse o mais contemporânea possível. Assim, e face à impossibilidade, novamente por questões de exequibilidade, de efetuarmos entrevistas e trabalho de campo, centrámos a nossa atenção quer em suportes institucionais – produzidos, nomeadamente, pela CML e/ou EGEAC – e tradicionais – imprensa em papel – quer em redes sociais, como o

*Facebook*. Estes últimos permitem-nos, de resto, suplantar, com as devidas reservas, as lacunas resultantes de não existirem conversas e observação no mundo físico.

Se, até aqui, o concurso das Marchas Populares de Lisboa e a exposição coletiva dos Tronos de Santo António são tratados de forma independente, o Capítulo 4 inicia-se com uma síntese comparativa dos resultados obtidos. Segue-se, em secções distintas, a sua análise à luz dos conceitos operacionais, primeiro, e dos conceitos-chave, depois. A dissertação termina, naturalmente, com a Conclusão, na qual constatamos a confirmação da nossa hipótese e apontamos possíveis caminhos para o futuro.

Com efeito, estamos cientes de a questão da (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição e à autenticidade não se esgota, de todo, na abordagem que aqui adotamos e que, com outros meios, pode ela mesma ser aprofundada. Consideramos, ainda assim, que, não obstante as suas limitações, esta dissertação contribui para uma maior compreensão da origem de uma representação que, como o demonstra a sua utilização em documentos estratégicos locais recentes (Caraça *et al.*, 2009; Câmara Municipal de Lisboa, 2012; Câmara Municipal de Lisboa, 2013; Câmara Municipal de Lisboa, 2016), assume, apesar de não ser a única, alguma relevância no que concerne a produção simbólica de uma (certa) Lisboa.

## CAPÍTULO 1: ESTRUTURA CONCEPTUAL

### 1.1. Definição da problemática

A definição da problemática constitui, no procedimento proposto por Quivy e Campenhoudt (2013: 89), a “etapa-charneira da investigação”, entre a rotura e a construção, sendo precedida pela formulação da pergunta da partida e a fase de exploração e sucedida pela construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões. O modelo é apresentado, para efeitos didáticos, de forma sequencial, mas, como os próprios autores ressaltam, “uma investigação científica não é tão mecânica”, existindo uma interação entre as suas etapas (*idem*: 26). Tal significa, entre outros aspetos, que é possível que, em algum momento do processo, seja necessário regressar, fruto do trabalho desenvolvido, à fase anterior.

Inicialmente, a nossa intenção passava por, partindo da problematização do termo “tradição”, perceber o porquê de a EGEAC ter, em 2015, optado por tentar “recuperar” a exposição na rua, durante os Santos Populares, de tronos de Santo António, um hábito que estaria em risco de desaparecer. Como hipótese a esta pergunta assumíamos então que tal estivesse relacionado com o crescimento da procura turística de Lisboa. De uma perspetiva mais abrangente, pretendíamos, simultaneamente, compreender de que forma os atores da cidade recorrem à dita tradição popular, para voluntária e/ou involuntariamente, promover uma imagem da cidade coincidente com a desejada pelo turismo. Para isso, propúnhamo-nos a comparar as características daquela iniciativa com o concurso das Marchas Populares de Lisboa, instituído em 1932. O período de análise restringir-se-ia, respetivamente, aos anos 2015-2016 e 2012-2016.

No entanto, rapidamente nos apercebemos de que, adotando aquela perspetiva, seria bastante difícil cumprir o prazo que havíamos estabelecido para a conclusão desta dissertação. Por um lado, constatámos que não seria possível contactar diretamente, em tempo útil, quem visita Lisboa durante as festividades e, assim, compreender as suas motivações. Por outro, ao aprofundarmos as nossas leituras, consciencializámo-nos de que, não obstante termos colocado uma hipótese geral, nos debruçámos sobre técnicas de recolha de dados sem sabermos exatamente o que procurávamos. Tal obrigou-nos, mais do que uma vez, a reformular a nossa pergunta de partida e a complementar o nosso

enquadramento teórico, num processo “mais circular e em espiral do que estritamente linear” (Quivy; Campenhoudt, 2013: 103).

No Capítulo 2, abordaremos em detalhe a pergunta de partida. Para já, dado o seu papel de “charneira”, começaremos por explicitar a problemática em que esta dissertação se alicerça: a produção simbólica do espaço urbano e o modo como esta se relaciona intimamente com o binómio representação/representações e identidade(s).

#### 1.1.1. Produção simbólica do espaço urbano

O conceito de “produção do espaço” foi uma das noções que, na década de 1960 e 1970, ganhou força no seio da sociologia urbana, quando “a luta pelo controlo e orientações de uma sociedade urbano-industrial” passou a estar na “linha da frente dos problemas urbanos” (Castells, 2002: 10). Inserida num pensamento de inspiração marxista, a teoria – desenvolvida por Henri Lefebvre e explanada com detalhe em 1974 no último de uma série de sete livros sobre urbanização e produção do espaço escritos pelo autor francês na sequência do movimento de Maio de 1968 (Harvey, 1991) – tem subjacente o “projeto de uma sociedade diferente” (Lefebvre, 1991: 419) e como premissa a hipótese de que “o espaço (social) é um produto (social)” (*idem*: 26).

A tese é complexa e, mais do que resumi-la, interessa-nos salientar parte das suas consequências. Desde logo a rejeição das noções de espaço quer enquanto “ferramenta ou recetáculo passivo para os planeadores” (*idem*: 420) quer enquanto produto similar a qualquer outro, como, por exemplo, bens alimentares. Em contrapartida, o espaço constitui “não uma coisa mas antes um conjunto de relações entre coisas (objetos e produtos)”, “implicando, contendo e dissimulando relações sociais” (*idem*: 82-83).

Igualmente relevante é o facto de existirem não um mas “uma multiplicidade ilimitada ou conjunto de espaços sociais incontáveis” interligados entre si, que, considerados de forma isolada, não são mais do que “meras abstrações” (*idem*: 86). Tal significa, por um lado, que, apesar de a produção do espaço acontecer à escala global, o local não é abolido e, por outro, que os espaços sociais se interpenetram e/ou se sobrepõem uns aos outros, não se assumindo como objetos com limites definidos.

Por último, importa ainda referir a relação entre a tese defendida por Lefebvre (1991) e a análise semiológica do espaço urbano. O tema é abordado pelo próprio autor, ao questionar se o espaço pode ser lido. A resposta é “sim e não”:

“Sim, tanto quanto é possível imaginar um ‘leitor’ que decifra ou descodifica e um locutor que se expressa traduzindo a sua progressão para um discurso. Mas não, dado que o espaço social não pode, de qualquer forma, ser comparado a uma página em branco na qual uma mensagem específica foi inscrita (por quem?)” (*idem*: 142).

Isto apesar de ressaltar que é “incontestável” que o espaço significa – mas apenas para dizer o que fazer e não fazer. O espaço “comanda corpos, prescrevendo ou proscrevendo gestos, caminhos e distâncias” e é com essa *raison d’être* que é produzido. Em qualquer caso, a produção precede a leitura, exceto quando “é produzido especialmente para ser lido” – ocasião em que é mais enganador (*idem*: 142-143).

Admitindo a validade desta perspectiva, torna-se, no nosso entender, impreterível olhar para a questão da significação de outro ponto de vista: não o de algo que pode ser lido, mas o de algo cuja produção, nomeadamente simbólica, ocorre também ao nível discursivo. Com efeito, se é certo que uma cidade, “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie (trabalho, informação...), com uma capacidade de organização e transmissão é ao mesmo tempo sujeito e objeto”, existindo “materialmente”, por um lado, e influenciando os seus habitantes, por outro (Beaujeu-Garnier, 2010: 11), não é menos verdade que, apesar da sua irredutibilidade material, o “seu caráter urbano se elabora simbolicamente através de numerosos discursos, públicos e privados, que a atravessam e que, dizendo-a, a configuram” (Mondada, 2000: 1).

Segundo a autora, o papel constitutivo da descrição, nunca neutra, é entendido de “pelo menos três modos”, dois dos quais baseados numa noção de cidade enquanto texto (*idem*: 31). Esta perspectiva decorre, por um lado, de “uma abordagem que considera que o investigador pode ler a realidade social como lê um texto” e, por outro, “de aproximações à cidade que consideram que aquela é dada a ver, a decifrar, a consumir como um texto” e que, por ser “densa em signos”, a relação que se estabelece entre si e os seus utilizadores é de “descodificação, de leitura interpretativa, mesmo de consumo espetacular” (*idem*). Já o terceiro ponto de vista privilegia o discurso em detrimento do texto. Neste caso, o pressuposto é de que “o urbano é uma característica que não decorre da materialidade (...) mas sim da discursividade”, não existindo o “caráter urbano da cidade, aquilo que faz que uma cidade seja uma cidade e não um burgo, sem os discursos que circulam sobre ela e que também a constituem” (*idem*).

É esta última aquela que, por ir além de uma simples leitura ou interpretação do físico, julgamos ser a mais interessante. Se, exemplificando com cidades, Lefebvre (1991) se debruça sobre a produção do espaço em geral, Mondada (2000) centra-se no papel do discurso naquilo que, no plano da significação, torna urbano um aglomerado. Carecemos ainda, no entanto, de uma perspectiva que nos permita aplicar a um caso específico os fundamentos até agora sintetizados – algo que, no nosso entender, podemos encontrar recorrendo a um cruzamento entre as teorias de Barthes (2005) e Bourdieu (1993a) sobre, respetivamente, simbolismo e capital simbólico.<sup>1</sup>

Numa comunicação proferida em 1967, Barthes (2005: 168) definiu “simbolismo” como o “discurso geral da significação”, discriminando as três premissas que o caracterizam. Em primeiro lugar, o autor frisou que se trata de uma perspectiva que não é concecionada como uma “correspondência regular entre o significante [*signifier*] e o significado [*signified*]”<sup>2</sup>. “Símbolo” refere-se, dessa forma, a “uma organização de significado [*meaning*], sintagmática e/ou paradigmática, mas já não semântica”, sendo obrigatório fazer uma “clara distinção entre a dimensão semântica do símbolo e a natureza sintagmática ou paradigmática do símbolo” (*idem*: 169). Trata-se, no fundo, não de atentar na sua correspondência entre o objeto e o conceito mental, mas na sua relação com o paradigma, “um conjunto a partir do qual é feita uma escolha” e do qual apenas uma unidade “pode ser escolhida”, por um lado, e no modo como é combinado com outras unidades, cujo resultado é o sintagma, por outro (Fiske, 2005: 83-84).

Em segundo lugar, Barthes (2005: 170) sustentou que o simbolismo “tem de ser definido essencialmente como o mundo dos significantes [*signifiers*], das correlações e,

---

<sup>1</sup> Se os textos de Lefebvre (1991) e Barthes (2005) são contemporâneos, a teoria de Bourdieu (1993a) sobre o efeito de lugar foi desenvolvida cerca de três décadas depois, noutro contexto. Consideramos, ainda assim, que é pertinente cotejar o trabalho dos dois últimos autores, uma vez que, tal como salientam Webb *et al.* (2002), Bourdieu se inspiraram no estruturalismo, de que Barthes foi um dos representantes, para criar os conceitos de “campo” e “*habitus*”, que referiremos em breve.

<sup>2</sup> No seu trabalho, Barthes (1964; 2005) desenvolveu a teoria linguística proposta por Ferdinand Saussure, para quem o signo “era um objeto físico com significado ou, para usar os seus termos, o signo consistia num significante [*signifier*] e num significado [*signified*]”, constituindo o primeiro a “imagem do signo tal como o percebemos”, sejam as palavras inscritas no papel ou os sons que ouvimos, e a segunda “o conceito mental a que se refere (...), comum, em termos gerais a todos os membros da mesma cultura que partilham a mesma língua” (Fiske, 2005: 66-67). À relação destes com o objeto, Saussure chamou “significação”, privilegiando, sobretudo, “a relação entre um signo e outros signos que ele supostamente poderia ser, mas não é” (*idem*: 68). Os significados [*signifieds*] são, assim, “conceitos mentais que utilizamos para dividir a realidade e para a categorizar de forma a podermos compreendê-la” (*idem*: 69).



especialmente, das correlações que nunca conseguimos encerrar numa significação completa, (...) final” (*idem*). A esta conceção, junta-se ainda uma terceira dimensão: a de que nunca existe um significado [*signified*] definitivo, com os significados [*signifieds*] a assumirem-se sempre como “significantes [*signifiers*] para outros significados [*signifieds*] e vice-versa” (*idem*), como o comprovam as metáforas.

Encontramo-nos, desta forma, perante algo que se materializa, simultaneamente, na sua relação e combinação com o conjunto, que não se encerra numa significação final e que não se limita a um conceito mental definitivo. O símbolo é, assim, dotado de uma certa mutabilidade e, por conseguinte, passível de ser lido de modo distinto consoante o seu leitor – aquele que circula pela cidade, em si um texto. Mesmo rejeitando que esta leitura decorra de um processo simples ou que é, sequer, primordial no entendimento do espaço, estão aqui presentes três ideias fundamentais para pensar a carga semântica atribuída a determinado local, qualquer que seja a sua escala – algo que se torna bastante perceptível quando a cruzamos com a tese de Bourdieu (1993a).

Se o semiólogo se limita a constatar, na sua intervenção, a discrepância entre a função de um determinado lugar e o carácter que lhe é conferido – como é o caso de Roma, onde, “com uma certa ingenuidade”, “planeadores e alguns dos cientistas que estudam o planeamento urbano” identificam “um conflito permanente entre as necessidades funcionais da vida moderna e a carga semântica conferida à cidade pela sua história” (Barthes, 2005: 167) –, Bourdieu (1993a: 166) sustenta que cada local “consagra” ou “degrada simbolicamente” os seus habitantes e vice-versa, como o demonstram, respetivamente, os bairros “chique” e “estigmatizado”.

O primeiro – um exemplo de espaços que “exigem não somente capital económico<sup>3</sup> e capital cultural<sup>4</sup>, como também capital social<sup>5</sup>” e que, simultaneamente,

---

<sup>3</sup> “[C]onstituído por recursos como o dinheiro e a propriedade” que integram “um sistema de troca material”, a posse de capital económico acarreta em si mesma vantagens importantes”, podendo ser “trocado por outras formas de capital” (Giddens, 2009: 1222).

<sup>4</sup> “Os tipos de conhecimento, competências e educação que conferem vantagem a quem os adquire”, podendo “ser corporizado (na fala ou na atitude corporal), objetificado (em produtos culturais, como as obras de arte) ou institucionalizado (em diplomas)” (Giddens, 2009: 1222).

<sup>5</sup> “Os conhecimentos e as relações sociais que permitem aos indivíduos alcançarem os seus objetivos e aumentarem a sua influência” (Giddens, 2009: 1222).

“proporcionam capital social e capital simbólico<sup>6</sup>, pelo efeito de clube que resulta da associação durável (...) de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns” – “funciona como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis”, permitindo a cada um dos seus moradores “participar do capital acumulado pelo conjunto de residentes” (*idem*). O segundo é marcado, por sua vez, pela ausência de acumulação desses capitais, dado que aqueles que o habitam, “estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, (...) não têm em comum senão a sua excomunhão” (*idem*).

Não sendo objetivo desta dissertação estudar este tipo de bairros, este entendimento permite, contudo, compreender a interligação ente espaço físico e comportamento social, mesmo quando o foco é a questão simbólica. De facto, é impreterível não esquecer que, como já referimos, falar de cidade é ter como objeto de análise, primeiramente, algo de material – aquilo que Bourdieu (1993a: 160) denomina de lugar, “definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ocupa num espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento”, seja “sob um ponto de vista relacional” (a localização), seja “como graduação em uma ordem” (a posição).

É então no espaço físico que, “sempre de maneira mais ou menos confusa”, “se retraduz o espaço social”, definido, neste caso, “pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposições de posições sociais” (*idem*). Central nesta conceção é a capacidade de apropriação do espaço físico por parte dos agentes sociais, que será tanto mais elevada quanto maior for o capital económico, social, capital, cultural e simbólico que aqueles possuem. Trata-se, em suma, do espaço social reificado, que, no mesmo texto, o autor apresenta

“como a distribuição no espaço físico das diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanentes) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou

---

<sup>6</sup> Entendido como “uma forma de capital ou valor que não é reconhecido como tal”, de que são exemplo o “prestígio e reputação brilhante”, que “em si nada significam” mas dependem da crença de outras pessoas “em que alguém possui essas qualidades” (Webb *et al.*, 2002: xv-xvi), o capital simbólico está na raiz da aceitação de que “uma pessoa ou classe com estatuto e prestígio” é “encarada como legítima e, por vezes uma autoridade legítima”, a quem é conferido o “poder de indicar (atividades, grupos), o poder de representar o senso comum e, acima de tudo, o poder de criar a ‘versão oficial do mundo social’” (Mahar; Harker; Wilkes, 1990: 13). Este tipo de capital é, por isso, considerado o “mais poderoso” (*idem*).

menos importantes (em função do seu capital e também da distância física desses bens, que também depende do seu capital)” (Bourdieu, 1993a: 161).

Subjacente a este entendimento está a noção de “campo”, uma das principais linhas orientadoras do trabalho do sociólogo francês e que, muito sinteticamente, pode ser definida como o contexto social “em que os indivíduos lutam por vantagens competitivas e pelo domínio, usando várias formas de capital” (Giddens, 2009: 1222). Como o espaço social comprime “múltiplos campos relacionados e com pontos de contacto entre si” (Mahar; Harker; Wilkes, 1990: 9), “os lugares e os locais do espaço social reificado, e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro dos diferentes campos”, sendo possível identificar três tipos de ganhos: de localização, de posição ou classe, e de ocupação (Bourdieu, 1993a: 163).

É a acumulação de capital que permite esta apropriação que possibilita, simultaneamente, “manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis” e “aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis” (*idem*: 164). Esta proximidade implica, por sua vez, uma maior facilidade na “acumulação de capital social” e o aproveitamento contínuo de encontros “casuais e previsíveis que garanta a frequência a lugares bem frequentados”. Já “os que não possuem capital são mantidos à distância”, ficando “condenados ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros” (*idem*). Uma situação de exclusão agravada pelo facto de ser possível “ocupar fisicamente um *habitat* sem habitá-lo propriamente falando”, por não se dispor “dos meios tacitamente exigidos para tal” (*idem*: 165). Trata-se daquilo que Bourdieu denomina de *habitus*, “o conjunto de disposições (incluindo os modos de pensar e de agir) adquiridos em grande medida inconscientemente pelos membros de determinados grupos e classes sociais por viverem nas mesmas condições objetivas” (Giddens, 2009: 1238).

Não sendo, reiteramos, objetivo desta dissertação, como se propunha Bourdieu (1993a) quando desenvolveu esta teoria, compreender as situações de exclusão numa cidade, esta argumentação é útil para evidenciar a vertente simbólica desse fenómeno, de particular importância para a nossa investigação. Com efeito, sem descurar as componentes física e humana, é sobretudo o capital simbólico que aqui está em causa. Assumindo, como Bourdieu (*idem*: 161) defende, que é “na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões

no espaço social reificado”, facilmente se compreende que, na prática, é de hierarquia simbólica que aqui se fala ao mencionar qualquer lugar.

De facto, se já em abstrato a classificação de um bairro como “chique” ou “estigmatizado” pressupõe, respetivamente, a sua superioridade e inferioridade relativamente ao outro, esta conceção concretiza-se quando o autor compara, a uma escala maior, a capital com a província e, a uma menor, as ruas parisienses de Fauborg Saint-Honoré e de Fauborg Saint-Antoine. Trata-se, mais do que constatar que se concentram em “certos lugares do espaço físico” os bens mais raros e os seus proprietários e que, noutros, estes estão ausentes, compreender cada um dos pares como “oposições que se afirmam numa verdadeira simbólica da distinção” (*idem*: 161-162).

Até porque, como acrescenta Bourdieu (*idem*: 162), “as grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico” tendem a reproduzir-se “nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, isto é, enquanto categorias de perceção e de apreciação ou de estruturas mentais”. O resultado de tal fenómeno é, no fundo, aquilo que Barthes (2005: 166) constata recuando à Antiguidade Clássica, ao sublinhar que o mapa do mundo então conhecido, desenhado por Heródoto no século V a. C., foi “construído” à base de oposições como se fosse uma língua: “terras quentes e terras frias, terras conhecidas e desconhecidas, oposições entre homens, por um lado, e monstros e quimeras, por outro”.

Verificamos, em suma, que, não obstante partirem de perspetivas distintas, Barthes (2005) e Bourdieu (1993a) se encontram ao constatarem que é através da oposição que os espaços urbanos se definem simbolicamente (e, implicitamente, se hierarquizam), algo que, julgamos, não contrariar a tese de Lefebvre (1991) de que os espaços (sociais) se interligam entre si. É precisamente este atributo que, partindo do pressuposto comum de que o espaço é produzido e da importância do discurso nesse processo, servirá de base à nossa dissertação, sem, no entanto, esquecer o papel que quem usufrui, de forma mais ou menos permanente, desses espaços desempenha nesse processo. Igualmente relevante será a noção, presente em Barthes (2005), de que, nenhum significado é definitivo, não sendo mais do que uma escolha entre tantas outras possíveis. Tal não significa que encaremos a cidade como um simples texto pronto a ser lido, privilegiando em contrapartida, tendo em mente os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu, um processo interativo entre lugar, pessoas e entidades.

### 1.1.2. Representação e identidade

A denominação a atribuir para efeitos operativos ao que “resulta”, no plano simbólico, da produção do espaço urbano, seja qual for a sua escala, é a primeira questão que se coloca ao optarmos pela abordagem que aqui explicitámos. Imagem/imagens, imaginário(s) ou, até, conceito(s) mental/mentais são algumas das hipóteses por que poderíamos optar, mas que, à luz do nosso enquadramento, cremos não ser tão justificáveis como a de representação/representações.

Com efeito, a opção por uma perspectiva baseada na oposição simbólica adquire especial interesse quando justapomos esta última com o conceito de representação definido por Hall (1997) no âmbito do chamado “circuito da cultura” – um modelo teórico para analisar artefactos culturais baseado na articulação de “processos distintos [representação, identidade, produção, consumo e regulação] cuja interação pode conduzir e conduz a desfechos variáveis e contingentes” (Gay *et al.*, 1997: 3).

Para Hall (1997: 15), a representação é “uma parte essencial do processo através do qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura”. No centro deste estão, na prática, dois “sistemas de representação” relacionados entre si:

“o primeiro habilita-nos a dar significado [*meaning*] ao mundo através da construção de um conjunto de correspondências ou de uma corrente de equivalências entre coisas – pessoas, objetos, eventos, ideias abstratas, etc. – e (...) os nossos mapas concetuais”;

o segundo “depende da construção de um conjunto de correspondências entre o nosso mapa concetual e um conjunto de signos, ordenados ou organizados em linguagens variadas que significam ou representam esses conceitos” (*idem*: 19). É ao processo que liga “‘coisas’, conceitos e signos” que o autor chama então de “representação” (*idem*).

Tratando-se de um circuito, não só não é essencial começar por determinado processo cultural desde que os seus passos sejam cumpridos na totalidade, como também cada um destes é absorvido e reaparece no momento seguinte (Gay *et al.*, 1997: 4). É, por isso, relevante que, à análise de como algo é representado se suceda a questão da(s) identidade(s) associada(s) ao mesmo. No caso, por exemplo, de uma investigação baseada naquele modelo sobre o Walkman, já realizada,

“o estudo da representação inclui sistemas simbólicos – de linguagem e imagens visuais, por exemplo – como aqueles envolvidos em publicitar

um produto como o *Walkman*, que produz significados [*meanings*] sobre o tipo de pessoas que utilizariam tal artefacto, ou seja, das identidades a ele associadas” (Woodward, 1997: 2).

Tal significa, na prática, que, a esta luz, representação e identidade são indissociáveis, algo que assume particular importância se atentarmos a que, como sintetiza a autora (*idem*: 1), é a identidade “que nos dá uma ideia de quem somos e de como nos relacionamos com os outros e com o mundo em que vivemos”. Esta marca, sobretudo, “as formas em que somos o mesmo que os que partilham essa posição, e as formas em que somos diferentes dos que não a partilham”, definindo-se, “muitas vezes”, “mais claramente pela diferença, isto é, pelo que não é” (*idem*: 2).

Esta questão está, aliás, bastante presente no ensaio de Hall (1987: 46) sobre a sua própria experiência, que consideramos particularmente relevante por falar em identidades e não numa só, como bem mostra a sua explicação do que se trata de “etnicidade”:

“[I]nsiste na diferença – no facto de que cada identidade é colocada, posicionada, numa cultura, numa língua, numa história. Todas as afirmações vêm de algum lado, de alguém em particular. Insiste na especificidade, na conjuntura. Mas não é necessariamente blindada contra outras identidades. Não está amarrada a oposições fixas, permanentes, inalteráveis. Não se define totalmente pela exclusão”.

Por outras palavras, é através do diálogo com o que é diferente, e não através da sua hostilização, que a identidade se constrói, em permanência, sem nunca se encerrar numa definição final. Tal como a produção simbólica do espaço urbano.

De resto, ainda antes de Hall (1987) e Woodward (1997), já Goffman (1971) se dedicara a analisar a forma como a identidade é construída na presença (física) do outro. Como Zhao, Grasmuck e Martin (2008: 1817) resumem com mestria,

“[a] presença do corpo em encontros sociais impede as pessoas de reivindicarem identidades que são inconsistentes com a parte visível das suas características físicas (*e. g.*, sexo, raça e aparência), e o conhecimento partilhado sobre o *background* e atributos da personalidade de cada um torna difícil um indivíduo pretender ser o que ele ou ela não é. A construção da identidade nesta circunstância envolve sobretudo a manipulação de características físicas (*e.g.*, mobiliário e decoração) e da fachada pessoal (*e. g.*, aparência, linguagem e maneira) para gerar uma impressão desejada nos outros (...). Em situações onde as interações face a face acontecem entre estranhos (*e.g.*, em bares), as

peças podem procurar o seu esconder o seu *background* e personalidade para produzir uma nova identidade, mas essas reclamações de identidade continuam a não poder ir além dos limites impostos pela incorporação”.

A síntese serve de ponto de partida, entre outras referências, para uma questão que, dado o caráter contemporâneo do tema desta dissertação, nos importa aqui colocar ao falar de identidade: como é que esta se constrói quando a circunstância é não um encontro pessoal mas um qualquer tipo de relacionamento *online*? Reconhecendo desde logo que a Internet não é um universo “monolítico” e que a autoapresentação em rede se altera consoante as características do *site* ou aplicação em causa, há uma rede social que nos interessa em particular, dado a sua relevância no panorama português: o *Facebook*<sup>7</sup>.

No seu estudo, realizado quando aquele era popular sobretudo entre estudantes universitários, Zhao, Grasmuck e Martin (2008: 1830) confirmam que, tal como postulavam à partida, as identidades construídas naquele ambiente se diferenciam das construídas quer *offline* – isto é, fora da Internet, no mundo físico – quer em “ambientes *online* anónimos”, surgindo os “eus” como “identidades altamente desejáveis socialmente que os indivíduos aspiram a ter *offline* mas que não conseguiram ainda corporizar por uma razão ou outra”. Particularmente curioso é o facto de tal acontecer privilegiando o “mostrar” em detrimento do “dizer”, obrigando a audiência a prestar atenção ao seu “*milieu* social”, estabelecendo-se, dessa forma, uma “relação entre o utilizador, os amigos/companheiros mostrados e a audiência” (*idem*: 1831).

Desta constatação resultam então, entre outras ideias, duas que julgamos ser fundamentais: a confirmação de que a identidade “não é uma característica individual” nem a “expressão de algo inato numa pessoa”, mas sim “um produto social, o resultado de um dado ambiente social e, daí, distintamente realizada em contextos variáveis”, por um lado, e a lembrança de que, “na era da Internet, o mundo social inclui os ambientes

---

<sup>7</sup> Segundo um estudo da *Marktest* datado do início de 2017 sobre “Os Portugueses e as Redes Sociais”, o *Facebook* conta atualmente com uma “taxa de penetração de 66% entre os residentes em Portugal Continental, com idades entre os 15 e os 64 anos, e de 94,4% entre a totalidade dos que usam redes sociais nestas faixas etárias” (Casa dos Bips, 8 de fevereiro de 2017). Os utilizadores da plataforma registados em território nacional, que serão mais de 4,3 milhões, consideram ainda que se trata da rede social “mais credível”, sendo “a que informa melhor, a que mais gostam, a que tem ou divulga informação mais útil, a mais atual, a mais interessante ou a mais viciante”.

*online* e *offline*”, com a habilidade para coordenar o seu comportamento em ambos a assumir-se como “uma importante competência que as pessoas necessitam de aprender” (*idem*). No caso do *Facebook*, a pesquisa destes autores sugere que aquela rede permite aos seus utilizadores apresentarem-se de forma a ultrapassar “obstáculos de bloqueio” e “criar os eus desejados possíveis” que são incapazes de estabelecer no mundo *offline*”. Estes “‘eus digitais’ são reais e podem servir para melhorar a imagem própria geral dos utilizadores e suas reivindicações de identidade, e muito possivelmente aumentar as possibilidades para se conectarem no mundo *offline*” (*idem*: 1831-1832).

Torna-se, assim, claro que não só a identidade é construída como deve ser entendida no plural, seja de pessoa para pessoa seja relativamente ao próprio eu. O que nos leva a questionar, como o faz Costa (2002: 16), o porquê de, apesar de haver uma forte argumentação que refuta a existência de identidade(s) de carácter essencialista, “as concepções correntes das identidades culturais” tenderem “a surgir, na vida social, de formas redutoras e polarizadas, nomeadamente quando se manifestam na esfera pública e nos processos de ação coletiva”. Ou, por outras palavras, o porquê de na contemporaneidade, as identidades culturais, serem, “grande parte das vezes”, “entendidas e expressas, socialmente, de maneira essencialista e reificante” (*idem*).

Este ponto é de particular relevância para a nossa dissertação, uma vez que nos remete quer para o plano simbólico e coletivo da(s) identidade(s) quer para a sua relação com o espaço. Segundo o autor, as identidades culturais são “relacionais, porque sempre produzidas em relação social e porque sempre relativas a outras”, e “simbólicas, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico seletivo de algum ou alguns atributos sociais” (Costa, 2002: 27). Paralelamente, revelam uma

“permanente ambivalência de conotações valorativas, de sentido positivo ou negativo, um frequente entrelaçamento de dinâmicas de ostentação e de ocultação, um carácter sempre situacional, contextualizado, interativo e estratégico no seu acionamento” (*idem*).

Daqui resultam, então, “três modos principais de manifestação contemporânea das identidades culturais”: as “experimentadas, ou vividas”; as “designadas, ou atribuídas”; e as “tematizadas, ou políticas de identidade” (*idem*). As primeiras

“têm a ver com as representações cognitivas e os sentimentos de pertença, reportados a coletivos de qualquer espécie (categoriais,



institucionais, grupais, territoriais, ou outros), que um conjunto de pessoas partilha, emergentes das suas experiências de vida e situações de existência social” (*idem*).

As segundas “reportam-se a construções discursivas ou icónicas de entidades coletivas, com as quais aqueles que as produzem não têm relação subjetiva de pertença”. Na dinâmica entre estes dois ideais-tipo de identidades, são frequentemente observáveis, “efeitos de sobreposição desfocada” (*idem*), isto é,

“duas imagens diferentes que, ao serem sobrepostas, se fundem parcialmente, reaparecendo à primeira vista como uma só, mas deixando ao mesmo tempo uma sensação de miscelânea incongruente ou de que algo está desfocado” (Costa, 2008: 47).

É sobre aquelas que são exercidos os “efeitos de reinvestimento simbólico” típicos da terceira modalidade de identidade cultural aqui referida e que, na prática, consiste em

“estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social qualquer sob a égide explícita da problemática identitária, em geral com vistas à constituição ou à potenciação de dinâmicas de ação social” (Costa, 2002: 27).

Particularmente interessante é o facto de, “aparentemente”, esta mobilização para a “ação coletiva” parecer “requerer o estímulo à constituição de identidades culturais redutoras e reificadas” (*idem*: 28). Em Alfama, território de Lisboa que voltaremos a utilizar como exemplo nesta dissertação, a identidade experimentada corresponde, então, ao “quotidiano bairrista” da sua população; a designada à “reificação histórico-patrimonialista induzida pela generalidade das abordagens técnicas, artísticas, didáticas, jornalísticas ou turísticas”; e a tematizada ao movimento social que, em meados dos anos 1980, reivindicou a reabilitação das casas degradadas do bairro (*idem*: 27).

É assim, aplicada a um caso concreto, que esta tríade se assume como muito relevante, sobretudo se interligada com a questão da produção simbólica do espaço, sempre indissociável do discurso. Isto porque não só demonstra, por um lado, como esta está intimamente ligada à identidade cultural de determinado lugar – e de quem nele habita –, como evidencia, por outro, o papel interativo nesse processo entre aquele e quem dele usufrui, seja enquanto morador, trabalhador ou visitante.

Além disso, reforça a tese do carácter construtivo e não essencialista da(s) identidade(s), ao mesmo tempo que, julgamos, sublinha a importância de optarmos por

falar em representação em detrimento de outras expressões, uma vez, que, até atendendo à multiplicidade de situações proporcionadas por um dia a dia que decorre (e que se constrói) *online* e *offline*, não faz sentido dar como definitivo algo que, independentemente de ser percecionado como reificado (e, por conseguinte, cristalizado), está em permanente mutação. Importa, por isso, questionar até que ponto não será pertinente falar em representações e não representação tal como se privilegia identidades em detrimento de uma identidade única. Sempre interligadas entre si e baseadas, tal como já mencionámos, na diferença.

## 1.2. Definição do objeto

Assumindo desde início o desejo de ter Lisboa como estudo de caso desta dissertação, impõe-se agora a delimitação do nosso objeto de estudo. O número de hipóteses seria, à partida, potencialmente infinito, mas a intenção de optar por algo que permita ilustrar a relação entre o espaço e a sua produção simbólica direciona-nos, quase automaticamente, para o concurso das Marchas Populares, sobretudo quando a pensamos a par do binómio representação/representações-identidade(s).

Noutra secção aprofundaremos os conceitos-chave que lhe estão associados, mas importa desde já estabelecer que os Santos Populares, em geral, e as Marchas Populares, em particular, se assumem como um importante “motor de produção” de uma certa “imagem” de Lisboa enquanto cidade de bairros, particularmente aqueles tidos como populares, históricos ou típicos (Cordeiro, 2003: 186). Exemplo disso é o facto de “qualquer lisboeta” responder, quando lhe perguntam quais são os “bairros populares de Lisboa”, que “são aqueles que organizam as marchas populares” (Cordeiro, 2001: 128). De facto, “no imaginário e no ciclo anual de vida da capital”, festas de Santos Populares e bairros populares confundem-se, marcando a “identidade de Lisboa” e esclarecendo “mutuamente a sua história” (*idem*). Até porque, em causa, está um bem cultural.

Embora estejamos cientes de que as noções de cultura e de património são complexas, parece-nos ser relativamente consensual que a iniciativa se trata de uma forma de expressão que integra, na terminologia de Throsby (2010), a categoria de património intangível/imaterial, sendo o seu valor cultural aferido a partir de diversos critérios. Desses, há quatro, comuns a qualquer bem cultural, que nos merecem especial atenção: o valor cultural, interligado com uma definição de cultura enquanto “valores e crenças partilhados que unem grupos”; o valor simbólico, ligado, em geral, ao facto de servirem

de “veículos de transmissão de significados” e, no caso do património, “à forma como o item ajuda indivíduos ou comunidades a receber e interpretar mensagens culturais de vários [tipos], particularmente as relacionadas com a identidade cultural”; o valor da autenticidade, entendido como único e verdadeiro; e o valor de localização, presente quando o significado cultural é indissociável da “localização física ou geográfica do item patrimonial” (Throsby, 2001: 84-85; Throsby, 2011: 109-111).

Encontramo-nos, assim, perante algo dotado não só de uma forte componente simbólica, potenciando até o sentimento de pertença do indivíduo, como também de uma presença geográfica. Este último ponto é especialmente relevante se pensarmos que as exposições das Marchas Populares decorrem em espaços públicos – “meios importantes de enquadrar uma visão da vida social na cidade”, quer para os que nela residem e “interagem em espaços públicos urbanos todos os dias”, quer para “turistas, aqueles que viajam diariamente para o trabalho [*commuters*] e pessoas endinheiradas livres de fugir do abraço necessitado da cidade” (Zukin, 2006: 259).

Atendendo a esta ligação entre bem cultural e espaço público, considerámos ainda que beneficiaríamos em não ter só as Marchas Populares como objeto de estudo para melhor perceber Lisboa. Isto porque, em 2015, a CML/EGEAC decidiu incentivar à reinvenção da “tradição” de elaborar e expor no espaço público altares domésticos em honra de Santo António, que podemos, seguindo novamente a terminologia de Throsby (2010), integrar na categoria de património móvel. Ao fazê-lo, conseguimos não só comparar uma iniciativa à partida mais implementada com outra recém-criada, como também abranger, de forma complementar, uma expressão marcadamente coletiva e outra potencialmente individual e, por isso, com atributos distintos. Simultaneamente, permitir-nos-á, cremos, descentrar a nossa análise dos “bairros populares urbanos”.

### 1.2.1. Lisboa: que limites?

Optar por ter Lisboa como objeto de estudo obriga-nos, no entanto, a uma pequena reflexão sobre os seus limites geográficos e/ou em análise, dado que se trata de uma matéria bem mais complexa do que a nossa secção anterior poderia fazer antever. Em termos administrativos, a cidade de Lisboa corresponde ao concelho homónimo, confrontando com os de Oeiras, Amadora, Odivelas e Loures (Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro; Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro). Simultaneamente, estes cinco municípios integram, a par dos de Cascais, Mafra, Sintra, Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada,

Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, a Área Metropolitana de Lisboa (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro).

Nenhuma destas delimitações corresponde necessariamente, contudo, ao que se entende por cidade ou metrópole – em si mesmo conceitos discutíveis e discutidos – de Lisboa, apesar de a sua coexistência ser sintomática do seu processo de metropolização, entendido como “um crescimento urbano organizado, dentro, à volta, e a partir das aglomerações mais importantes” (Ascher, 2010: 105). Com efeito, tal como Ferreira (2003: 75) defende, existe, no caso da capital portuguesa, um

“território que se pretende como assumidamente metropolitano, cujos limites são ainda bastante informes, mas que tende a diferenciar-se, também a esse nível, do que institucionalmente é designado por ‘área metropolitana de Lisboa’”.

À data, o autor considerava, nomeadamente, que os concelhos de Mafra, Montijo, Palmela, Setúbal e Alcochete – este último então numa fase de redefinição de dinâmica fruto da inauguração em 1998 da Ponte Vasco da Gama – integravam uma “região mais ampla” mas não a “hipótese de uma eventual Metrópole de Lisboa” (*idem*).

Já um estudo mais recente propõe, por exemplo, o reconhecimento daquilo que denomina de Arco Metropolitano de Lisboa, uma “macrorregião monocêntrica” organizada “em torno de um núcleo central” – a Grande Lisboa – e “quatro eixos radiais de desenvolvimento”: Península de Setúbal e Alentejo Litoral, Oeste e Região de Leiria, Vale do Tejo (Lezíria do Tejo e Médio Tejo), e Península de Setúbal e parte do Alentejo Central (municípios de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Évora), de acordo com a nomenclatura das NUT's II (Ribeiro *et al.*, 2015: 19-20).

Não pretendendo esta dissertação chegar a uma conclusão neste âmbito, importa, no entanto, estabelecer quais serão os limites de Lisboa tidos como referência na nossa discussão. Não obstante privilegiarmos, em geral, uma perspetiva metropolitana, consideraremos aqui, para efeitos práticos, que Lisboa corresponde ao concelho homónimo, uma vez que, ao estarem em causa duas iniciativas promovidas pela CML, a sua implementação está, obrigatoriamente, confinada ao território que esta gere. Tal não significa, porém, que ignoraremos, quando tal se justificar, a relação que, de forma mais ou menos acentuada, mantém com restantes concelhos da área metropolitana, nem que a sua delimitação administrativa poderá não corresponder ao que cada pessoa entende, ao nível simbólico e, por conseguinte, de representações, por Lisboa.

### 1.2.2. Cidade de bairros e tradição, uma representação

Apresentada em 2009, a Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 (Caraça *et al.*, 2009: 3) propõe quatro orientações para o futuro da cidade, entre as quais “Uma nova divisão administrativa para multiplicar escolhas: Lisboa, Cidade de Bairros, Cosmopolita”. Datado de 2012, o PDML (Câmara Municipal de Lisboa, 2012: 11) tem

“como modelo uma cidade que pensa, antes de mais, nas pessoas que aqui vivem, trabalham e estudam, na sua segurança e conforto, no reforço dos laços comunitários que emergem dos bairros e no desenvolvimento do potencial criativo e de geração de riqueza”.

Sufragado no ano seguinte, o Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017 (Câmara Municipal de Lisboa, 2013: 23) previa, inserida no eixo “Lisboa Mais Próxima”, a continuação da “política de promoção de Lisboa Cidade de Bairros”, fruto de a cidade ter “muitos bairros com identidade própria e, mesmo dentro de cada bairro, várias unidades homogêneas – a rua, o beco, a vila – onde os laços de vizinhança ainda são mais fortes”. Isto a par de um outro eixo dedicado à “Lisboa Global” (*idem*: 79-91).

Mais recentemente, em 2016, na candidatura do bem Lisboa Histórica, Cidade Global a inscrição na lista indicativa nacional do Património Mundial da UNESCO, a CML evoca, entre outros aspetos, a existência de bairros “habitados em continuidade”, que “mantêm múltiplas expressões culturais” que conferem “especificidade” à cidade e que se assumem como “expressões que se foram sedimentando e reinventando, mantendo a identidade cultural e reforçado o enraizamento da população” (Câmara Municipal de Lisboa, 2016: 3). Castelo, Sé, Alfama e Mouraria, cujos traçados urbanos revelam “a sobreposição de sucessivas ocupações dos períodos romano, islâmico e medieval”, e o Bairro Alto e o Mocambo (Madragoa), que conferem identidade a Lisboa, são os locais nomeados, nesse âmbito, no documento (*idem*).

Na prática, são pelo menos quatro os documentos estratégicos que, em menos de uma década, acentuam o caráter de Lisboa como cidade de bairros, sem, curiosamente, deixar de a conjugar de forma sistemática com o desejo de que a capital seja global e cosmopolita<sup>8</sup> – uma combinação, no nosso entender, algo peculiar, sobretudo quando são

---

<sup>8</sup> Não deixa, de resto, de ser curioso que, no mesmo período, as estratégias para a cultura da cidade de Lisboa de 2009 e 2017 (Costa, 2017: 25), excluam da sua visão – “Lisboa, Capital aberta: cidade central e cosmopolita, com vocação internacional, cidade vivida quotidianamente e experienciada por todos, cidade de trânsitos e fluxos, entre culturas, entre espaços entre tempos; cidade de memórias e de

destacadas características como a manutenção de laços de vizinhança fortes e nomeados lugares localizados no núcleo mais antigo de Lisboa.

Por um lado, é notória a opção por uma representação que remete para o passado, seja por privilegiar, na terminologia de Tönnies (Giddens, 2009: 223), os laços comunitários em detrimento dos laços associativos, seja por invocar a história da cidade. Por outro, a eleição de um desígnio cosmopolita sugere a vontade de representar Lisboa como um grande centro urbano aberto a influências exteriores, dado que, mais do que a diversidade de qualquer tipo, o termo se refere ao que é “oriundo ou próprio dos grandes centros urbanos, das grandes cidades”; “que recebe influência cultural de grandes centros urbanos, das grandes cidades”; “que se assemelha a outros grandes centros urbanos, apresentando características análogas” (“Cosmopolita”, 2001: 1379).

Podendo tratar-se de um caso, como argumentam Fortuna e Peixoto (2002: 22) num estudo sobre o processo de transformação identitária de cinco cidades portuguesas – entre as quais o Porto, núcleo, como Lisboa, de uma metrópole –, em que a importância conferida à antiguidade na identidade das situações ali em estudo

“deve acima de tudo ser encarada como estratégia de afirmação de uma identidade sólida e estável que é legitimada pela história, caucionada por símbolos, e que é capaz de resistir à erosão do tempo e de converter o passado em elemento renovador”,

não deixa, ainda assim, de estar em causa a projeção, em simultâneo, de representações que, pelo menos superficialmente, aparentam ser contraditórias.

Não sendo objetivo desta dissertação explorar esta questão, a constatação do carácter polissémico de Lisboa permite-nos, todavia, clarificar que as questões aqui abordadas se reportam a apenas uma representação da capital entre tantas outras possíveis – o Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017, por exemplo, prevê ainda a promoção de uma Lisboa Empreendedora, uma Lisboa Inclusiva e uma Lisboa Sustentável – e que, ao limite, por incluir sempre a correspondência com mapas concetuais mentais poderá ser diferente de pessoa para pessoa, ainda que, naturalmente, muitos dos seus significados sejam partilhados pelos membros de uma mesma cultura.

---

contemporaneidade; cidade que promove as condições para a expressão cultural e para o desenvolvimento da criatividade e que moderniza e adapta o funcionamento das suas instituições para assumir o seu lugar no mundo global da contemporaneidade” – qualquer menção à cidade de bairros.

Desta forma, teremos aqui como referência uma representação de Lisboa como cidade de bairros, em particular dos “hoje designados históricos e/ou típicos”, participantes “de um complexo processo de construção cultural do *popular* urbano que teve lugar ao longo do século XX” e que consistiu

“[n]associação de imagens e significados cruzados entre certos bairros (Alfama, Madragoa, Castelo, Mouraria, Alcântara, Bica, Bairro Alto), certas atividades profissionais (varinas, pescadores, aguadeiros, criadas, lavadeiras, marinheiros, fadistas), certas performances festivas e lúdicas (bailes, arraiais, desfiles, jogos e concursos) e certas sonoridades (fado, marchas, dança)” (Cordeiro, 2003: 186).

Desta opção decorre a necessidade de problematizar os termos “tradição popular”, “centro histórico”, “autenticidade” e “bairro (popular/histórico/típico)”. No entanto, tal não significa que não estejamos cientes de que, independentemente das definições que viermos a estabelecer, estas não correspondem necessariamente ao significado que qualquer pessoa lhes atribui no seu dia a dia.

### 1.3. Conceitos-chave

#### 1.3.1. Tradição popular

O conceito de “tradição popular” encerra em si duas componentes problemáticas: o substantivo “tradição” e o adjetivo valorativo “popular”, associado com frequência a outras noções igualmente complexas e não totalmente alheias ao tema desta dissertação, como “bairro” ou “cultura”. Importa, por isso, começar desde logo por abordar e clarificar individualmente os dois primeiros termos, de modo a não ficarmos submersos numa nebulosa concetual de difícil operacionalidade.

Gross (1992: 8; 10-11) define “tradição” como um “conjunto de práticas, uma constelação de crenças, ou um modo de pensar que existe no presente, mas foi herdado do passado”, com carácter repetitivo, e que obedece a três condições para ser considerada autêntica: unir pelo menos três gerações – o que corresponde a dois momentos de transmissão –, “transportar uma certa quantia de prestígio espiritual ou moral” e transmitir uma “sensação de continuidade entre o passado e o presente”, diferenciando-se, dessa forma, da “simples preservação” de um acervo isolado.

Na prática, apresenta ainda um carácter prescritivo, tendo proporcionado, até ao final da Idade Média Tardia, “a coesão que unia a vida social”, dado que, ao “indicar o

que era culturalmente normativo”, estabelecia “uma estrutura de sentido e propósito” que mostrava às pessoas “o que deveriam fazer para estar em harmonia com o mundo” (*idem*: 9-10). A partir de então, a sua autoridade diminuiu progressivamente, ao ponto de o autor constatar, no início do século XX, que a chamada “cultura do esquecimento” – “baseada na rasura e numa noção exagerada de obsolescência” – suplantava já “uma cultura de lembrança previamente dominante” (*idem*: 44). Neste contexto, a tradição deixou então de desempenhar o seu antigo papel de “cimento social” (*idem*: 63).

Tal não significa, porém, que o termo “tradição” tenha deixado de ser utilizado no dia a dia. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, por exemplo, define-o como “ato ou efeito de transmitir e integrar, transferência, ato de conferir”; “comunicação oral de factos, lendas, ritos, usos, costumes, etc., de geração para geração”; “herança cultural, legado de crenças, técnicas, etc. de uma geração para outra”; “conjunto dos valores morais, espirituais, etc. transmitidos de geração em geração”; “transmissão de uma notícia ou de um facto”; “em certas religiões, conjunto de doutrinas essenciais ou dogmas não explicitamente consignados nos escritos sagrados, mas que, reconhecidos e aceites pela sua ortodoxia e autoridade são, por vezes, usados na interpretação dos mesmos”; “aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; recordação; memória; eco”; “tudo o que se pratica por uso ou costume adquirido”; “uso; costume” (“Tradição”, 2001: 3555). Constatamos, por conseguinte, a persistência de atributos identificados por Gross (1992) em tradições autênticas, nomeadamente a ligação entre o passado e o presente, a transmissão de uma herança e o carácter prescritivo.

Como explicar, então, a subsistência na linguagem comum de algo que, no seu sentido mais restrito, já não existe? Uma hipótese será a de olhar para a noção de “tradição” hoje não como o resultado de um processo orgânico mas construído. Como demonstra Hobsbawm (1984: 9), “muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. O autor explana, de seguida, aquilo que considera ser uma “tradição inventada”:

“[u]m conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico e apropriado” (*idem*).



Resultam, em síntese, de um “processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”, traduzindo-se na adoção de “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem o seu próprio passado através da repetição quase obrigatória” (*idem*: 10, 13). Subjacente a esta perspectiva está o seu caráter político.

Na sua exposição, Hobsbawm (1984: 17) distingue, em função dos seus objetivos, três categorias de tradições inventadas sobrepostas e posteriores à Revolução Industrial – “aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou comunidades reais ou artificiais”, “aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade”, e “aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento” – , que, nosso entender, consideramos ser indissociáveis daquilo que Gross (1992: 67) denomina de “necessidade de tradição”, “real ou imaginada”, e que, na prática, satisfaz durante séculos “uma certa necessidade profunda em todos os seres humanos de segurança, continuidade e raízes”.

Trata-se, por outras palavras, de olhar para a invenção de uma tradição não como um processo autoritário de sentido único que visa servir os interesses de determinada instituição ou grupo, mas sim como o resultado de um diálogo mais ou menos expresso entre os diversos atores sociais – o que não significa que deixe, na sua génese, de pretender a prossecução de determinados objetivos por parte, atualmente, do Estado, do mercado, instituições, grupos ou comunidades. Para tal, estes recorrem a tradições que, tendo sido derrotadas, não se extinguíram totalmente, atuando de um de dois modos: ou através da afetação de “recursos, poder e dinheiro” a tradições que representem vantagens políticas e ou económicas e que, de outra forma, teriam uma existência precária; ou através do “retrabalho” de tradições já existentes e que, não obstante transformarem-se “noutra coisa que não o que eram originalmente”, são apresentadas como “autênticas”, um atributo em si mesmo discutível (*idem*: 67-68).

A enquadrar toda esta dinâmica, encontra-se o pressuposto de que, apesar da desvalorização das tradições ter sido um processo que se prolongou por cerca de cinco séculos, foi com a industrialização que este acelerou de forma irremediável, fruto da transformação radical do modo de vida que então se operou e que tornou obsoletos os costumes e tradições genuínas vigentes até à data (Hobsbawm, 1984; Gross, 1992).

Assim, e em suma, não obstante reconhecermos a existência no passado de tradições no sentido que Gross (1992) lhes atribui, consideramos que, hoje, deverá predominar a ideia de tradição inventada, ou produzida, resultante da intenção do Estado, do mercado ou outros atores com algum tipo de poder (alicerçado, por exemplo, em capital simbólico), de, por um lado, atingir determinados objetivos e, por outro, satisfazer a “necessidade de tradição” (Gross, 1992: 67) que socialmente persiste.

Esta definição não nos permite, no entanto, atentar nas especificidades da dita tradição popular, que aqui pretendemos explorar. Importa, por isso, debruçar-nos agora sobre as diversas implicações da segunda componente deste conceito.

Etimologicamente, o termo “popular” deriva do latim *popularis*, sinónimo de “pertencente ao povo”, e tinha, no século XV, um uso legal e político (Williams, 1976: 198-199). Uma “ação popular” era à data “uma ação legal que poderia ser aberta por qualquer pessoa”. No século seguinte, Estado e governo populares correspondiam a um “sistema político constituído ou suportado por todo o povo”, ainda que coexistisse também com os termos “baixo” ou “base”. Só nos anos 1800 se disseminou a ideia de que popular é algo de que muitos gostam – uma mudança que foi também de uma perspetiva de quem procura obter “favores ou poderes” do povo para o povo em si. Tal não significa, contudo, que a conotação negativa da palavra tivesse desaparecido nem tivesse deixado de se sobrepor à sua vertente mais positiva, como o demonstra, por exemplo, o confronto entre as expressões “imprensa popular”, assumida como “inferior”, e “imprensa de qualidade”, tida, em contrapartida, como superior.

Esta ambiguidade está igualmente presente na tentativa de Storey (2009: 9-12) de sistematizar os diversos entendimentos do que constitui a “cultura popular”. Ao todo, são seis as perspetivas que o autor identifica. Desde logo a que refere que “cultura popular é simplesmente cultura que é largamente preferida ou bastante apreciada por muitas pessoas”. O critério quantitativo parece, porém, não ser suficientemente útil para uma “definição concetual” daquela noção. Uma segunda hipótese é sugerir que em causa não está mais do que uma “categoria residual” criada somente para “acolher textos e práticas” que não conseguem atingir os padrões de qualidade exigidos para serem considerados “cultura erudita”, sendo, por conseguinte, considerada “cultura inferior”. Uma outra possibilidade é encarar “cultura popular” como sinónimo de “cultura de massas”, isto é, produzida em massa para uma massa de consumidores indiscriminados, e, por isso, “irremediavelmente comercial”. A defesa de que é a cultura que “tem origem no povo” –

em si uma categoria que não é clara o que inclui –; de que se trata nem da “cultura imposta pelos teóricos da cultura de massas” nem da cultura emergente espontaneamente oppositora do “povo” mas sim de “um terreno de troca e negociação entre as duas (...) marcado por resistência e incorporação”; e de que não existe distinção entre as ditas culturas popular e erudita são as restantes correntes apresentadas.

Correspondentes a diferentes momentos da História e do pensamento intelectual, todas estas perspectivas têm, todavia, uma característica em comum: “a insistência em que, o que quer que seja cultura popular, é definitivamente uma cultura que só emergiu após a industrialização e a urbanização” – um processo que, entre outros aspetos, “mudou as relações entre empregadores e empregados” e “produziu uma separação residencial de classes”, com o desenvolvimento, nomeadamente em Inglaterra, de áreas no seio de uma cidade “habitadas somente por homens e mulheres trabalhadores” (*idem*: 12-13). Que tal seja contemporâneo do momento em que as tradições vigentes até então se tornaram obsoletas face ao novo modelo de sociedade não é, julgamos, um acaso.

Com efeito, em ambos aparenta estar presente uma reação a um momento de rutura que tende a mitificar o tempo anterior, em que predominava aquilo que Tönnies denominou, em 1887, de *Gemmeinschaft*, ou laços comunitários, “assentes em laços tradicionais muito entretecidos, relações pessoais estáveis entre vizinhos e amigos, a par de uma compreensão clara da posição social de cada um” (Giddens, 2009: 223). O fenómeno de industrialização e de urbanização, em contrapartida, instigou o predomínio dos “laços associativos” – *Gesellschaft* –, que se caracterizavam por “serem de curta duração, transitórios e instrumentais” (*idem*). Curioso é o facto de, ao mesmo tempo que o povo desse mundo tradicional então desaparecido é celebrado, as camadas populares urbanas serem pejorativamente apelidadas de massas e relegadas para um segundo plano. Tal como afirma Silva (1994: 105),

“os estudos sobre a cultura popular não deixarão de ser marcados, até hoje, pelo peso deste modelo, que coloca o ‘povo’ do lado do passado e da tradição – quer dizer, nos seus temas de referência, na imobilidade, inércia, resistência, elementaridade, arcaísmo, fase primitiva e ultrapassada da evolução para o progresso. (...) E o que fica de fora são, justamente, as práticas atuais, a vida quotidiana das classes populares do agora coevo do analista”.

Não sendo recomendável optar, em abstrato, por uma definição do que constitui o “popular”, julgamos ser útil, dado o tema desta dissertação, centrar-nos no caso português, em particular durante o Estado Novo. Combinando dois planos distintos na análise da “cultura popular” – o dos “processos sociais através dos quais vão efetivamente mudando as referências e práticas dos grupos populares (...) e órgãos do poder do Estado a outras instituições vão efetivamente impondo padrões e moldes rígidos às condutas populares”, por um lado, e o da “génese e evolução de representações simbólicas, doutrinárias, estéticas ou eruditas sobre as culturas populares, por outro (*idem*: 112-113) –, Silva (1994: 112) descreve uma operação a dois tempos lógicos, e não cronológicos, de sistematização daquela a partir da década de 1930.

Num primeiro momento, aconteceu aquilo a que o autor chama de “ofensiva normalizadora, conduzida sobretudo pela Igreja Católica e o Estado”, que consistiu num “vasto processo de disciplinação das condutas camponesas, domesticação do que havia de ‘selvagem’ e de ‘perigoso’, para a adesão social e autoritária, nas maneiras de ser e fazer e, em particular na religiosidade popular”. Desta, resultou aquilo a que, entre outras coisas, se chamou de “folclore”, “extremamente funcional para a imposição ideológica do Estado Novo”, uma vez que este passou a poder “contrapor às ‘derivadas’ liberais, operárias e urbanas o modelo de celebração da ruralidade, redução do povo ao ‘camponês’”, fosse este o “agricultor, pescador ou artesão”.

Constata-se, assim, e à semelhança do que já se verificara ao dissecarmos a ideia de “tradição”, a presença de uma componente política acentuada na noção do que constitui o “popular”. Paralelamente, é de especial relevância o facto de, ao utilizar-se o adjetivo “popular” em conjunto com substantivos como “tradição”, “bairro” ou “cultura”, estar implícito o pressuposto de que qualquer um deles se define de uma perspectiva *top-down* e não *bottom-up*. Tal como Fiske (1989: 43) sublinha, “não pode haver uma cultura popular dominante, pois a cultura popular é sempre formada em reação a, e nunca como parte, das forças de dominação”. Isto não implica, contudo, que os significados da “tradição popular”, tal como os da “cultura popular”, sejam totalmente controlados por quem a constrói, uma vez que, recorrendo ao mesmo autor,

“as pessoas não são sujeitos impotentes perante um sistema ideológico irresistível, tal como não são indivíduos com livre escolha, determinados biologicamente: são um conjunto móvel de alianças sociais formado por agentes sociais no seio de um terreno social que é apenas deles em

virtude da sua natureza de recusa constante em ceder ao imperialismo dos poderosos” (*idem*: 45).

Trata-se, no fundo, de aplicar o conceito de hegemonia de Gramsci, compreendido não como “poder imposto simplesmente de cima”, mas sim como o “resultado de ‘negociações’ entre grupos dominantes e subordinados”, num processo marcado quer pela resistência quer pela incorporação e limitado pela impossibilidade de “desafiar os fundamentos económicos do poder de classe” (Storey, 2009: 81).

Em síntese, entendemos então que a tradição popular se baseia em tradições produzidas por grupos, instituições ou comunidades para atingir determinados objetivos, que, não obstante serem definidas por quem tem algum tipo de poder, resultam não de uma imposição mas de uma negociação constante entre dominantes e subordinados, não totalmente alheios à “necessidade de tradição” referida por Gross (1992: 67) e que justifica, a par da sua ligação ao passado, a sua aparente “autenticidade”.

### 1.3.2. Autenticidade

A ideia de “autenticidade” surgiu durante a Idade Moderna associada à noção de “eu”, entendendo-se então que este era autêntico quando tinha um “caráter honesto ou verdadeiro”, por oposição a um indivíduo desonesto, por um lado, e à “falsa moralidade da sociedade”, por outro (Zukin, 2010: 21). As pessoas eram, assim, consideradas “autênticas se estavam mais próximas da natureza – ou do modo como os intelectuais a imaginavam – do que das disciplinas institucionais do poder” (*idem*).

Esta noção subsiste no senso comum<sup>9</sup>, tendo-se, entretanto, alargado a outros domínios da sociedade. Desde logo o da “arte”, no qual se assume como fundamental o conceito de “aura” apresentado em 1936 por Benjamin (1992) no âmbito de uma reflexão sobre a “obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”. Para o autor, a aura de uma obra de arte – a sua singularidade – é indissociável do “aqui e agora” desta última, isto é, “a sua existência única no lugar em que se encontra” (*idem*: 77). Este aspeto é desvalorizado mesmo quando se trata de reproduções que deixam a “existência da obra de arte incólume”, como a fotografia de uma catedral (*idem*: 78). A “autenticidade de uma

---

<sup>9</sup> No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, “autêntico” é definido, entre outras formulações, como “em conformidade com os factos; cujo detalhe reflete a realidade”, “não imitativo; verdadeiro”; “em que não há falsidade; espontâneo, real” e, em particular no Brasil, para classificar o “indivíduo que se assume tal qual é, que não se apresenta aos outros de modo idealizado” (“Autêntico”, 2001: 450).

coisa” é, assim, a “soma de tudo o que desde a origem nela é transmissível, desde a sua duração material ao seu testemunho histórico” (*idem*: 79).

A par desta dimensão, Benjamin (1992: 82) destaca ainda o facto de o “valor singular da obra de arte autêntica” ter o seu fundamento “no ritual em que adquiriu o seu valor de uso original e primeiro”, reconhecível “mesmo nas formas mais profanas do culto de beleza, enquanto ritual secularizado”. É desta “existência parasitária” que, não obstante perder a aura que a define primordialmente, a obra de arte se emancipa na era da reproduzibilidade técnica, adquirindo uma nova função social: a política. Libertado pela “técnica de reprodução” do domínio da tradição”, o “objeto reproduzido” destina-se à “ocorrência em massa” em detrimento da anterior “ocorrência única” (*idem*: 83-84).

É, no entanto, a aplicabilidade desta tese ao espaço urbano aquilo que importa aqui relevar. Além da obra de arte, Benjamin (1992: 81) aplica também o conceito de aura a “objetos naturais”, definindo-o como a “manifestação única de uma lonjura, por muito próxima que esteja” e ilustrando-o com a possibilidade de, “numa tarde de verão descansado”, alguém “seguir a cordilheira no horizonte” ou aproveitar a sombra que um ramo lança sobre si. Tal como no caso dos “objetos históricos”, a importância do aqui e agora são evidentes, mas não é claro que estes existam numa metrópole.

Partindo de uma perspectiva da cidade enquanto texto, Savage e Warde (1993: 135) salientam que, embora a sua “singularidade” no espaço a diferencie de outras formas de arte, aquela não é dotada de “distinção temporal”. Com efeito, “especialmente únicas e irreproduzíveis”, as cidades “estendem-se através do tempo, cada um com a sua aura” (*idem*: 136) – o que, no nosso entender, poderia traduzir-se em duas deduções algo contraditórias: a não existência de autenticidade numa metrópole ou a coexistência de diversas autenticidades, assumindo-se o aqui e o agora como o repositório de diversas auras. Independentemente da opção, parece estar subjacente a este entendimento, em qualquer caso, o pressuposto de que a autenticidade se trata de uma característica intrínseca ao objeto – um ponto de vista de que tendemos a discordar.

É o próprio Benjamin que, nos seus estudos sobre a cidade, argumenta que esta “é um repositório das memórias e passado das pessoas” e um “recetáculo de tradições culturais e valores” e que, por isso, ler o “texto urbano não é uma questão de escrutinar intelectualmente a paisagem; mas sim uma questão de explorar a fantasia, os processos de desejos e os sonhos trancados na nossa percepção das cidades” (Savage e Warde, 1993:

133). É esta ideia de negociação – baseada em motivações mais emocionais do que racionais – que privilegiaremos ao falar de autenticidade, ainda que este processo não seja dissociável da ideia que persiste no senso comum de que é “autêntico” aquilo ou quem é verdadeiro e está mais próximo da natureza.

Tal como Cohen (1988: 373) recorda ao analisar o fenómeno turístico, de um determinado ponto de vista antropológico que se baseia no pressuposto de que “a sociedade moderna é inautêntica”, o “homem moderno” é visto como um ser que vive “em busca da autenticidade”, nomeadamente através do turismo. Esta perspetiva não pondera, contudo, a possibilidade de turistas e analistas sociais “poderem concecionar autenticidade em termos distintos” (*idem*: 374). Em alternativa, o autor define então “autenticidade” como “um conceito socialmente construído”, cuja “conotação social” é “não dada mas negociada” (*idem*). Tal não é incompatível, porém, com a ideia de que o turista procura, em maior ou menor grau, autenticidade nas suas visitas.

Ressalvando que em causa está uma atividade que, por um lado, é bastante heterogénea e, por outro, “envolve tipicamente algum tipo de encontro com o Outro”, o autor estabelece uma relação entre o grau de profundidade da experiência desejada pelo visitante e a sua preocupação com a autenticidade do produto: em geral, quando menos importante for para o turista ter esse contacto, menos estritos são os critérios adotados para avaliar se algo é ou não autêntico (*idem*: 376-377). Por outras palavras, quanto mais purista for o turista, maior a relevância de uma aproximação ao que considera ser o estado “natural” do lugar que quer conhecer.

Particularmente interessante é o facto de se constatar que existe uma adaptação da oferta à procura, adquirindo relevância as noções de “autenticidade encenada” (*idem*: 377) e de “autenticidade emergente” (*idem*: 380). A primeira traduz-se na apresentação, pelos locais, dos elementos que, de acordo com critérios mais apertados, são encarados pelos visitantes como autênticos; a segunda, na capacidade de algo novo passar, com o tempo, a ser percecionado como “uma manifestação ‘autêntica’ da cultura local” (*idem*).

Torna-se assim evidente, em suma, que a autenticidade não se trata de uma característica intrínseca a um objeto mas sim de uma construção social que, não raras vezes, parte do princípio de que algo é quanto mais autêntico quanto menos tiver sido corrompido pela sociedade “moderna”. Não é, ainda assim, claro o porquê de, na contemporaneidade, ser fundamental falar-se de autenticidade ao estudar-se o espaço

urbano. A questão estará, julgamos, mais na aura que envolve o que é tido como autêntico do que no modo como este é caracterizado:

“Reivindicar autenticidade torna-se predominante num tempo em que as identidades são instáveis e as pessoas são julgadas pelo seu desempenho e não pela sua história ou pelo seu caráter inato. Sob estas condições, a autenticidade diferencia uma pessoa, um produto ou um grupo dos seus competidores; confere uma aura de superioridade moral, uma vantagem estratégica (...). Na realidade, poucos grupos podem ser autênticos de acordo com as formas contraditórias em que usamos o termo: por um lado, ser primordial, historicamente o primeiro ou fiel a uma visão tradicional e, por outro, ser único, historicamente novo, inovador e criativo. Nos tempos modernos, porém, pode não ser necessário para um grupo ser autêntico; pode ser suficiente reivindicar ver autenticidade de modo a controlar as suas vantagens” (Zukin, 2010: x).

Aproximando-se de Cohen (1988) ao reconhecer na ideia de “autenticidade” duas facetas que remetem para a origem e a criação – respetivamente “as características que cada geração vê como originais porque sempre ali estiveram durante a sua vida” e as que “cada geração cria por si mesma” (Zukin, 2010: xi) –, a autora identifica, com Nova Iorque como objeto de estudo, uma outra dimensão: a do controlo do espaço urbano por determinado grupo – isto é, de poder – intimamente ligado a um entendimento da cidade em que predomina, nas palavras de Lefebvre (2012), o valor de troca sobre o do uso.

Com efeito, numa época em que os utilizadores do espaço urbano se assumem “como consumidores da arte, comida e imagens da cidade”, a autenticidade torna-se

“numa ferramenta, a par do poder político e económico, para controlar não apenas a aparência mas o uso de espaços urbanos reais: bairros, jardins comunitários, ruas comerciais” (Zukin, 2010: xi).

Particularmente relevante é o facto de este processo de tentativa de controlo do espaço urbano ser, por um lado, indissociável do “poder cultural dos media, incluindo novos media como os *wikis* e os *blogues*, e dos gostos dos consumidores” (*idem*: xiii) e, por outro, se destinar, mais do que a “preservar a comunidade” que nele reside, a “preservar a aparência e a experiência de autenticidade” (*idem*: 244), com a estética a ser essencial.

De realçar, contudo, que, mais do que considerar que tal acontece de forma orquestrada, este entendimento reforça a ideia de que a autenticidade não se trata de uma característica intrínseca ao objeto, mas sim de uma expressão “das nossas próprias



ansiedades acerca do modo como os lugares mudam”. Mais uma vez, a variável espacial de que Benjamin fala está presente – “o aqui” – mas não “o agora”, ainda que, recordemos, o tempo seja uma componente essencial na construção daquela noção:

“A autenticidade envolve o tempo, embora de três formas distintas. Primeiro, o apelo da autenticidade sugere que nos agarramos ao ideal de uma cidade atemporal que nunca muda, e usamos este ideal, representado por imagens culturais de um período histórico específico, como um *standard* absoluto para julgar a experiência urbana. Mas, segundo, as nossas imagens mentais de autenticidade refletem mudança, uma vez que cada geração tem uma experiência da cidade no seu próprio tempo que dá forma ao que os seus membros pensam sobre as casas, lojas, e pessoas que ‘pertencem’ a um quarteirão, um bairro e na cidade como um todo. Terceiro, pensar sobre autenticidade mostra a importância do tempo no seu sentido mais lato, porque os habitantes da cidade estão cada vez mais preocupados em fazerem o seu caminho entre as promessas de criação e as promessas de aniquilação, seja pela renovação urbana seja pela gentrificação, seja pela guerra ou por um desastre ecológico” (Zukin, 2010: 29).

Em síntese, falar de autenticidade é falar de uma ideia socialmente construída a partir de uma relação complexa entre os diversos intervenientes no espaço urbano, incluindo os *media* menos tradicionais, e que, ao limite, poderá ser totalmente diferente de pessoa para pessoa. É, ainda assim, possível afirmar que se encontra frequentemente associada a um certo estado natural ou período histórico – ou ao modo como estes são imaginados no presente – anteriores ou não corrompidos pela sociedade “moderna”. Esta visão adquire especial importância quando se fala de centro histórico. Neste, tal como na noção de “autenticidade”, a relação entre passado, presente e futuro é problemática, sobretudo numa época em que, dada a generalização da cidade como espaço de consumo, o termo é uma ferramenta na luta pelo controlo do uso e aparência da urbe.

### 1.3.3. Centro histórico

A noção de centro é, ao falar-se de cidades, hoje bastante mais complexa do que em épocas anteriores da História. Na Idade Média, e restringindo a descrição ao mundo ocidental, a cidade, muralhada, organizava-se “em bairros, agrupados em torno do centro”, que correspondiam “geralmente ao exercício especializado de uma profissão ou

de uma atividade própria” e, em simultâneo, à “sobreposição do lugar de trabalho e de residência de dono e empregado” (Rémy; Voyé, 1992: 40). O centro era o lugar onde estavam “instalados os poderes”, sendo face a ele que os bairros conquistavam o seu “sentido pleno” (*idem*). Equiparava-se, igualmente, ao “espaço que concentrava todas as atividades”, sendo “tanto mais diversificado quanto se situava a um nível elevado da hierarquia funcional” (*idem*: 72). Esta lógica alterou-se com a urbanização – o “processo em que a mobilidade espacial organiza a vida quotidiana” (*idem*: 65).

Num contexto de “individuação” interligado com uma ideia nova de “liberdade de escolha”, a “desvalorização das relações de vizinhança” e o “desenvolvimento de relações funcionais”, o centro viu o “seu carácter outrora importante de lugar privilegiado de expressão coletiva e de reafirmação da existência e da unidade de grupo na sua cultura e na sua estrutura social reduzir-se”, sendo derrotado, a partir dos anos 1950, pelo “movimento funcionalista ‘moderno’, que, em nome da utilidade, da eficácia e da rentabilidade, substitui[u] o centro multifuncional e simbolicamente forte por ‘centros’ especializados e dissociados espacialmente” (*idem*: 81-82).

Já na década de 1970, tornou-se nítida nas “estruturas das cidades e nas suas relações mútuas” a influência do “progresso na tecnologia dos transportes e comunicação e [d]o reforço dos processos de internacionalização” (Salgueiro, 1998: 40). Na cidade pós-industrial<sup>10</sup>, que tem como característica a sua fragmentação,

“o centro perde a especificidade regional e acolhe funções determinadas por processos longínquos de carácter global e a continuidade com a periferia é desafiada pela multiplicação das centralidades. As cidades ligam-se em redes, sem atenção nem à distância nem à dimensão dos lugares, nas quais buscam sinergias e identificação, muito mais do que no seu *hinterland*” (*idem*: 41).

Era o início do que viria a ser definido como “cidade global”: “a articulação global dos segmentos de muitas cidades numa rede de domínio funcional ligada eletronicamente por todo o planeta” (Castells, 2002: 14). Tal não significa que, neste contexto, as cidades desaparecem em redes virtuais, mas sim que “são transformadas pelo *interface* entre comunicação eletrónica e interação física, pela combinação de redes e lugares” (*idem*). Trata-se, assim, de uma cidade “organizada em função da oposição global-local”, com os

---

<sup>10</sup> A autora classifica assim a cidade associada à cultura pós-moderna, instalada a partir dos anos 1960.

“processos dominantes na economia, tecnologia, *media* e autoridade institucionalizada” a organizarem-se em “redes globais” e o “dia a dia do trabalho, vida privada, identidade cultural e participação política” a ocorrerem “essencialmente” à escala local (*idem*: 13).

Esta dinâmica, intimamente associada à “emergência de uma nova sociedade, característica da Idade de Informação”,

“concentra-se desproporcionalmente em áreas metropolitanas de um novo tipo: constelações urbanas dispersas por enormes expansões territoriais, funcionalmente integradas e socialmente diferenciadas, em torno de uma estrutura com múltiplos centros” (*idem*: 12)

e decorre em paralelo com outras mudanças espaciais resultantes daquele processo estrutural. Entre elas, está a transformação dos “centros urbanos e do espaço público” numa “expressão crítica da vida local, medindo a vitalidade de determinada cidade”, como “reação contra tendências globais de crescimento suburbano em mancha e de individualização dos padrões residenciais” (*idem*: 13).

É neste contexto de múltiplos centros e do espaço público como aferidor da vitalidade de uma cidade que, no final do século XX, adquire relevância a noção de “centro histórico”, que, mais do que geográfica, é simbólica:

“[A] expressão centro histórico, mais do que remeter para um objeto ou para um espaço, converte-se em representação de alguma coisa. Essa metalinguagem do património, de que a expressão centro histórico faz parte, representa tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana” (Peixoto, 2006: 37).

Os centros históricos constituem hoje, por isso, “um elemento de uma nova sintaxe do espaço urbano que concentra, ela própria, as críticas às cidades e à urbanização” (*idem*: 35). Particularmente interessante é o facto de, deste ponto de vista, a noção de centro ser bastante mais complexa do que de uma perspetiva funcional ou física.

Para Barthes (2005: 171), o centro é o “local de reunião em todas as cidades”, instituído “acima de tudo pelos jovens, pelos adolescentes”, e sentido como o “espaço onde forças subversivas, forças de rotura, forças lúdicas atuam e se encontram”. Tal implica, como o demonstram estudos sobre o interesse, à data, de Paris pelos seus subúrbios, que o centro seja “semanticamente” visto pela periferia “como o local

privilegiado onde o outro está” e onde quem nele reside desempenha precisamente o papel de outro (*idem*). A ausência desta componente simultaneamente lúdica e de alteridade é característica, pelo contrário, de “tudo o que não é centro”, associado à família, à residência e à identidade (*idem*). É, assim, através da relação entre si que centro e periferia são produzidas simbolicamente: o centro é o que a periferia não é e vice-versa, com o primeiro, por ser um local “privilegiado” (*idem*), a ser considerado, independentemente de todos lhe poderem aceder, hierarquicamente superior.

Embora esteja aqui presente a oposição implícita na definição anteriormente apresentada de “centro histórico” entre boa cidade e má cidade, dificilmente esta descrição corresponderá, cremos, a locais como os núcleos antigos que, atendendo à evolução já descrita, foram, “à medida que as sociedades se foram tornando essencialmente urbanas”, “perdendo importância, constituindo, cada vez mais, porções muito limitadas da superfície abrangida” (Peixoto, 2006: 29). É a esta luz que consideramos ser essencial a noção de “núcleo sólido” apresentada em 1967 por Barthes (2005: 169): “o ponto central do centro da cidade (...) que não constitui o pináculo de qualquer atividade particular, mas sim uma espécie de ‘ponto focal’ para a imagem que a comunidade desenvolve do centro”. Em Tóquio, por exemplo, considerado pelo autor “um dos mais intrincados complexos urbanos que podemos imaginar do ponto de vista semântico”, esse papel é desempenhado pelo palácio imperial. Sentido como “um centro vazio”, é, porém, “necessário à organização do resto da cidade” (*idem*).

Encontramo-nos, desta forma, perante algo que, não constituindo necessariamente um centro funcional, físico ou de encontro com o outro, se assume como fundamental na formação da imagem – ou, na perspetiva que aqui adotamos, de uma ou mais representações – da cidade e da(s) identidade(s) de quem nela habita. Precisamente os papéis desempenhados pelos ditos centros históricos nas cidades que se definem – que se representam –, como “históricas”. Como refere Peixoto (2006: 43),

“[o] ‘centro histórico’, não obstante a existência de novos espaços urbanos, diz respeito a um lugar circunscrito e delimitado onde se localizam as fontes deste *ethos* [de natureza histórica] e as manifestações festivas, estéticas e emblemáticas da sua fundação. Neste sentido, é possível continuar a falar de uma ‘cidade histórica’ ainda que ela, no seu conjunto, já não o seja do ponto de vista das funções dominantes. Mas mesmo nestas situações é frequentemente o ‘centro histórico’ que detém o poder de representação e de perceção da cidade atual, porque nele

estão fixados os símbolos que dão forma à identidade urbana. O passado e a história, de que os ‘centros históricos’ aparecem como repositório, são a matéria-prima necessária para criar um *décor* que sustenta a introdução de elementos modernos na paisagem urbana. É esta simultaneidade de diversidade entre o ‘antigo’ e o ‘moderno’ no espaço urbano que, em boa parte, reforça o valor da imagem de marca que os ‘centros históricos’ representam”.

Importa, por isso, atentar na forma como esse passado se materializa. Embora centrando a sua análise noutro tipo de territórios, Zukin (1993: 232) mostra bem, ao analisar o processo de construção da *Disney World*, a importância da arquitetura na construção simbólica do espaço, assumindo-se aquela como “capital de simbolismo”. No contexto lisboeta, Costa (2008: 34) identifica algo de semelhante em Alfama – talvez o território vulgarmente mais associado ao dito centro histórico de Lisboa – a partir, entre outros aspetos, de uma síntese sobre a influência da política cultural do Estado Novo na identidade cultural do bairro, com particular incidência na sua patrimonialização e na eleição daquilo que é considerado genuíno, seja por ser anterior à intervenção do regime, seja por recriar, “mesmo que à custa de alguma invenção factual, de um ‘espírito de lugar’ supostamente típico, vagamente situado algures em épocas passadas”. Uma seleção que, como qualquer outra, não é neutra:

“[O]s referentes particulares mencionados como património ‘genuíno’ não deixam (...) de ser selecionados de entre os inúmeros possíveis, focalizando de maneira privilegiada esta ou aquela época, este ou aquele elemento arquitetónico ou urbanístico, no conjunto virtualmente inesgotável de todos os que foram sendo construídos ou destruídos, refeitos ou modificados, num processo permanente, ao longo da história. É característico das representações sociais patrimonialistas (...) não se darem conta das operações de seleção por elas próprias praticadas, entendendo de maneira reificante como propriedades intrínsecas a certos objetos aquilo que é atribuição de sentido elaborada de modo seletivo, segundo critérios simbólicos socialmente enraizados, mas, em geral, não assumidos como tal” (*idem*).

Trata-se, na prática, apenas de uma perspetiva do passado, o que obriga, necessariamente, a questionar o porquê da escolha de determinados elementos e não de outros e que dificilmente será dissociável do momento em que se processa. Desde logo devido à ideia, já referida, de que em causa está uma resposta a uma “urbanização galopante”; numa lógica em que a “ameaça do desaparecimento” dos núcleos das antigas

metrópoles, fruto de uma perda contínua de habitantes, “conduz a espécie de descoberta do património, que se constitui como a segunda via da realidade ameaçada” (Peixoto, 2006: 63). Mais do que celebrar o presente, a “consciência patrimonial responde às necessidades da sociedade futura”, albergando, ao mesmo tempo, os interesses de quem gere a cidade. Exemplo disso é a forma como a expressão “centro histórico” se revela quer “um recurso retórico das políticas urbanas, encerrando em si própria muitas das ideologias que sustentam essas políticas”, quer um “trunfo” que

“acaba por funcionar como um ‘perfeito *alibi*’ para autarcas que, mostrando estar noutra lugar (onde a cidade se revê e a visibilidade é, por consequência, grande) provam não estar nos locais onde o caos urbanístico se expande e a responsabilidade política não encontra paternidade” (*idem*: 37).

Indissociável de todo este processo é a animação cultural dos “centros históricos”, uma atividade que, apenas pela sua existência, “aponta para a necessidade em dinamizar e revitalizar uma determinada comunidade” e que, em geral, decorre num quadro composto por “animadores, beneficiários da animação, atividades, meios e uma moldura espacial e temporal” (*idem*: 337-338). Dessa forma, por se configurar, “acima de tudo, como uma solução para identidades ameaçadas”, a animação, “consubstanciada através de manifestações de tradições, festividades e atividades recreativas e culturais diversas”, encontra nos centros históricos, sucedâneos simbólicos de núcleos antigos esquecidos, “uma moldura adequada para se exercitar e concretizar” (*idem*: 336). Consequentemente, a animação cultural afirma-se não só como uma

“forma de promover a patrimonialização de um número infindável de bens, artefactos e hábitos, mas também como força propulsora de uma certa autenticidade e de uma certa qualidade de vida” (*idem*).

Por último, importa ainda ressaltar que focar a análise de “centros históricos” na sua dimensão simbólica e patrimonial não implica esquecer que, em causa, estão locais onde habitam, efetivamente, pessoas, que não são, de todo, alheias, a esta questão. Como o demonstra a teoria do efeito de lugar de Bourdieu (1993a), já explanada, não é possível falar de qualquer lugar, mesmo que o foco seja a sua componente simbólica, sem atentar em quem nele habita e que, de forma mais ou menos voluntária, contribui para certas representações do espaço que ocupa (e de si).

Em suma, entendemos centro histórico como algo que se define não espacial ou funcionalmente mas sim simbolicamente e que, como tal, nem sempre é de fácil delimitação no espaço físico, ainda que pela importância que, nomeadamente, a arquitetura assume, se possa de alguma forma associar, no caso de Lisboa, ao seu núcleo antigo. Além disso, consideramos que a sua existência desempenha um papel fundamental na formação de representações e identidade(s) da cidade e dos seus habitantes, na prossecução de determinado futuro coletivo. Subjacente a esta perspetiva está a construção, com a patrimonialização a revelar-se crucial nesse processo, de um passado que, não raras vezes, é idealizado, de modo a dar resposta às inquietações geradas pelo rápido processo de alteração, nas últimas décadas, da configuração do espaço urbano.

#### 1.3.4. Bairro (popular/histórico/típico)

Bairros são, na definição proposta por Lynch (2016: 52) em 1960, “regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, (...) em que o observador penetra («para dentro de») e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável”. Estas unidades – que podem conter sub-bairros diferentes no seu interior, “mas adaptando-se ao todo” –, são, assim, “sempre passíveis de identificação do lado interior e, também, do exterior, no caso de se poderem notar, com diferenças de indivíduo para indivíduo” (*idem*). O traçado das ruas, o tipo de edifícios, o estilo e a topografia são algumas das características em que sua homogeneidade física se traduz, tornando-se o seu efeito “inconfundível” quando esta coincide com “hábitos” e “categoria social”. Em geral, é em função dos bairros, a par das vias<sup>11</sup>, que a “maioria dos cidadãos estrutura” a sua cidade, ainda que tal pareça “depende não só do indivíduo, mas também da cidade em questão” (*idem*).

Não obstante privilegiar a vertente física da urbe, consequência de se inserir num estudo cujo conceito-chave é o de imaginabilidade – isto é, aquela “qualidade de um objeto físico que lhe dá grande probabilidade de evocar uma imagem forte num observador” (*idem*: 17) –, esta proposta constitui, no nosso entender, um bom ponto de partida para um entendimento focado na componente simbólica. Desde logo, é de realçar o facto de, independentemente das suas características morfológicas ou arquitetónicas, o

---

<sup>11</sup> “[C]anaís ao longo dos quais o observador se move, habitual, ocasional ou potencialmente”, como “ruas, passeios, faixas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro” (Lynch, 2016: 53).

caráter individual da sua identificação apontar para a existência de uma unidade que, mais do que intrínseca à forma urbana, se assume como uma representação de determinada área. Com efeito, a própria noção de imaginabilidade remete para a “produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e muito úteis no meio ambiente” (*idem*), incluindo o autor, na discriminação das categorias de interesse direto para o *design* na melhoria daquela qualidade, as “características não físicas que podem reforçar a imagem de um elemento”, como os nomes – “importantes na cristalização da identidade” – e os “significados e associações, históricos, sociais ou funcionais, económicos ou individuais” (*idem*: 111-112). Sempre a par dos seus atributos físicos.

É precisamente isto que parece acontecer em Lisboa, onde os bairros serão necessariamente de menor dimensão do que aqueles que Lynch (2016) identificou em três urbes estado-unidenses de grande escala. “[O]missos e inexistentes”, como lembra Cordeiro (2001: 126), “na estrutura política e administrativa da cidade, nas estatísticas por freguesia, em registos escritos e documentos de vários tipos”, os bairros da capital, em particular os ditos populares, fazem, todavia, “parte da memória oral da cidade e da sua *pattine* cultural”, sem que a sua classificação como “populares” seja despicienda.

Num caso, como o português, em que a palavra “bairro” se refere a “realidades bastantes contrastantes”, a emergência dos bairros populares está intimamente ligada ao surgimento das Marchas Populares, fixando-se a sua ideia, “de um modo geral, nos nomes anualmente publicitados” no concurso, referentes a “lugares mais antigos da cidade” (Cordeiro, 1997: 40). São, por isso, os daquele tipo que nos interessa aprofundar, ainda que, de uma perspetiva alargada, não deixe de ser curiosa a constatação de que, hoje, “os novos bairros nos raros espaços ainda disponíveis” se designam por “urbanizações”, ficando aquele termo reservado para os “que exibem alguma pobreza e precariedade, desde os de lata até aos clandestinos, passando pelos sociais ou de realojamento” (*idem*).

No Capítulo 3 aprofundaremos o processo de implementação do concurso das Marchas Populares, mas importa desde já reiterar que estes bairros “participam de um complexo processo de construção cultural do popular urbano que teve lugar ao longo do século XX”, contribuindo, no seu conjunto, “para a criação de uma visão do mundo peculiar, parte integrante de um certo imaginário urbano, revelador de uma cidade popular e histórica” (Cordeiro, 2003: 186). Quase como se, numa operação metonímica, estes bairros, existentes apenas em conjunto, correspondessem a Lisboa na totalidade.



Tal não significa, contudo, que se esgotem no seu valor simbólico. Com efeito, “para além de representarem a cidade”, estes bairros “inserem-se, na sua maioria, num *continuum* urbanizado com séculos de história, revelando diferentes inserções urbanísticas, históricas e administrativas” (Cordeiro; Costa, 1999: 59). Ao mesmo tempo que no “plano da significação cultural possuem uma ‘unidade temática’ (...) feita de características morfológicas, sociais, históricas, e até míticas”, apresentam no contexto da sua “existência local”, não obstante não serem dotados de “fronteiras territoriais estáveis”, “uma prática social quotidiana etnografável” (*idem*: 59-60). Mais do que isso, são parte integrante dessa construção simbólica, apesar de, como verificou Costa (2008) em Alfama, a sua composição social ser bastante mais complexa do que a projetada.

Este bairro – “porventura um dos referentes urbanos que mais têm servido para a construção da ‘imagem típica’ de Lisboa, enquanto cidade de história milenar e enquanto cidade de bairros” (Cordeiro; Costa, 1999: 61) – constitui, de resto, um bom exemplo de como uma representação produzida, “em grande medida, não pela população local, mas a partir do exterior”, “capaz de impor simbolicamente modos de visibilidade e critérios de valoração”, coexiste com “sentimentos de pertença e referência identitária” (Cordeiro; Costa, 1999: 63; Costa, 2008: 50-51). Com efeito, a

“morfologia física do bairro, a sua composição de classe, as atividades económicas ali praticadas, a densidade das redes sociais locais, a frequência, intensidade e repetição das interações quotidianas, a importância do associativismo, o modo como se inserem no local as instituições supralocais, a lógica das rivalidades bairristas, com outros espaços da cidade, tudo isto faz dele um quadro de interação propício à produção continuada das formas culturais com grande carga simbólica e força expressiva – de que o fado, as festas e as marchas são exemplos” (Costa; Cordeiro, 1999: 65).

A relevância da estrutura social é ainda mais visível no caso da Bica, onde a transformação de um “lugar escondido” num “bairro típico” decorreu, maioritariamente, de uma dinâmica interna e não de um investimento simbólico exterior, com uma associação local – o Marítimo Lisboa Clube – a desempenhar um papel fundamental, numa atuação intimamente ligada ao concurso das Marchas Populares (Cordeiro, 1997; Cordeiro, 2001; Cordeiro; Costa, 1999). Enquanto Alfama era, “já em finais do século XIX”, claramente valorizada, por parte de uma elite de intelectuais lisboetas, como um lugar de memória”, a Bica, até então desconhecida, começou a ganhar visibilidade só nos

anos 1950, após a participação, por iniciativa daquela entidade, na edição de 1953 do certame, que acabaria por conquistar nesse e noutros anos (Cordeiro; Costa, 1999: 70).

Ainda hoje responsável pela organização do conjunto do bairro, bem como do principal arraial que ali acontece, aquela associação confundia-se, pelo menos até à viragem do século, com o núcleo de vizinhança que integra, assumindo-se, “a partir – e a pretexto – das festas dos santos populares”, como “interlocutora privilegiada do poder municipal” no bairro (*idem*). Não sendo, a princípio, associada a personagens-tipo ou factos e lendas que a sedimentassem na história e no imaginário de Lisboa, mas partilhando características físicas e sociais com Alfama, a Bica acabaria por se impor “como um dos bairros mais típicos [da capital] fruto de uma publicitação sistemática da sua imagem” – através da sua presença assídua nas Marchas Populares e da exploração simbólica da figura do aguadeiro –, da sua criatividade perseverante, da sua vontade de afirmação (*idem*: 71). Pode, por isso, afirmar-se, em síntese que

“[a] sua morfologia física – topografia, habitação, traçado urbano –, a caracterização socioeconómica e cultural da sua população, a existência de redes familiares estruturadoras de práticas quotidianas de sociabilidade e a sedimentação de uma historicidade local são apenas alguns dos elementos que, endogenamente, contribuíram decisivamente para a recente metamorfose (...) deste lugar urbano. Exogenamente de um modo mais abrangente o processo cultural de definição da realidade (...) interdependente da produção das festas dos santos populares institui-o como mais um bairro representativo da cidade” (*idem*).

Constatamos, assim, naqueles que são dois dos exemplos dos “bairros populares” mais emblemáticos de Lisboa, a unidade temática de que Lynch (2016) falara, acompanhada de uma forte componente simbólica, até ao nível do nome, que reforça a sua condição. Não sendo possível extravasar qualquer um destes processos para a generalidade dos bairros que participam nas Marchas Populares, estes são, porém, significativos, por tudo o que está neles implícito: desde a produção simbólica do espaço à diversidade de intervenientes nesse processo, passando pela importância da morfologia e pelo predomínio, subentendido pelo menos em termos representacionais, dos laços comunitários em detrimento dos laços associativos. Isto apesar de, na realidade, os seus “protagonistas sociais” transitarem “entre mundos culturalmente diferentes, com maior ou menor intensidade das correspondentes metamorfoses, nos registos interpretativos e comportamentais que acionam perante cada um deles” (Cordeiro; Costa, 1999: 78).

Delimitados – mesmo que difusamente –, sim, mas não fechados sobre si, ainda que, do ponto de vista simbólico, continuem a exhibir, nomeadamente no concurso das Marchas Populares, uma identidade una e cristalizada. Para tal, contribuirá a persistência do adjetivo “popular”, já problematizado, a par de outros igualmente habituais, como “histórico” ou “típico”, e que, neste contexto, se assumem quase como sinónimos.

## CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

### 2.1. Pergunta de partida

Quivy e Campenhoudt (2013) definem três critérios para identificar uma boa pergunta de partida, a primeira etapa de uma investigação: a clareza, a exequibilidade e a pertinência. Como referimos no Capítulo 1 cometemos o erro, ao iniciarmos o nosso trabalho, de nos propormos a algo que, dada a nossa calendarização, não seria possível executar, o que nos obrigou a reformular a nossa perspetiva e, por conseguinte, a nossa pergunta de partida, num processo “mais circular e em espiral do que estritamente linear” (*idem*: 103) – como o comprova a nossa questão final.

Com efeito, foi ao aprofundarmos a nossa pesquisa bibliográfica que nos apercebemos, a partir do concurso das Marchas Populares de Lisboa, de que existe, entre tantas outras, uma determinada representação de Lisboa para a qual contribuem, de forma mais ou menos voluntária, diversos atores mais ou menos territorializados, como o demonstram os casos de Alfama e Bica. Menos evidente é, no nosso entender, o modo como estes se relacionam, questão que considerámos que poderíamos aprofundar respeitando o prazo a que nos propuséramos (dois semestres letivos). Desta constatação resultou, na sua versão final, a seguinte pergunta de partida: *“Como se relacionam os intermediários e as formas de mediação que intervêm, de forma mais ou menos delimitada geograficamente, na (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade?”*

Em primeiro lugar, consideramos que, ao especificar expressamente de que representação se trata e que em causa estão intermediários e formas de mediação, é bastante precisa quanto ao fenómeno em análise, sem deixar de ser concisa – os dois atributos referidos por Quivy e Campenhoudt (2013: 35-36) no critério da clareza. Além disso, cremos que, ao contrário do que acontecera inicialmente, é exequível, o que não quer dizer que, para tal, não seja necessário delimitar com rigor o corpo de análise. Por último, julgamos que é pertinente, por, baseando-se na estrutura concetual que explanámos no capítulo anterior, poder contribuir para uma maior compreensão da origem de uma representação que, como se pode deduzir pela citação de documentos recentes (Caraça *et al.*, 2009; Câmara Municipal de Lisboa, 2012; Câmara Municipal de

Lisboa, 2013; Câmara Municipal de Lisboa, 2013), assume alguma relevância na contemporaneidade na (re)produção simbólica de (uma certa) Lisboa.

De ressaltar, porém, que estamos cientes de que a nossa pergunta de partida tem subjacente noções que, dada a sua complexidade, dificilmente conseguiríamos incluir de forma simples numa formulação concisa. Alertamos, por isso, para o facto de esta pergunta dever ser entendida à luz dos conceitos-chave tratados no Capítulo 1 e dos conceitos operacionais problematizados na secção seguinte.

## 2.2. Conceitos operacionais

### 2.2.1. Intermediação e formas de mediação: definição

A primeira dificuldade que se coloca ao centrarmos a nossa análise na questão da mediação e/ou intermediação é o de definição e distinção destes conceitos, não raras vezes utilizados de modo indiscriminado no dia a dia.

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a palavra “mediação” é entendida, entre outras aceções, como o “ato de servir de intermediário entre pessoas, grupos, partidos, facções, países, etc., a fim de dirimir divergências; arbitragem, conciliação, intervenção, intermédio” e o “ato de agir como intermediário entre comprador e vendedor; corretagem” (“Mediação”, 2001: 2432), enquanto “intermediar”, para o qual remete a entrada “intermediação”, corresponde, entre outros significados, a “servir de intermediário ou mediador em; interceder, intervir” (“Intermediar”, 2001: 2120). Já “intermediário” remete, por sua vez, entre outras aceções, para algo ou alguém “que está no meio ou entre dois; intermédio, entreposto”; “pessoa que intervém para conseguir alguma coisa para outrem; mediador, medianeiro”; e “indivíduo que, nos negócios, atua entre o vendedor e o comprador ou entre o produtor e o consumidor” (“Intermediário”, 2001: 2120); enquanto “mediador” se refere, entre outras hipóteses, a algo ou alguém que “serve de intermediário, de elo”; que “se incumbe de encontrar soluções para desacordos entre cidadãos e o Estado, quando todos os demais recursos fracassaram”; e “que exerce papel intermediário entre as partes interessadas no fechamento de um contrato, um negócio; corretor” (“Mediador”, 2001: 2432).

Há, assim, semelhanças entre o significado de “mediação”, “intermediação”, “mediador” e “intermediário”, com certas características a sobressaírem, como a associação dos termos a um elemento exterior às partes envolvidas, independentemente

do contexto. Davallon (2003: 5, 9) identificara já esta particularidade ao examinar “um conjunto de textos de ciências da informação e da comunicação” em que o uso da palavra “mediação” é relevante, descortinando então quatro atributos da ação daquela terceira parte. Em primeiro lugar, esta “produz sempre, em maior ou menor grau, um ‘efeito’ sobre o destinatário da comunicação” – “um beneficiário respeitado, valorizado como sujeito, e não instrumentalizado” (*idem*: 9-10). Em segundo, o “objeto, o ator ou a situação de partida sofrem uma modificação devido à integração num outro contexto” (*idem*: 10). Em terceiro, o “operador da ação (...) é (...) quer ação humana, quer operador objetivado sob forma de dispositivo, quer por vezes ambos”, havendo “quase sempre polémica sobre a sua forma e a sua natureza” (*idem*). Por último, influencia “o ambiente (mais frequentemente o ambiente social) no qual a ação se situa” (*idem*).

A esta luz, e admitindo para já que a representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade se trata do produto de uma cadeia simples produção-produto-consumo, poder-se-ia então afirmar que, através da mediação, Lisboa não só se transforma em algo de diferente por estar inserida num novo contexto, como também os destinatários dessa representação – que, nesta fase, poderemos chamar apenas de públicos em geral – retira algum benefício da ação dessa terceira parte, ainda indefinida, com reflexo no ambiente social (ou de outro tipo) da metrópole. Tal não permite clarificar, todavia, em que é que este quadro seria diferente do de um de intermediação, nem quais seriam os elementos externos.

Nesse sentido, julgamos ter particular interesse a proposta do mesmo autor para considerar a mediação como, por um lado, “a marca de uma necessidade para pensar certos objetos e certos domínios (cada vez que está em jogo dimensão cultural da comunicação)” ou executar “certas abordagens que entendam ter em conta duas, ou mesmo várias, dimensões (social e semiótica, técnica e semiótica, cultura e industrialização, referindo apenas as mais simples” (*idem*:16) e, por outro, um modelo que “faz aparecer (...) menos os elementos (a informação, os sujeitos sociais, a relação, etc.) do que a articulação desses elementos num dispositivo singular (o texto, o média, a cultura)”, constituindo esta sim a terceira parte (*idem*: 23).

Neste contexto, tendemos a afastar-nos da noção francesa de mediação cultural, focada na questão do acesso à cultura por parte de públicos diversos (Chaumier; Mairesse, 2015), e aproximar-nos das propostas de Lamizet (1999) e Crespi (1997), centradas, fundamentalmente, na componente simbólica e de ação.

Para o primeiro, a mediação representa, em geral, “o imperativo social maior da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação nas formas simbólicas”, assumindo-se também, por vezes, como um “imperativo cultural” – na medida em que “assegura a perenidade das formas e das linguagens da representação” – e um “imperativo político”, ao garantir “a existência de uma linguagem e de um sistema de significações e representações” (Lamizet, 1997: 9-10). Assim,

“as formas de mediação tornam possível, para nós, a representação da nossa pertença, e, neste sentido, tornam possível o aparecimento do equivalente social e político do *stade du miroir*, através do qual tomamos consciência da nossa própria pertença e da nossa própria sociabilidade percebendo aqueles que os outros são: as formas da mediação constituem o sistema de formas e representações através dos quais nos tornamos atores sociais” (*idem*: 12).

Na mesma linha, Crespi (1997: 21-27) defende, a partir da premissa de que “a ação humana se transforma para nós num facto inteligível unicamente se a colocarmos em relação com um significado” e de uma distinção entre sentido e significado, o papel da mediação simbólica em mudanças culturais, “enquanto suporte *necessário* da sociabilidade e forma de *redução* da complexidade”. Aqui, a cultura – “um conjunto de formas de mediação simbólica presentes num determinado contexto social” (*idem*: 28) –, “cumpre a sua função primordial na medida em que se articula em formas de resolução que, como tais, são o resultado de uma *absolutização* de significados sempre parciais”, cujo carácter, permite, “de vez em quando, (...) ordenar as representações da realidade e fundamentar a condição essencial da previsibilidade social” (*idem*: 234).

É a esta componente de ligação ente o indivíduo e o coletivo, comum a ambos os autores, embora com contornos algo distintos, que, operativamente, recorreremos para diferenciar os conceitos de “mediação” e “intermediação”. Tal implica que, ao invés de utilizarmos, na nossa análise, a expressão “mediadores”, privilegiaremos o uso de “formas de mediação”, uma vez que, mais do que grupos de pessoas ou indivíduos, estarão em causa sistemas ou objetos simbólicos. Antes de precisarmos quais serão, importa, contudo, esclarecer o que entendemos por intermediários, algo mais facilmente clarificável se recorrermos ao uso da expressão no mundo da arte.

Como Madeira (2000: 1) sublinha a propósito de um estudo sobre programadores culturais, “a definição de ‘intermediário cultural’ (...) assenta na pressuposição clássica

de um processo de criação artística repartido entre produção, intermediação e receção”, servindo aquele “de canal, de facilitador de ligação entre dois mundos (produção e consumo, princípio e fim) que, estando separados, devem ser ligados para que o processo de criação resulte”. Só que, como a autora demonstra, este procedimento não se apresenta como um “encadeamento linear”, mas sim como “um processo onde existem várias retroações e determinações recíprocas num contexto onde os intermediários ganham uma crescente importância na configuração e definição do que é a arte”, fruto, entre outros aspetos, do papel de legitimador que o programador cultural assume, a par de “outras esferas nomeação”, de “um valor cultural e económico de obras e artistas” (*idem*: 4).

Tal como Peterson (1994: 171) sintetiza, a arte é

“atividade coletiva, e isto é verdade para o trabalho de poeta tanto como é para o de um realizador, porque até a designação ‘génio solitário’ adquire significado apenas quando pessoas ou organizações no seio de um mundo da arte afirmam o seu uso pelas suas ações”,

aplicando-se o termo *decision chain* quando em causa está o modo como os trabalhos são alterados à medida que se transformam de ideias em produtos finais e *gatekeeping* quando “o foco é nos julgamentos sobre a admissão de pessoas ou trabalho num campo cultural”. Este último, aplicado primordialmente no estudo dos meios de comunicação de massa, tem, nos últimos anos, merecido alguma atenção, fruto da capacidade, graças à Internet, de cada utilizador contornar os *gatekeepers* tradicionais, alterando o padrão de consumo até então (Lee, 26 de abril de 2012). Mais do que centrar-nos em qualquer um destes processos, interessa-nos, porém, a complexidade que lhes está inerente.

Com efeito, não só o papel do intermediário cultural não é o de simples transmissor entre dois pontos, como também não se resume a uma profissão específica. Falando do campo cultural em geral, Bovone (1997: 105) identifica um grupo heterogéneo de “novos intermediários culturais”, isto é, uma “série de profissões novas, ou renovadas, intimamente ligadas aos processos comunicativos, que têm uma função crucial na sociedade atual” e que incluem, no plano coletivo, “jornalistas e publicistas, produtores de televisão, operadores de turismo, diretores de centros culturais e criadores de moda, arquitetos, galeristas, e por aí adiante”. Particularmente relevante é o facto de se revelarem “poderosos transmissores de cultura, entregues à elaboração e reelaboração e significados para o grande público, ou, se se preferir, para essa enorme caixa de ressonância que são os meios de comunicação de massa”, englobando “o conceito de



mediação simbólica” (*idem*: 116, 118). Tal significa que, independentemente da fronteira que delinearmos, intermediários e formas de medição não são dissociáveis.

Esta panóplia de “novos intermediários culturais” não é, de resto, alheia, no caso português, à “reorganização dos sistemas de produção e difusão cultural” decorrente do “crescimento gradual da oferta e dos consumos culturais e do desenvolvimento do setor da comunicação e do audiovisual”, em geral, e da “mercantilização do setor cultural”, do “surto de grandes projetos culturais” dos anos 1980 e 1990, e do crescente “papel das autarquias na estruturação da oferta cultural local” – refletido na aposta em “projetos culturais de prestígio” e “na ‘patrimonialização’, ‘culturalização’ e turistificação do património histórico e do espaço público” –, em particular (Ferreira, 2002: 19, 21-22).

Por último, importa ainda salientar que, paralelamente, também a própria noção de receção – o momento final do modelo clássico de produção artística e cultural – se tornou, de determinada perspetiva, desadequada, uma vez que, como sistematiza Press (1994: 236-237), aquela ideia aponta de forma algo “ingénua” para uma

“imagem de um ou de um grupo de leitores ou espectadores recebendo e interpretando produtos culturais sem mediação, num isolamento imaginário de outras interpretações e julgamentos desses produtos a que os leitores haviam sido já, quer direta quer indiretamente, expostos”.

Isto quando aquela ação se assume, ao invés, “como um processo ativo de seleção, interpretação, e recombinação de elementos que podem ser vistos como a ‘autoprodução’ de um mundo simbólico com significado para os ‘consumidores’” (Peterson, 1994: 183). Um objeto de arte é, de facto, como frisa Bourdieu (1993b: 111),

“feito não uma mas cem vezes, por todos aqueles que se interessam por ele, que encontram um lucro material ou simbólico em lê-lo, classificá-lo, decifrá-lo, comentá-lo, combatê-lo, sabê-lo, possuí-lo”.

Certo é que, independentemente da sua atuação concreta – que, como vimos, assume contornos complexos decorrentes da própria complexidade do(s) mundo(s) em que se movem –, os intermediários culturais nunca deixam de estar ligados à produção, transmissão e consumo dos objetos em causa. É, assim, a este aspeto que recorreremos para os distinguir de formas de mediação (re)produtoras de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade.

Nesse sentido, se as formas de mediação proporcionam um sentimento de pertença coletiva ao indivíduo através, por razões explicitadas anteriormente, da (re)produção

daquela representação, os intermediários culturais intervêm, direta ou indiretamente – desde a disponibilização de meios ao incentivo a fazê-lo –, na produção daquelas que são, porventura, duas formas de mediação incontornáveis neste processo: o concurso das Marchas Populares e a exposição coletiva dos Tronos de Santo António. Tal não significa, contudo, até por em qualquer um dos casos a componente simbólica ser essencial, que um intermediário não possa também ser uma forma de mediação.

### 2.2.2. Intermediação e formas de mediação: identificação

Importa agora, face a este enquadramento, gizar uma estratégia para identificar e compreender que formas de mediação e intermediários poderão estar em causa, a par das próprias Marchas Populares e dos Tronos de Santo António. Crespi (1997: 148, 155, 158, 170) inclui nas primeiras, entre outros, a linguagem – “a forma de mediação simbólica universal através da qual, principalmente, se constituem todos os diferentes âmbitos de significados” –, o mito – “primeira grande forma de mediação simbólica produzida pela experiência coletiva e como fonte da fundação da identidade social e das formas de legitimação das principais instituições sociais” –, a religião *per se* – “a mais ambiciosa tentativa de gerir, tanto a nível cognitivo como prático, a relação entre sentido e significado” –, o rito, a arte – na prática, “um conjunto complexo de formas de mediação simbólica” – e os meios de comunicação de massas.

Não obstante tratar-se de formas de mediação demasiado gerais para servir de delimitação na nossa investigação, dão-nos algumas pistas quanto ao caminho a seguir. Desde logo, por destacaram o papel fundamental da linguagem como estruturante na criação e disseminação de significados, uma vez que o modo como se recorre, quer a nível quantitativo quer a nível contextual, a expressões como “tradição popular”, “autenticidade”, “centro histórico” e “bairro (popular/histórico/típico)” constitui um bom indicador de quando estará em causa uma ligação entre indivíduo e coletivo, atendendo à sua importância, já explicitada, na formação de certas identidades.

A busca por estes termos não será, contudo, anárquica, uma vez que estes se encontram, até certo ponto, intimamente ligados aos meios de comunicação, nos quais incluímos, além dos tradicionais imprensa, rádio e televisão, as novas tecnologias, como as redes sociais. Relativamente a esta vertente, impõe-se, em primeiro lugar, ressaltar que estes não constituem simples canais de transmissão de significados, dado que, como

demonstram Akrich (1993) e Jouët (1993), ambiente social e técnica estão profundamente interligados, influenciando-se mutuamente.

Em segundo lugar, nem a produção nem a receção do seu conteúdo decorrem de forma neutra. Se, como já referimos ao debatermos a noção de intermediário, os leitores ou espectadores têm um papel ativo naquele último momento, não menos problemática é, mesmo pensando num modelo produtor-produto-consumidor, a ação dos intervenientes na primeira etapa. Tal torna-se explícito quando aplicamos na avaliação de qualquer objeto a regra dos três A's, proposta por Elsaesser (2009: 23) para a análise de arquivos filmicos – “*wer war der Auftraggeber* (quem encomendou o filme), *was war der Anlass* (qual foi a ocasião para que foi feito), e *was war die Anwendung oder der Adressat* (qual foi o seu uso ou a quem foi endereçado)”. A este propósito, importa recordar que sequenciar imagens permite ao seu autor criar e controlar uma narrativa que é apenas uma perspetiva da realidade (McCloud, 1994), algo que não decorre, necessariamente, de forma independente da mensagem linguística que a acompanha, já que esta desempenha, muitas vezes, o papel de “ancoragem” (Barthes, 1977).

Estes alertas adquirem, aliás, importância numa era em que o sistema cultural,

“ao transportar a cultura até aos lares e a impregnar todos os domínios da vida com as suas mensagens, permite uma nova forma de apropriação de imagens, sons e textos, gerando novas vias de acesso à informação, ao saber, à arte, ao conhecimento, sem a mediação de outras autoridades (por exemplo, permite o acesso das crianças e dos adolescentes ao conteúdo dos media sem a intermediação dos pais e dos professores)” (Ariño, 2007: 44).

Tal traduz-se no facto de, por um lado, no “hiperespaço eletrónico” todas as expressões culturais ocuparem “um lugar indiferenciado, em linha, porque todos os conteúdos se encontram no mesmo plano, articulados pela mesma sintaxe indiferenciada e indiferenciadora” e de, por outro, aparecerem “novas formas de comunidade e de lealdade – comunidades imaginadas, virtuais, diaspóricas, categoriais, transnacionais, etc.” que disponibilizam recursos simbólicos originários de qualquer lugar do espaço e do tempo com os quais [os indivíduos] configuram o seu estilo de vida” (*idem*).

### 2.3. Hipótese

Concluída a distinção entre intermediário e forma de mediação, e atendendo a que nossa pergunta de partida se foca no relacionamento entre ambos, há uma característica que ressalta: a sua potencial complexidade.

Com efeito, não só parecem coexistir inevitavelmente diversas formas de mediação (como dissociar, por exemplo, os meios de comunicação da linguagem?), como também o panorama ao nível de intermediários, em si mesmos múltiplos, não constitui, como referimos, o de simples transmissor numa cadeia linear entre produtor e consumidor. Tal torna-se ainda mais relevante se atentarmos no facto de também os conceitos-chave anteriormente problematizados terem subjacente uma negociação profunda entre atores diversos. Consideramos, por conseguinte, que, face à perspetiva que adotámos, até aqui, na nossa investigação, é pertinente assumir como possível resposta à nossa questão de partida a seguinte hipótese: *“A (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade resulta de um relacionamento complexo entre formas de mediação e de intermediários, mais ou menos delimitado geograficamente.”*

### 2.4. Seleção do corpo de análise

Ao estabelecermos como elemento de distinção entre intermediários e formas de mediação o proporcionar de um sentimento de pertença coletiva ao indivíduo, seria quase natural assumir que, de modo a testar a nossa hipótese, seria pertinente realizar entrevistas e trabalho de campo em determinados locais da cidade. Deparámo-nos, contudo, com um grande constrangimento a essa necessidade: a impossibilidade de, dado o prazo definido para a realização desta dissertação, recolher informação durante o desfile das Marchas Populares e da exposição coletiva dos Tronos de Santo António.

Em alternativa, optámos então, atendendo até ao papel da linguagem e dos meios de comunicação nesse processo, por centrar a nossa investigação na análise de conteúdos, a par da concretização de entrevistas cirúrgicas a atores que, potencialmente, poderiam ser relevantes para a nossa hipótese. No entanto, verificámos posteriormente que, novamente por questões de exequibilidade, também esta última componente teria de ser abandonada, já que o volume de dados gerado pela nossa pesquisa revelou ser bastante superior ao que imagináramos inicialmente. Importa, por isso, justificar com alguma

profundidade, a escolha dos nossos objetos de análise, uma vez que serão a nossa única janela aberta para o fenómeno que aqui estudamos.

Em primeiro lugar, temos, seguindo a nossa exposição, duas dimensões de análise: a dos intermediários, que necessitamos de especificar para cada um dos casos, e a das formas de mediação, baseada no triângulo linguagem-meios de comunicação-bens culturais. Torna-se, por isso, imprescindível distinguir, desde já, duas abordagens gerais, interligadas entre si: uma destinada a identificar com precisão os intermediários e outra direcionada para a compreensão, dentro do possível, dos mecanismos de pertença associados à mediação. Tal significa que necessitaremos, por um lado, de fazer um levantamento de todos os participantes em qualquer uma das iniciativas e, por outro, de consultar objetos que constituam uma sùmula do triângulo referido.

Começaremos, assim, por sintetizar, a partir da bibliografia existente, a origem de qualquer uma das iniciativas, passando, de seguida, para a consulta de documentos que nos permitam perceber a sua organização atual, nomeadamente regulamentos e outros ofícios camarários. Finda esta etapa, que, julgamos, nos permitirá identificar os intermediários regulamentarmente obrigatórios, centrar-nos-emos naqueles que participam no concurso das Marchas Populares e na exposição dos Tronos de Santo António. Para tal, consultaremos, no primeiro caso, o programa oficial das *Festas de Lisboa* e notícias sobre o desfile e, no segundo, os livros-álbum já publicados. Este passo inclui ainda a sistematização da localização quer de quem torna os eventos possíveis quer daqueles que se destacam, pela negativa e pela positiva, na classificação do primeiro. Sempre, respetivamente, nos períodos 2012-2016 e 2015-2016.

É a partir daqui que a interligação entre as duas dimensões de análise se mostra mais evidente e a escolha dos objetos mais problemática. Isto porque, ao combinarmos a variável linguagem com a dos meios de comunicação, abrimos um universo infindável de objetos passíveis de ser analisados, desde a imprensa escrita (presente no papel e *online*) às redes sociais, passados pelas televisões e as rádios, disponíveis em plataformas diversas. Impõe-se, por isso, por questões de exequibilidade, a definição de critérios que nos permitam limitar aquilo sobre que nos debruçaremos.

Em primeiro lugar, julgamos ser essencial dissecar o discurso da CML e/ou da EGEAC. Intermediária(s) óbvia(s) em todo o processo, consideramos ser essencial compreender se constituem também uma forma de mediação, algo que aferiremos através

da linguagem que utilizam e, em particular, do recurso a determinadas palavras-chave, correspondentes aos quatro conceitos-chave que problematizámos no Capítulo 1. Tal não significa, porém, que se trate de uma abordagem puramente quantitativa. Com efeito, mais do que contabilizar quantas vezes cada termo é proferido, importa-nos, partindo do pressuposto de que tal nos informa “acerca de estruturas mentais e ideológicas ou acerca de preocupações latentes” (Quivy; Campenhoudt, 2013: 229), a sua (co)ocorrência não só no mesmo objeto como em objetos distintos. Associada a esta vertente estará também uma componente temática, de modo a podermos compreender a forma como os diversos intervenientes se relacionam.

Assim, no que concerne a CML e/ou EGEAC, analisaremos, no caso das Marchas Populares os textos relativos ao evento no programa geral das festividades e, no dos Tronos de Santo António, os textos introdutórios dos livros-álbum. Paralelamente, dissecaremos, atendendo à regra dos três A’s, os vídeos publicados por esta no *YouTube*, uma vez que, como salientam Burgess e Green (2009: vii) este é um lugar de “cultura participativa”, contando com um grupo diverso de contribuidores que aborda a plataforma consoante “os seus objetivos específicos”. Não será, aliás, ilusório pensar que em causa poderá estar qualquer pessoa que saiba utilizar o *YouTube*.

A restrição não será, aliás, distinta da de utilização do *Facebook*, que, como já referimos, não só é extremamente relevante em Portugal como desempenha um papel particular na formação de identidade(s). Elegemos, por isso, esta rede social para análise, beneficiando da funcionalidade que permite pesquisar todas as publicações públicas onde ocorrem determinadas expressões. Assim, procuraremos em ambas resultados que incluam os termos “marchas de lisboa”, “popular marches” + “lisbon” “tronos de Santo António” e “saint anthony thrones” / “thrones of saint anthony” + “lisbon”, abrangendo, dessa forma, quer utilizadores nacionais quer utilizadores estrangeiros. A opção por estes termos e não outros, como, a título de exemplo “tradição” + “lisboa” visa garantir que conseguimos, efetivamente, centrar a nossa análise nos objetos de estudo escolhidos. O cumprimento do intervalo temporal será garantido através da pesquisa por data.

Complementarmente, e porque não podemos ignorar os meios de comunicação mais tradicionais, consultaremos também o *Diário de Notícias*, parceiro *media* das *Festas de Lisboa*, o *Público* – que, tal como a publicação anterior, tem expressão na Grande Lisboa – e o *Observador*, por ser exclusivamente *online*, ainda que tenha sido fundado apenas em maio de 2014. De modo a ser possível comparar os diferentes meios – e,

simultaneamente, delimitar o nosso corpo de análise –, consultaremos os exemplares, em papel<sup>12</sup>, dos meses de maio e de junho e do dia, dois dias anteriores e dois dias posteriores à entrega dos troféus do concurso, no caso das Marchas Populares, e à apresentação dos livros-álbum, no caso dos Tronos de Santo António. Só os artigos publicados pelo *Observador* neste período serão considerados. Em todos, analisaremos apenas aqueles relativos às iniciativas em si, o que exclui desde logo os que se referem à divulgação à imprensa da programação das *Festas de Lisboa*. A par destes, analisaremos ainda uma notícia em várias línguas sobre as Marchas de Lisboa, da autoria da *Euronews*.

Deste modo, cremos ser possível abarcar não só uma relação mais ou menos direta entre o município e o jornal parceiro para as festividades da cidade, mas também todos os outros que, à partida, terão uma ação mais independentes. Ao mesmo tempo, reuniremos os testemunhos dos intervenientes no concurso das Marchas Populares e na exposição coletiva dos Tronos de Santo António, sem, no entanto, esquecer que, em causa, estão declarações recolhidas, selecionadas e contextualizadas por jornalistas (e ditas com consciência de que se tornariam públicas) e não respostas obtidas seguindo um procedimento de investigação adaptado à situação.

Por último, atentaremos ainda nos textos sobre o concurso das Marchas populares de Lisboa e/ou a exposição dos Tronos de Santo António da revista *Follow Me*, editada pela Associação de Turismo de Lisboa, e, por conseguinte, com caráter e públicos distintos de meios de comunicação social cuja missão é informar e não publicitar. Em todas, aferiremos, novamente, a (co)ocorrência dos conceitos-chave.

De realçar, a finalizar, que, mais do que olhar para qualquer um destes elementos individualmente, nos interessa a visão de conjunto por eles proporcionada, de acordo como o modelo de análise que apresentamos em seguida.

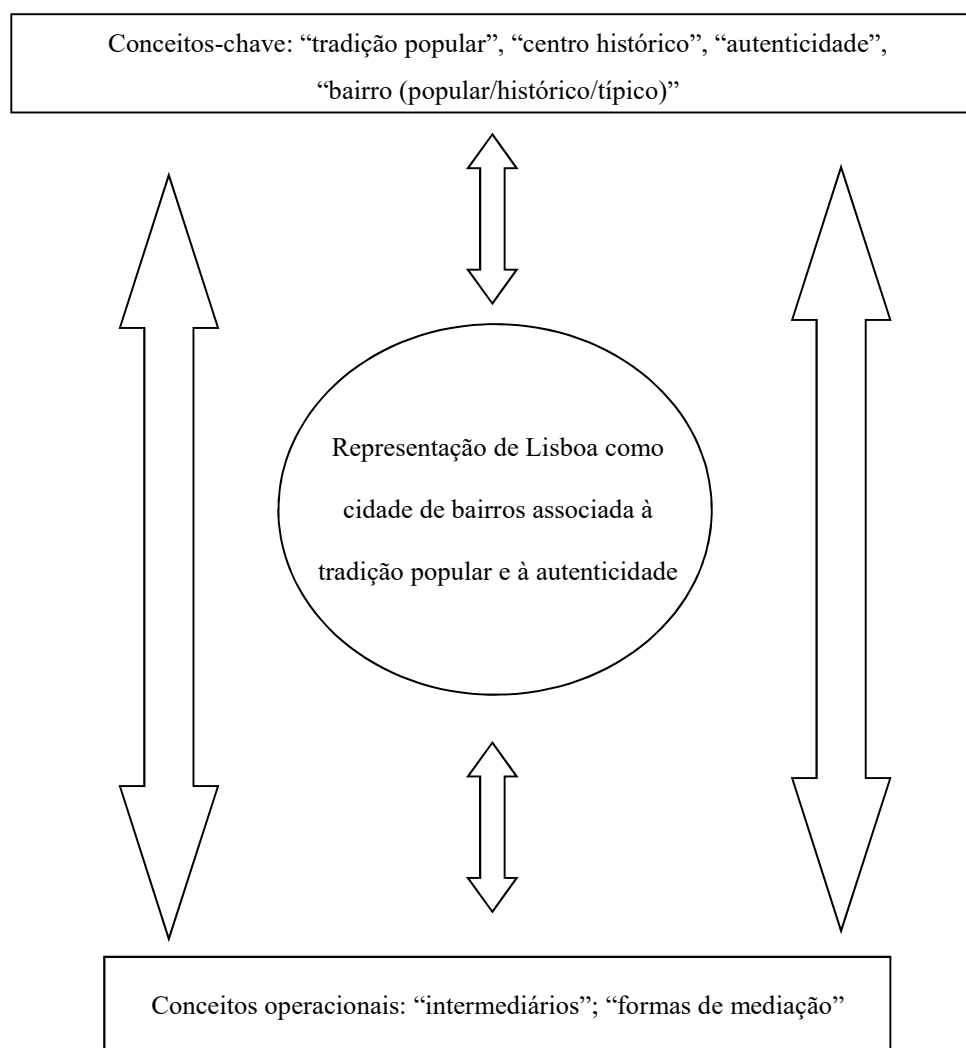
---

<sup>12</sup> A exclusão do *online* do *Público* e do *Diário de Notícias* justifica-se não só por questões de exequibilidade mas também por, em causa, estar uma plataforma com uma lógica bastante distinta do meio tradicional. Se, à partida, tudo o que é publicado em papel é considerado relevante, no *online* cruzam-se outros fatores, como a imediaticidade, a relação com as redes sociais e a sua capacidade para, dado o espaço ilimitado, funcionar como depósito do que não tem lugar na edição do dia. Não deixando de reconhecer que tal poderia enriquecer a nossa análise, julgamos, ainda assim, que esse benefício facilmente se perderia face à incapacidade de apreender, no âmbito desta dissertação, tantas variáveis. Além disso, estaríamos a tentar comparar dois meios que, em parte do período em análise, tiveram políticas distintas relativamente ao *online*: no do *Público*, é possível encontrar tudo o que foi publicado offline, enquanto no *Diário de Notícias* essa prática, mais recente, foi precedida da disponibilização de, somente, o início das notícias, a par de encaminhamento para a versão digital da edição do dia, paga.

## 2.5. Modelo de análise

**Pergunta de partida:** Como se relacionam os intermediários e as formas de mediação que intervêm, de forma mais ou menos delimitada geograficamente, na (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade?

**Fig. 1:** Esquema-síntese dos conceitos e representação em análise



**Fonte:** Elaboração própria

**Hipótese:** A (re)produção de uma representação de Lisboa com cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade resulta de um relacionamento complexo entre formas de mediação e intermediários, mais ou menos delimitado geograficamente.



## CAPÍTULO 3: ESTUDOS DE CASO

### 3.1. Marchas Populares de Lisboa

#### 3.1.1. Origem

Os Santos Populares eram, “na passagem do século XIX para o século XX, festejados de forma intensa e “algo espontânea” em Lisboa, em particular no seu “coração” (Cordeiro, 2003: 188). A celebração incluía as chamadas “marchas *au flambeaux*” (em português, “marchas ao filambó”): “pequenos grupos que se deslocavam com archotes, cantando em competição” (EGEAC, 2015: 21), dirigindo-se “às fontes e chafarizes, ao Rossio e Praça da Figueira” e visitando os “jornais sediados no Bairro Alto e coletividades” (Cordeiro, 2003: 188).

A “ausência de uma ‘grande festa anual’ aglutinadora de um conjunto de intencionalidades políticas” era, porém, um “um dos temas recorrentes de muitos dos que se dedicavam a escrever sobre Lisboa” (*idem*). Exemplo disso é um artigo publicado a 12 de junho de 1903 no *Diário de Notícias* – citado pela autora e possivelmente “inspirado num outro intitulado *Proposta e esboço do plano geral de uma grande festa anual da cidade*, da autoria do vereador José Inácio Dias da Silva e publicado, em edição restrita pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1900” –, no qual é proposto um modelo de festejos que traria à cidade “vantagens económicas”, centrado numa “articulação entre uma organização centralizada pelo poder municipal e essa outra vertente da festa, popular e mais próxima da ‘arraia-miúda’ da urbe” (*idem*: 189-191). Implicitamente, era assim feito um “apelo à unidade cultural de Lisboa, valorizando essa *tradição* – as festas de Santo António – unificadora de todo um povo urbano, diverso e espartilhado” (*idem*: 191).

Trinta anos depois, em 1932, quando estava já em curso a operação a dois tempos de sistematização da “cultura popular” imposta pelo Estado Novo (Silva, 1994), realizou-se a primeira edição do concurso das Marchas Populares de Lisboa, por iniciativa de José Leitão de Barros, diretor do *Notícias Ilustrado*, e em associação com o *Diário de Lisboa*, onde escrevia Norberto de Araújo, um dos seus maiores entusiastas (Sottomayor, 1994). O evento realizou-se no Parque Mayer e contou com três “ranchos” em competição – Alto do Pina, Bairro Alto e Campo de Ourique – e outros três extraconcurso: Alcântara, Alfama e Madragoa. Logo no ano seguinte, o filme *A Canção de Lisboa*, protagonizado por Vasco Santana e Beatriz Costa e produzido pela Tobis – de cujos estúdios José Leitão

de Barros fora um dos impulsionadores – inclui uma cena de dois minutos de uma marcha a desfilar. Em 1934, foram já 12 os participantes – Sete Rios, Campo de Ourique, Alto do Pina, São Vicente, Bairro Alto, Ajuda, Alcântara, Benfica, Santo Amaro, Mouraria, Alfama e Madragoa –, representando cada um “um *topos* da história da cidade, associando certos lugares a certos temas, de uma forma mais ou menos vaga” (Cordeiro, 2003: 191). O desfile, entre o Terreiro do Paço e o Parque Eduardo VII, contou com 800 marchantes e 300 mil espectadores (EGEAC, 2015).

No ano seguinte, todos os conjuntos interpretaram pela primeira vez uma composição comum – a Grande Marcha de Lisboa – com letra de Norberto de Araújo e música de Raúl Ferrão. Foi nesta altura, adianta Cordeiro (2003: 194), que

“ficaram claramente definidos, para os anos seguintes, alguns parâmetros organizacionais, não só através da prática relacional que implicava as ‘associações de cultura e recreio’ ou ‘coletividades’, como intermediárias entre as comissões do poder municipal e a população dos bairros – ativando todo um conjunto de trocas financeiras, de bens, de serviços, de informação, de tecnologias, de influências, etc., que assim fortaleciam os elos de dependência e de controlo dessas mesmas coletividades (em relação, por exemplo, à construção simbólica do seu bairro) – como através da fixação escrita de regulamentos, relatórios, protocolos publicitados em jornais, folhetos oficiais, etc. Foi assim que a ‘história das marchas’, os seus temas, a centralidade dos arcos iluminados ou de algum outro acessório, o reforço dos laços de interconhecimento pessoal e a criação de novos ao longo dos ensaios se foram reproduzindo e integrando na memória dos grupos sociais que viveram esta implicação nas marchas, de forma a que o passado real e o passado imaginado se acabaram por confundir num único e consensual mito de origem do bairro e da sua marcha.”

A sua realização decorreu, ainda assim, de forma instável nas décadas seguintes, adquirindo prestígio nos anos 1950 – em 1952, o desfile passa a ter o percurso atual, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores – e passando a incluir uma exibição em recinto fechado a partir dos anos 1960, no então Pavilhão dos Desportos, atual Pavilhão Carlos Lopes (EGEAC, 2015). É nesta década que surgem em cena as mascotes e a televisão, através da RTP, estação pública. Após o 25 de Abril de 1974, a iniciativa é interrompida, por estar associada ao Estado Novo, regressando apenas em 1980 à Avenida da Liberdade. A partir daí, manteve, até hoje, o seu ritmo anual.

### 3.1.2. Organização atual

Na atualidade, o desenrolar do concurso das Marchas Populares é bastante condicionado por despachos e deliberações municipais, ainda que, oficialmente, a organização e produção da iniciativa seja da responsabilidade da EGEAC pelo menos desde 2002, à data EBAHL – Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa (Regulamento das Marchas Populares de Lisboa 2002).<sup>13</sup> Isto apesar de a própria CML não deixar de ter uma participação ativa no evento, tal como estabelecido no regulamento em vigor durante o período em análise – datado de 2010 e homologado por despacho da vereadora da Cultura (Despacho n.º 98/P/2010).

Se organização do concurso em si é da competência da EGEAC e a apresentação de cada uma das marchas é da responsabilidade das coletividades ou associações participantes, o apoio logístico – nomeadamente o transporte dos marchantes e dos adereços para a Avenida da Liberdade, a iluminação, mediante “pedido expresso”, do local de ensaio dos grupos e a montagem das bancadas na Avenida –, a promoção institucional da iniciativa, a nomeação dos elementos do júri do concurso e a atribuição de um apoio financeiro a cada uma das coletividades está a cargo do município.

Entre 2012 e 2016, esta comparticipação – justificada com o facto de o evento constituir “uma referência cultural importante na celebração” das festividades da cidade “e, simultaneamente, um fator de dinamização da atividade económica de grande número de entidades ligadas à vida dos bairros históricos do concelho” – foi de 27 de mil euros por conjunto, tendo sido sempre aprovada por unanimidade em reunião do executivo municipal (Deliberação n.º 91/CM/2012; Deliberação n.º 193/CM/2013; Deliberação n.º 98/CM/2014; Deliberação 143/CM/2015; Deliberação 72/CM/2016). Já a nomeação do júri ocorreu, sistematicamente, por despacho (Despacho n.º 49/P/2012; Despacho n.º 30/P/2013; Despacho n.º 68/P/2014; Despacho n.º 38/P/2015; Despacho n.º 54/P/2016), tal como a maioria dos atos relacionados com o concurso anual de eleição, para cada edição, da Grande Marcha de Lisboa (Concurso para a Grande Marcha de Lisboa 2013; Despacho n.º 20/P/2012; Despacho n.º 24/P/2012; Despacho n.º 8/P/2013; Despacho n.

---

<sup>13</sup> Embora as *Festas de Lisboa* estejam a cargo da empresa municipal desde 1996 (EGEAC, 2017a), em 2000 o seu papel na organização do concurso das Marchas Populares consistia apenas em coadjuvar o pelouro da Reabilitação Urbana nessa tarefa (Regulamento das Marchas Populares de Lisboa).

114/P/2013; Despacho n.º 30/P/2014; Despacho 134/P/2014; Despacho n.º 6/P/2015; Despacho n.º 137/P/2015; Despacho n.º 23/P/2016).

Aberto a “todos os compositores e autores residentes em território nacional”, o concurso prevê que o vencedor – que tem obrigatoriamente de apresentar uma marcha original e inédita – receba um prémio pecuniário, sujeito a impostos. Em 2012, este foi de três mil euros e, nos quatro anos seguintes, de 5500. A escolha compete a um júri nomeado pelo município e composto por personalidades da área da música e representantes da Sociedade Portuguesa de Autores e da EGEAC (ANEXO I). Esta última entidade integra também o júri das Marchas Populares. Neste caso, não pode atribuir pontuação, garantindo apenas o cumprimento das normas (Despacho n.º 98/P/2010).

A competência está também vedada à presidência do júri que, no período em análise, foi assumida por um representante da Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (Despacho n.º 49/P/2012; Despacho n.º 30/P/2013; Despacho n.º 68/P/2014; Despacho n.º 38/P/2015; Despacho n.º 54/P/2016). Um coreógrafo, um artista plástico, um figurinista/estilista, um escritor, um músico – que apreciam, respetivamente, a coreografia, a cenografia, o figurino, a letra e a música dos conjuntos em concurso – e dois elementos responsáveis pela apreciação geral de cada exibição completam o grupo de jurados (ANEXO II) (Despacho n.º 98/P/2010). A composição reflete o acervo de galardões em disputa: concurso geral, melhor desfile na Avenida, melhor figurino, melhor cenografia, melhor musicalidade, melhor letra e melhor coreografia.

Na prática, são dois os momentos em que as marchas se exibem perante o júri. O primeiro, no pavilhão, dura entre 15 a 20 minutos e contempla quatro coreografias, uma das quais ao ritmo da Grande Marcha e outras três ao som de outras três composições, duas das quais originais. O segundo ocorre a 12 de junho na Avenida da Liberdade perante a tribuna presidencial e dura entre 5 e 7 minutos. A interpretação das canções é da responsabilidade do conjunto de músicos de cada marcha (cavalinho). O regulamento de 2010 dita que deverão ser 12 membros, mas por despacho de 2012, justificado pela repercussão direta do “contexto económico-financeiro de contenção orçamental” na comparticipação financeira do município, o número foi reduzido para oito (Despacho n.º 23/P/2012, de 1 de março; Despacho 13/P/2012, de 28 de fevereiro).

Além do cavalinho, o regulamento (Despacho n.º 98/P/2010) estabelece ainda o número de marchantes (24 pares) e aguadeiros (4), responsáveis, entre outras tarefas, pela

colocação e retirada dos adereços necessários à coreografia e pela distribuição de água. Um par de marchantes suplentes, um par de mascotes de até dez anos de idade, um porta-estandarte, um par de padrinhos e até dois ensaiadores são os elementos opcionais.

Igualmente regulamentadas estão as componentes cenográfica e temática. Além de ser obrigatório apresentar 12 arcos originais, um tem de ser alusivo ao Município, outro à coletividade e um terceiro a Santo António. É ainda obrigatória a inclusão, de “forma visível”, de um de três “elementos tradicionais”: o festão, o balão ou o manjerico. Já ao nível das figuras, é obrigatório apresentar na exibição no pavilhão ou um arraial ou um trono de Santo António. A nível global, o tema tem de ser sobre a cidade de Lisboa e/ou refletir “as tradições e/ou vivências particulares da freguesia/bairro correspondente”.

Por último, importa salientar que são até 20 as marchas a concurso, além de duas extraconcurso: a Infantil, organizada pela Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”) e a dos Mercados, a cargo da Associação de Comerciantes dos Mercados de Lisboa. Caso existam mais de duas dezenas grupos a querer participar, o apuramento é feito por sorteio entre os novos conjuntos, as desclassificadas e/ou a(s) última(s) e/ou penúltima(s) classificada na edição anterior.

### 3.1.3. Recolha de dados

#### 3.1.3.1. Intermediários

A identificação dos intermediários resulta de dois processos distintos: a consulta do regulamento do concurso e a interpretação do restante corpo de análise. Da primeira, resultam os intermediários “obrigatórios” e “opcionais”. Classificamos os restantes como logísticos, por ser essa, em geral, a sua tarefa principal (Fig. 2).

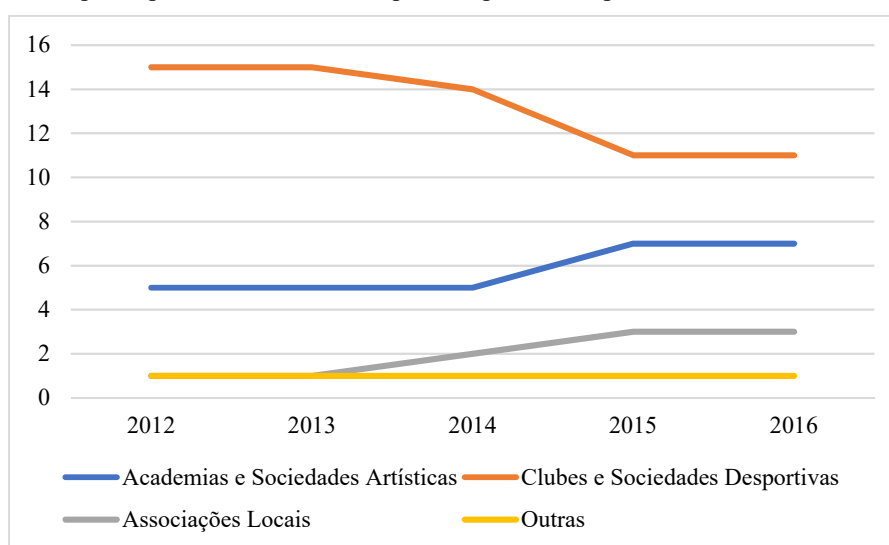
**Fig. 2:** Intermediários do concurso das Marchas Populares, por tipo

Obrigatórios	Opcionais	Logísticos
EGEAC	Um par marchantes	Escolas (local de ensaio)
CML	Um par mascotes	Bombeiros voluntários e sapadores (local de ensaio)
Coletividades ou associações	Um porta-estandarte	GNR (local de ensaio)
48 marchantes	Um par de padrinhos	Costureiras (figurino)
Quatro aguadeiros	Até dois ensaiadores	Maquilhadores
Oito ou 12 músicos/cavalinho		Soldadores (arcos e adereços)
Júri		Cenógrafos (arcos e adereços)
		Letristas (marchas originais)
		Compositores (marchas originais)
		Meo Arena (pavilhão)
		Polícias (regulamentação do trânsito na noite do desfile)
		INEM (apoio médico)
		Juntas de freguesia (apoio de transporte, merchandising, recursos humanos)
		Transportadoras
		IADE ( <i>design</i> dos troféus)
		Patrocinadores

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de diversos documentos

Paralelamente, constatamos que, a nível dos intermediários obrigatórios, as associações estão em minoria, representando, na sua maioria, bairros específicos, nomeadamente municipais, fora do núcleo mais antigo da cidade (Fig. 3 e Fig. 4).

**Fig. 3:** Entidades participantes nas Marchas Populares, por ano e tipo



**Fonte:** Elaboração própria, a partir do programa das festividades

**Fig. 4:** Entidades participantes nas Marchas Populares, por categoria (e localização)

Academias e sociedades artísticas	Sociedade Filarmónica Alunos de Esperança (Alcântara); Centro Cultural Dr. Magalhães Lima (Alfama); Academia Recreio Artístico (Baixa); Ateneu da Madre de Deus (Beato); Sociedade Dramática de Carnide (Carnide); Academia Musical 1.º de Junho de 1893 (Lumiar); Sociedade Musical 3 de agosto de 1885 (Marvila);
Clubes e sociedades desportivas	Sociedade de Recreio Ajuda Clube (Ajuda); Ginásio do Alto do Pina (Alto do Pina); Lisboa Clube Rio de Janeiro (Bairro Alto); Grupo Recreativo e Cultural “Os Onze Unidos” (Beato); Clube de Futebol Benfica (Benfica); Belém Club (Belém); Marítimo Lisboa Clube (Bica); Sport Lisboa e Campolide (Campolide); Grupo Desportivo do Castelo (Castelo); Clube Desportivo da Graça (Graça); Esperança Atlético Clube (Madragoa); Grupo Desportivo da Mouraria (Mouraria); Grupo de Pesca e Desporto de Santa Maria dos Olivais (Olivais); Sporting Clube da Penha (Penha de França); Operário Futebol Clube de Lisboa (Santa Engrácia); Academia Recreativa Leais Amigos (São Vicente)
Associações locais	Associação dos Comerciantes dos Mercados de Lisboa (Mercados); Associação Viver Campolide (Bela-Flor / Bela-Flor-Campolide); Associação de Moradores Flor da Serra – Bairro do Calhau (São Domingos de Benfica); Associação Recreativa de Moradores e Amigos do Bairro da Boavista (Bairro da Boavista)
Outros	Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário” (Marcha Infantil)

**Fonte:** Elaboração própria, a partir do programa das festividades

### 3.1.3.2. Classificações

Resumindo a classificação das edições 2012-2016 do concurso das Marchas Populares, observamos, por um lado, uma certa rotatividade quer entre os vencedores quer entre os conjuntos galardoados com os prémios por categoria, e, por outro, uma maior diversidade nos classificados nas últimas classificações e/ou desclassificados (Fig. 5). No ANEXO III disponibilizamos a classificação completa das cinco edições.

**Fig. 5:** Classificação parcial do concurso das Marchas Populares, por ano

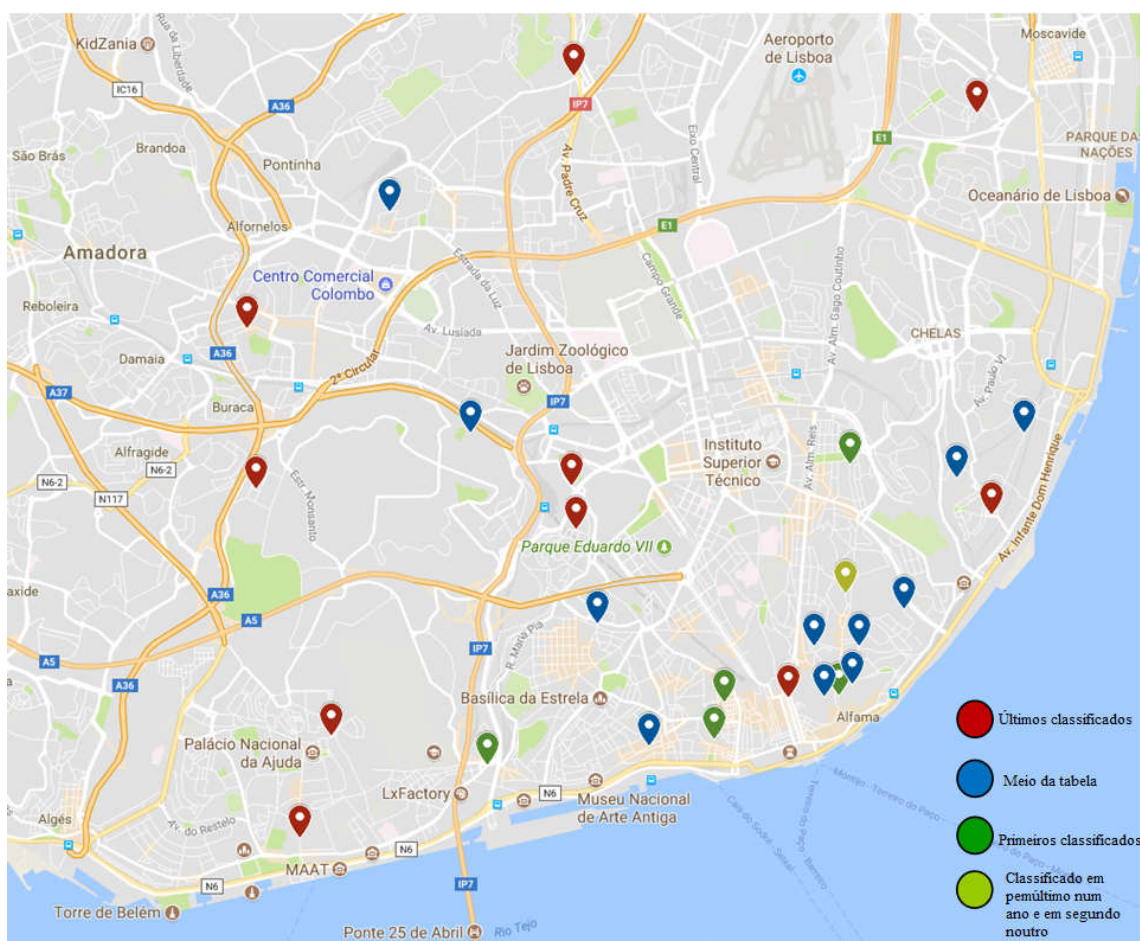
	2012	2013	2014	2015	2016
<b>1.º</b>	Alto do Pina	Alfama	Alfama	Alto do Pina	Alfama
<b>2.º</b>	Alfama	Alto do Pina	Alcântara	Alfama	Penha de França
<b>3.º</b>	Alcântara	Bica	Bairro Alto	Alcântara	Alto do Pina
<b>Cenografia</b>	Alcântara	Alfama	Alfama	Alto do Pina	Alcântara
<b>Composição Original</b>	Alfama	São Vicente	Marvila	Alfama	Alfama
<b>Coreografia</b>	Alto do Pina	Alfama	Alcântara	Alfama Madragoa	Alfama Penha de França Alto do Pina
<b>Desfile na Avenida</b>	Alto do Pina	Alfama	Alfama	Alto do Pina	Alfama
<b>Figurino</b>	Alto do Pina Alfama	Alfama	Alcântara	Alto do Pina	Alto do Pina Alcântara Bairro Alto
<b>Letra</b>	Alto do Pina	São Vicente	Alfama Castelo Graça	São Vicente	Madragoa
<b>Musicalidade</b>	Alto do Pina	Marvila	Marvila	Alfama	Alfama Penha de França Alto do Pina
<b>Último(s)</b>	Campolide Baixa	Penha de França	Belém	Baixa	Lumiar
<b>Penúltimo(s)</b>	-----	Olivais	Bela Flor	Benfica Beato	Bairro da Boavista
<b>Desclassificado</b>	Ajuda	-----	-----	-----	-----

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de notícias *online*

Constatamos, assim, como mostra a Fig. 6, que existe uma tendência para bairros mais próximos dos limites do concelho ficarem classificados nos últimos lugares. Em contrapartida, os mais pontuados localizam-se no núcleo mais antigo da cidade.



**Fig. 6:** Localização, por classificação geral, das marchas participantes (2012-2016)



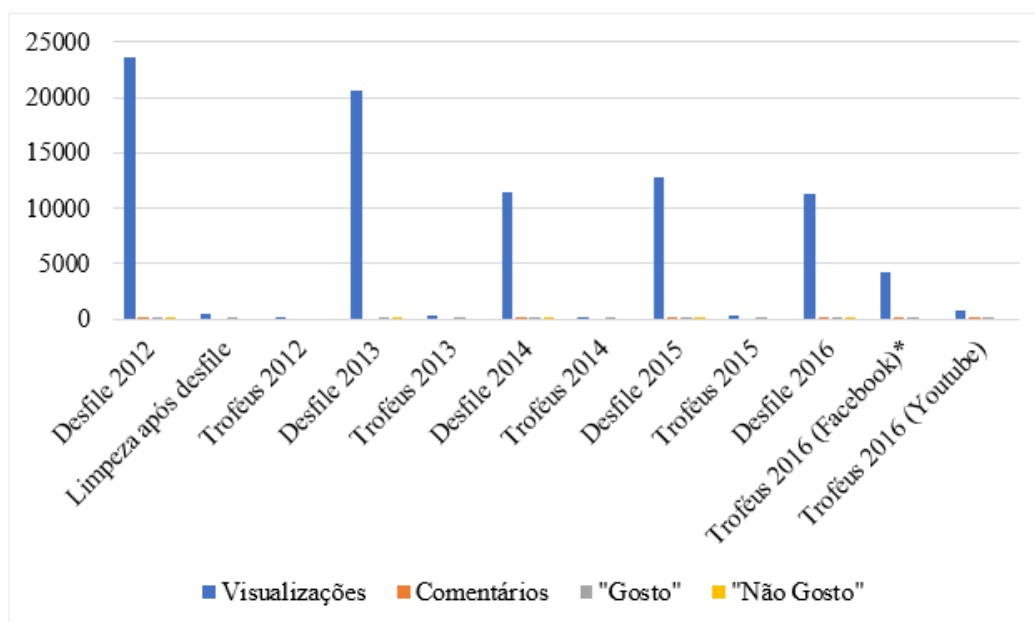
**Fonte:** Elaboração própria, a partir de documentos diversos

### 3.1.3.3. Reportagens-vídeo da autoria da CML

No total, a CML publicou entre 2012 e 2016, através do seu Departamento de Marca e Comunicação, 11 reportagens-vídeo relativas ao concurso das Marchas Populares. O último, sobre a cerimónia de entrega dos troféus de 2016, foi precedido de uma transmissão em direto na página no *Facebook* do município, que considerámos pertinente incluir nesta análise, por permitir comparar versões “em bruto” e pós-edição.

Não obstante ser expectável que objetos publicados há mais tempo tenham mais visualizações e interações, é possível identificar uma tendência para aqueles que se referem ao desfile em si atraírem mais pessoas do que os que se reportam à cerimónia anual de entrega dos troféus e a outros assuntos (Fig. 7). A EGEAC não partilhou, no período em análise, qualquer filme sobre o concurso das Marchas Populares.

**Fig. 7:** Interações por reportagem-vídeo da CML sobre as Marchas Populares, à data de 12/06/2017

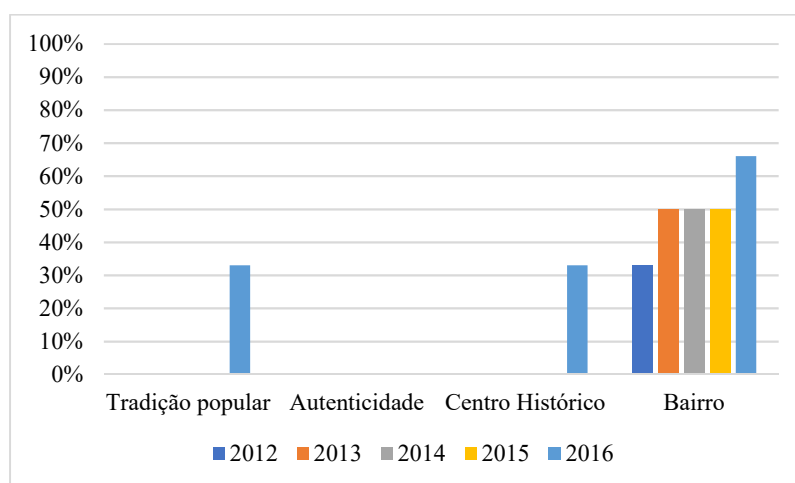


\*Partilhado ainda 18 vezes

**Fonte:** Elaboração própria, a partir das pesquisas no *YouTube* e no *Facebook*

Relativamente às palavras-chave definidas à partida, há um claro predomínio do recurso ao termo “bairro” ou similares, seja na legenda, seja no vídeo em si (Fig. 8). Neste ponto, é de destacar o facto de, em 2016, os termos utilizados serem proferidos pela presidente do Conselho de Administração da EGEAC e/ou pelo presidente do município na transmissão em direto no *Facebook* da cerimónia de entrega dos troféus, mas estarem totalmente ausentes da reportagem-vídeo partilhada no *YouTube*.

**Fig. 8:** Ocorrência nas reportagens-vídeo sobre as Marchas Populares das palavras-chave predeterminadas, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da transcrição das reportagens-vídeo e da transmissão em direto

O agradecimento a coletividades, marchantes e outros participantes pelo esforço, aos patrocinadores pelo apoio e aos parceiros *media* pela divulgação, a par do contributo para a internacionalização das festividades são algumas das ideias repetidas por eleitos municipais e administradores da EGEAC nas cerimónias de entrega dos troféus. Destaque ainda para a associação entre tradição e inovação/modernidade, o recurso à expressão “alma da cidade” e a referência à “comunidade” (Fig. 9).

**Fig. 9:** Ideias-chave proferidas nas reportagens-vídeo sobre as Marchas Populares

<b>António Costa, presidente da CML (2012, 2013)</b>	“referência das nossas festas”; “momento de atração turística muito importante”; “é decisivo que as marchas continuem e que continuem com toda a sua dinâmica bairrista”; “contamos com todos vocês [coletividades, participantes e patrocinadores]”; “com o trabalho de todos, não tenho a menor das dúvidas que vamos conseguir chegar ao horizonte que a nossa vista alcança”; “meses de trabalho de milhares de pessoas pela cidade toda”; “coletividades que, nos diferentes bairros da cidade, conseguem mobilizar”; “obrigado às coletividades, porque são uma parte fundamental da nossa cidade”;
<b>Fernando Medina, vice-presidente/presidente da CML (2014, 2015, 2016)</b>	“hoje [entrega dos troféus] é dia de vos agradecer, em nome da Câmara Municipal de Lisboa, por todo o empenho, toda a paixão, todo o profissionalismo que puseram nas marchas deste ano”; “grande manifestação popular da cidade de Lisboa”; “Um grande, grande, obrigado, um sinal de grande reconhecimento, porque não haveria festas da cidade de Lisboa sem as marchas e a cidade de Lisboa não seria a mesma para a cidade e para todos aqueles que nos visitam, para a nossa imagem lá fora, sem o vosso trabalho, sem o vosso esforço, sem o vosso empenho”; “A cidade vive e precisa desse vosso empenho, carinho, paixão, dedicação, com que todos os anos fazem as marchas”; “grande demonstração da alma da cidade de Lisboa”; “agradecer a todos os que contribuíram para o extraordinário êxito das marchas de 2016”; “mostra da nossa cidade e não um elemento do passado mas um elemento que se renova e que alia a tradição à modernidade da nossa cidade”; “milhões de pessoas que seguem as marchas pela televisão”; “agradecer-vos muito”; referência a Carlos Mendonça, “que nos deixou fisicamente mas que se mantém em espírito, ele que tanto deu à recuperação das marchas e tanto deu para que as marchas hoje tenham e venham continuar a ter na cidade um papel tão significativo”; agradecimento aos presidentes de junta de freguesia, “porque sei bem o empenho que colocam e que colocaram para que as marchas sejam possíveis”; “tantas e tantas centenas de pessoas que dão o seu tempo, o tempo das suas famílias, o tempo do seu trabalho, do seu sacrifício pessoal (...), com um grande sentido de bairrismo, de unidade, de sentimento de comunidade”; agradecimento aos patrocinadores, parceiros media e EGEAC; tema 2017: Lisboa Cidade do Mundo – “Nada há de sinal mais que Lisboa possa transmitir que é transmitirmos que somos uma cidade aberta, tolerante, acolhedora, para todos aqueles que procuram Lisboa para construir uma vida melhor para si e para os seus”.
<b>Miguel Honrado, presidente do Conselho de Administração da EGEAC (2012)</b>	“internacionalização” das marchas populares e das <i>Festas de Lisboa</i> ; “esforço (...) do movimento associativo de Lisboa que suporta este evento em cada ano” e dos restantes participantes; “momento de grande originalidade e de grande impacto dentro da programação”
<b>Joana Gomes Cardoso, presidente do Conselho</b>	“acontecimento marcante na vida da cidade”; “trabalho desenvolvido pelas várias coletividades e associações e pelos participantes”; “causa que (...) gera um dinamismo único na cidade, não apenas nas zonas

<b>de Administração da EGEAC (2016)</b>	históricas”; “Há muito que as marchas se alastram a toda a cidade”; 150 mil pessoas a assistir na Avenida da Liberdade; “projeção nacional e internacional que as marchas e as festas – mas sobretudo as marchas como ponto alto das festas – conferem nacional e internacionalmente à nossa cidade”; “despedida (...) [d]o coreógrafo, figurinista, letrista e compositor Carlos Mendonça”; “inestimável contributo que, ao longo de 26 anos, deu para a vitalidade e para a consolidação das marchas populares de Lisboa”; “São pessoas como o Carlos Mendonça, e como todos vocês, mais pequenos e maiores, que fazem a diferença na cidade, afirmando, sem complexos, as tradições e o bairrismo, no melhor sentido, da cidade de Lisboa”; “nossa gratidão, o nosso reconhecimento de todos os que participam”; “principal momento festivo, cultural, da cidade”; agradecimento aos patrocinadores, parceiros <i>media</i> e trabalhadores da EGEAC e da CML;
<b>Voz-off</b>	Referência, em 2012, ao facto de a revista <i>Lonely Planet</i> ter distinguido as <i>Festas de Lisboa</i> “como o festival mais importante do mundo”; “valor histórico e turístico das marchas populares”; “marca incontornável das <i>Festas de Lisboa</i> ”; “emblemáticas marchas populares”; “espetáculo que já correu mundo e que todos os anos leva milhares de pessoas à Avenida da Liberdade”; “importante papel que as marchas têm para a cidade”; “importância como uma demonstração da alma da cidade”
<b>Legendas</b>	“Foram muitos milhares de lisboetas que acorreram à Avenida da Liberdade para assistir ao grande desfile das Marchas Populares de 2012, incluindo aqueles que não deixaram de saudar a marcha do seu bairro”; “Muitos foram os lisboetas que disseram ‘presente’ para assistir ao momento mais alto das festas da cidade, defendendo as cores dos seus bairros”; “comparecerem [no Salão Nobre] em grande número os representantes das marchas”; “Apesar das previsões e ameaças de chuva, S. Pedro mostrou-se benévolo com a noite dedicada a Santo António e as marchas dos bairros de Lisboa desfilaram Avenida da Liberdade abaixo”; “A disputa bairrista foi, como sempre, renhida”;

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da transcrição das reportagens-vídeo e da transmissão em direto

**Outros elementos a destacar:** Foco, nas reportagens dos desfiles, em determinados elementos presentes nos arcos ou que constituem adereços – brasões de freguesias e coletividades, nomes de “bairros”, figura de Santo António, janelas identificáveis com casas mais antigas, sardinhas, cacilheiros, guitarras portuguesas, manjericos, balões; caravelas; presença constante, no enquadramento, de bancadas repletas e publicidade aos patrocinadores das festividades; foco em apoiantes de bairros; foco em padrinhos, mascotes e presidente da CML, sem qualquer identificação de quem se trata; recurso à sardinha para introduzir o nome de cada marcha, sem comentários adicionais

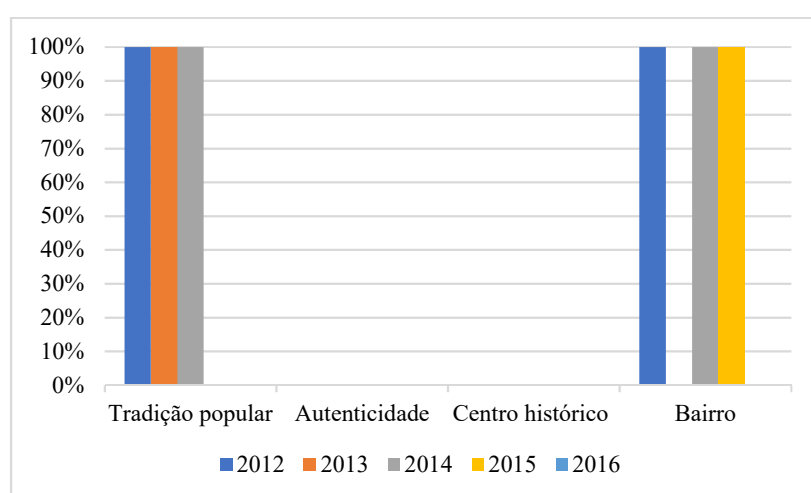
**Temas dos comentários:** Pergunta, em castelhano, do que se trata; exaltação das Marchas em geral, de Lisboa, de Portugal e de bairros (Alfama, Graça); crítica por, em 2012, a reportagem do desfile não incluir as marchas Infantil e dos Mercados; assinalar de erro por Castelo e Belém (2017) reentrarem e não ser a primeira vez que desfilam; pedido de que, face às palavras de abertura, sejam dados documentos aos imigrantes que

queiram viver em Portugal; e, no *Facebook*; convite para que quem vê venha viver em Portugal, a par de questões técnicas relacionadas com a transmissão do evento.

#### 3.1.3.4. Publicações oficiais

O programa oficial das *Festas de Lisboa* destacou, em todas as edições em análise, as Marchas Populares, concedendo à iniciativa entre duas e quatro páginas, que, para efeitos comparativos, consideramos apenas como uma. Na mais recente, nenhuma das palavras-chave predeterminada é utilizada (Fig. 10).

**Fig. 10:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre as Marchas Populares do programa das *Festas de Lisboa*, por percentagem anual



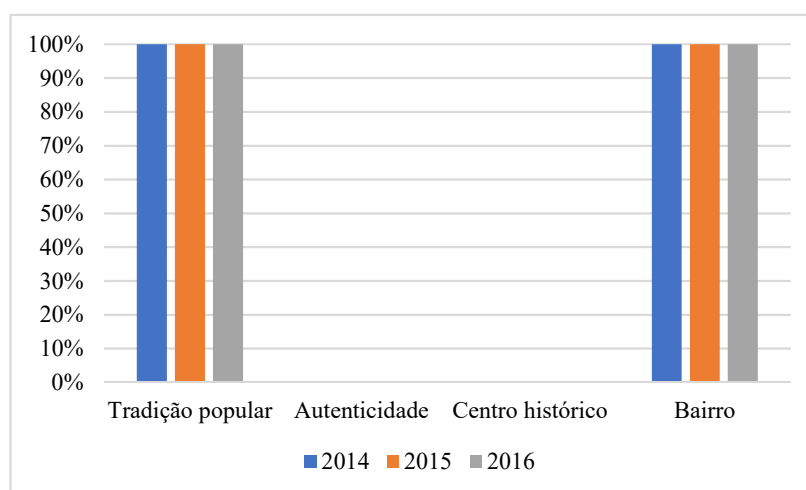
**Fonte:** Elaboração própria, a partir da análise do programa das festividades

**Outras palavras e ideias-chave:** “celebrada pelos mais representativos bairros da cidade”; “as Marchas Populares de Lisboa ganharam uma dimensão internacional ao promoverem o cruzamento entre as tradições populares alfacinhas com outras festividades do mundo”; “tradição moderna mais inscrita na história de Lisboa”; “tradição urbana”; “bairros populares”; “desde a sua existência ajudaram a construir pontes entre gerações e a alimentar laços de fraternidade”; “durante meses, crianças, jovens e adultos entregam-se de alma e coração”; Quadra da Grande Marcha de 1950: “Enquanto os bairros cantarem / enquanto houver arraiais / Enquanto houver Santo António / Lisboa não morre mais”; “Amor aos bairros e a Lisboa, que é de todos”

**Outros elementos relevantes:** Predomínio de fotografias da marcha infantil a desfilar na Avenida e de ilustrações, entre as quais os de uma chinesa e um indiano, assim caracterizáveis pelo seu vestuário e feições, a pegarem num arco com guitarra portuguesa, balões e manjerico; alinhamento e história das Marchas são sempre apresentados; publicação da letra da Grande Marcha daquele ano; sinopse, em 2012, do documentário sobre os bastidores das Marchas que seria exibido no Cinema São Jorge; referência, em 2013, à despedida das marchas, no último dia das festividades, com uma exibição final no Parque das Nações

Nas três edições da publicação turística *Follow Me* que analisámos – redigida em inglês em castelhano –, constatamos igualmente o recurso, em exclusivo, aos termos “tradição popular” e similares e “bairros” e similares (Fig. 11).

**Fig.11:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre as Marchas Populares da revista *Follow Me*, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da análise das publicações

**Outras palavras e ideias-chave relevantes:** “antiga tradição portuguesa”; “uma das avenidas mais conhecidas de Lisboa”; “a noite segue em cada rua, em cada bairro da cidade”; “milhares de pessoas”; “no mês que Lisboa celebra uma festa que é só sua”; “um dos acontecimentos mais característicos do calendário lisboeta”; “saem à rua para levar (...) a identidade dos bairros típicos da capital a toda a cidade”; “tradição que já faz parte da identidade da capital portuguesa”; “uma tradição antiga da cidade de Lisboa e desperta

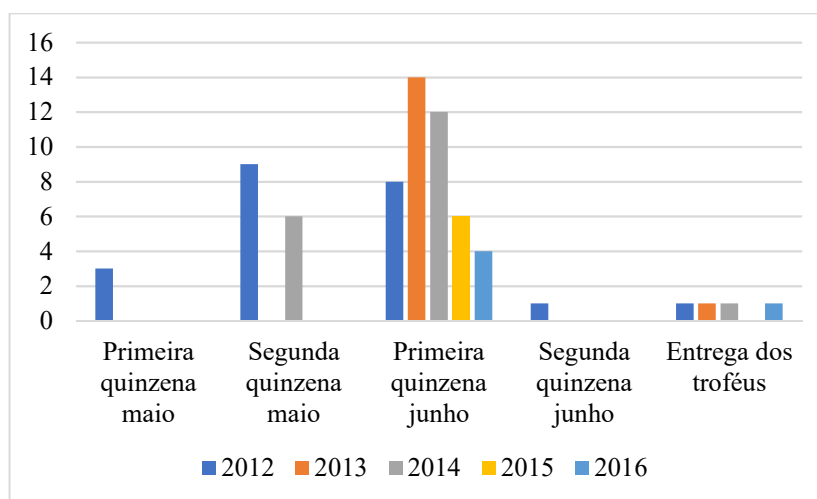
nos seus residentes a mais pura e tradicional cultura de bairro”; “uma das avenidas mais emblemáticas”; “cantam e dançam as virtudes dos seus bairros”; “uma festa tipicamente lisboeta que todos os anos atira milhares de pessoas para as ruas da cidade, uma animação popular conjunta”, incluindo arraiais e bailes.

### 3.1.3.5. Meios de comunicação social

#### 3.1.3.5.1. *Diário de Notícias*

Dos 330 dias abrangidos pela nossa pesquisa, não estavam disponíveis na Hemeroteca Municipal de Lisboa, à data da nossa consulta, 18 exemplares: 05, 06, 12, 13, 19, 20, 26 e 27 de maio de 2012; 05, 12, 19 e 26 de maio de 2013; 02, 09, 16, 23, 30 de junho de 2013 e 01 de maio de 2014. Ao contrário das restantes publicações, o *Diário de Notícias* faz coexistir, no caso das Marchas Populares, diversos textos numa ou várias páginas. Para efeitos de comparação, consideraremos o número de páginas e não o número de artigos, fazendo equivaler cada uma a um dia e privilegiando, a nível de tema, o do texto principal. Na Fig. 12 constatamos que a frequência de notícias sobre o concurso diminuiu em 2015 e 2016 face aos três anos anteriores.

**Fig. 12:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano

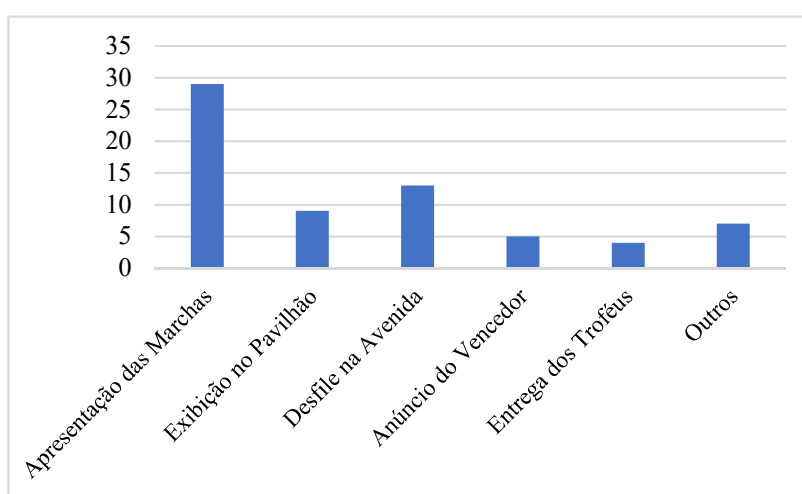


**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Mesmo atendendo a que a maioria dos exemplares em falta se refere ao período anterior à exibição no Pavilhão Atlântico e, por isso, ao de apresentação das marchas que desfilam é este o assunto que predomina e que marca a diferença ao nível de páginas publicadas. De notar ainda que, no que concerne a primeira exibição perante o júri, à

exceção de uma, todos os artigos são fotolegendas, não sendo aqui contabilizadas as que surgem como ilustração de outros temas (Fig. 13). Já na rubrica “Outros”, inserem-se um tema sobre a origem da “tradição”, outro sobre os Casamentos de Santo António, as Marchas e os arraiais em geral, um sobre o facto de o município financiar as marchas e os arraiais, outro sobre a audiência da transmissão do desfile na *RTP1*, uma entrevista, em formato corrido, a Carlos Mendonça por ter perdido o título pelo Alto do Pina, uma sobre o “viveiro” de marchantes que é a Voz do Operário e uma última inserida num texto de maior dimensão com diversos destaques integrados nas *Festas de Lisboa*.

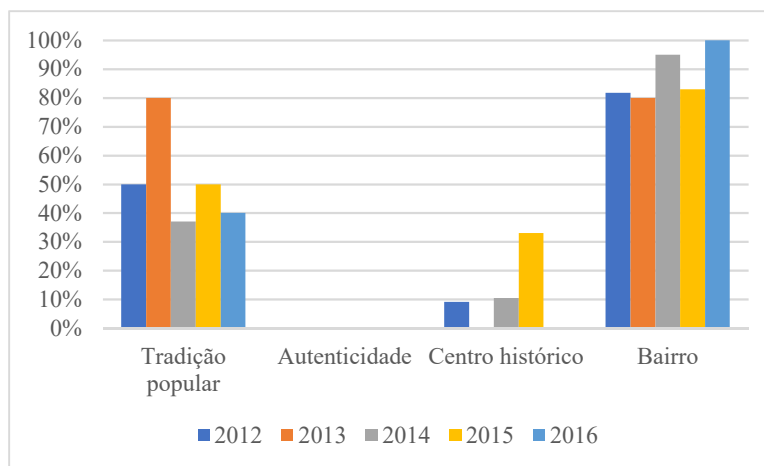
**Fig. 13:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por tema



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Relativamente às palavras-chave predeterminadas, de destacar a percentagem de páginas com o termo “bairro” que, em 2016, chegou mesmo a 100% (Fig. 14).

**Fig. 14:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa



**Outros elementos relevantes:** Menção, na apresentação das marchas e nas páginas de lançamento do desfile, às coletividades e aos padrinhos; referência aos locais onde ocorrem os ensaios, bem como aos temas próprios dos grupos; remissão para os vídeos publicados no *site* do *Diário de Notícias* sobre os ensaios reportados; referência à origem do concurso e/ou ao primeiro desfile da marcha em questão; referência ao palmarés de algumas marchas, nomeadamente Alfama e Alto do Pina; referência a Carlos Mendonça, o “Mourinho das Marchas”; tema da Grande Marcha e da edição em questão; apresentação do alinhamento e de informação útil, quer no Pavilhão Atlântico quer na Avenida da Liberdade; menções à EGEAC; apresentação de curiosidades “históricas” sobre as Marchas; referência à transmissão na RTP do desfile na Avenida da Liberdade; explicação ocasional das regras e do desenrolar do concurso; destaque para a presença de público na Avenida da Liberdade, onde as bancadas estão sempre cheias; recordações do tempo em que a exibição era no Pavilhão Carlos Lopes.

**Outras palavras e ideias-chave relevantes:** “bairros típicos”; “ranchos”; “cidade povoada por gente de fora”; “festa que invocava essas raízes”; “espírito de conjunto”; “tipicamente alfacinha”; “o melhor das suas gentes”; “ADN dos marchantes”; “temas invulgares”; “bairro dormitório”; “marchante mais típica”; “apesar de não ser um dos bairros históricos, o bairrismo parece que também não vai faltar”; “povo alfacinha saiu à rua para a noite mais longa de Lisboa”; “símbolo do bairro rival”; “amor em marchar, muitas vezes, é maior do que ‘o amor ao bairro’”; “típico bairro alfacinha”; “antigos mercados, típicos dos bairros lisboetas”; “conjuntos populares”; “Era um acontecimento inédito, mas foi promovido como sendo parte de uma tradição”; “pequenas ‘nações’ alfacinhas”; “orgulho de ser bairrista”; “típica tradição alfacinha”; “tradicionalmente vencedor”; “grupo popular”; “a mais popular expressão artística da capital”; “zona norte de Lisboa”; “bairro tradicionalmente associado ao fado”; “apesar de não se situar na zona histórica”; “bairro maior e situado na zona norte de Lisboa”; “demonstrar que, apesar de se situar em Campolide, a Bela Flor é um bairro com identidade própria”; “noite [do ensaio] é de convívio”; “vertente pedagógica é um dos traços mais marcantes desta marcha”; “apoio inesgotável das respetivas claque”; “noite de festa”; “Há rivalidade, mas uma sardinha e um copo de vinho fazem o salutar convívio”.

Além do “bairrismo”, destaca-se, nos testemunhos dos intervenientes – cuja transcrição completa se disponibiliza no ANEXO IV – a referência ao “convívio” que a marcha proporciona e onde chegam por influência da família (Fig. 15).

**Fig. 15:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Diário de Notícias* dos intervenientes nas Marchas Populares

<b>CML / EGEAC</b>	Corte de três mil euros, face a 2011, na atribuição financeira a cada coletividade, fruto “das diretrizes emanadas do Orçamento do Estado”, repercutidas no orçamento das autarquias. Apoio, do qual não existe retorno quantitativo, insere-se “nas políticas municipais de apoio social à atividade cultural e associativa da cidade”.
<b>Ajuda</b>	“Bairrismo” tornou doloroso a não participação durante três anos. No regresso, em 2012, participaram o marchante mais antigo (que também já foi padrinho, coreógrafo, ensaiador) e um pai e uma filha, ambos antigas mascotes. A adolescente, de 16 anos, estreia-se no concurso. Presidente da coletividade sonha “formar uma mística, que é algo que passa de pais para filhos,” e “tornar a marcha uma família”. Um dia, acreditam, também a Ajuda vencerá o concurso.
<b>Alcântara</b>	Em 2012, 12 membros da mesma família participaram na marcha. No ano seguinte, uma marchante, mãe há 18 dias, garantiu que a bebé “vai adorar marchar e ser mascote” da marcha. Um aguadeiro reside em Campo de Ourique e ama a marcha de Alcântara, na qual participa há anos, “pelo espírito, pelo convívio e pela alegria”. O bairro “é especial” e “nenhum marchante consegue explicar o que é descer a Avenida”. Em 1994, o grupo sofreu uma renovação, com muitos jovens a entrarem.
<b>Alfama</b>	Em 2012, o marchante mais velho tinha 40 anos, residia na Margem Sul e começou a marchar aos 16 por outro bairro, embora represente Alfama desde 1993: “Gosto de conviver com os meus amigos na marcha, de representar o bairro e, apesar de ser um grande esforço físico e financeiro, não falto uma única vez.” A marcha é jovem – em 2013 a média de idades era de 23 anos – e “há uma comunidade enorme” que espera que o conjunto esteja sempre à altura. A vitória é encarada com naturalidade: “O que é normal é Alfama ganhar”; “A gente está sempre à espera vencer. Às vezes não acontece”, alvitram alguns residentes. E conseguiram-no sem “o” Carlos Mendonça.
<b>Alto do Pina</b>	Marcha passou a sentir, depois da primeira vitória de sempre em 2011, “que é possível ganhar” e encarar o concurso de forma “profissional”. Mudança é atribuída à entrada do ensaiador Carlos Mendonça, até pelo próprio: “As marchas, quando cheguei, estavam estagnadas e pude modificar muita coisa”. Alegria por, em 2015, conseguirem ganhar sem o “Mourinho das Marchas”. Em 2016, destaque para a solidariedade entre todos, quando um figurinista fugiu com o dinheiro de três marchas, incluindo a do Alto do Pina: “há uma solidariedade entre todos, até porque todos estão a contribuir para o mesmo: as <i>Festas de Lisboa</i> ”. Há um “convívio salutar” entre todos e os “miúdos conseguem interiorizar este espírito de bairro”.
<b>Bairro Alto</b>	Em 2012, o marchante mais antigo tinha 69 anos e participava há 40 e não sabia o que iria sentir se alguma vez o Bairro Alto ganhasse. Crítico do tema geral (relações Portugal-Brasil), “até porque no Brasil só há samba porque os portugueses levaram para lá o gosto pelas marchas populares”: “Comemoramos 80 anos de marchas populares, logo esse é que devia ser o tema comum a todos.” Marchantes garantem que não falta bairrismo. Em 2014, uma marchante de 27 anos, com 16 anos de experiência, garantia que o filho já tinha “o bichinho das marchas”, que ela experimentou por influência familiar. Ensaiadores foram os mesmos de 2012-2016 e sublinham que a marcha é um “símbolo do bairrismo” e que antes, quando a tradição e os costumes eram mais rígidos, era impensável “um marchante passar de uma marcha para a outra”. Objetivo é “proporcionar um bom espetáculo” na Avenida.
<b>Baixa</b>	“Como não há tanto bairrismo, todas as pessoas são bem-vindas, quer sejam da Mouraria, do Bairro ou de Alfama”, garante marchante, que até gostava de ver “mais bairrismo” e não “marchantes sem garra”, só a “passar o tempo”. Sonha o ano todo em descer a Avenida, é por isso que ali está. Ensaiador, com experiência no concurso, trabalha com “tanta garra como a que teria caso soubesse que não haveria júri”.

<b>Bela-Flor</b>	Marchante de 23 anos, que gostava que houvesse ensaios o ano inteiro, foi festejar quando soube que a Bela-Flor ia voltar às marchas, em 2014, após dois anos de ausência. Em vez de um “tema mais tradicional”, optaram por um “importante para a cidade” – a chegada dos portugueses ao Oriente.
<b>Belém</b>	É difícil arranjar marchantes, vivendo “muito da amizade”. Adolescente marcha pela primeira vez nos adultos e trouxe os pais consigo – são da Ajuda e a mãe é irmã de um dos ensaiadores: “É uma questão de amigos.” A outra ensaiadora, que se estreou no papel em 2012, já fora marchante em Belém e assistente na Bela-Flor. Um marchante de 21 anos, participante há três, nem era, antes, “muito bairrista”.
<b>Beato</b>	Presidente da coletividade criou a marcha depois de desaparecer a infantil, porque “faltava união e tradição no bairro”. Antes, incutira nos filhos “o bichinho”, para participarem na infantil. Filho confirma que começou a marchar por influência do pai e que “quem entra, já não consegue sair”. Ensaaiador de 2013 tinha então 27 anos e, apesar de ser de Aveiro, vive em Lisboa desde os sete e tem “um gosto enorme pelas Festas de Lisboa”. Grupo tem muitos jovens.
<b>Benfica</b>	Ensaaiador disse que, quando comemorasse 25 anos de Marchas, ensaiaria a de Benfica e, por isso, ali está. Marchante de 37 anos participa com o marido, pela primeira vez, porque sempre teve “curiosidade”. Grupo tem “pessoas muito diferentes”. Ensaaiador lembra que é “das marchas mais antigas a concurso” e o responsável pela marcha assegura que há “grande tradição” e que o conjunto já ganhou por três vezes. Lamenta que seja sempre o mesmo, Alfama, a ganhar.
<b>Bica</b>	Marcha é “uma atividade vital para o clube”, porque o “bairro vive para a marcha”. Ensaaiador é o mesmo há 26 anos, à data de 2016: “Aqui, os filhos dos filhos vão para as marchas. Foi assim comigo e será assim. Durante estes meses, toda a gente no bairro quer participar. As marchas até acabam por tirar os mais jovens dos (...) maus caminhos”. Marchante de 28 anos e participante há 12, desfilou grávida em 2012 e garante que o filho será mascote, só não sabe se pelo seu bairro se pelo do pai. Um outro de 29, imaginava-se já, no ano seguinte, a marchar ao lado do filho. O grupo é “bastante amigo” e muitos conhecem-se “desde miúdos”. Mas há quem seja de fora: um antigo campeão da Kapa Rica, em Almada, marcha há três anos pela Bica, a convite do ensaiador: “O bairrismo é igual, mas entrar numa Avenida de Lisboa é diferente”. Responsável garante que “é tudo feito dentro do bairro”, menos os músicos, os únicos pagos. Marcha é risco: “ou se corre o risco ou não se corre”
<b>Campolide</b>	Ensaaiador de 2012 defende que o desfile não deveria ser avaliado e agradece o apoio do presidente da junta de freguesia. “Nós não temos tanta tradição e por isso é normal que ganhem sempre bairros mais típicos, como é o caso de Alfama, Bairro Alto ou até mesmo a Bica. (...) Neste grupo é habitual haver pessoas de outros bairros a marchar, porque não se sente a rivalidade que existe noutras marchas”, diz marchante há 14 anos, com a sua família. Outro marchante diz que a época “é especial”: “Gosto muito do meu bairro, da freguesia e da marcha”. Objetivos vão da diversão ao querer ganhar, com uma mensagem positiva e inovações.
<b>Carnide</b>	“Somos tão bairristas que, às vezes, o facto de termos marchantes que não são naturais de Carnide provoca confusões”, diz responsável. Mas um marchante residente em Sacavém garante que tem “mais garra” do que as pessoas dali. Uma outra cresceu em Carnide mas mudou-se há poucos anos para o Alto do Pina: “Carnide é Carnide” e “tem muita gente que é bairrista”. Ensaaiador de 2014 estreou-se nas marchas de Lisboa, depois de ter ganho experiência nas de Setúbal: “Aqui sente-se mais o bairrismo [do que em Setúbal].”
<b>Castelo</b>	Procura-se que “sejam pessoas do bairro, marchantes antigos e que tenham jeito para marchar”. Há “amizade e respeito” no grupo. Marchante mais antiga, à data de 2012, vai porque cresceu a ver as marchas. Um outro, de 20 anos à data de 2013, é uma antiga mascote e filho do marchante mais velho: “Desde criança que sempre tive este sonho e, como cresci no bairro, sempre fez sentido juntar-me às marchas” Ensaaiadora de 2013 é mãe da mascote desse ano. Outra marchante desfila há 16 anos. Querem ser inovadores e diferentes: “Às vezes, gostava de fazer certas coisas que não se pode fazer, porque há regras a respeitar”, desabafa o ensaiador de 2014.
<b>Graça</b>	“É sempre importante participar nesta tradição”, diz o diretor da coletividade, em 2012, quando o figurino foi “bastante popular” e “bastante inovador” ao mesmo tempo. Primam pela boa-disposição e “quem entra já não sai”. Maria marcha há cinco anos e é irmã de Miguel, que marcha há 12. Uma outra marchante, de 41 anos em 2013, desfilou pela

	primeira vez aos 16, já o fez grávida e tem um “desgosto” por, no seu Bilhete de Identidade, dizer São Vicente e não Graça. É um grupo unido, com “amizades de há muitos anos”. É “um convívio anual” e um “vício”. Ganhar não é o mais importante, mas sente que nem sempre lhes dão valor.
<b>Lumiar</b>	Marchante de 16 anos desfila pela primeira vez em 2013, é uma antiga mascote, o pai era responsável pela construção dos arcos e a mãe era marchante: é “um sonho realizado e um orgulho estar na marcha”, “desde bebé que vivo esta tradição”. No primeiro ano que participaram, muitas pessoas tinham mais de 60 anos, agora “não andarás acima dos 30”, apesar de atividade não ter “tradição no bairro”
<b>Madragoa</b>	Marcha gosta de surpreender, mas, em 2014, quando um marchante com 30 anos de atividade, quatro dos quais pela Madragoa, soube que não iria mostrar a vivência da varina e do pescador ficou “chocado”. Um outro, de 28 anos (em 2012), marchante há 16 e filho de um dos marchantes mais conhecidos da Madragoa acredita que os “desfiles estão a perder o sentido de ano para ano”, porque, “apesar de os bairros continuarem a apostar nesta tradição lisboeta”, o que tem havido é “pura revista de rua”. A paixão pelas festas, essa, é algo da sua “linhagem”. Um outro marchante, de 14 anos (2013) estreia-se e espera voltar: “Ajuda também estar com os meus amigos, somos pessoas dos bairros e já nos conhecemos há muitos anos”. Após a reforma administrativa, espalharam cartazes e fizeram castings para conseguir envolver toda a freguesia da Estrela. Em 2013, maioria era do bairro e tinha de saber dançar o vira.
<b>Marvila</b>	Residente em Sacavém, marcha há 19 anos por Marvila, mas, apesar de ser esse o seu bairro, não se considera “bairrista” porque não vive ali e é de Barrancos. Soraia estreia-se aos 13 anos, faz parte de uma família de marchantes e desde os oito que os imitava. Maria é a mais antiga e é conhecida por “avó de Marvila”. Seleção privilegia os mais antigos, mas aceita os “muitos jovens que amam o bairro” e que querem participar na “tradição”. Marcha sempre foi muito original, “mesmo nas abordagens à nossa tradição”. Luta é sempre pelo primeiro lugar.
<b>Mouraria</b>	Antigamente, conseguiam ter duas marchas, agora têm dificuldade em ter pessoas suficientes para uma. Marchante de 27, que desfila há nove (à data de 2013), é uma das mais antigas e o que a faz participar o “gosto, orgulho e grande vontade”. Grupo tem muito “amor ao bairro” e vai “trazer orgulho para a Mouraria”. Reconhece-se no Fado, género musical de que é “berço”, e afirma que há que “ter orgulho naquilo que em Portugal se faz de melhor”. Não se conformam com as más classificações: “A Mouraria não pode andar cá por baixo.” Em 2013, ensaiador acreditava que o conjunto teria uma “ótima pontuação” se o júri apreciasse “algo com tradição”.
<b>Olivais</b>	Objetivo do grupo que “não representa um bairro tradicional” “não é levar um tema que todos tenham feito”, mas sim “fazer o que ainda não foi feito e aproveitar para dar espetáculo”. Marchante de 28 anos, a “mais típica”, desfila há 15, à data de 2012. Uma outra marchante, de 46 anos (2013), começou aos 13 por influência da avó e da mãe e o seu “grande amor” é marchar: “Ganhei o bichinho e nunca mais parei”.
<b>Penha de França</b>	Grupo prima pela “inovação” e pela “diferença”, não hesitando em fugir à sonoridade das marchas populares. Uma marchante de 35 anos (em 2012) desfila há 16 e garante que a Penha de França é “um bairro com muita boa gente” e unida. Um outro marchante, de 32 anos (em 2013), marcha há quatro anos pela Penha de França, nasceu no Brasil, reside em Portugal há 19 anos e é membro de um grupo de folclore minhoto: “A nível de grupo é tudo muito parecido”.
<b>Santa Engrácia</b>	Ensaiaadores de 2013 são casados: ela é extremamente “bairrista” e começou aos 13 anos, na Marcha dos Olivais; ele já foi mascote, marchante e aguadeiro”. Uma outra marchante, de 37 anos, é mãe da mascote, de cinco anos e confessa que gostava de um dia “marchar ao lado dele”. Um outro, da mesma idade, começou n’A Voz do Operário e já representou Marvila e São Vicente: “É o convívio, as amizades que se formam e depois a adrenalina de nos mostrarmos a todos”. Objetivo da participação é “sair de cabeça erguida”, porque não vivem obcecados com a classificação.
<b>São Vicente</b>	Marcha é “fundamental” para a sobrevivência da coletividade. Ensaiaador manteve-se o mesmo durante o período de análise. Grupo é “muito unido” e marcha por “amor à camisola”. Marchante de 33 anos desfila há 16 e, nos últimos quinze dias de ensaios, tem de “meter férias para poder participar a cem por cento”. Antigos marchantes, que se conheceram na marcha, tiveram um filho e agora residem em Sintra, voltaram a desfilar

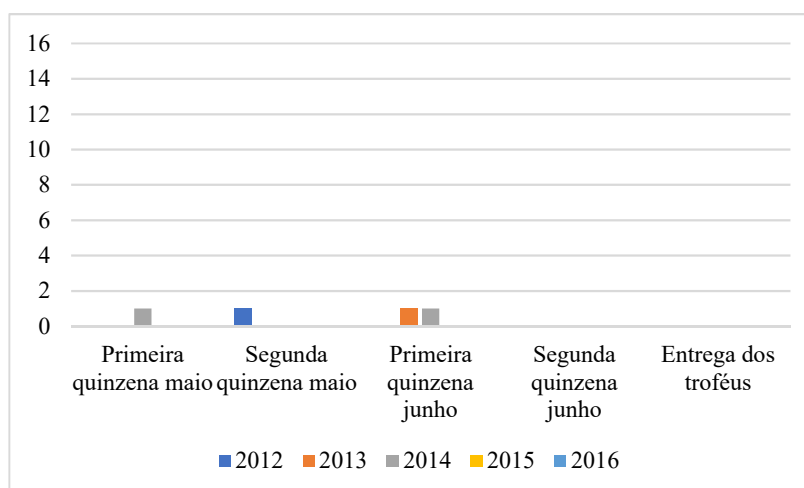
	em 2013, num “sonho tornado realidade”. Ensaíador admite que há “pessoas de fora” que fazem o “sacrifício”, porque falta gente.
<b>Infantil</b>	Responsável pela marcha é o mesmo há quase 30 anos: “Estou a ensinar e criar motivação por uma tradição” e a “ideia é que continuem pelo menos a gostar das marchas da nossa cidade”. Marcha é da Voz do Operário, mas há crianças de todos os bairros e algumas têm de esperar pelo ano seguinte. Uma das marchantes tem 12 anos e desfila há seis: “Estar aqui significa muito para mim. A minha família já participava e por isso acho que sinto ainda mais este espírito”; “É um sonho para mim descer a Avenida (...), ouvir o que nos dizem as pessoas e ouvir os nossos pais gritar por nós” Antigo marchante estreou-se em 1993 e já marchou Alfama, Alto do Pina (onde foi campeão), São Vicente e Mouraria. Uma outra, de 17 anos, marcha por São Vicente e não teria “o bichinho das marchas populares” se não tivesse começado na Voz do Operário. Um outro, de 15 anos, já marcha há dois pela Graça. É complicado após um dia de escola, o esforço “vale a pena”.
<b>Mercados</b>	Anita Guerreiro sente que, aqui, é a “madrinha de todos os bairros, porque há mercados em todos os bairros”, depois de ter defendido “quase todos” desde 1954. Pai, mãe (de 48 anos, em 2014) e filho são marchantes: “Aqui é mais descontraído”. A “única diferença” é que começam a ensaiar mais cedo.
<b>Desfile na Avenida</b>	Aguadeiros chegam primeiro. É onde “a festa começa”: “É a parte do convívio (...) Aqui é que se mostram as rivalidades, mas sadias. Fazem-se amizades para a vida. E grandes casamentos. (...) E estragos em casamentos também”. Um marchante do Castelo dá um autógrafa a um fã das <i>Festas de Lisboa</i> , surpreendida. Há marchantes que, depois de andarem por outros bairros, escolheram o “do coração”. Há apoiantes com <i>t-shirts</i> . Residente em Mafra chegou uma hora antes para reservar o lugar. Uma outra mulher veio de Loures para “ver os padrinhos”. Há, em anos diferentes, turistas brasileiros – “Venho a Portugal todos os anos visitar a família e há muito que queria celebrar o Santo António”; britânicos – não sabiam o que era, mas tinham ouvido falar de “um grande festival” naquele fim de semana –, moçambicanos – estava na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, mas quis ver as festividades – e norte-americanos – “É bom para a autoestima das pessoas”: “Nós [nativos americanos] também temos este tipo de encontros”; vestuário “não é tão industrial”.
<b>Entrega dos troféus</b>	“Ao fim de 25 anos, chegou o momento de me retirar”, afirmou o ensaiador Carlos Mendonça, e o presidente da CML agradeceu que vai deixar de ouvir que já se sabe que ganha sempre o mesmo.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

### 3.1.3.5.2. Público

Dos 330 dias abrangidos pela nossa pesquisa, não estavam disponíveis na Hemeroteca Municipal de Lisboa, à data da nossa consulta, três exemplares: 09, 20 e 23 de junho de 2013. No total, encontramos apenas quatro notícias relacionadas com o concurso das Marchas Populares de Lisboa, nenhuma das quais em 2015 e 2016 (Fig. 16). A de 2012 debruça-se sobre a preparação da marcha de Alfama no ataque à recuperação do título e a de 2013 sobre o condicionamento de trânsito decorrente do desfile na Avenida da Liberdade. Já em 2014, verificamos a existência de uma notícia breve sobre a marcha do Parque das Nações, que iria sair à rua pela primeira vez, e de uma mais longa sobre a de Campo de Ourique, que procurava voltar a organizar-se.

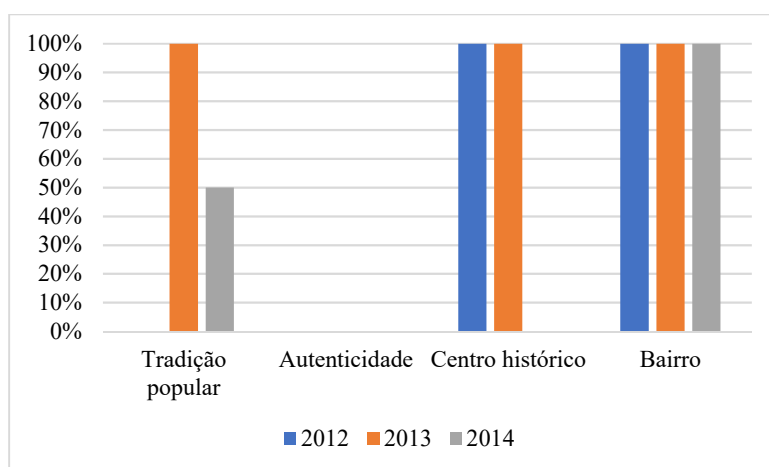
**Fig. 16:** Número de notícias no *Público* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Relativamente às palavras-chave predeterminadas, nota-se, como se tem vindo a verificar, a ausência do termo “autenticidade” em todos os anos (Fig.17).

**Fig. 17:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Público* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

**Outros elementos e ideias-chave relevantes:** Palmarés de Alfama; “afluência ao desfile percorre várias gerações”; “espírito de união que se vive em Alfama”; marcha do Parque das Nações, uma nova freguesia de Lisboa, é organizada pela associação de moradores e comerciantes local, sem apoios do município; “festas populares”; confronto entre o bairro de Campo de Ourique de antes e o de agora; história da marcha de Campo de Ourique; citação da tese de mestrado intitulada Marchas Populares de Lisboa: a performance

musical na identidade bairrista, assinalando aspetos como o carácter rural e regionalista das marchas originais e os bairros como núcleos de identidade da cidade

O modo como o seu “bairro” mudou é uma das ideias presente nos testemunhos dados ao jornal *Público* (Fig. 18), que disponibilizamos na totalidade no ANEXO V.

**Fig. 18:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Público* dos intervenientes nas Marchas Populares

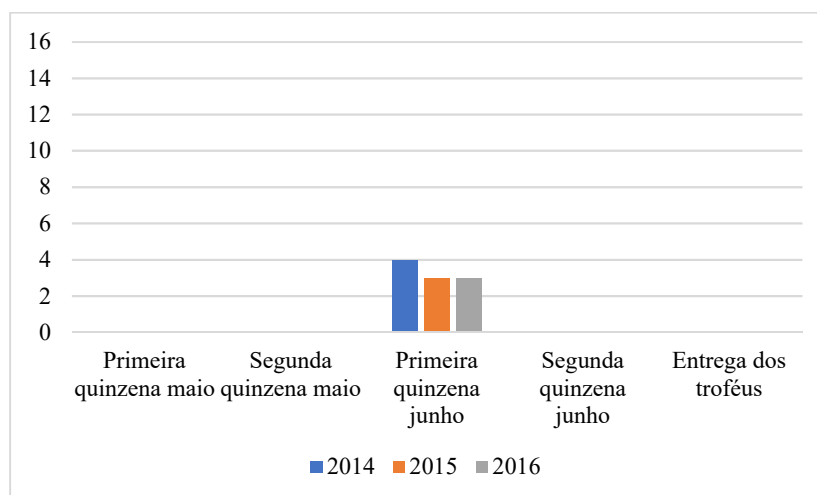
<b>Alfama</b>	É do Centro Cultural Dr. Magalhães Lima que “sai a marcha”, que “ainda é o mais forte” do bairro. Antes havia mais gente, agora as casas estão devolutas. É “uma aldeia dentro da cidade”. Adolescente de 13 anos “foi nascida e criada” em Alfama e já quase toda a sua família foi na marcha: “Já nasce dentro de nós.”
<b>Parque das Nações</b>	“O desejo era sermos uma freguesia de Lisboa. Agora vem a marcha”, diz o responsável.
<b>Campo de Ourique</b>	Bairro mudou: antes havia convívio, amor entre as pessoas, coletividades, mas muitas pessoas mudaram-se para a periferia e tornou-se um “bairro de ricos” e “pretensioso”, sem “bairrismo”. Quando houver condições para a Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, que a organizou durante anos, fazer umar “marcha muito bonita”, far-se-á.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

### 3.1.3.5.3. Observador

A partir de 19 de maio de 2014, foram publicadas dez notícias relacionadas com o concurso das Marchas Populares, todas na primeira quinzena de junho (Fig. 19).

**Fig. 19:** Número de notícias no *Observador* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano

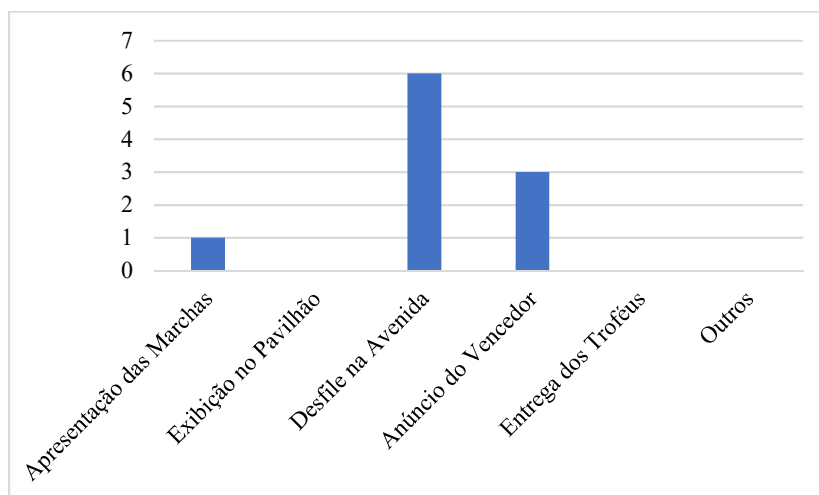


**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site* do *Observador*

Destas, apenas uma é da autoria de jornalistas do *Observador*, debruçando-se sobre a marcha do Parque das Nações. As restantes foram publicadas pela Agência Lusa e constituem notícias no seu sentido mais puro: a indicação de que será noite de Marchas,

Casamentos e arraiais; a informação de quais serão os condicionamentos de trânsito gerados pelo desfile e respetivo reforço dos transportes públicos (uma destas trabalhada por uma jornalista do jornal *online*) e o anúncio do grupo vencedor (Fig. 20).

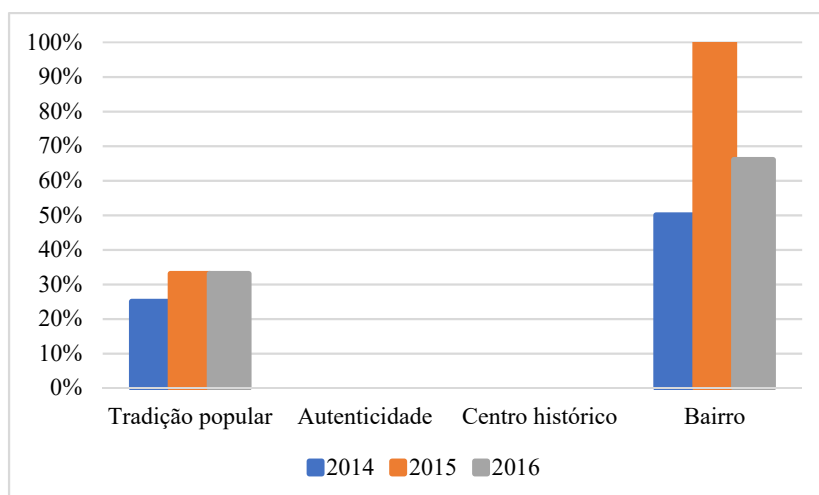
**Fig. 20:** Número de notícias no *Observador* sobre as Marchas Populares, por tema



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Relativamente às palavras-chave predeterminadas, verifica-se um predomínio do termo “bairro”, primeiro, e do de “tradição popular”, depois (Fig. 21).

**Fig. 21:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Observador* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa



**Outros elementos e ideias-chave relevantes:** Parque das Nações é “bairrista” apesar de ser uma “freguesia nova”; marcha é uma afirmação bairrista; é organizada pela Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações e apoiada financeiramente pela junta de freguesia; foi excluída do concurso por sorteio, mas participará como convidada; participam marchantes dos Olivais que não conseguiram lugar na sua marcha; enumeração dos grupos participantes, incluindo convidados; indicação do tema geral do concurso e de que a organização é da EGEAC; “bairros típicos”; referência à transmissão da *RTP*, com áudio-descrição e narração em língua gestual; capacidade das bancadas na Avenida da Liberdade (3820, dos quais 3460 para o público); indicação do pódio e dos prémios por categoria; condicionamentos de trânsito, a par dos causados por outras iniciativas; inclusão dos casamentos e dos arraiais.

A convicção de que o Parque das Nações tem direito, como qualquer outro bairro de Lisboa, a participar nas Marchas Populares é uma das principais ideias dos testemunhos prestados ao *Observador* (Fig. 22), que disponibilizamos no ANEXO VI.

**Fig. 22:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Observador* sobre as Marchas Populares

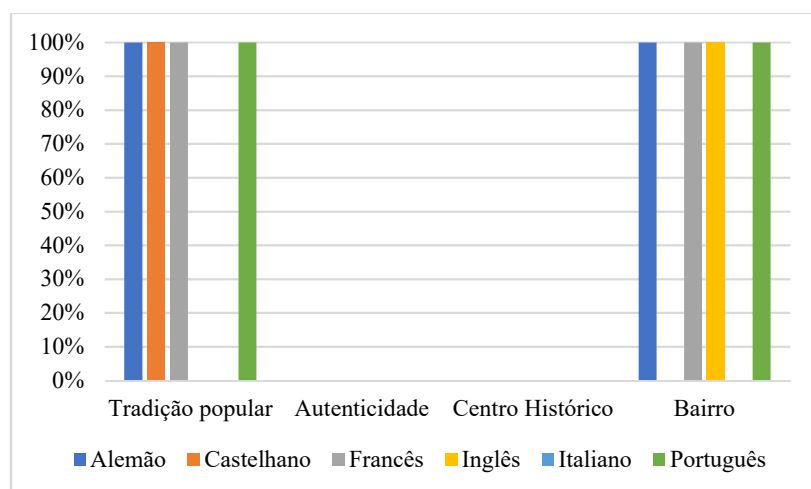
<b>Parque das Nações</b>	<p>“O sentimento de pertença a Lisboa já era muito forte e agora queremos integrar-nos no coração de Lisboa”, justifica o presidente da junta. Tem havido “expectativa” e “mexericos” por parte de outros grupos”, mas “era o que faltava não podermos participar nas festas da nossa cidade”, acrescenta o diretor da marcha. O mais difícil foi arranjar marchantes. Um casal de advogados, ambos de Évora, que reside há nove meses na freguesia marcha pela primeira vez e acredita que “algumas das pessoas” serão suas vizinhas. “É uma freguesia nova, é bom que se insira na tradição da cidade, é um bairro novo, com pessoas novas”, ainda que seja “sempre difícil comparar-se com Alfama. Ainda assim, um membro da direção da associação de moradores e comerciantes fala num “espírito bairrista muito forte”, enquanto o padrinho do grupo, Gonçalo da Câmara Pereira, opina que é a “cultura das marchas” está a unir a freguesia e a “juntar bairros que não têm nada a ver uns com os outros”, fazendo uma “amalgama e união entre as pessoas”: “A cultura popular é a que mais mexe connosco.”</p>
--------------------------	---

**Fonte:** Elaboração próprio, a partir da consulta do *site* do *Observador*

#### 3.1.3.5.4. Euronews

Tendo como exemplo uma notícia televisiva do canal internacional *Euronews* que consiste em 45 segundos de imagens do desfile na Avenida da Liberdade das Marchas Populares de 2015, transmitidas pela RTP Internacional, é possível constatar uma diferença consoante o idioma na utilização das palavras-chave predeterminadas, apesar de a sequência imagética nunca se alterar (Fig. 23).

**Fig. 23:** Ocorrência das palavras-chave determinadas na *Euronews* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual e idioma



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da análise das notícias publicadas pela *Euronews*

Existem também, ao nível de locução e de outras ideias-chave utilizadas, diferenças consideráveis de idioma para idioma, como sintetizamos na Fig. 24. De notar que o texto é ligeiramente diferente do publicado a acompanhar, *online*, o vídeo.

**Fig. 24:** Tabela-síntese da sequência e de outras palavras-chave na *Euronews*, por idioma

Idioma	Título do Artigo	Outras palavras-chave	Sequência
Alemão	Lisboa celebra a Festa de Santo António	“zona antiga”	<p>1.º: (...) “Em honra de Santo António, os bairros da capital portuguesa, seguindo a tradição, competiram na noite de 12 de junho (...). Todos os anos [esses bairros] desfilam, na zona antiga, nas denominadas Marchas Populares (...)”</p> <p>2.º: “Mas a festa não é apenas para regalar a vista: os lisboetas põem as mesas e as cadeiras e convidam amigos e transeuntes para comer (...)”</p> <p>3.º: No sábado, “há uma procissão religiosa (...)”</p> <p><u>Nota:</u> Referência aos Casamentos de Santo António, na versão escrita <i>online</i>, “um costume que foi mantido mesmo durante a crise”.</p>
Castelhano	Lisboa celebra a festa do seu padroeiro, Santo António	“cantos mais típicos”	<p>1.º: “Lisboa veste-se de festa. Com o desfile das tradicionais marchas populares, (...) celebra mais um ano a festividade do seu padroeiro (...)”</p> <p>2.º: “Respira-se o verão no ar e a música e a animação e a música chegam aos recantos mais típicos de toda a cidade” (...)</p> <p>3.º: “É a [noite] mais animada de todas, mas não a única, já que as ofertas culturais e os concertos se prolongarão (...) até ao princípio de julho, incluindo (...) fado, jazz, festivais de cinema e teatro e exposições desportivas”</p> <p><u>Nota:</u> Referência à procissão de Santo António, na versão escrita publicada <i>online</i></p>

Francês	Lisboa vive ao ritmo das festas do mês de junho	-----	<p><u>1.º</u>: “Em Portugal, Lisboa vive ao ritmo da festa. A capital que viu nascer Santo António de Pádua, celebra assim o seu padroeiro”</p> <p><u>2.º</u>: “Esta sexta-feira, Lisboa viu desfilar uma parada imensa numa das principais artérias da cidade, a Avenida da Liberdade. As marchas (...) [onde] os bairros se defrontam apresentando dançar populares, segundo a tradição”</p> <p><u>3.º</u>: “O destaque durante o mês de junho são as festas de rua e a animação. Música, projeções, coros, espetáculos estão no programa transversal à cidade, tal como a incontornável degustação da sardinha, presente em cada canto na rua”.</p>
Inglês	Lisboa marcha ao ritmo de Santo António	“bairros mais antigos”	<p><u>1.º</u>: “O festival de Lisboa ou <i>Festas de Lisboa</i> estão em curso com uma série de concertos e festivais, que decorrem em cada ano nos bairros mais antigos da cidade”</p> <p><u>2.º</u>: “E na (...) véspera do Dia de Santo António – um dos pontos alto do evento que dura um mês, onde centenas de pessoas participaram numa procissão de marchas numa das ruas mais importantes da cidade”</p> <p><u>3.º</u>: “E (...) haverá outra procissão em honra de Santo António, dito padroeiro das coisas perdidas”</p> <p><u>Nota</u>: Referência, na versão escrita, à invasão do cheiro das sardinhas e às ruas decoradas com imagens e pinturas de Santo António</p>
Italiano	Lisboa em festa por Santo António	-----	<p><u>1.º</u>: “Junho é um mês de festa em Lisboa e o ponto alto é ente 12 e 13. As celebrações por Santo António incluem uma procissão religiosa e ainda as marchas coloridas e muita música”</p> <p><u>2.º</u>: “As ruas enfeitam-se de flores e o perfume da sardinha invade a cidade”</p> <p><u>3.º</u>: “O evento honra Santo António, considerado o protetor dos casamentos, que nasceu em Lisboa e morreu em Pádua a 13 de junho de 1231.”</p>
Português	Festas de Lisboa: A capital portuguesa enche-se de cor e música	“o mais emblemático evento”; “esse espírito bairrista, tão lisboeta”	<p><u>1.º</u>: “A Avenida da Liberdade voltou a encher-se de cor para a 83.ª edição das Marchas Populares, o mais emblemático evento das Festas da cidade de Lisboa.”</p> <p><u>2.º</u>: “Exposições, espetáculos, bailaricos, arraiais em homenagem ao santo padroeiro da cidade, António, que nasceu Fernando em Lisboa em mil cento e qualquer coisa, não se sabe ao certo e que decidiu pregar aos peixinhos quando mais ninguém o ouvia”</p> <p><u>3.º</u>: “A festa é feita também de festivais como o Mistura, que celebra a música do mundo; o de música coral, que leva a Lisboa várias centenas e coralistas de todo o mundo, ou de bandas filarmónicas. Este ano, a festa prolonga-se por vários meses com eventos, como a exposição do fotógrafo brasileiro, Sebastião Salgado, patente na Cordoaria Nacional até agosto.”</p> <p><u>Nota</u>: Referência, ao cheiro a manjericos, sardinha assada e caldo verde, bem como aos “bairros” que se enchem de “gente, portuguesa e estrangeira, que procura viver, pelo menos uma vez, esse espírito bairrista, tão lisboeta”</p>

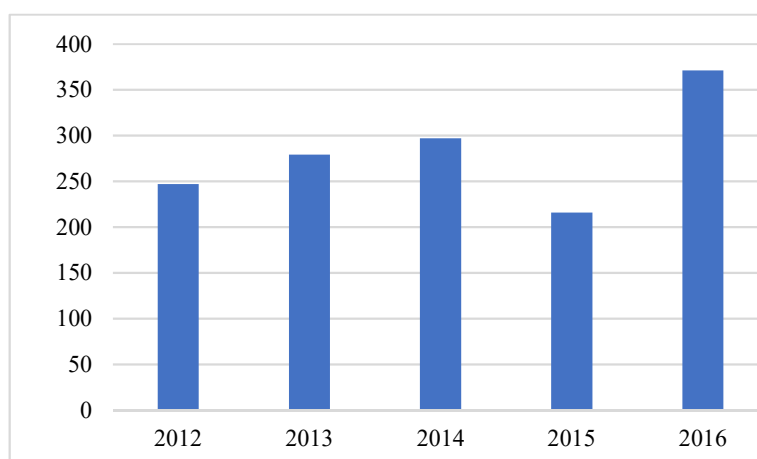
**Fonte:** Elaboração própria, a partir da análise das notícias publicadas pela *Euronews*

### 3.1.3.6. Redes Sociais

#### 3.1.3.6.1. Facebook

No total, encontramos, ao pesquisar por “marchas de lisboa” e “popular marches” + *lisbon*, 1440 resultados públicos, dos quais eliminámos 30 por não terem que ver, expressamente, com a iniciativa. Analisando os restantes, verificamos uma tendência de aumento de ano para ano, momentaneamente quebrada em 2014 (Fig. 25).

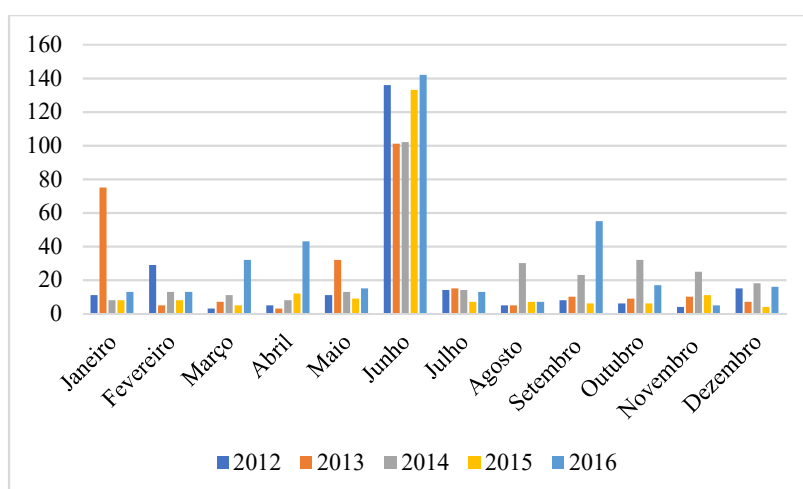
**Fig. 25:** Número de publicações públicas no Facebook sobre as Marchas Populares, por ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

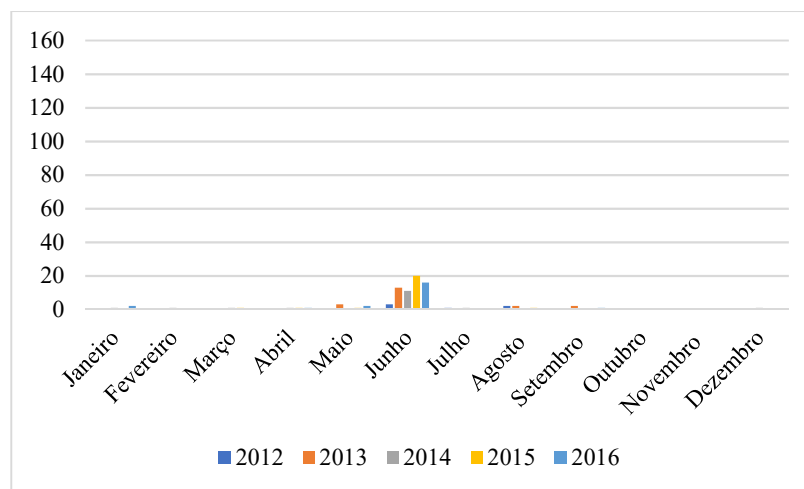
Embora exista um maior número de publicações em junho, constatamos que há resultados ao longo de todo o ano (Fig. 26). A situação altera-se, contudo, quando isolamos a pesquisa por “popular marches” + *lisbon* (Fig. 27).

**Fig. 26:** Número de publicações públicas no Facebook sobre as Marchas Populares, por mês e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

**Fig. 27:** Número de publicações públicas no *Facebook* com a expressão “popular marches” + *lisbon*, por mês e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

Atentando nos utilizadores, quer naqueles que partilham quer naqueles que veem algo ser partilhado na sua página, podemos constatar a presença de diversas entidades ligadas às Marchas Populares e de diversos meios de comunicação social (Fig. 28).

Paralelamente, a partilha de objetos publicados no *YouTube* e outros canais de partilha de vídeo/música é uma das outras características observáveis (Fig. 29).

**Fig. 28:** Entidades que se referem às Marchas Populares no *Facebook*, por categoria

<b>Organismos oficiais ligados às Festas de Lisboa e/ou Marchas</b>	Festas de Lisboa; Arquivo Municipal de Lisboa; EGEAC Cultura em Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Fernando Medina
<b>Coletividades e associações organizadoras</b>	Sociedade Musical 3 d'Agosto de 1885; Clube Futebol Benfica; Ginásio do Alto do Pina
<b>Marchas</b>	Infantil; Carnide; Olivais; Bairro Alto; Campolide; Belém; Mercados; Alfama
<b>Outros intervenientes</b>	Padrinhos; ensaiadores; compositores; letristas; maquilhadoras; marchantes
<b>Órgãos de comunicação social, incluindo os menos tradicionais</b>	Rádio SIM; A Televisão; Antena 1; VOX POP TV – A Febre da Televisão; TVI; RTP; P3; Lusojornal; MSN Portugal; RDP Internacional; TV GUIA NOVELAS; Revista TV GUIA; Renascença; CM TV; RTP 1; RadiOeste 97.8 FM; Jornal de Notícias; TSF; TVI24; Público; Contacto; Semanário SOL; Radio Alfa; 48.pm Notícias Portugal; Universidade FM; ReflexosOnline; Canela&Hortelã; TV7Dias; IOL; StarsOnline; 1001portailsPT; Informação Regional/Olhares de Lisboa – Informação Regional; Revista VIP; Inimigo Público; Rádio Comercial; SAPO; Jornal O Ribatejo; Expresso; Açoriano Oriental; JM-Madeira; Diário de Notícias da Madeira [www.dnoticias.pt]; Radio Lagoa – Algarve 99.4 e 100.0 – Portugal; Arte Sonora Revista; People's Daily China; The Portugal News – Portugalsnationalnewspaper in English; AIRSTAR; New Age, Dhaka; Diário de Notícias
<b>Canais sobre as Marchas Populares</b>	Marchas Populares de Lisboa, Lisboa a Marchar; Marchas TV
<b>Outros</b>	Páginas de fãs de figuras públicas, padrinhos ou não das marchas; escolas de dança; estabelecimentos comerciais; páginas de exaltação/promoção da “cultura” portuguesa/lusófona; clubes e coletividades que não participam nas marchas e/ou não se localizam em Lisboa; páginas de iniciativas culturais e desportivas específicas; movimentos sociais; associações que não participam nas marchas; páginas de promoção de Lisboa; páginas de promoção de Portugal; equipamentos culturais; casas portuguesas ou de regiões portuguesas no estrangeiro; página dedicada a marchas fora de Lisboa; localidades fora de Lisboa; conjuntos convidados para atuar nas Marchas; associações de pais; organizações não governamentais; programas televisivos sem qualquer ligação às Marchas, incluindo a Eurovisão; agendas culturais; associações de amizade e de comércio com outros países; juntas de freguesia; outros municípios; estabelecimentos hoteleiros; bairros de Lisboa; fotógrafos; compositores; páginas ligadas ao mundo do Fado; <i>tours</i> em Lisboa; páginas de crítica político-partidária; estabelecimentos de ensino; eventos de Carnaval; Bombeiros Voluntários Lisbonenses; páginas de promoção turística de outros países; igrejas e centros paroquiais

**Fig. 29:** Entidades cujas ligações na *Web* sobre as Marchas Populares foram partilhadas por outros utilizadores no *Facebook*, por categoria

<b>Canais de partilha de vídeos/músicas</b>	YouTube; Vituga; Vimeo; Spotify; SoundCloud
<b>Páginas oficiais ligados às Festas de Lisboa e/ou Marchas</b>	Festas de Lisboa; EGEAC
<b>Órgãos de comunicação social</b>	Record; Correio da Manhã; RTP; TVI; TSF; Fama Sapo; Hardmusica; Rádio Comercial; Caras; IOL; Sic Notícias; Expresso; TVI 24; Jornal de Notícias; Região de Cister; Diário de Notícias da Madeira, Jornal da Madeira; Diário Digital; Notícias ao Minuto; BlastingNews; Público; A Bola; Stars Online; Rádio Renascença; Observador; Diário de Notícias;
<b>Outros</b>	<i>Sites</i> de promoção turística; <i>sites</i> de divulgação de eventos; fóruns; blogues; festival Caixa Alfama; Imprensa Falsa; outros municípios; ESC Portugal; <i>quizzes</i> ; Junta de Freguesia de Carnide; <i>sites</i> de fotografias

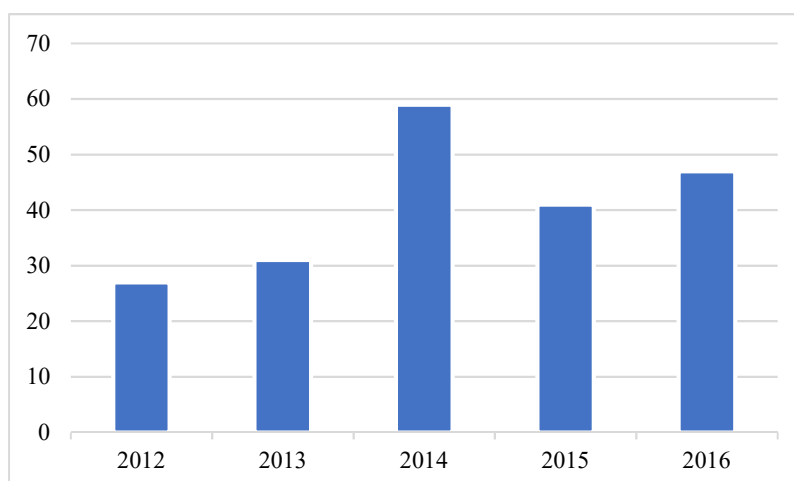
**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

Perante utilizadores tão diversos, com intenções tão distintas, torna-se difícil proceder a qualquer categorização. Ainda assim, há alguns tópicos que podemos identificar e que merecem relevo: a exaltação, antes, durante ou pós exibição no pavilhão/desfile na Avenida do “seu” bairro – “é lindo(a)!”; a referência ao concurso das Marchas Populares como algo (uma “tradição”) característico da cultura lisboeta e/ou nacional, da qual decorre, por vezes, a crítica à participação, como convidados, de conjuntos estrangeiros; a publicitação da iniciativa por parte destes e de outros municípios portugueses convidados, incluindo os arquipélagos; o destaque dado à participação de “marchas de Lisboa” nas festas de outros concelhos, a norte e sul do país; a rejeição, nomeadamente de residentes em concelhos da Margem Sul do Tejo, de participantes e outros autores nas suas marchas, “tão boas” como as de Lisboa; a participação, em Lisboa, de pessoas residentes noutros concelhos, quer ao nível de marchantes, quer ao nível de ensaiadores e letristas; a crítica/escárnio do concurso; a atenção conferida aos padrinhos; lamento pelo falecimento, em 2016, do ensaiador Carlos Mendonça; e, num registo mais pessoal, a oferta dos seus serviços profissionais e a partilha da sua presença/participação, enquanto participante ou espectador, nas Marchas Populares, por vezes com declarações de amor ao seu bairro e agradecimento pela experiência, inclusivamente em grupos não lisboetas. A um nível mais técnico, salientamos ainda a partilha de *frames* da transmissão da RTP e o facto de uma parte significativa dos *links* partilhados não estarem já acessíveis. Por últimos, notamos ainda uma tendência para as Marchas de Lisboa, em abstrato, serem um recurso para diversos tipos de piadas de cariz futebolístico e/ou político-partidário.

#### 3.1.3.6.2. YouTube

Ao pesquisarmos na plataforma de partilha de vídeos por marchas de lisboa 2012, marchas de lisboa 2013, marchas de lisboa 2014, marchas de lisboa2015, marchas de lisboa 2016 e *popular marches lisbon*, obtivemos 288 resultados, dos quais 205 se referem às edições de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 do concurso das marchas populares de Lisboa, com o pico de publicações a acontecer em 2014 e o mínimo em 2012 (Fig. 30).

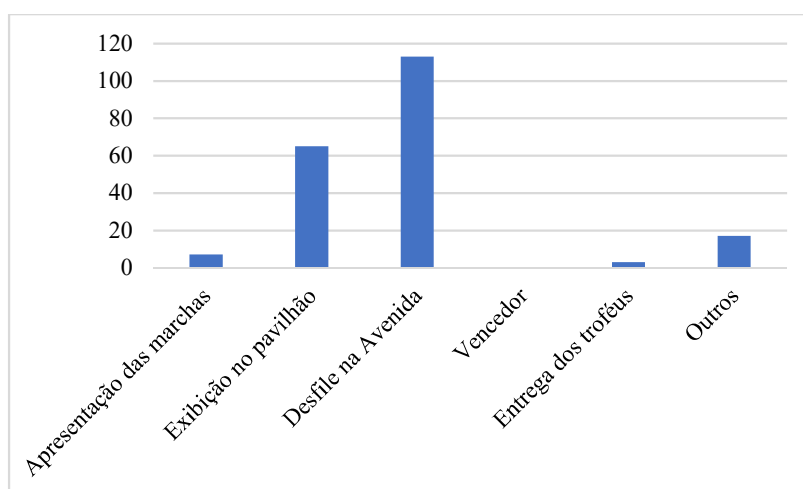
**Fig. 30:** Número de resultados sobre Marchas Populares no *YouTube*, por ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa no canal

Já quanto ao tema tratado, mais de 50% dos vídeos são sobre o desfile na Avenida da Liberdade, com a exibição no pavilhão a surgir em segundo lugar (Fig. 31). De destacar ainda que, 10 dos 17 vídeos inseridos na categoria “outros” reproduzem a Grande Marcha do ano respetivo, incluindo uma não seleccionada em 2012. Os restantes tratam-se do desfile da marcha de Alfama na abertura do ano novo chinês, em Macau, do spot da *RTP* de promoção de transmissão do desfile na Avenida da Liberdade (2), do transporte dos marchantes num autocarro da Rodoviária de Lisboa, do desfile da Marcha de Alcântara no Parque das Nações, de um vídeo motivacional dirigido à marcha de São Vicente e da sessão de apresentação do concurso de *design* dos troféus da edição de 2013 do evento.

**Fig. 31:** Número de resultados sobre as Marchas Populares no *YouTube*, por tema

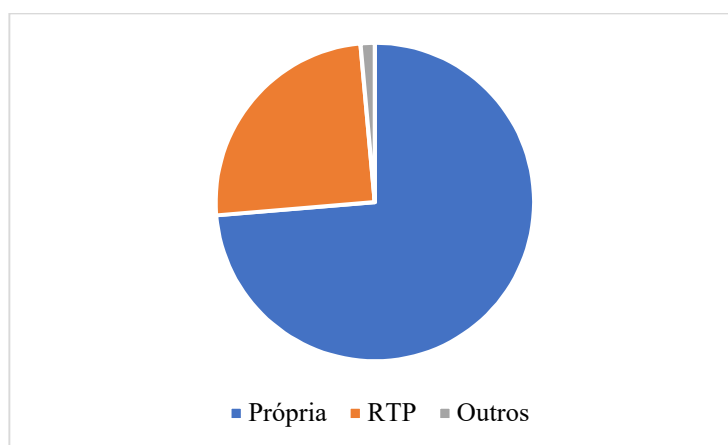


**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa no canal



Embora predominem as imagens captadas ou editadas pelos próprios utilizadores que partilham um vídeo, constatamos que se verifica a apropriação, com alguma frequência, da transmissão e outras peças da autoria da *RTP* (Fig. 32). As restantes são da autoria da TvL, uma web Tv centrada na Grande Lisboa, da CMTV e do canal Canção de Lisboa, relativo a uma rádio já desativada.

**Fig. 32:** Captação de imagem dos vídeos publicados no *YouTube* sobre as Marchas Populares, por tipo



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa no canal

É, de resto, a transmissão da RTP do desfile na Avenida da Marcha de Alfama, em 2014, partilhada por um particular, aquela que, na nossa pesquisa, mais visualizações tem (Fig. 33). Curiosamente, o mesmo desfila figura nos objetos menos visualizados.

**Fig. 33:** Vídeos sobre as Marchas Populares com mais e menos visualizações no *YouTube*

Número de Visualizações (05/07/2017)	Data de Publicação	Autor	Tema	Tipo de Imagem	Duração
35 087	17/06/2014	Jose Augusto	Desfile da Marcha de Alfama na Avenida da Liberdade (2014)	Transmissão da RTP	06m02seg
33 177	16/05/2015	Pedro Saque	Grande Marcha de Lisboa (2015)	TvL	02m59seg
28 232	13/06/2015	NBCTV49	Desfile da Marcha do Alto do Pina na Avenida da Liberdade (2015)	Transmissão da RTP	06m36seg
26 928	19/04/2013	Fernando Ramos	Grande Marcha de Lisboa (2013)	Própria	02m35seg
24 684	13/06/2016	NBCTV49	Desfile da Marcha de Alfama na Avenida da Liberdade (2016)	Própria	06m23seg
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
2	13/06/2014	Miguel Simoes Simoes	Desfile de marcha na Avenida da Liberdade (2014)	Própria	01m48seg
2	18/06/2012	Marcio Luiz Mello	Desfile de marcha na Avenida da Liberdade (2012)	Própria	02m25seg
1	13/06/2014	Miguel Simoes Simoes	Desfile de uma marcha na Avenida da Liberdade (2014)	Própria	03m22seg
0	13/06/2014	Miguel Simoes Simoes	Desfile de marchas na Avenida da Liberdade (2014)	Própria	39seg
0	13/06/2014	Miguel Simoes Simoes	Desfile de uma marcha na Avenida da Liberdade (2014)	Própria	28seg

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa no canal

**Outros elementos e ideias-chave relevantes:** Predomínio de legendas que indicam apenas, sem comentários, de que trata o vídeo; exaltação ocasional de marchas

**Temas dos comentários:** Elogio e exaltação das Marchas – “lindas”, “belas”, “maravilhosas”; “uma das tradições mais antigas” de Lisboa –; elogio ao toque de modernidade nas “já estafadas Marchas de Lisboa”; “a tradição deve manter-se sem sobressaltos”; elogio e exaltação de marchas/bairros específicos (Marvila, Alfama, Alto do Pina, Mouraria, Bica, Bairro Alto); crítica à vitória de Alfama; diálogo entre críticos e partidários de Alfama; elogios e críticas depreciativas à Grande Marcha de Lisboa; explicação, em inglês, de que se trata “de uma tradição muito antiga em honra do nosso padroeiro Santo António de Lisboa, Santo António de Pádua” e de que os fatos simbolizam um dos bairros da cidade”; pedidos de explicações, incluindo se as Marchas

são inspiradas no Carnaval do Rio de Janeiro, e correções quanto à suposta reentrada de marchas; sintense partilha que é uma “emoção” ver as Marchas na Avenida, sentindo algo especial por Alfama por intuir que “são bairristas até ao fundo da alma”

### 3.2. Tronos de Santo António

#### 3.2.1. Origem

Em 1949, os serviços culturais da CML promoveram “o revigoreamento da velha tradição” de elaboração e exposição dos tronos de Santo António com a abertura de um concurso destinados às crianças residentes no Bairro Alto, na Mouraria, na Madragoa e em Alfama (Dias, 1949: 22). De acordo com o aviso de abertura da iniciativa, reproduzido na revista cultural do município (*idem*: 22-23), os tronos teriam obrigatoriamente de incluir uma imagem de Santo António e de “estar armados na via pública, sem prejuízo de trânsito, das 10 às 17 horas dos dias 12 e 13 de junho”, sendo então apreciados por um júri constituído por “um Vereador, pelo Diretor dos Serviços Centrais, por 2 etnógrafos e pelos representantes do grupo «Amigos de Lisboa» e da «Federação das Sociedades de Educação e Recreio»”. Poderiam, caso os tronos tivessem condições para tal, ser atribuídos 24 prémios: um de 800 escudos, um de 400, um de 200, um de 100 e vinte de 50. Os exemplares de concorrentes que pedissem “esmola na via pública” não seriam classificados nesta iniciativa, lançada “com o propósito de manter a tradição popular dos tronos a Santo António e estimular o bom gosto e a originalidade” (*idem*: 22).

No total, continua Dias (1949: 23), também diretor dos Serviços Centrais do Município e jurado, houve 64 participantes, distribuídos da seguinte forma: “25 em Alfama 4 dos quais não inscritos; 7 na Mouraria; 17 no Bairro Alto dos quais 3 não inscritos; e 16 na Madragoa dos quais 3 não inscritos”. Após a entrega dos prémios (o primeiro não foi atribuído), os “petizes confraternizaram em animada festa, junto ao trono da Calçada do Jogo da Pela, que obteve o melhor prémio” (*idem*: 24).

Apesar de ser destinado a crianças, a elaboração dos altares contou com a colaboração da “boa gente dos bairros”, tendo a presença do júri sido reclamada em locais fora dos bairros abrangidos, nomeadamente no “Bairro da Boa Vista, Travessa do Cotovelo, Travessa do Alecrim, Rua da Ilha Terceira” (*idem*). Segundo o autor, terá mesmo chegado à autarquia uma carta em que era sugerido o “alargamento do certame em anos futuros, a toda a cidade, para que todas as crianças” pudessem “dar largas à sua

imaginação na construção destes pequeninos motivos de arte, de beleza e de amor” (*idem*). Da missiva, ressaltava que, “não obstante a sua grandeza e ânsia de progresso, a nossa magnífica capital, deseja[va] ver continuada a velha tradição dos tronos a Santo António, tão formosos como ingénuos” (*idem*). Tal, defendeu, deveria ser deferido.

O lançamento do concurso mereceu destaque na imprensa, “sobretudo [n]o *Diário de Lisboa*, pela pena do consagrado olisipógrafo sr. Norberto de Araújo”, que integraria depois o júri enquanto etnógrafo (*idem*: 23). O próprio artigo que citamos inclui uma descrição cenográfica da iniciativa, a par da apresentação fotográfica de oito dos vencedores, da listagem, por bairro, de todas as crianças participantes e de uma resenha, que podemos classificar como “histórica”, do culto antoniano, em geral, e da elaboração dos tronos em homenagem a Santo António, em particular.

Esta prática, iniciada em 1755, não teria ainda sido esquecida, ainda que, “a pouco a pouco” fosse caindo “em desuso” (*idem*: 21). A sua origem, essa, era atribuída às “crianças de Lisboa” que, após o Terramoto daquele ano, “começaram a erigir pelas ruas ou à porta de suas casas” altares em honra de Santo António, para, à sua sombra, “pedirem aos transeuntes uma esmola para a reconstrução da Igreja que fora destruída pelo trágico sismo” (*idem*).<sup>14</sup> Dias (1949: 23) cita então o olisipógrafo Júlio de Castilho que, na obra *Lisboa Antiga*, de final do século XIX, descreve “um dos costumes” que acreditava que iria desaparecer e que começava a surgir nas ruas “em fins de maio”.

A crença de que a “tradição” iria desaparecer é, de resto, constante na história dos altares em honra de Santo António. Em 1982, ano da sua fundação, a Associação de Artesãos de Lisboa lançou um novo concurso, com o objetivo, nas palavras da à data sua presidente, “preservar tradições que não se devem perder” (Baltazar, 13 de junho de 2012). A entidade não terá sido, contudo, a única envolvida: em 1984, a iniciativa, com a participação exclusiva de membros da mesma associação, contou com o apoio do Grupo Amigos de Lisboa, da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa, do jornal *Correio da Manhã* e do próprio município (Grupo Amigos de Lisboa, 1985).

---

<sup>14</sup> O registo diário de 12 de junho de 1787 de William Beckford, no qual o escritor inglês refere que, “por toda a parte, em todas as casas ou lojas da costa de Belém, havia hoje [então] a imagem de Santo António, no seu altar, ornada de flores e pavios de cera” (Beckford, 1988 *apud* Cordeiro, 1997), é citado com frequência para demonstrar a antiguidade do culto antoniano, em geral, e da prática, em particular.

“[O]riginalidade, religiosidade, tradicionalismo, pormenor, mensagem, simplicidade e criatividade” foram os parâmetros então avaliados pelo júri, composto por representantes de todas as entidades envolvidas (*idem*:160). Já a cerimónia de entrega dos prémios contou, naquele ano, com a presença de um representante do presidente da autarquia, de um representante do Instituto de Património Cultural, do presidente da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa, do presidente da Associação dos Artesãos da Região de Lisboa e de um representante do Grupo Amigos de Lisboa. Na ocasião, foram “unânicos na exaltação de apoio aos artistas, não só pela sua criatividade, como pela vantagem de acarinhar uma tradição lisboeta” (*idem*: 158).

Não sendo possível confirmar as entidades envolvidas em todas as suas edições, este concurso manteve-se pelo menos até 2015, ano que integrou, pela última vez, a programação das *Festas de Lisboa* (EGEAC, 2015; EGEAC, 2016; EGEAC, 2017b), graças a uma exposição no centro comercial AtriumSaldanha. Antes em 2006, a loja A Vida Portuguesa, à data designada Uma Casa Portuguesa, dedicada à venda de “produtos antigos portugueses” (A Vida Portuguesa, 2015), lançou um *kit* para construir um altar doméstico em honra de Santo António (Baltazar, 13 de junho de 2012), sem que, seis anos depois, se deixasse ainda de falar nos “últimos dias” da “tradição”. Fernando Duarte, do Sport Lisboa Marítimo, na Bica, acreditava, ainda assim, que o “financiamento” e “apoio da autarquia” poderiam recuperar a prática, ao mesmo tempo que o então diretor do departamento de gestão cultural da EGEAC, considerava, em alternativa, que a sua “continuidade” dependeria “de uma maior adesão da comunidade local e muito em particular das instituições comerciais e do associativismo”. Admitia, ainda assim, que tinha sido “algo esquecida no panorama cultural de Lisboa”, confirmando que os tronos nunca haviam sido, nos oito anos anteriores, “acometimento e missão” daquela empresa.

### 3.2.2. Organização atual

Na atualidade, a exposição de Tronos de Santo António não tem qualquer carácter competitivo, tendo sido recuperada em 2015, enquanto iniciativa enquadrada institucionalmente, pela EGEAC, no âmbito das festividades da cidade (Boaventura, 21 de maio de 2015). O evento voltou a integrar a programação das *Festas de Lisboa* em 2016 e 2017, sempre no mesmo formato: de forma gratuita, o Museu de Lisboa – Santo António disponibilizou, a quem a solicitasse, uma estrutura de suporte para o altar caseiro, mediante a garantia de que este seria exposto na rua nos dias agendados para o efeito.

Em 2015 e 2016, anos sobre os quais incide a nossa análise, a exposição promovida pela empresa municipal ocorreu, respetivamente, a 30 e 31 de maio e 4 e 5 de junho (EGEAC, 2015; EGEAC, 2016) e incluiu a disponibilização *online*, no *site* oficial das festividades, de um mapa com a localização de todos os tronos elaborados. Posteriormente, foi publicado um livro-álbum bilingue (português e inglês) sobre cada edição, com textos introdutórios da vereadora da Cultura no município, da presidente do conselho de administração da EGEAC e do coordenador do Museu de Lisboa – Santo António (Pereira; Castel-Branco, 2015; Pereira; Almeida, 2016).

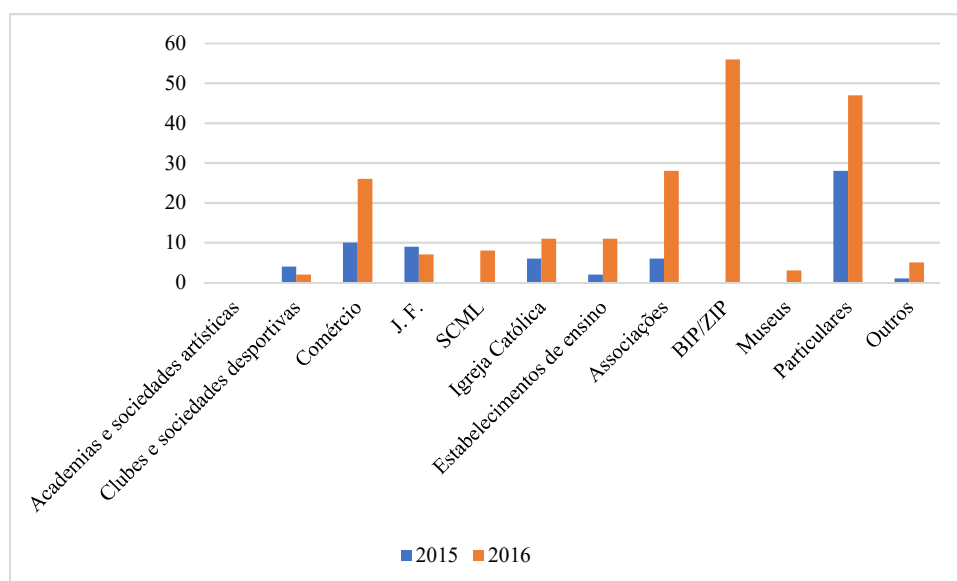
### 3.2.3. Recolha de dados

#### 3.2.3.1. Intermediários

Da organização atual da iniciativa, descrita na secção anterior, resultam, à partida, dois intermediários diretos: o Museu de Lisboa – Santo António, que integra o universo EGEAC, em particular, e todos aqueles que ornamentam os seus tronos, em geral. É a discriminação destes últimos que se impõe e que, a partir da informação prestada nos livros-álbuns das edições de 2015 e de 2016 da exposição dos Tronos de Santo António, podemos dividir em duas grandes categorias: os autores materiais, correspondentes àqueles que efetivamente executam a obra, e os recetores, isto é, aqueles que enquadram os altares quando estes se encontram em exibição no espaço público.

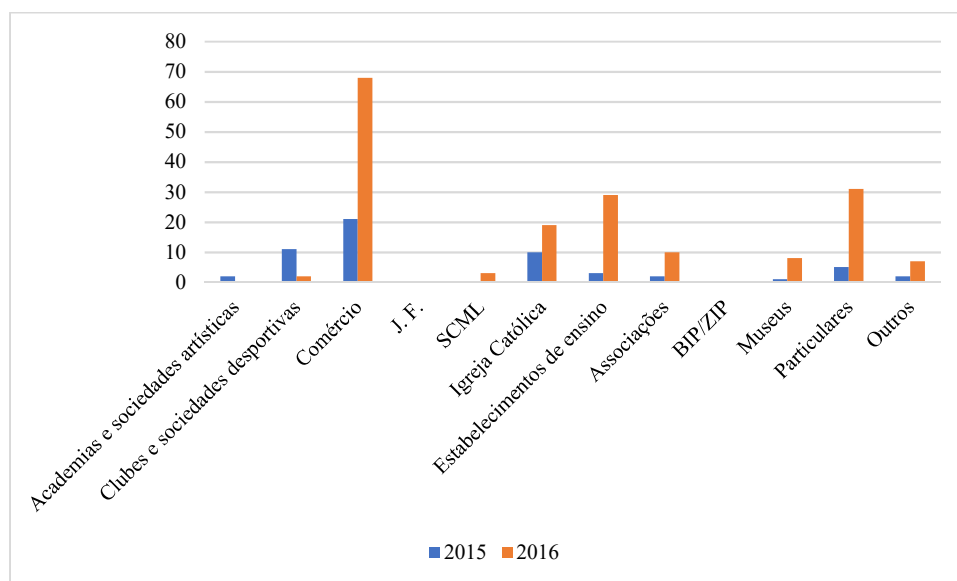
Em 2015, foram decorados 66 tronos, dos quais dois não foram expostos e sete foram colocados na via pública, sem qualquer associação a particulares ou outras entidades. Já em 2016, foram elaborados 204 altares domésticos, dos quais um esteve em exposição no interior de um edifício não identificado e dois não foram expostos na via pública. Neste ano, houve ainda 24 colocados em ruas ou praças sem qualquer associação a particulares a outras entidades. Apresentamos, assim, os gráficos para, respetivamente, 66 e 204 autores materiais (Fig. 34) e 57 e 177 recetores (Fig. 35), a par de que entidades integram cada categoria, à exceção dos particulares (Fig. 36).

**Fig. 34:** Número de autores materiais dos Tronos de Santo António, por ano e tipo



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum das edições de 2015 e 2016

**Fig. 35:** Número de recetores dos Tronos de Santo António, por ano e tipo



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum das edições de 2015 e 2016

**Fig. 36:** Distribuição, por categoria, dos autores materiais e dos recetores dos Tronos de Santo António

<b>Academias e sociedades artísticas</b>	Academia Recreio Artístico, Sociedade Boa União
<b>Clubes e sociedades desportivas</b>	Grupo Excursionista Vai Tu, Esperança Atlético Clube, Grupo Desportivo do Castelo, Grupo SportivoAdicense, Futebol Clube de Lisboa, Tejolense Atlético Clube
<b>Comércio</b>	Aga-Cri Couture, Casa de Lafões, Mercado de Santos, Tabacaria, Padaria Flor da Esperança, Cabeleireiro MC, Reuse, Barbearia do Sr. Ferreira, Restaurante a Travessa, Leitaria Mascote da Madragoa, Café SevenSeas, Café Golfinho, Ricardo Hogan Antiguidades, Medrosa de Alfama, A Arte da Terra, Ponto Lx, RiaoQuadrado, Artes&Tartes Bar da Igreja, Mente Fértil Lda., Tasca das Manas, Picanha Restaurante, Garrafeira de Santos, Restaurante Arêgos, Drogaria Morgado, Mercearia Minimercado e Frutaria da Madragoa, Sr. Vinho, Restaurante Pratinho Feio, Oficina Irmãos Marques, Loja Galeria de Arte Popular Portuguesa – Origens e Etc., Loja Solidária de “Os Fidalgos da Penha”, Tabacaria Jardim, Cerâmica – Elisabete Silva e Dina Nunes, Café Doce Fama, Frutaria São Miguel, Amarelo 28, Café Isabela, Tevel, Ourivesaria Parshotam, Tabacaria Verdanis, Loja Sr. Oliveira de Figueira e Castafiorr, Creative Factory, Boutique Doce, Boutique Doce Tentação, Café Snack-Bar Estrela, Papelaria António Santo, Beira Tejo – Papelaria e Pastelaria, Casa dos Ovos Moles, Restaurante Batata Doce, Tasca do Abílio, Bar Alfaiataria, Café Rosinha, Taberna da Lapa, Pastelaria Lenita, Tabacaria Madália, Mercearia NaeemaYounas, Lojas Tricô Brancal, NFardas, Chapelaria d’Aquino, Armazéns do Chiado, Brilhante Benfornoso, Drogaria da D. Laurinda, FK Nepal – Loja de produtos do Nepal, Café Tabernices, Costa e Costa Lda., Anchieta 16, Cabeleireiro Nova Nuance, Restaurante Estrela da Graça, Comércio na Pampulha
<b>Juntas de freguesia</b>	Junta de Freguesia da Estrela, CAF – Quinta dos Frades – Junta de Freguesia do Lumiar, Grupo de Jovens do Programa de Apoio ao Sucesso Escolar da Freguesia da Estrela, Grupo de Sêniores da Freguesia da Estrela, Crianças e Adultos com mais de 55 anos da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
<b>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)</b>	Recolhimento das Merceeiras, Recolhimento da Capital, Instituto Condessa de Rilvas – Centro de Atividades Ocupacionais, ATL da Galiza, Utentes do Centro Social de São Boaventura, Utentes da MITRA – Pólo de Intervenção Social, Direção da Infância e da Juventude, Centro Social da Sé, Centro de Promoção Social da PRODAC, Colaboradores e Utentes do Centro de Promoção Social e Centro de Acolhimento Infantil do Bairro da Boavista
<b>Igreja Católica</b>	Igreja de Caselas, Igreja de São Cristóvão, Jardins da Paróquia de São Tomás de Aquino, Igreja de Santa Catarina, Capela de Nossa Senhora da Conceição da Carreira, Centro Paroquial da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, Igreja Paroquial de Santos-o-Velho, Igreja de Santo Estêvão, Centro Paroquial Bem Estar Social de Alfama, Utentes e Equipa do Centro Paroquial de São Tomás de Aquino, CNE Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 48 de Santa Catarina, CNE Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 996 de Santos-o-Velho, Convento de São Pedro de Alcântara, Igreja de São Roque, Igreja do Convento de São Pedro de Alcântara, Convento de Santos-o-Novo, Igreja de São Miguel, Igreja da Pena, Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula, Capela das Necessidades, Assistência Paroquial de Santos-o-Velho, Espaço de São Domingos do Centro Social e Paroquial de São Domingos de Benfica, Igreja de Santo António, Crianças do Centro Social Paroquial da Pena, Comunidade Paroquial da Nossa Senhora da Pena, Idosos do Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula, Idosos do Centro de Convívio do Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula, Crianças do Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula
<b>Estabelecimentos de ensino</b>	Escola Básica Quinta dos Frades, Centro Educativo da Bela Vista, Escola N.º 1 do 1.º Ciclo Básico de Lisboa, Ana Lavrador e Turma de Cozinha EFA Básico, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Agrupamento de Escolas Francisco Arruda, Fundação Denise Lester – Queen Elizabeth’s School, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,



	Escola Básica Luís de Camões, Escola Marquesa de Alorna, Escola Básica Bairro da Madre Deus, Turmas do 7.º ano integrado no Plano Anual de Atividades da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, Jardim de Infância Bairro da Madre Deus, Agrupamento de Escolas Luís António Verney, Agrupamento de Escolas Luís de Camões – Trabalhos Manuais – 7.º Ano 2015-2016, Crianças dos 3 aos 6 anos do Jardim de Infância O Palhaço, Turma de Cozinha (EFA B3) do Centro Educativo da Bela Vista
<b>Associações</b>	Associação de Pensionistas, Reformados e Idosos da Freguesia das Mercês, Casa do Concelho da Pampilhosa da Serra, Associação Grupo Gente Nova, Grupo de crianças da Associação Renovar a Mouraria / Associação Renovar a Mouraria, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ajuda – Cruz Verde, Associação Alkajuda, Cozinha Popular da Mouraria, Cais da Esperança, Associação Sócio-Cultural e Recreativa de Melhoramento da Penha de França “Os Fidalgos da Penha”,
<b>BIP/ZIP</b>	Projeto Fábrica Alcântara-Mar
<b>Museus</b>	Museu da Marioneta, Museu de São Roque, Museu de Lisboa – Santo António, Museu de Artes Decorativas Portuguesas, Museu Arpad Szenes – Vieira da Silva, Museu de Lisboa – Teatro Romano
<b>Outros</b>	Obra Nazareno IPSS, Lisbon City Breaks Apartments, Aeroporto Humberto Delgado, Centro Residencial Arco-Íris, Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, Centro de Dia Frei Miguel Contreras, Lavadouro Público do Beco do Mexias, Duque’s Apartments, Teatro Tivoli BBVA, Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos, Corpo Ativo dos Bombeiros Voluntários da Ajuda, Funcionários da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, EGEAC

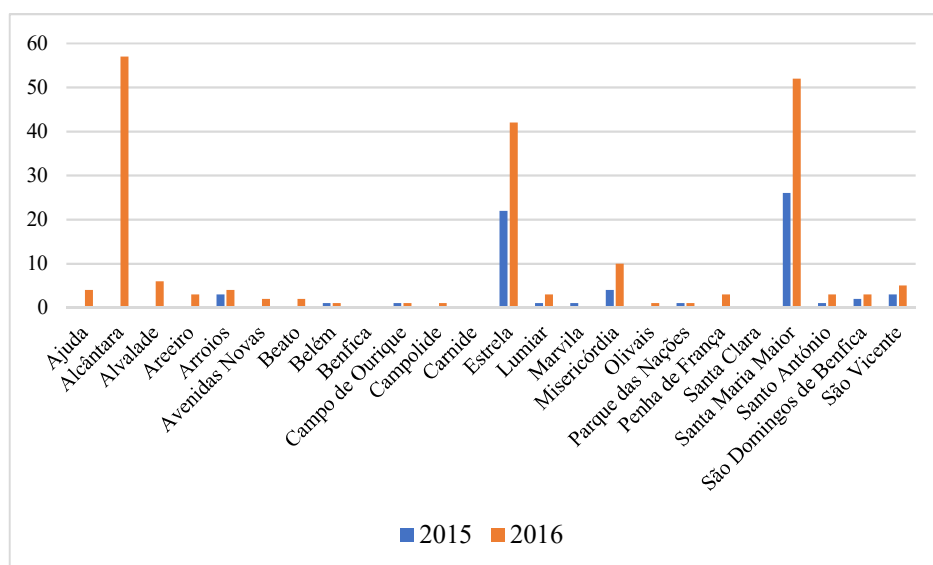
**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum das edições de 2015 e 2016

### 3.2.3.2. Localização

Em três das 24 freguesias de Lisboa – Benfica, Carnide e Santa Clara – não foi ornamentado qualquer trono em 2015 e 2016. Na prática, 12 não participaram na primeira edição da iniciativa e quatro não estiveram representadas na segunda (Fig. 37).<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Em 2015, ao contrário do que aconteceria no ano seguinte, a distribuição dos tronos foi apresentada por bairro, o que nos obrigou, de modo a facilitar a comparação entre as duas edições, a fazer corresponder o local de exposição do trono (ou o seu autor material quando este não foi exposto) a uma freguesia. A equivalência é a seguinte: Arroios – Arroios e Martim Moniz; Belém – Ajuda; Estrela – Amoreiras / Estrela e Santos; Lumiar – Benfica / Lumiar; Marvila – Marvila; Misericórdia – Cais do Sodré e Chiado; Parque das Nações – Parque das Nações; Santa Maria Maior – Baixa, Martim Moniz e Sé / Castelo de São Jorge; Santo António – São Bento; Campo de Ourique – São Bento; São Domingos de Benfica – Benfica / Lumiar; São Vicente – Graça / Panteão.

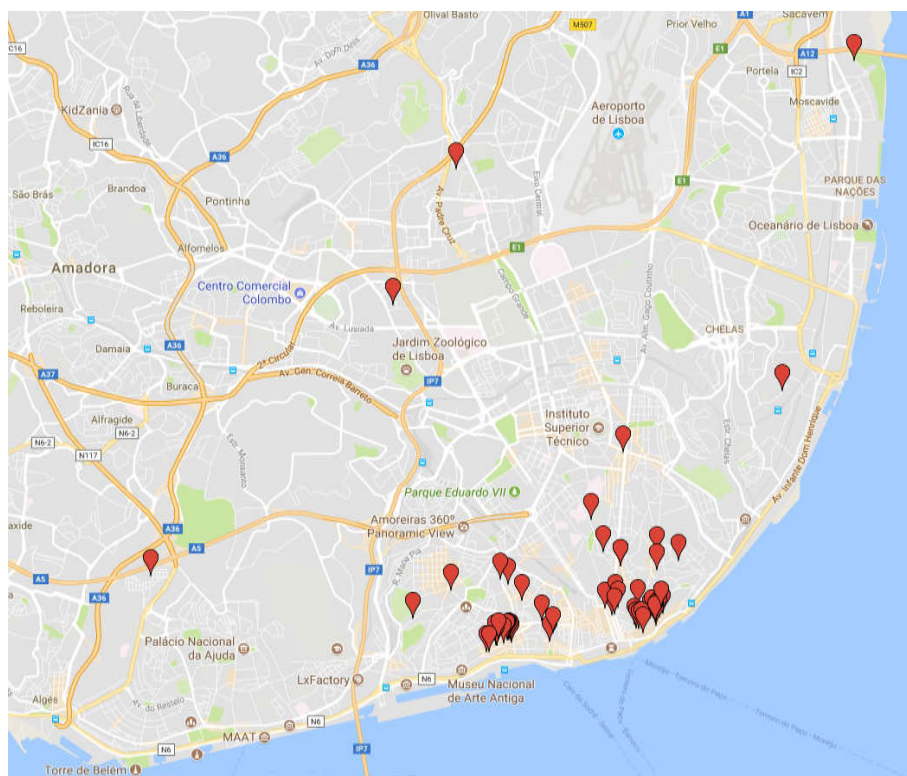
**Fig. 37:** Número de Tronos de Santo António elaborados/expostos, por freguesia



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum das edições de 2015 e 2016

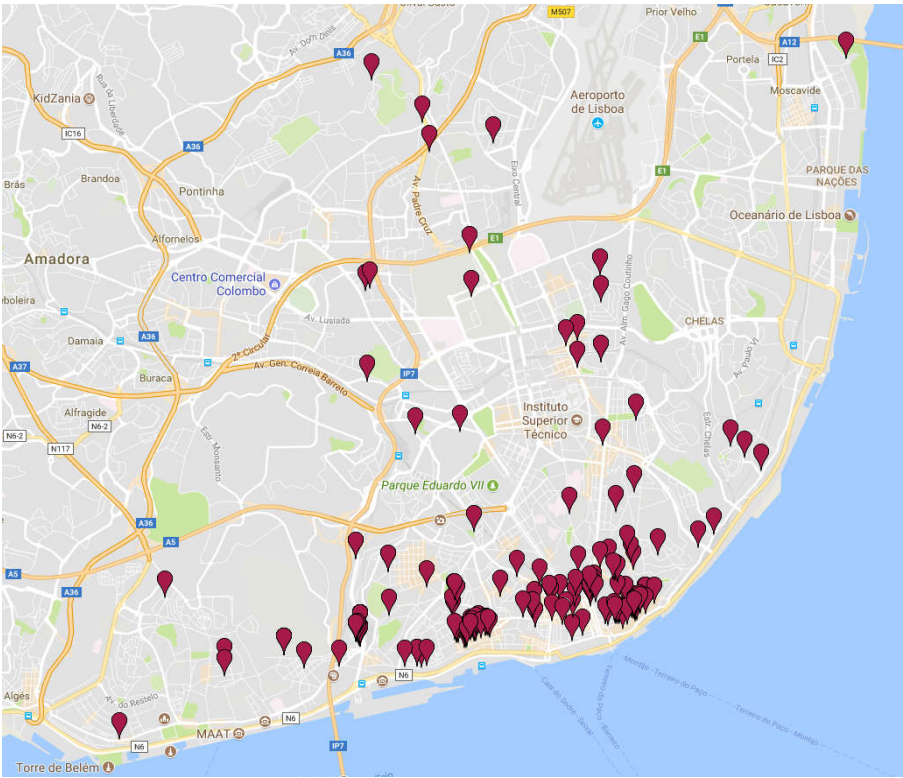
A localização no mapa permite, de resto, constatar a concentração de tronos, em qualquer uma das edições, em determinados lugares em detrimento de outros, com claro prejuízo das freguesias mais afastadas do núcleo mais antigo (Fig. 38 e Fig. 39).

**Fig. 38:** Localização, em 2015, dos Tronos de Santo António



**Fonte:** EGEAC (adaptado)

**Fig. 39:** Localização, em 2016, dos Tronos de Santo António



**Fonte:** EGEAC (adaptado)

**3.2.3.3. Reportagens-vídeo da autoria da CML/EGEAC**

Os Tronos de Santo António foram objeto de uma única reportagem-vídeo, da autoria do Departamento de Marca e Comunicação da CML. Publicado a 16 de setembro de 2015, refere-se à apresentação do livro-álbum da primeira edição e teve, até 27 de julho de 2017, 42 visualizações, zero comentários, um “gosto” e nenhum “não gosto”.

Relativamente às palavras-chave, só o termo “tradição popular” foi utilizado. A questão da “criatividade popular” foi a outra ideia-chave em destaque (Fig. 40).

**Fig. 40:** Ideias-chave proferidas na reportagem-vídeo sobre os Tronos de Santo António

<b>Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura</b>	“o que nós queremos também é que a cidade conheça melhor o seu padroeiro e estas iniciativas são muito importantes para que isso aconteça”; “uma faceta muitíssimo importante que é a de voltar a estimular a criatividade das pessoas, popular”; “muito importante para a realização pessoal de cada um”; “iniciativa que veio para ficar”
<b>Voz-off</b>	“museu do santo mais popular da cidade”; “desafio lançado e acolhido pelos lisboetas”; “teve (...) como principal objetivo recuperar a tradição popular através dos tronos de Santo António enquanto presépios de verão”
<b>Legenda</b>	-----

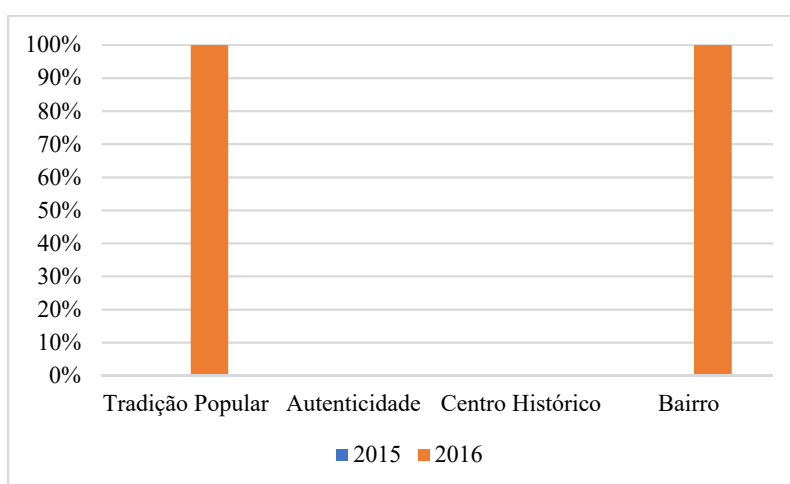
**Fonte:** Elaboração própria, a partir da transcrição da reportagem-vídeo

**Outros elementos a destacar:** Protagonismo da vereadora da Cultura, Catarina Vaz Pinto, sem qualquer indicação de qual é o cargo que desempenha

#### 3.2.3.4. Publicações oficiais

A atenção prestada à exposição coletiva dos Tronos de Santo António no programa das *Festas de Lisboa* foi maior em 2016 do que em 2015, quando a iniciativa foi apenas alvo de um pequeno resumo com informação útil. É na edição mais recente que encontramos duas das palavras-chave procuradas (Fig. 41).

**Fig. 41:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre os Tronos de Santo António do programa das *Festas de Lisboa*, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta das publicações

**Outras palavras e ideias-chave relevantes:** “reviver a tradição”; “criatividade”; “espírito comunitário que aspiramos recuperar”; “crianças e adultos, alfacinhas de gema e adotados, religiosos devotos e fervorosos descrentes”

**Outros elementos relevantes:** Referência, em 2015, ao apoio da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior

Já nos livros-álbum são três os autores dos textos introdutórios, em língua portuguesa e inglesa, que figuram em cada publicação: Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura, Joana Gomes Cardoso, presidente do Conselho de Administração da EGEAC, e Pedro Teotónio Pereira, coordenador do Museu de Lisboa – Santo António. Nenhum utiliza os termos “autenticidade” e “centro histórico” (Fig. 42).

**Fig. 42:** Tabela-síntese da ocorrência das palavras-chave predeterminada nos livros-álbum sobre os Tronos de Santo António, por autor e ano

	Tradição popular		Autenticidade		Centro histórico		Bairro	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<b>Vereadora da Cultura</b>	X	X	-----	-----	-----	-----	-----	-----
<b>Presidente do Conselho de Administração da EGEAC</b>	X	X	-----	-----	-----	-----	X	X
<b>Coordenador do Museu de Lisboa – Santo António</b>	X	X	-----	-----	-----	-----	X	X

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum

A Fig. 43 sintetiza, por sua vez, outras ideias-chave que considerámos relevantes. De entre elas, destaca-se a “memória”, a “criatividade” e a redescoberta da cidade.

**Fig. 43:** Tabela-síntese de outras ideias-chave nos livros-álbum sobre os Tronos de Santo António, por autor e ano

	2015	2016
<b>Vereadora da Cultura</b>	“renovação e reinvenção dos cultos”; “lisboetas (...) convidados a reavivarem a tradição”; “reviveu-se uma tradição que teve ainda a virtude de juntar novos e velhos”; “Por vezes, a grande cidade devolve-se ao outro assim, ao dobrar de uma esquina, na base de uma escadaria ou no parapeito de uma janela”	“revitalizar essa tradição antiga dos Tronos de Santo António”; “a imaginação a dar os seus frutos em projetos que aliam a memória e o passado com a contemporaneidade e a criatividade”
<b>Presidente do Conselho de Administração da EGEAC</b>	“desafiar a cidade a recuperar a tradição dos Tronos de Santo António”; “valorização da memória”; “olhar para as tradições é uma das melhores formas de nos conhecermos melhor a nós próprios e de reforçar o sentido coletivo de pertença”; “importante destacar o que é singular”; “fomentar a passagem de conhecimento intergeracional”; “espera-se que também os Tronos de Santo António se tornem de todos e voltem a fazer parte da iconografia das festas da cidade”	“reavivar a memória em torno de uma tradição singular”; “reencontro com o passado”; “redescobrir a cidade”; “participação de vários atores da sociedade civil que espontaneamente se juntaram a nós”; “procurou-se deliberadamente que não fossem utilizados meios muito diferentes dos originais, que remontam a uma tradição do século XVIII”; “voltar a um lugar de simplicidade”; “grandes mais-valias produzidas são a generosidade, a partilha e a criatividade”
<b>Coordenador do Museu de Lisboa – Santo António</b>	“bairros populares”; “tradição profundamente enraizada na memória coletiva dos lisboetas”	“bairros tradicionais”; “o popular concurso dos Tronos de Santo António promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1949, ficou até hoje profundamente marcado na memória bairrista dos lisboetas”; “sentimento de pertença à comunidade”; “descoberta nos recantos da cidade”; “perpetua a criatividade dos pequenos altares”; “precioso retrato da diversidade sociocultural dos habitantes da cidade”; “armar o trono de Santo António é um elemento identitário muito forte, tão significativo como o desfile das marchas na avenida ou os arraiais”

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta dos livros-álbum

**Outros elementos relevantes:** Agradecimento em 2015, por parte da vereadora da Cultura, a Maria Helena Vale, “grande entusiasta do relançamento dos Tronos”, a Miguel Coelho, à data presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, ao padre Edgar Clara, à data “pároco das igrejas de Alfama, Castelo e Mouraria”, e a Quica Belo, do Centro Comunitário da Madragoa; recurso, em 2016, a imagens a preto-e-branco de quadros e tronos de Santo António; indicação de bibliografia ao recordar a prática.

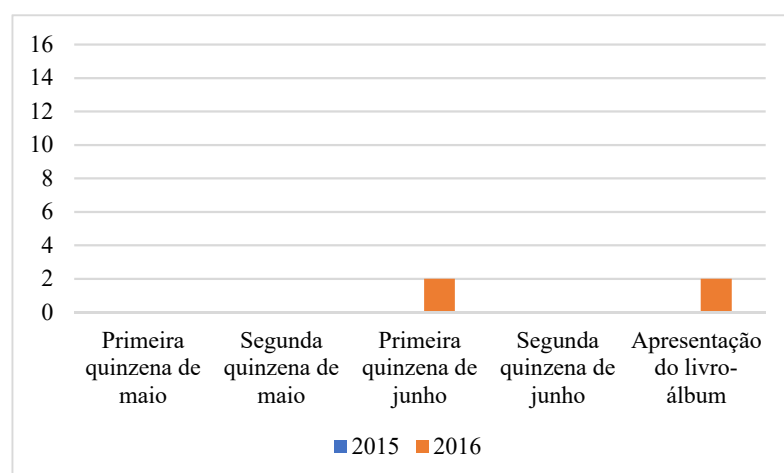
Por último, na publicação *Follow Me*, da autoria da Associação de Turismo de Lisboa e redigida em castelhano e inglês, não há qualquer texto individual, nas edições de junho de 2015 e 2016, sobre os Tronos de Santo António.

### 3.2.3.5. Meios de comunicação social

#### 3.2.3.5.1. Diário de Notícias

Dos 132 exemplares que consultámos na Hemeroteca Municipal de Lisboa, em apenas quatro dias de 2016 encontrámos notícias dedicadas aos Tronos de Santo António, tal como se pode constatar na Fig. 44. Estes constituíram, por ordem de publicação, um destaque num texto geral sobre a programação das festividades, um texto de maior dimensão sobre o trono de 12 metros promovido pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e colocado no Rossio, um artigo sobre o livro-álbum de 2016 e uma fotolegenda, no dia seguinte, sobre a apresentação da publicação.

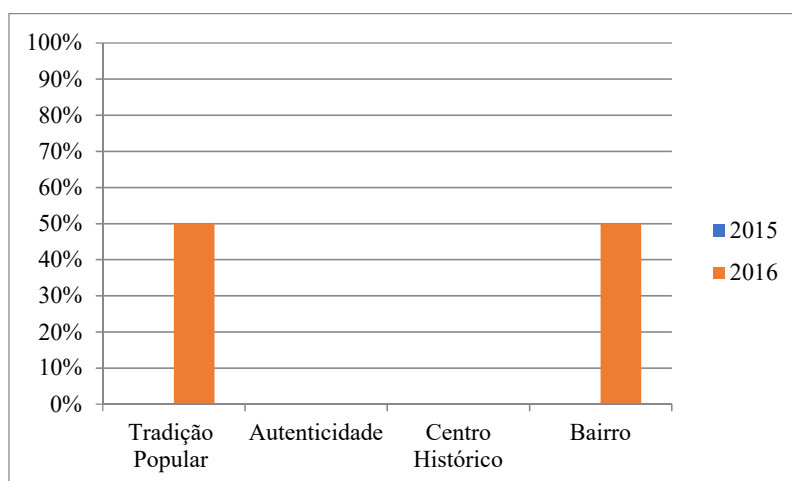
**Fig. 44:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Relativamente às palavras-chave predeterminadas, verificámos a ausência dos termos “autenticidade” e similares e “centro histórico” e similares (Fig. 45).

**Fig. 45:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

**Outros elementos relevantes:** “espírito comunitário” que se aspira recuperar; descrição da origem da tradição; envolvimento de crianças e idosos no trono de maior dimensão

A “intergeracionalidade” é uma das ideias presentes nos testemunhos publicados pelo *Diário de Notícias* (Fig. 46), cuja transcrição disponibilizamos no ANEXO VII.

**Fig. 46:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António

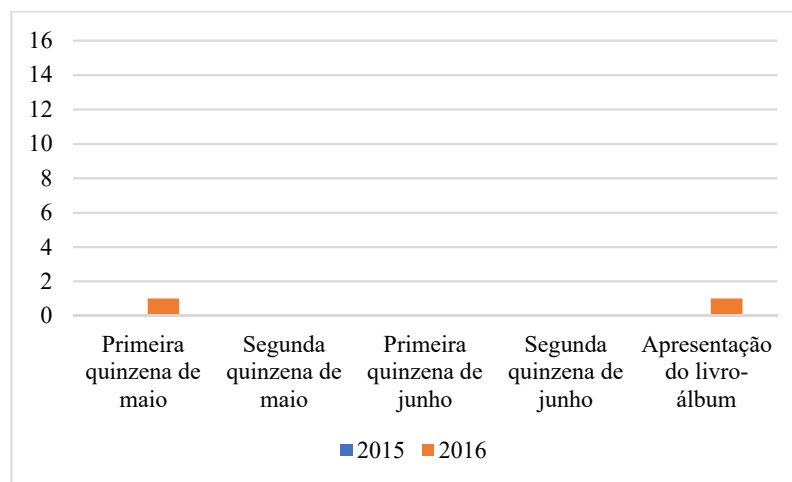
<b>CML/EGEAC</b>	Livro é “um importante retrato sociocultural da cidade”, afirma o coordenador do Museu de Lisboa, salientando o “encontro de gerações” e a “diversidade de participação”, com tronos “até” de “comunidades de outros credos religiosos, como a indiana”. Considera a elaboração e exposição dos altares “uma das expressões mais originais do culto antoniano e da iconografia das festas da cidade”.
<b>Trono de 12 metros, no Rossio</b>	É “uma tradição que se perdeu” e a “nossa tradição em ponto grande”, refere a coordenadora do projeto. Já o presidente da junta de freguesia realça o “trabalho intergeracional” e o “sentimento de pertença e autoestima” que o trono promove.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

### 3.2.3.5.2. *Público*

Dos 132 exemplares que consultámos na Hemeroteca Municipal de Lisboa, só em dois dias encontrámos notícias sobre a exposição dos Tronos de Santo António (Fig. 47), uma das quais sobre a iniciativa em si e outra escrita a propósito da apresentação e publicação do livro-álbum da edição de 2016.

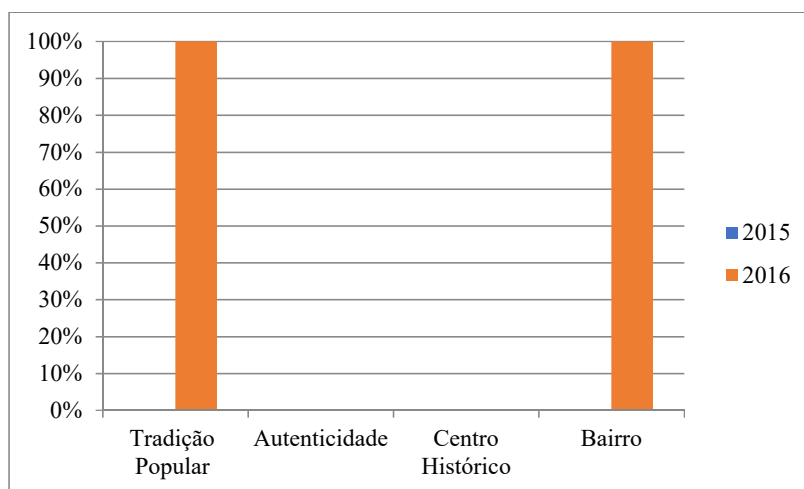
**Fig. 47:** Número de notícias no *Público* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

Relativamente às palavras-chave definidas à partida, predominam, novamente, os termos “tradição popular” e “bairro” (Fig. 48).

**Fig. 48:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Público* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa



**Outros elementos e ideias-chave relevantes:** “tradição secular”; “‘bairros tradicionais’, como Alfama”; “bairros populares”; modo de participação; “mais de duas centenas de lisboetas”; “20 freguesias da cidade”; origem da “tradição”, citando a história contada no livro-álbum; “convite e não concurso”

A “inclusão social” é um dos benefícios invocados nos testemunhos ao *Público* (Fig. 49), que reproduzimos na totalidade no ANEXO VIII.

**Fig. 49:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Público* sobre os Tronos de Santo António

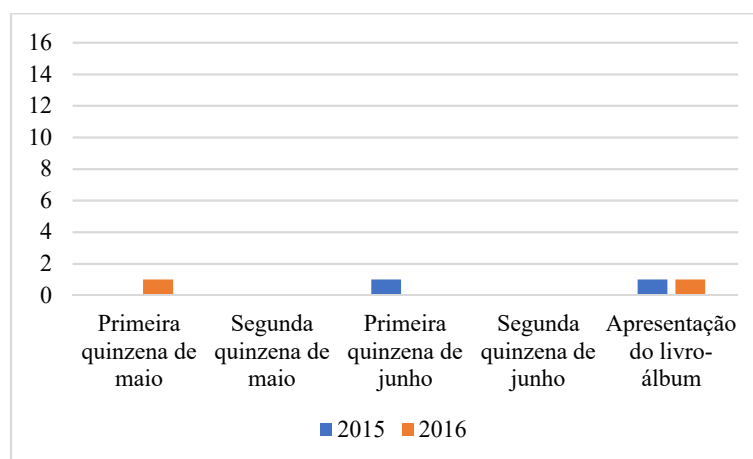
<b>CML/EGEAC</b>	“Sempre houve” quem continuasse a fazer tronos, sobretudo em “bairros tradicionais”, mas é uma “tradição que se ia perdendo” e que decidiram “relançar”. As “pessoas gostaram muito da ideia e adotaram-na logo”, passando a existir “mais um argumento” para passear “por Lisboa e ver os bairros enfeitados”
<b>Participantes</b>	Nos bairros da Cascalheira e do Alvito Velho, em Alcântara, um projeto BIP/ZIP faz da “arte um veículo para a inclusão social” e não só quis “manter a tradição, como enriquecê-la”. Em Santa Maria Maior, um proprietário de café de 47 anos decorou um trono pela primeira vez, em conjunto com a mulher, enquanto na Madragoa uma outra comerciante, que participou em 2015 e 2016, ainda tinha em exposição, em 2017, o altar que decorara em junho, porque tem “pena de o desmanchar”. Conta que, em criança, fazia tronos e depois saía à rua e pedia “um tostão por Santo António”. Cada trono é “uma pequena Lisboa nas escadinhas”.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

### 3.2.3.5.3. Observador

No período equivalente ao dos jornais *Público* e *Diário de Notícias*, encontrámos quatro notícias em quatro dias distintos sobre a exposição dos Tronos de Santo António. Duas referiam-se à exposição em si. Já as restantes, redigidas fora dos meses de maio e junho, tiveram como tema os livros-álbum então publicados (Fig. 50).

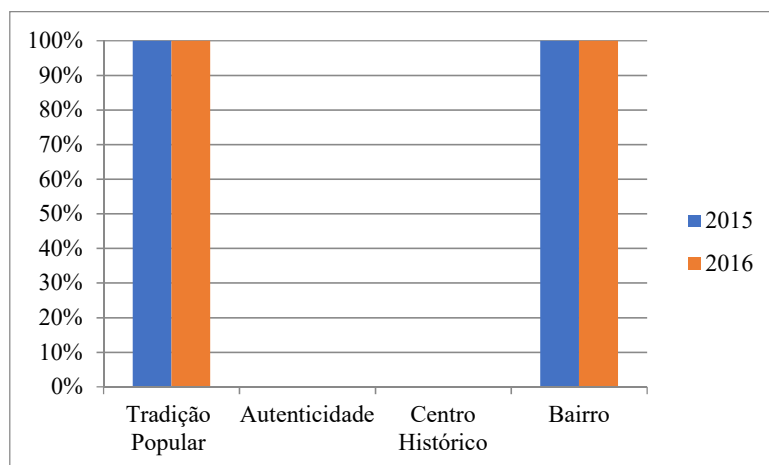
**Fig. 50:** Número de notícias no *Observador* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site*

Relativamente às palavras-chave que procurávamos à partida, verificámos, mais uma vez, a ausência dos termos “autenticidade” e “centro histórico” (Fig. 51).

**Fig. 51:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Observador* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual



**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site* do *Observador*

**Outros elementos e ideias-chave relevantes:** “bairros típicos”; “memória”; história da “tradição”, incluindo concursos promovidos pela câmara municipal e pela Associação de Artesãos de Lisboa e referência à sua antiguidade; expostos “um pouco por toda a cidade”; indicação, em 2016, de como participar na exposição.

A “intergeracionalidade” é, também no *Observador*, uma ideia-chave em destaque nos testemunhos prestados sobre os Tronos de Santo António (Fig. 52), que disponibilizamos na totalidade no ANEXO IX.

**Fig. 52:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Observador* sobre os Tronos de Santo António

<b>CML/EGEAC</b>	Objetivo era “retomar as tradições de Lisboa” e, ao mesmo tempo, “valorizar a memória”, “estimular a criatividade” e criar a oportunidade para que “as pessoas mais velhas pudessem explicar aos mais novos como é que era feita”, promovendo uma “relação intergeracional”. É “uma tradição muito lisboeta” presente na “memória coletiva” e que consegue reunir o “lado mais religioso” e o “lado mais profano das tradições associadas ao Santo António”. A iniciativa, que “veio para ficar”, é, propositadamente, algo “realmente popular”: “É muito importante promover este lado da cultura popular.”
<b>Participantes</b>	Elogio, por parte de um membro da Associação de Artesãos de Lisboa, “imigrante de Ferreira do Zêzere”, à disponibilização de estruturas para os tronos, com repto para que houvesse mais concursos. Situação dos tronos poderia ser, nesse caso, como a das Marchas Populares: “Passou para filhos e depois para os netos. Com os filhos poderia ser a mesma coisa”. Em Alfama, há um restaurante onde todos os anos há um trono, mesmo sem integrar a exposição coletiva oficial. “As pessoas são muito devotas, até os turistas. Deixam sempre uma moedinha”, conta uma empregada. No final, partem a bilha e deixam o dinheiro na caixa de esmolas da Igreja de Santo António.

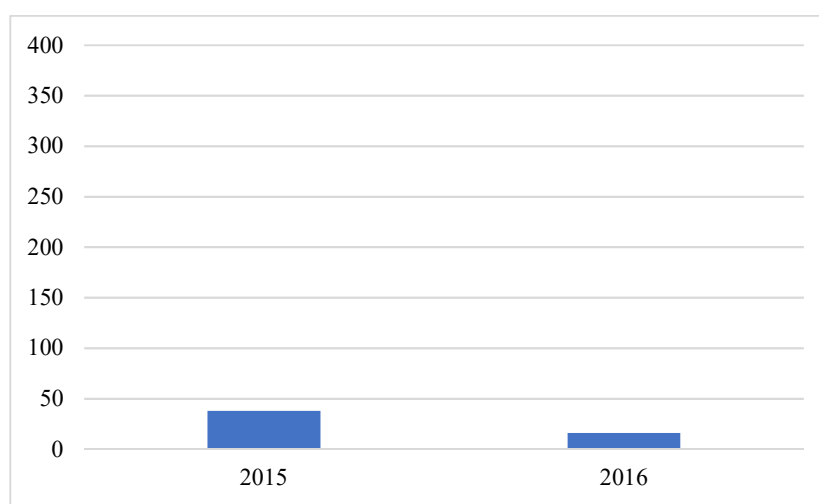
**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site* do *Observador*

### 3.2.3.6. Redes Sociais

#### 3.2.3.6.1. Facebook

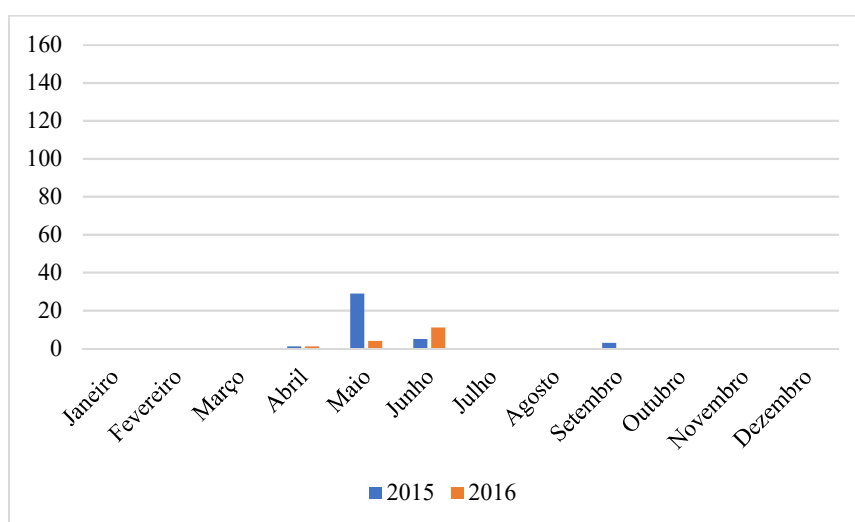
No total, encontramos em 2015 e 2016, 54 publicações públicas, a maioria das quais em 2015 e concentrada nos meses de maio e junho (Fig. 53 e Fig. 54). Só em 2016, obtivemos resultados pesquisando em língua inglesa – dois, ambos em junho.

**Fig. 53:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre os Tronos de Santo António, por ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

**Fig. 54:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre os Tronos de Santo António, por mês e ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

Além de páginas ligadas, de alguma forma, à CML, constatamos ainda a presença, ao nível utilizadores, de autores e recetores dos tronos (Fig. 55).

**Fig. 55:** Entidades que se referem aos Tronos de Santo António no *Facebook*, por categoria

<b>Organismos/publicações/páginas oficiais associadas às Festas de Lisboa e/ou aos Tronos</b>	EGEAC Cultura em Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Festas de Lisboa; Museu de Lisboa; Arquivo Municipal de Lisboa; Agenda Cultural de Lisboa;
<b>Recetores e autores (entidades coletivas/comércio)</b>	Sociedade Boa União; Associação Renovar a Mouraria; Centro Social e Paroquial São Tomás de Aquino; Ponto Lx; Casa dos Ovos Moles em Lisboa; Fábrica Alcântara Mar; A Arte da Terra; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
<b>Órgãos de Comunicação Social</b>	Jornal de Portugal; Público Brasil; Público; Observador; Glam Magazine; Jornal das Lajes
<b>Outros</b>	Particulares; estabelecimentos comerciais; associações; blogues; movimentos e redes locais; guias de eventos; sites/blogues/páginas de divulgação de eventos; páginas de promoção turística de Portugal/Lisboa

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa na rede social

**Ligações externas:** Festas de Lisboa; Agencia Ecclesia; Observador; Público; Lisbon Lux

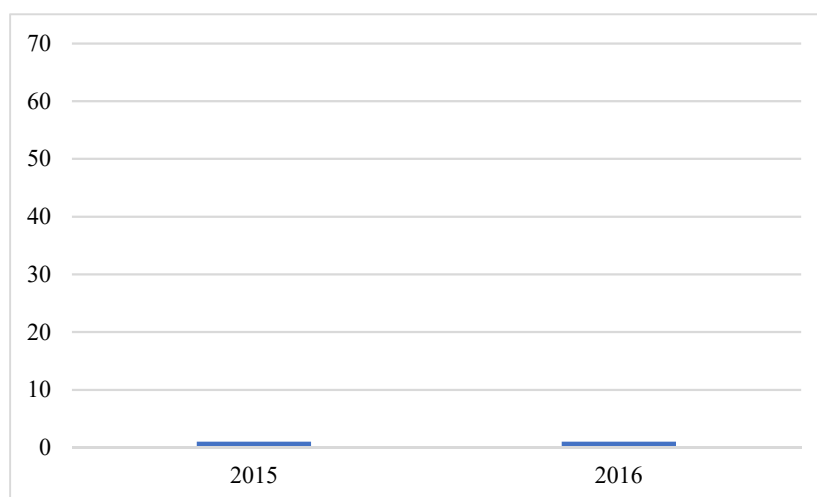
**Assunto predominante:** Desafio à participação e de como fazê-lo; procura de voluntários; divulgação da exposição; publicitação da apresentação dos livros-álbum

**Expressões relevantes:** “traço de identidade ligado também ao bairrismo”; empresa desafia “os bairros a recuperar a tradição de construção dos tronos”; desafio a “famílias, associações e coletividades dos bairros de Lisboa” para aproveitarem a “oportunidade de recuperar essa tradição”; “desafiou bairros, crianças e famílias a recuperar a tradição”; convite “a um olhar sobre o passado e a uma reinvenção de algumas tradições de Lisboa pelos espectadores, que se querem também criadores”; “uma tradição da nossa cidade”; “os típicos tronos de Santo António”; “preservar a tradição popular lisboeta de elaboração destes símbolos que cruzam o sagrado com o profano” e que, ao mesmo tempo, incentiva a “criatividade dos vários artesãos e artistas da cidade”; “alfacinhas de gema ou adotados, religiosos devotos ou fervorosos descrentes”; “tradição antiga, agora recuperada”; “descobrimos os recantos dos bairros lisboetas”; “bairros de Lisboa”; “centro de Lisboa”; “bairros históricos”, sobretudo “Alfama, Bica, Bairro Alto, Graça e Madragoa”

### 3.2.3.6.2. YouTube

Ao pesquisarmos por Tronos de Santo António Lisboa e *Saint Anthony Thrones Lisbon*, obtivemos, a 27 de julho de 2017, dois resultados através da expressão em português, um em cada ano (Fig. 56) – o mais antigo dos quais da autoria da CML, sobre a apresentação do livro-álbum da primeira edição da iniciativa. O outro trata-se de uma reportagem do canal brasileiro Globo Notícia Europa sobre, segundo a legenda, “os ‘tronos de Santo Antônio’, tradição em Lisboa durante o mês de junho”, partilhada, a título individual, pela jornalista autora da peça. O primeiro tinha, então, 42 visualizações e o segundo 176. Nenhum foi alvo de comentários.

**Fig. 56:** Número de resultados sobre os Tronos de Santo António no *YouTube*, por ano



**Fonte:** Elaboração própria, a partir de pesquisa no canal

## CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. Síntese comparativa

O principal ponto em comum entre o concurso das Marchas Populares e a exposição coletiva dos Tronos de Santo António que ressalta da recolha de dados é o recurso generalizado às palavras-chave “tradição popular”, com ou sem o adjetivo, e “bairro” – acompanhado ou não de “popular”, “histórico” ou “típico” e incluindo a expressão “bairrismo” –, a par da completa ausência do termo “autenticidade” e similares. Já “centro histórico” – do qual considerámos sinónimo, por exemplo, “zona histórica” – surge apenas em artigos no *Diário de Notícias* e do *Público* sobre as Marchas Populares e na transmissão em direto no *Facebook*, pela CML, da cerimónia de entrega dos troféus da edição de 2016 (mas não, como já referimos, na versão editada do evento, tal como “tradição popular” e “bairro”). Neste campo, salientamos ainda a utilização de “zona antiga” na reportagem em língua inglesa da *Euronews*, uma vez que podemos entendê-la, no caso de Lisboa, como equivalente.

Paralelamente, encontramos expressões que não equacionáramos inicialmente como fundamentais e que, de alguma forma, são comuns às duas iniciativas – “espírito comunitário” e “intergeracionalidade”. Referidas explicitamente no caso dos Tronos de Santo António, transparecem, implicitamente, em todo o discurso mais ou menos oficial em torno das Marchas Populares. Com efeito, se da parte das instituições oficiais se fala em “sentimento de comunidade” e “laços de fraternidade”, é comum, nos testemunhos obtidos através da consulta do *Diário de Notícias*, do *Público* e do *Observador* – e enquadrados pelos jornalistas autores das notícias – destacar a união do grupo e o facto de muitos dos seus membros se conhecerem desde criança. A transmissão de pais para filhos do gosto por participar na atividade é, ao mesmo tempo, evidente.

Igualmente relevante em ambos é associação entre tradição, por norma exaltada, e modernidade – o que se traduz, no caso das Marchas Populares, no elogio da “originalidade” por parte da CML e/ou EGEAC e no desejo de inovação por parte dos conjuntos participantes; e, no dos Tronos de Santo António, na importância conferida à “criatividade” e à “reinvenção” da tradição. Curioso é o facto de, de uma perspetiva institucional, a primeira iniciativa apontar para uma “internacionalização” das festas da cidade, enquanto a segunda direciona para uma “redescoberta” da cidade, sobretudo os

seus recantos. Esta última ideia está presente até no *Facebook*, confirmando uma reprodução notória, independentemente do locutor, do discurso oficial.

Bem distinta é a situação do concurso que constitui o seu termo de comparação. Se, em geral, existe, atentando nas reportagens-vídeo, publicações oficiais e órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, uma concordância entre todos sobre qual o carácter das Marchas Populares, surgem naquela rede social diversas vozes dissonantes. De facto, embora “bairro” e “tradição” não deixem de ser enfatizados – e, com frequência, alvo de declarações de amor –, é principalmente aqui que o consenso sobre a mais-valia do concurso e sobre quem nele participa é, por vezes, posto em causa.

Esta não é, de resto, a única diferença entre os dois estudos de caso quando nos concentramos no mundo internautico. Mesmo atentando, para efeitos comparativos, apenas nos anos de 2015 e 2016, obtivemos, no *Facebook*, mais 533 resultados sobre as Marchas Populares do que sobre os Tronos de Santo António e, no *YouTube*, mais 203. Distinta é também a distribuição de publicações, ao longo do ano, naquela rede social: enquanto no caso da exposição coletiva há uma concentração óbvia nos meses de maio e junho, no do concurso há uma distribuição por todos os meses, ainda que não uniforme. A discrepância desaparece, porém, quando isolamos os resultados de “*popular marches*” + *lisbon*, uma vez que também estes se concentram em maio e, sobretudo, junho.

Por último, é de assinalar as diferenças a nível de intermediários, dado que, entre as duas iniciativas, a única semelhança é a importância da CML e/ou EGEAC no processo de produção dos bens culturais. Assim, se, nas Marchas Populares, identificamos dois grandes tipos de intermediários coletivos – as academias e sociedades artísticas e os clubes e coletividades desportivas –, nos Tronos de Santo António, o panorama é bastante mais diverso e menos constante de um ano para o outro, com o comércio e os participantes a título particular a assumirem, ainda assim, no global, algum destaque, a par dos estabelecimentos de ensino. De destacar que, fruto do seu carácter individual, nesta iniciativa não são mobilizados, ao contrário do que acontece no concurso, profissionais mais técnicos, de costureiras a forças de segurança.

Tal não significa, contudo, que, tal como nas Marchas Populares, não exista um forte enquadramento coletivo de pessoas individuais, como o demonstra a presença de associações e de um projeto BIP/ZIP – que, por sua vez, justifica o desvio relativamente

a uma tendência comum a ambas: o predomínio de qualquer uma das atividades no núcleo mais antigo de Lisboa, por vezes com total ausência de lugares mais suburbanos.

#### 4.2. Uma análise à luz dos conceitos operacionais

A omnipresença da CML e da EGEAC na produção quer do concurso das Marchas Populares quer da exposição coletiva dos Tronos de Santo António, sem que nem sempre seja possível delinear com precisão as fronteiras da ação de uma e de outra, é uma das conclusões que resulta da nossa recolha de dados. Embora fosse expectável que ambas desempenhassem um papel mais ou menos relevante no momento de lançamento de qualquer uma das iniciativas, não seria previsível que a sua influência extravasasse essa primeira etapa e se refletisse, na prática, em todo o processo.

Centrando, em primeiro lugar, a nossa atenção nas Marchas Populares, importa, desde logo, atentar na organização atual do concurso. Se é à EGEAC que compete a organização do concurso, é a CML que tem a responsabilidade de financiar as coletividades que nele queiram participar e que, de outra forma, não o poderiam fazer, como indiciam as declarações prestadas ao *Diário de Notícias* por responsáveis das marchas da Bica e São Vicente (Fig. 15). Numa fase posterior, a de preparação dos grupos, constatamos que, além da obrigatoriedade de o município garantir, em caso de “pedido expresso”, a iluminação dos locais escolhidos pelos participantes para ensaiar, uma parte desses espaços é gerida por estruturas municipais, trate-se de quartéis afetos ao Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa ou de polidesportivos municipais.

Já na Avenida da Liberdade é a seu cargo que se encontra a montagem, por exemplo, das bancadas destinadas ao público, bem como o transporte, se assim for necessário, dos adereços dos conjuntos participantes. Antes terá ainda nomeado o júri do concurso e, uns meses depois, é nos Paços do Concelho que decorre a cerimónia de entrega dos troféus e na qual, como constatámos, o agradecimento às coletividades é um dos pontos obrigatórios dos discursos proferidos pelos eleitos camarários e pelos administradores da EGEAC. Terá sido esta empresa, entretanto, a fazer a promoção de todo o concurso e a ter divulgado os seus vencedores, informação depois reproduzida por meios de comunicação social e outras plataformas. Já o resumo, aqui exemplificado pelas reportagens-vídeos publicadas no *YouTube*, é normalmente efetuado pela CML.



O panorama é semelhante no caso dos Tronos de Santo António, ainda que, por se tratar de uma iniciativa mais simples, o número de passos seja menor. À disponibilização pelo Museu de Lisboa – Santo António, gerido pela EGEAC, de estruturas para decorar, segue-se a disponibilização de mapas, pela empresa, da distribuição geográfica dos altares, culminando o processo na edição de um livro-álbum que inclui textos da presidente do conselho de administração da EGEAC e da vereadora da Cultura – presente também na sua apresentação, reportada, em 2015, pela CML.

Particularmente interessante é o modo como esta intermediação se assume como ponto de encontro com outros intermediários. Restringindo, para já, a nossa análise às Marchas Populares, julgamos pertinente questionar, sem deixar de ressaltar que não é certo que o seu trabalho seja sempre remunerado, até que ponto intermediários como músicos, maquilhadores, letristas ou costureiras assumiriam esse papel se as coletividades não fossem financiadas pelo município e, por conseguinte, pudessem recompensar o seu contributo, indispensável para que uma marcha possa ser apresentada. Com efeito, parece subsistir na organização do concurso – como, aliás, indicia o regulamento – “todo um conjunto de trocas” ativado aquando da implementação, na década de 1930, da iniciativa (Cordeiro, 2003: 194) e que inclui a mobilização, a título gratuito, de marchantes.

Curioso é o modo como, sem qualquer apoio financeiro, esta estrutura algo vertical – CML/EGEAC no topo, coletividades no ponto intermédio e marchantes e outros participantes na base –, não necessariamente rígida, está presente, de alguma forma, também no caso da exposição dos Tronos de Santo António, apesar de em causa estarem bens culturais de produção individual e não coletiva. Tal torna-se bastante claro quando atentamos na distribuição, por tipo, dos autores e recetores dos altares.

Se o facto de, à partida, qualquer pessoa poder ornamentar, sem grande dificuldade, um trono em honra de Santo António poderia indiciar que encontraríamos sobretudo participantes a nível individual, a nossa pesquisa sugere-nos que, em 2015 e 2016, o processo até à exibição pública dos objetos foi bastante menos direto. Como podemos constatar ao observarmos as Fig. 34 e Fig. 35, existem discrepâncias significativas entre quem elaborou, materialmente, os altares e quem aceitou, mais ou menos voluntariamente, expô-los. Exemplo disso são os campos de 2016 relativos aos BIP/ZIP, ao comércio e aos particulares: o primeiro é o mais comum no que concerne os autores e um dos ausentes no que se refere aos recetores; o segundo surge apenas na quarta

posição na primeira etapa do processo e em primeiro lugar na segunda; e o terceiro decresce significativamente de uma fase para a seguinte.

Embora, ressaltamos, tal não signifique que existe uma transferência direta – seria necessária uma análise ao detalhe para poder concluir algo do género –, a diferença sugere a existência de duas situações: quem faz não é necessariamente quem expõe (e vice-versa) e quem decora não exhibe, necessariamente, o resultado em frente à sua habitação. Atendendo a que, como podemos confirmar na Fig. 36, estão em causa, não raras vezes, entidades associadas a tarefas educativas e ocupação dos tempos livres de carácter diverso, podemos então afirmar, com alguma segurança, que a decoração dos Tronos de Santo António ocorre, maioritariamente, de forma enquadrada em instituições coletivas, fazendo estas a ponte entre o desejo municipal de “revitalizar” a tradição e a efetivação desse projeto, sem que tal tenha, aparentemente, sido imposto pelo topo.

Não sendo possível, no âmbito desta dissertação, aprofundar o porquê de tal acontecer, julgamos, ainda assim, que as declarações prestadas ao *Diário de Notícias* (Fig. 46), ao *Público* (Fig. 49) e ao *Observador* (Fig. 52) sobre este tema por autores e/ou recetores dos altares decorados nos fornecem algumas pistas. Além da importância da “tradição” – questão que abordaremos na secção seguinte –, são invocadas razões como a intergeracionalidade e o “sentimento de pertença de autoestima” no caso no trono de 12 metros no Rossio, promovido em 2016 pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior – alvo, no ano anterior, de um agradecimento por parte da vereadora da Cultura no livro-álbum de 2015 –, a “inclusão social” no da reportagem que inclui referência ao projeto BIP/ZIP de Alcântara – ele próprio apoiado pelo município – e a devoção, “até dos turistas”, no do artigo que inclui reportagem no restaurante em Alfama que, não participando na iniciativa, não deixa de ter um altar em exibição.

É, de resto, interessante constatar que, tal como explicitámos na secção anterior, estão aqui em causa intermediários que, na sua maioria, não participam na produção das Marchas Populares, ainda que estejamos cientes de que uma análise mais detalhada pudesse, eventualmente, revelar que quem nelas participa a nível individual também aqui desempenhe algum tipo de papel, enquadrado ou não por uma entidade coletiva.

A presença tão acentuada de entidades coletiva coloca, porém, uma questão: a de que até que ponto não poderão essas mesmas entidades constituir-se, além de intermediárias, como formas de mediação. A resposta é delicada, atendendo à distinção

que, anteriormente, estabelecemos entre os dois conceitos. Se, de facto, desenhámos a fronteira entre ambos na capacidade de proporcionar a ligação entre o indivíduo e o coletivo, então poderíamos estar perante entidades, que ao promoverem o seu enquadramento, cumpriam esse critério. Consideramos, no entanto, que, neste contexto, não é disso que se trata, uma vez que carecem, em geral, de uma componente simbólica – vertente essencial, segundo o nosso enquadramento, nesse processo. Entendemos, em contrapartida, que o seu carácter particular se explica à complexidade inerente à intermediação, salientada no Capítulo 3. Tal não significa, ainda assim, que, estudadas uma a uma, tais entidades não possam também desempenhar aquele papel.

Alguma delas estão, de resto, presentes no *Facebook*, rede social que tínhamos à partida definido, na sequência da nossa concetualização, como forma de mediação na (re)produção de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade e cuja relevância a nossa pesquisa confirmou. Na secção seguinte, debruçar-nos-emos sobre a sua capacidade de influenciar, no mundo físico, um território que extravasa, em grande medida, Lisboa, mas importa desde já destacar a sua função de plataforma de encontro entre intermediários e outras formas de mediação, ainda que operando de modo algo distinto consoante se trate do concurso das Marchas Populares ou da exposição coletiva dos Tronos de Santo António.

Em primeiro lugar, assinalamos a quantidade e diversidade de utilizadores que, como podemos constatar consultando as Fig. 28 e Fig. 55, discorrem, no *Facebook* sobre qualquer uma das iniciativas. Em segundo, realçamos como o seu discurso aparenta ser, no segundo caso, bastante mais indissociável da narrativa oficial do que no primeiro. Com efeito, atentando nas expressões relevantes sobre este assunto publicadas naquela rede social e comparando-as sobretudo com as introduções dos livros-álbum (Fig. 43), é notória uma consonância entre todos – algo que não será alheio a uma maior, mas não exclusiva, presença pública *online* de participantes na iniciativa, sem que, curiosamente, esse grupo inclua o *Diário de Notícias*, parceiro *media* das festividades (Fig. 55). O seu comportamento é, aliás, de difícil compreensão, tal como o do *Público* e o do *Observador* – todos formas de mediação identificadas à partida.

Enquanto, entre 2012 e 2014, o *Diário de Notícias* se destacou dos restantes na publicação de notícias sobre as Marchas Populares, nos restantes aproxima-se do *Observador* e só se diferencia do *Público* porque este não edita, em papel, qualquer artigo sobre o tema (Fig. 12; Fig. 16 e Fig. 19). Foi, ainda assim, como podemos observar nos

mesmos gráficos, o único a noticiar a reportagem de entrega dos troféus do concurso. Já quando nos focamos nos Tronos de Santo António, apenas em 2016, tal como o *Público*, escreve notícias diretamente relacionadas com a iniciativa (Fig. 44 e Fig. 47).<sup>16</sup> Em contrapartida, o *Observador* centra-se nestes logo em 2015 (Fig. 50).

Apesar de não ser possível, no âmbito desta dissertação, precisar o porquê destas variações, a sua existência aponta para duas consequências de apostar numa parceria com um jornal generalista para a cobertura das festividades da cidade: por um lado, tal traduziu-se, até determinada altura, numa maior divulgação das Marchas Populares; por outro, não implicou, pelo menos de forma visível, o controlo sobre os conteúdos a publicar, abrindo espaço para que tal se baseasse em opções editoriais.<sup>17</sup>

Bem mais frutífera neste campo aparenta ser a parceria com a *RTP*, quando em causa está o concurso das Marchas Populares – cuja transmissão é, aliás, referida quer pelo *Diário de Notícias* quer pelo *Observador*. Não obstante termos excluído a televisão, por questões de exequibilidade, do nosso corpo de análise, a verdade é que aquela não deixou de surgir na nossa pesquisa. Desde logo, na reportagem, em vários idiomas, da *Euronews*, uma vez que, como referimos, os 45 segundos noticiosos são, em termos imagéticos, um resumo da transmissão feita pela *RTP Internacional*. Depois, no *YouTube*, no qual, como observamos na Fig. 32, cerca de um quarto dos autores dos vídeos analisados se apropria das imagens quer do direto da Avenida da Liberdade quer de outros programas da estação pública. Dois dos objetos mais vistos apresentam, de resto, esse

---

<sup>16</sup> De ressaltar, contudo, que o tema não foi totalmente ignorado, uma vez que, em 2015, quer o *Diário de Notícias* quer o *Público* optaram por destacar, na edição em papel, o lançamento da exposição nas suas notícias sobre a apresentação das *Festas de Lisboa* desse ano (Banha, 21 de maio de 2015; Boaventura, 21 de maio de 2015). Face à metodologia adotada, estes artigos não integram, porém, o corpo de análise.

<sup>17</sup> A definição por uma entidade pública do que seria publicado por um jornal independente não deixaria, de resto, de originar questões deontológicas dificilmente justificáveis por qualquer uma das partes. Não é, ainda assim, crível que, tratando-se de uma parceria entre a entidade que organiza as *Festas de Lisboa* e um órgão de comunicação social, não estejam previstas contrapartidas mútuas, ao nível, nomeadamente, da dimensão do acompanhamento jornalístico das festividades e do acesso dos profissionais da publicação a estas. Do portal BASE, que agrega informação sobre todos os contratos públicos celebrados ao abrigo do Código de Contratação Pública, consta apenas a contratação em 2013 e 2014, por 38 mil euros, da Global Notícias, então proprietária do *Diário de Notícias*, para a produção e encarte de exemplares do programa das *Festas de Lisboa*. Uma adenda de 2014 prevê ainda a disponibilização, “sem qualquer custo, de inserções publicitárias de autopromoção de eventos desenvolvidos pela EGEAC, em cada um dos meses de maio a agosto de 2014, até ao valor mensal de € 30.000,00” (IMPIC, 2017a; IMPIC, 2017b).

atributo (Fig. 33). Paralelamente, estes são ainda partilhados no *Facebook*, a par de elementos publicados e/ou partilhados pela própria *RTP* (Fig. 28 e Fig. 29).

Ausentes deste circuito – que poderia ser replicado tendo por base um blogue, um órgão de comunicação social ou qualquer outra página presente no hiperespaço e não obrigatoriamente o *Facebook* – está, em contrapartida, a exposição dos Tronos de Santo António, o que aponta, mais uma vez, para duas tendências distintas: a existência, novamente, de alguma abertura editorial, por um lado, e a menor capacidade de mobilização mediática da iniciativa, por outro. Apesar disso, é o conteúdo dos poucos artigos que gerou quer nos meios de comunicação tradicionais quer no *Facebook* que nos sugere que, além de formas de mediação, estes poderão assumir, também, o papel de intermediários. Com efeito, é frequente, como referimos, disponibilizar informação de como participar na exposição dos Tronos de Santo António – uma ação que consideramos enquadrar-se na produção dos mesmos.

Estamos, ainda assim, cientes de que poderia contra-argumentar-se que aqueles são, sobretudo na rede social, quem publica e não esta em si. Tendemos, no entanto, a afastar-nos desta hipótese, uma vez que, na linha do que Ariño (2007: 44) explana sobre o “lugar indiferenciado” que todas as expressões culturais ocupam no “hiperespaço eletrónico”, a eficácia e pertinência das indicações dadas decorrem não de quem as partilha mas da irrelevância que o estatuto do seu autor ali apresenta. Da mesma forma, é, em sentido inverso, o prestígio de que o jornal (em papel ou *online*) goza que legitima a informação por este publicada e não, em geral, a identidade do jornalista que a escreve.

Neste contexto, adquire especial relevância o facto de existirem já no *Facebook* canais dedicados exclusivamente ao concurso das Marchas Populares: Marchas TV, Lisboa a Marchar e Marchas Populares de Lisboa. Não sendo possível, no âmbito desta dissertação, explicitar o porquê de tal acontecer, podemos pelo menos equacionar que tal indicia que os *media* (ou outros *gatekeepers*) tradicionais poderão não estar a satisfazer, neste campo, a necessidades dos seus públicos. Não é, de resto, despidendo que, no *YouTube*, a exibição no pavilhão seja o segundo tema mais retratado, quando, nos órgãos

de comunicação social, é apenas alvo de fotolegendas no *Diário de Notícias* e, no canal do município naquela plataforma, é ignorada nas edições aqui em análise.<sup>18</sup>

Por último, importa ainda sublinhar que o concurso das Marchas Populares e a exposição dos Tronos de Santo António – em si mesmos, reiteramos, formas de mediação – integram a programação das *Festas de Lisboa*, que, como salientámos logo na introdução desta dissertação, são financiadas em exclusivo por patrocínios. Se é certo que, para subsistirem, estas iniciativas não têm, necessariamente, de estar incluídas naquelas festividades, é também verdade que, no contexto atual, a sua criação e/ou manutenção dificilmente poderão ser dissociadas daquele apoio – uma condição que transforma os patrocinadores em intermediários fundamentais. Sintomático disso é o facto de, como podemos consultar na Fig. 9, o agradecimento da sua associação às festividades ser uma constante e de, no enquadramento televisivo – que, só na *RTP1*, é visto por centenas de milhares de pessoas e das reportagens-vídeo do desfile na Avenida da Liberdade – os seus logótipos estarem sempre presentes.

#### 4.3. Uma análise à luz dos conceitos-chave

Há uma premissa essencial a retirar da nossa recolha de dados: as Marchas Populares e os Tronos de Santo António são, em geral, considerados uma tradição popular lisboeta e/ou portuguesa, apesar de, sobretudo no primeiro caso, a artificialidade da sua origem não ser, de todo, omitida. Em 2012, o 80.º aniversário do concurso foi um dos temas anuais da iniciativa (EGEAC, 2012) e, como já referimos na secção sobre as publicações oficiais, a sua história é, por norma, detalhada no programa das *Festas de Lisboa*. Já no *Diário de Notícias*, parceiro *media* das festividades, é comum a referência à primeira edição do evento, chegando mesmo a ser escrito, a determinada altura, que “era um acontecimento inédito, mas foi promovido como sendo parte de uma tradição”.

Curiosamente, tal não se verifica quando atentamos na exposição coletiva dos altares domésticos. Embora expressões como “recuperar”, “reavivar” “revitalizar”, “relançar” – que apontam para uma intervenção externa sobre algo – sejam comuns, o lançamento da iniciativa foi acompanhado, nomeadamente nos livros-álbum, de

---

<sup>18</sup> De ressaltar que, em 2014, as três noites da exibição no pavilhão foram alvo de reportagem, publicada apenas *online* (Banha, 07 de junho de 2014; Banha, 08 de junho de 2014; Banha, 09 de junho de 2014). Face à metodologia que adotamos, não integram, porém, o nosso corpo de análise.

elementos que remetem para a existência, nas palavras de Hobsbawm (1994: 9), de “continuidade com um passado histórico e apropriado”. Por um lado, é recorrente a referência, apoiada em fontes bibliográficas, ao facto de a prática remontar ao pós-Terramoto de 1755; por outro, tais relatos são legitimados com fotografias a preto-e-branco – logo, antigas – de altares expostos nas ruas de Lisboa. A opção, tal como a linguagem usada é, aliás, bastante semelhante ao que acontecera em 1949 (Dias, 1949).

Certo é que, independentemente de tal ser mais ou menos explícito, nos encontramos perante duas tradições inventadas, ou produzidas, – o que, à luz da nossa estrutura concetual, nos direciona para dois caminhos que se interligam: que finalidades alimentam a sua (re)produção e de que modo esta se traduz numa representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade.

Relativamente ao primeiro aspeto, importa distinguir, dentro do possível, entre intermediários dominantes e subordinados, uma vez que entendemos, como já defendemos, que é de uma negociação entre si que resulta qualquer tradição popular. Nesse sentido, consideramos, na sequência da análise que efetuámos na secção anterior, que há dois grupos que têm uma ação determinante na definição de quais são os termos do concurso das Marchas Populares da exposição dos Tronos de Santo António: a CML e/ou EGEAC – pelo seu apoio e regulamentação da iniciativa – e os patrocinadores, pelo seu contributo financeiro. Se, quanto a estes, não dispomos de dados que nos permitam aferir o porquê da sua participação, a situação é diferente no caso do município e da empresa municipal, cujos responsáveis referem, nas suas exposições públicas, as suas motivações atuais (Fig. 9 e Fig. 43): a “internacionalização” das festividades, por um lado, e o fomento da criatividade (popular), o incentivo à redescoberta da cidade e a valorização da memória e da intergeracionalidade, por outro.

Já na esfera dos subordinados incluímos todas as entidades que integram o ponto intermédio que identificámos na secção anterior, tal como os participantes por elas enquadrados. Se, nos primeiros, a sobrevivência das coletividades, a inclusão social e a própria devoção são algumas das finalidades que parecem imperar, os segundos serão talvez aqueles que, baseando a nossa avaliação nos seus testemunhos, mais personificam “a necessidade de tradição”, “real ou imaginada”, referida por Gross (1992: 67) e que, na prática, satisfaz durante séculos “uma certa necessidade profunda em todos os seres humanos de segurança, continuidade e raízes”. Com efeito, e centrando-nos para já nos órgãos de comunicação social portugueses, identificamos quer nas Marchas Populares

quer nos Tronos de Santo António a importância de manter a tradição, por si só associada a questões identitárias, como argumento para manter qualquer uma das iniciativas. São, porém, os artigos sobre o concurso que iluminam o modo como essa justificação aparenta estar intimamente ligada, na terminologia de Costa (2002: 27), a identidades culturais “experimentadas, ou vividas”.

Ao atentarmos nas Fig. 15, Fig. 18 e Fig. 22, constatamos que os laços familiares, primeiro, e os de amizade, depois, desempenham um papel fundamental quer na realização quer na renovação de cada grupo, existindo já marchantes a seguir os passos de pais e avós e a imaginar o mesmo futuro para os filhos bebés, que, antecipam já, em breve serão mascotes.<sup>19</sup> Se a defesa do bairro é importante, o “convívio” não o é menos – o que explica, em parte, que não sejam assim tão raros os casos de marchantes, ensaiadores e outros intermediários que, ao longo da sua vida, participam em mais do que uma marcha ou que continuam ou começam a participar sem que residam, sequer, em Lisboa. O que não significa que não invoquem, com regularidade, o seu bairrismo.

De facto, ao transferirmos a nossa análise das iniciativas em si para a (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade – ou seja, dos intermediários para as formas de mediação – é incontornável a preponderância que os termos “tradição”, acompanhada ou não do adjetivo “popular” e, “bairro”, incluindo “bairrismo”, assumem, sem que deixe de se notar os “efeitos de sobreposição desfocada” referidos por Costa (*idem*), fruto do domínio, neste contexto, de identidades culturais “designadas, ou atribuídas”.

Particularmente interessante é a forma como, sobretudo nos órgãos de comunicação social, a ocorrência daquelas palavras-chave resulta quer da presença quer da ausência do significado, ou conceito mental, a que se referem. Atentando nos testemunhos dos participantes nas Marchas Populares, na Baixa, “não há tanto bairrismo” e, por isso, “todas as pessoas são bem-vindas, quer sejam da Mouraria, do Bairro ou de Alfama”; em Campolide, não há “tanta tradição e por isso é natural que ganhem sempre bairros mais típicos, como Alfama, Bairro Alto ou até mesmo a Bica”; no Lumiar, a atividade não tem “tradição no bairro”; em Marvila, um marchante não se considera

---

<sup>19</sup> Apesar de não se tratar da definição que aqui adotamos, é interessante o facto de, cerca de 80 anos após a sua criação, as Marchas Populares de Lisboa satisfazerem já, em alguns locais, uma das condições enumeradas por Gross (1992) para uma “tradição” ser “autêntica”: o unir, pelo menos, três gerações.



bairrista, porque, apesar de marchar há 19 anos naquele conjunto, nasceu em Barrancos e reside em Sacavém (Loures); nos Olivais, o grupo sabe que “não representa um bairro tradicional”; e, no Parque das Nações, apesar de haver “um espírito bairrista muito forte”, será “sempre difícil” a comparação “com Alfama”. Simultaneamente, textos sobre estes ou outros conjuntos incluem expressões como é “bairrista” apesar de ser uma “freguesia nova”; “apesar de não ser um dos bairros históricos, o bairrismo parece que também não vai faltar”; “apesar de se situar em Campolide, a Bela Flor é um bairro com identidade própria” e, oposto aos “bairros típicos”, o “bairro dormitório”.

Tal como Barthes (2005) e Bourdieu (1993a) teorizaram para o espaço urbano em geral, em Lisboa, é através da oposição que, nas Marchas Populares, os lugares se definem simbolicamente e, por conseguinte, se hierarquizam – não de forma imposta mas com o contributo de quem neles reside. Não será, de resto, coincidência que, entre as referências, estejam dois dos seus “bairros populares” mais emblemáticos: Alfama e a Bica, situados no núcleo mais antigo da cidade e simbolicamente cristalizados nas Marchas Populares. Constatamos, assim, que pelo menos duas formas de mediação – os órgãos de comunicação social nacionais e as próprias Marchas Populares – transmitem a representação que aqui focamos – uma tendência que se expande às restantes.

Na *Euronews* – que, recordamos, transmite uma montagem de 45 segundos do desfile na Avenida da Liberdade –, os termos “tradição popular” e “bairro” só não são utilizados, respetivamente, nas reportagens em inglês e italiano e em castelhano e italiano (Fig. 23). As mesmas palavras-chave figuram em todos os artigos da revista *Follow Me* (Fig. 11). E, no *YouTube*, os desfiles de Alfama (2014 e 2016) e do Alto do Pina (2015) e as Grandes Marchas de Lisboa de 2013 e 2015 ocupam o top5 dos vídeos mais vistos (Fig. 33) – algo que no, nosso entender, nos direciona para a questão do centro histórico e nos permite convocar os Tronos de Santo António para esta discussão.

Desde início que optámos por não delimitar com precisão o “centro histórico” de Lisboa, realçando, em alternativa, o carácter difuso das suas fronteiras, até por, mais do que espacial e funcional, se tratar numa noção simbólica. Admitimos, ainda assim, que, no caso da capital portuguesa, poderia ser associado ao núcleo mais antigo da cidade, até pela importância que a arquitetura desempenha na sua definição – uma ideia que a nossa pesquisa não contrariou. Embora a expressão “centro histórico” – da qual considerámos sinónimo, por exemplo, “zona histórica” – surja apenas em artigos do *Diário de Notícias* e do *Público*, a sua utilização insere-se, por vezes, numa comparação semelhante à que

existe a propósito de “tradição popular” e “bairro”: “apesar de não se situar na zona histórica” e “bairro maior e situado na zona norte de Lisboa”.

Esta oposição adquire ainda mais relevo quando a justapomos com os mapas da distribuição, por classificação geral, das marchas participantes nas edições de 2012-2016 do concurso (Fig. 6) e da distribuição dos altares domésticos em exposição em 2015 (Fig. 38) e 2016 (Fig. 39). No primeiro caso, é notória a tendência para bairros mais próximos dos limites do concelho ficarem classificados nos últimos lugares ao mesmo tempo que as primeiras posições são ocupadas por grupos localizados no núcleo mais antigo da cidade. É neste que, no segundo caso, se concentram também os tronos expostos, havendo mesmo três freguesias da Lisboa mais próxima dos concelhos vizinhos – Benfica, Carnide e Santa Clara – onde não foi ornamentado qualquer altar.

Não sendo possível, no âmbito desta dissertação, compreender o porquê dessa ausência, é, ainda assim, plausível relacionar esta distribuição com a origem quer das Marchas Populares quer do concurso dos Tronos de Santo António. Na década de 1930, foi sobretudo no núcleo mais antigo, de onde eram os primeiros participantes, que

“a ‘história das marchas’, (...) o reforço dos laços de conhecimento interpessoal e a criação de novos ao longo dos ensaios se foram reproduzindo e integrando na memória dos grupos sociais que viveram esta implicação nas marchas, de forma a que o passado real e (...) imaginado se acabaram por confundir num único e consensual mito da origem do bairro e da sua marcha” (Cordeiro, 2003: 194).

Do mesmo modo, em 1949 (Dias, 1949) o concurso lançado para a decoração de altares domésticos abrangeu apenas quatro bairros dessa mesma área: Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa – alguns dos quais onde nunca deixaram de ser feitos.

Particularmente interessante para a nossa dissertação é a forma como tal se reflete, depois, nas formas de mediação. Regressando ao *YouTube*, é natural que os vídeos mais visualizados mostrem os conjuntos vencedores e não os ficaram em último – isto é, os mais “antigos” e não os mais periféricos. Igualmente relevante é o interesse dos utilizadores pela Grande Marcha anual, que, como demonstra Gonçalves (2015: 50), contribui, até hoje, “de forma assinalável para a patrimonialização e a emblematização das culturas vernaculares da urbe, acolhendo representações e imagens que ligam e sobrepõem cidade e cultura popular”. Nos comentários, não necessariamente destes objetos, elogia-se “uma das tradições mais antigas de Lisboa” e exaltam-se Alfama,

Marvila, o Alto do Pina, a Bica, a Mouraria e o Bairro Alto. Uma sintrense até diz sentir algo por Alfama, porque “são bairristas até ao fundo da alma”, enquanto, noutro local, alguém questiona o evento se inspira no Carnaval do Rio de Janeiro. E é aqui que as Marchas Populares se distinguem dos Tronos de Santo António.

Independentemente de ambos constituírem formas de mediação da representação de Lisboa que aqui analisamos, a influência do concurso é bastante maior do que a da exposição. Praticamente ausentes do *YouTube* e com presença diminuta no *Facebook* – onde, ainda assim, são associados ao “centro de Lisboa” e aos “bairros históricos”, sobretudo Alfama, Bica, Bairro Alto, Graça e Mouraria” –, os altares domésticos não deixam de decorrer de forma bastante mais territorializada do que as Marchas Populares. Não só os seus autores e, necessariamente, recetores são atores intimamente ligados ao local onde são expostos, como também a sua eficácia decorre, em parte, do facto de se encontrarem em espaços públicos, que, como salientámos no Capítulo 1, constituem “meios importantes de enquadrar uma visão da vida social na cidade”, quer para os que nela residem e “interagem em espaços públicos urbanos todos os dias”, quer para “turistas, aqueles que viajam diariamente para o trabalho [*commuters*] e pessoas endinheiradas livres de fugir do abraço necessitado da cidade” (Zukin, 2006: 259).

Bem distinta é a situação das Marchas Populares. Por um lado, como já referimos brevemente, a sua base de recrutamento e de operacionalização não se restringe ao local onde são produzidas – a título de exemplo, Alcântara, Alfama, Baixa, Belém, Bica, Carnide, Marvila, São Vicente e Parque das Nações são alguns dos conjuntos com marchantes que não residem no “bairro” que representam (Fig. 15 e Fig. 22), a Grande Marcha é, em certos anos, da autoria de letristas e/ou compositores de Setúbal e os profissionais mais técnicos trabalham para vários conjuntos. Por outro, extravasam largamente, *offline* e *online*, as fronteiras de Lisboa e do país.

Como sistematizámos no Capítulo 3 a propósito dos resultados obtidos no *Facebook*, é comum algumas marchas populares de Lisboa participarem, como convidadas, em desfiles quer noutros municípios quer no estrangeiro, como Macau. Estando estas entidades presentes na rede social, o seu papel mediador ocorre quer no mundo físico quer no mundo internáutico, ambos parte integrante do ambiente social (Zhao; Grasmuck; Martin, 2008). Paralelamente, e a par da *Euronews* e da *Follow Me*, direcionadas para públicos estrangeiros, coexistem no *Facebook* páginas de promoção de Portugal e de Lisboa, casas de Portugal e de regiões nacionais no estrangeiro,

estabelecimentos hoteleiros – a maioria dos quais a publicar em inglês –, dos conjuntos convidados e, até, de figuras públicas com ou sem ligação à iniciativa.

Os padrinhos assumem-se, aliás, pela sua popularidade, como uma importante fonte de divulgação das Marchas Populares, quer através da atração das vulgarmente chamadas “revistas cor de rosa” quer através da promoção do evento junto dos seus seguidores nas redes sociais (Fig. 28). Tal como no mundo real o Parque das Nações quer provar que pertence a Lisboa participando no concurso, no *Facebook*, qualquer pessoa é “bairrista”, mesmo que, na linha do que afirmam Zhao, Grasmuck e Martin (2008), ainda não tenha condições para o ser no mundo físico.

Particularmente interessante é o modo como, em qualquer dos mundos, esta representação de Lisboa – algo cristalizada – coexiste com um desejo de inovação transversal a diversos intervenientes. Na CML/EGEAC, elogia-se o traço de “modernidade” e a originalidade de uma iniciativa que “não é um elemento do passado” (Fig. 9); nos grupos há quem destaque a inovação como uma das principais marcas da sua apresentação e lamente, como no Castelo, que não se possa fazer mais porque “há regras a respeitar (Fig. 15); e, no *YouTube*, um comentário elogia o toque de modernidade nas “já estafadas marchas”. Isto ao mesmo tempo que é a própria autarquia que condiciona fortemente os elementos e temas a ser apresentados; que, na Madragoa, que gosta de surpreender, um marchante fica, em 2014, “chocado” por não mostrar, como até então, a vivência do pescador e da varina; que, no *YouTube*, se diz que a “tradição” se deve manter “sem sobressaltos”; e que, no *Facebook*, se critica a participação de conjuntos estrangeiros. Da mesma forma, nos Tronos, o fomento à criatividade e elogio da diversidade de participações é acompanhado, no mesmo livro-álbum, da afirmação de que se procurou “deliberadamente que não fossem utilizados meios muito diferentes dos originais, que remontam a uma tradição do século XVIII”.

Mais do que expor comportamentos contraditórios, interessa-nos, com esta constatação, sublinhar o carácter negocial inerente a este processo que, mediaticamente, surge de forma bastante cristalizada, contendo, mais ou menos explicitamente, uma remissão para o passado. Este aspeto é particularmente relevante atendendo à última componente da representação de Lisboa que aqui tomamos como ponto de referência: a autenticidade. Como já destacámos, trata-se de um termo que, ao longo da nossa pesquisa, nunca é referido – o que, no nosso entender, não implica a sua desvalorização.

No Capítulo 1, definimos “autenticidade” como uma ideia socialmente construída a partir de uma relação complexa entre os diversos intervenientes no espaço urbano e que, não obstante poder, ao limite, ser diferente de pessoa para pessoa, é frequentemente associada a um certo estado natural ou período histórico – ou o modo como são percebidos no presente – anteriores ou não corrompidos pela sociedade “moderna”. Reconhecendo que não nos encontramos perante uma situação em que esta é reivindicada como ferramenta de controlo de determinado lugar, não deixamos, no entanto, de notar uma consonância entre esta percepção e a que está inerente aos restantes conceitos-chave e ao modo como estes se materializam nas duas iniciativas.

Com efeito, independentemente da noção em causa, há, nos termos que as concetualizámos nesta dissertação, um ponto em comum fundamental: a sua ligação íntima com a industrialização e urbanização no contexto ocidental. É esse momento que marca o início da invenção, ou produção, de tradições (Hobsbawm, 1994) e o surgimento da noção de “popular”; é como resposta às inquietações por si geradas que ganha força a noção de “centro histórico”; e é do tempo anterior a esse momento que são característicos, na terminologia de Tönnies (Giddens, 2009), os laços comunitários implícitos na definição de bairros (populares/típicos/históricos).

Se é certo que, em termos concetuais, aquele momento poderá não ser contemporâneo do que se entende por sociedade “moderna”, não é menos verdade que em todas estas noções se remete para o passado por comparação, mais ou menos explícita, com o presente. Tal como as Marchas Populares e os Tronos de Santo António acontecem na atualidade mas remetem para uma Lisboa que, mesmo admitindo que em algum momento existiu, não é consensual que subsista e que é bastante discutível que aguarde a sua “redescoberta”, mesmo quando a escala é concelhia. Por outras palavras, questionamo-nos se, mais do que descartar a inclusão do elemento autenticidade na representação sobre a qual nos debruçamos, aquele não é, mesmo quando não é referido, indissociável da ideia de bairro (popular/histórico/típico) e de tradição popular.

## CONCLUSÃO

*Lisboa, cidade de bairros e tradição? Representações, intermediários e formas de mediação nas Marchas Populares e nos Tronos de Santo António* incidiu – tendo como estudos de caso o concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016) e a exposição coletiva dos Tronos de Santo António (2015-2016) – sobre o modo como se relacionam os intermediários e formas de mediação que intervêm na (re)produção de uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade, assumindo como hipótese que esse relacionamento, mais ou menos delimitado geograficamente, é complexo. Nesse sentido, e na impossibilidade de realizar em tempo útil entrevistas e trabalho de campo, analisámos extensivamente documentos *offline* e plataformas *online*, que à luz do nosso enquadramento, nos permitissem testar aquela premissa – que consideramos que se confirma.

Em primeiro lugar, identificámos, globalmente, uma multiplicidade diversificada de intermediários que, além de serem em grande número e abrangerem áreas diversas, se referem, especificamente, a cada uma das iniciativas. À exceção da CML e/ou EGEAC, onnipresente em ambas, quem contribui para a efetivação das Marchas Populares não participa, em geral, na elaboração dos Tronos de Santo António. Isto apesar de, em qualquer um dos casos, esta teia coexistir com uma estrutura algo vertical, não necessariamente rígida, fruto do seu funcionamento se basear, de forma mais ou menos premeditada, no enquadramento de pessoas individuais por entidades coletivas.

Em segundo, verificámos que as formas de mediação em que nos focámos – linguagem, em geral, e publicações oficiais, órgãos de comunicação social e redes sociais, em particular –, predefinidas a partir da bibliografia, constituem, em si, uma teia própria que, cremos, decorre das características do hiperespaço eletrónico e que, neste contexto, tem no *Facebook* o agregador mais visível. Com efeito, na atualidade, quase nada se restringe à plataforma em que surge originalmente. Naquela rede social, por exemplo, pode ser partilhado uma ligação de qualquer outra página *online*, alterando, potencialmente, o seu carácter. A transmissão do desfile das Marchas Populares na Avenida da Liberdade pela *RTP1* – que, por si só, pode ser acompanhada em meios tão distintos como uma televisão ou um telemóvel – é, com frequência, alvo de apropriação por parte de diversos utilizadores no *YouTube*, que, por sua vez, se arriscam a ver o seu

vídeo ser repartilhado numa outra rede social, adquirindo, provavelmente, outro significado. O mesmo acontece a uma notícia publicada *online*, facilmente equiparada, no mundo internáutico, a qualquer outro meio de comunicação, como um blogue.

Em terceiro, observámos que, em parte devido a este “lugar indiferenciado” que todas as expressões culturais ocupam no “hiperespaço eletrónico” (Ariño, 2007: 44), as formas de mediação que intervêm na (re)produção da representação de Lisboa aqui em causa atuam também, por vezes, como intermediárias, uma vez que, entre os vários assuntos nelas abordados, está a indicação de como participar nas iniciativas.

Por último, consideramos que o carácter negocial e, ao limite, individual inerente aos conceitos-chave implícitos numa representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade constitui um fator adicional de complexidade na dinâmica entre intermediários e formas de mediação que abordámos nesta dissertação. Por um lado, não obstante termos problematizado e consolidado qualquer uma das noções em questão – “tradição popular”, “autenticidade”, “centro histórico” e “bairro (popular/histórico/típico)” –, reconhecemos que a nossa perspetiva se assume, sobretudo, como base indispensável à nossa reflexão e não como uma síntese do significado atribuído, no dia a dia, a qualquer uma delas. Por outro, estamos cientes de que incorporam – em particular quando associadas a identidade(s) da cidade e dos seus habitantes – um conjunto de variáveis de difícil apreensão num trabalho desta dimensão.

Julgamos, aliás, que é precisamente esta a principal limitação da nossa dissertação: independentemente de termos tentado aferir, dentro do possível e a partir de fontes diversas, a motivação para qualquer interveniente participar no – ou falar sobre – o concurso das Marchas Populares de Lisboa e a exposição coletiva dos Tronos de Santo António, o que obtivemos foram apenas pistas de uma realidade que uma investigação mais aprofundada poderá ou não confirmar. Da mesma forma, não pudemos aferir se a representação que, fortemente baseados num pensamento hipotético-dedutivo, aqui privilegiámos, é, ao nível da receção, nomeadamente por parte de quem não contribui para a sua (re)produção, tão relevante como aparenta ser quando se consulta documentos estratégicos municipais e se efetua uma pesquisa tendo tal como premissa. Até porque, recordamos, em causa estão duas iniciativas que decorrem enquadradas nas *Festas de Lisboa*, que se prolongam durante um mês e abarcam eventos diversos.

Cremos, ainda assim, que independentemente do lugar que uma representação de Lisboa como cidade de bairros associada à tradição popular e à autenticidade ocupa numa cidade que é, por natureza, polissémica, *Lisboa, cidade de bairros e tradição? Representações, intermediários e formas de mediação nas Marchas Populares e nos Tronos de Santo António* se revela pertinente ao demonstrar que a sua (re)produção não se deve, de todo, a um processo simples, imposto por determinada parte, mas sim a um relacionamento complexo, mais ou menos delimitado geograficamente, entre intermediários e formas de mediação, cujo desenho poderia ser o de duas teias que se interligam, coexistindo com uma estrutura vertical, não necessariamente rígida, encabeçada pela CML e/ou EGEAC.

Uma análise aprofundada de cada um dos intermediários e formas de mediação envolvidos – incluindo aqueles que, por questões de exequibilidade, excluímos à partida – é um dos caminhos que se afiguram mais óbvios, tal como a aferição de motivações dos participantes e do grau de receção, num sentido lato, da representação em causa. Igualmente interessante seria a contextualização metropolitana da dinâmica que aqui identificámos, não só porque, como constatámos, existe uma parte considerável de intermediários que não reside – ou nunca residiu – no concelho de Lisboa, mas também porque não podemos evitar questionar-nos até que ponto a oposição e hierarquização que existe, do ponto de vista simbólico, entre o núcleo mais antigo da cidade e os lugares mais periféricos no interior do município não se verifica também à escala metropolitana. Finalmente, a comparação entre a representação aqui em causa e outra, nomeadamente a da Lisboa “cosmopolita” é outra linha de investigação que antevemos ser possível.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Vida Portuguesa (2015). *A Vida Portuguesa – A Vida Portuguesa*. Disponível em [www.avidaportuguesa.com/sobre/a\\_vida\\_portuguesa\\_2](http://www.avidaportuguesa.com/sobre/a_vida_portuguesa_2) [Acedido em 24/06/2017]

Akrich, Madeleine (1993). “Technique et médiation”, in *Réseaux*, volume 11, n.º 60, Les médiations, 87-98

Ariño, Antonio (2007). “Una Oportunidad Histórica”. in *ACT 18 – Utopia e Ciência*, FLUL CEC, 26 e 27 de novembro

Ascher, François (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte

“Autêntico” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo I A-Bat. Lisboa: Círculo de Leitores. 450

Baltazar, Rita Dias (13 de junho de 2012). “Os últimos dias dos tronos de Santo António”. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/2012/06/13/local/noticia/os-ultimos-dias-dos-tronos-de-santo-antonio-1550150> [Acedido em 21/06/2017]

Banha, Inês (07 de junho de 2014). “Percalços e surpresas na primeira noite das marchas”. *Diário de Notícias*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/percalcos-e-surpresas-na-primeira-noite-das-marchas-3960210.html> [Acedido em 15/10/2017]

Banha, Inês (08 de junho de 2014). “‘Cheirou a Lisboa’ na noite de Alfama”. *Diário de Notícias*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/cheirou-a-lisboa-na-noite-de-alfama-3961404.html> [Acedido em 15/10/2017]

Banha, Inês (09 de junho de 2014). “Arcos e distrações atraíam marchas no pavilhão”. *Diário de Notícias*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/sul/interior/arcos-e-distracoes-atraicoam-marchas-no-pavilhao-3963171.html> [Acedido em 15/10/2017]

Banha, Inês (21 de maio de 2015). “Tronos de Santo António vão voltar a enfeitar a capital”, *Diário de Notícias*, 27

Barthes, Roland (1964). *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Edições 70

Barthes, Roland (1977). “Rethoric of the Image”. in *Image, Music, Text*. London: Fontana Press. 32-51

Barthes, Roland (2005). “Semiology and the Urban”, in Neil Leach (ed.) *Rethinking Architecture: A reader in cultural theory*. London and New York: Routledge. 158-164

Beaujeu-Garnier, Jacqueline (2010). *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Beckford, William (1988). *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional

Benjamin, Walter (1992). “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica”, in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d’Água Editores. 71-113

Boaventura, Inês (21 de maio de 2015). “Nestas Festas de Lisboa, os tronos de Santo António renascem e saem à rua”, *Público*, 14

Bourdieu, Pierre (1993a). “Efeitos de lugar”, in *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 159-166

Bourdieu, Pierre (1993b). *The field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press

Bovone, Laura (1997). Os novos intermediários culturais: considerações sobre a cultura pós-moderna. in Carlos Fortuna (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora. 105-120

Burgess, Jean; Green, Joshua (2009). *Youtube: Online Video and Participatory Culture*. Cambridge/Malden: Polity Press

Câmara Municipal de Lisboa (2012). *Plano Diretor Municipal*. Disponível em [www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal](http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal) [Acedido em 05/07/2017]

Câmara Municipal de Lisboa (2013). *Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017*. Disponível em [www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais](http://www.cm-lisboa.pt/publicacoes-digitais) [Acedido em 05/07/2017]

Câmara Municipal de Lisboa (2016). *Proposta N.º1/2016 – Aprovar a proposta de candidatura do bem Lisboa Histórica, Cidade Global a inscrição na Lista indicativa nacional do Património Mundial da UNESCO*. Disponível em [www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco](http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/candidaturas-a-unesco) [Acedido em 05/07/2017]

Caraça, João *et al.* (2009). *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024 – Um Compromisso para o Futuro da Cidade*. Disponível em [www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica](http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/carta-estrategica) [Acedido em 05/07/2017]

Casa dos Bips (8 de fevereiro de 2017). “13 anos de Facebook: rede social cresceu 49% em Portugal desde 2011”. *SAPO Tek*. Disponível em <http://www.tek.sapo.pt/noticias/internet/artigos/13-anos-de-facebook-rede-social-cresceu-49-em-portugal-desde-2011> [Acedido em 05/07/2017]

Castells, Manuel (2002). “Urban Sociology in the Twenty-First Century”, in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 5, 9-19

Chaumier, Serge; Mairesse, François (2015). *La médiation culturelle*. Paris: Armand Colin

Cohen, Erik (1988). “Authenticity and Commodization in Tourism”, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 15, 371-386

Concurso para a Grande Marcha de Lisboa 2013. *Boletim Municipal*, Ano XIX, N.º 983, quinta-feira, 20 de dezembro de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Cordeiro, Graça Índias (1997). *Um lugar na cidade: quotidiano, memórias e representação no bairro da Bica*. Lisboa: Publicações D. Quixote

Cordeiro, Graça Índias (2001). “Territórios e identidades sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa”, in *Estudos Históricos*, N.º 28, 124-142

Cordeiro, Graça Índias (2003). “Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca”, in *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série I, Vol. 13, 185-199

Cordeiro, Graça Índias; Costa, António Firmino da (1999). “Bairros: contexto e interseção”, in Gilberto Velho (org.) *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 58-79

“Cosmopolita” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo III D-Fre. Lisboa: Círculo de Leitores. 1379

Costa, António Firmino da (2002). “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, in *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, Vol. 17, N.º 48, 15-30

Costa, António Firmino da (2008). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta Editora

Costa, Pedro (2017) (coord.). *Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

Crespi, Franco (1997). *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Editorial Estampa

Davallon, Jean (2003). “A mediação: comunicação em processo?”, in *Médiations & Médiateurs*, 19. Tradução de Maria Rosário Saraiva. Disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/645/pdf> [Acedido em 20/06/2017]

Deliberação n.º 72/CML/2016. 4.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 1149*, Ano XXII, quinta-feira, 25 de fevereiro de 2016. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Deliberação n.º 91/CM/2012. 2.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 940*, Ano XVIII, quinta-feira, 23 de fevereiro de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Deliberação n.º 98/CM/2014. 2.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 1047*, Ano XXI, quinta-feira, 13 de março de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Deliberação n.º 143/CM/2015. 2.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 1099*, Ano XXII, quinta-feira, 12 de março de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Deliberação n.º 193/CM/2013. 3.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 995*, Ano XX, quinta-feira, 14 de março de 2013. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 6/P/2015. *Boletim Municipal*, Ano XXI, N. 1094, quinta-feira, 5 de fevereiro de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 8/P/2013. 2.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 991*, Ano XIX, quinta-feira, 14 de fevereiro de 2013, Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 20/P/2012. *Boletim Municipal*, Ano XVIII, N.º 939, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 23/P/2016. *Boletim Municipal*, Ano XXIII, N.º 1150, quinta-feira, 3 de março de 2016. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 24/P/2012. *Boletim Municipal*, Ano XIX, N.º 941, quinta-feira, 1 de março de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 30/P/2013. *Boletim Municipal*, Ano XX, N.º 1005, quinta-feira, 23 de maio de 2013. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 30/P/2014. *Boletim Municipal*, Ano XX, N.º 1045, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 38/P/2015. *Boletim Municipal*, Ano XXII, N.º 1108, quinta-feira, 14 de maio de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 49/P/2012. *Boletim Municipal*, Ano XIX, N.º 959, quinta-feira, 5 de julho de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 54/P/2016. *Boletim Municipal*, Ano XXIII, N.º 1164, quinta-feira, 9 de junho de 2016. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 68/P/2014. *Boletim Municipal*, Ano XXI, N.º 1058, quinta-feira, 29 de maio de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 98/P/2010. *Boletim Municipal*, Ano XVII, N.º 389, quinta-feira, 18 de março de 2010. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 114/P/2013. *Boletim Municipal*, Ano XX, N.º 1033, quinta-feira, 5 de dezembro de 2013. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 134/P/2014. *Boletim Municipal*, Ano XXI, N.º 1085, quinta-feira, 4 de dezembro de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 137/P/2015. *Boletim Municipal*, Ano XII, N.º 1136, quinta-feira, 26 de novembro de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Dias, Jaime Lopes (1949). “Uma Tradição Lisboeta que Revive – os Tronos a Santo António”, in *Revista Municipal*, Número 41, 2.º Trimestre, 19-25

EGEAC (2012). *Festas de Lisboa '12*. Lisboa: CML/EGEAC

EGEAC (2015). *Programa Festas de Lisboa '15*. Lisboa: EGEAC

EGEAC (2016). *Programa Festas de Lisboa '16*. Lisboa: Programação em Espaço Público - EGEAC

EGEAC (2017a). *Desde 1995 – EGEAC*. Disponível em [www.egeac.pt/egeac/historia](http://www.egeac.pt/egeac/historia) [Acedido em 21/06/2017]

EGEAC (2017b). *Programa Festas de Lisboa '17*. Lisboa: EGEAC

Elsaesser, Thomas (2009). “Archives and Archeologies: The Place of Non-Fiction Film in Contemporary Media”. in Vinzenz Hediger; Patrick Vonderau (eds.) *Films that Work: Industrial Film and Productivity of Media*. Amsterdam: Amsterdam University Press. 19-34

Ferreira, Claudino (2002). “Intermediação Cultural e Grandes Eventos. Notas para um Programa de Investigação sobre a Difusão das Culturas Urbanas”, *Oficina do CES*, N.º 167, 1-37

Ferreira, Vítor Matias (2003). “Lisboa, um projeto para a metrópole? Expansão e Identificação da Metrópole de Lisboa”, in *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 7, 71-87

Fortuna, Carlos; Peixoto, Paulo (2002). “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”, in Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva (org.) *Projeto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. 17-63

Fiske, John (1989). *Understanding popular culture*. London: Routledge

Fiske, John (2005). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: ASA Editores

Gay, Paul du et al (1997). *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications

Giddens, Anthony (2009). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Goffman, Erving (1971). *The presentation of self in everyday life*. London: Penguin Books

Gonçalves, Ana Maria Fachadas (2015). *Cidade em marcha: imaginário urbano e geossimbolismo nas letras das grandes marchas de Lisboa (1935-2015)*. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa

Gross, David (1992). *The Past in Ruins: Tradition and Critique of Modernity*. United States of America: The University of Massachusetts Press

Grupo Amigos de Lisboa (1985). “Concurso de Tronos de Santo António”, *Olisipo – Boletim do Grupo Amigo de Lisboa*, N.º 146-147-148, Anos 1983-1984-1985, 157-160

Hall, Stuart (1987). “Minimal Selves”, in Homi Bhabha; Lisa Appignaneso (eds.). *Identity: the Real Me*. London: Institute of Contemporary Arts. 44-46

Hall, Stuart (1997). “The Work of Representation”, in Stuart Hall (ed.) *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications. 13-28

Harvey, David (1991). “Afterword”, in Henri Lefebvre *The Production of Space*. Oxford/Cambridge: Blackwell. 425-432

Hobsbawm, Eric (1984). “1. Introdução: A Invenção das Tradições”, in Eric Hobsbawm; Terence Rogers (coord.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 9-23

IMPIC (2017a). *BASE:contratos públicos online*. Disponível em <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=768229> [Acedido em 15/10/2017]

IMPIC (2017b). *BASE:contratos públicos online*. Disponível em <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Pesquisa/Contrato?a=1231690> [Acedido em 15/10/2017]

“Intermediar” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo IV Fre-Mer. Lisboa: Círculo de Leitores. 2120

“Intermediário” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo IV Fre-Mer. Lisboa: Círculo de Leitores. 2120

Jouët, Josiane (1993). “Pratiques de communication et figures de la médiation”, in *Réseaux*, volume 11, n.º 60, Les médiations, 99-120

Lamizet, Bernard (1999). *La Médiation Culturelle*. Paris: L’Harmattan

Lee, Shing Haeng (2012). “The End of Traditional Gatekeeper? The Role of the Most Popular Articles in the Flow of News on the Web”, *gnovis – Georgetown University’s Journal of Communication, Culture and Technology*. Disponível em

[www.gnovisjournal.org/2012/04/26/the-end-of-the-traditional-gatekeeper](http://www.gnovisjournal.org/2012/04/26/the-end-of-the-traditional-gatekeeper) [Acedido em 23 de julho de 2017]

Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro. *Diário da República*, n.º 216/2012, Série I. Assembleia da República. Lisboa

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. *Diário da República*, 1.ª Série – N.º 176. Assembleia da República. Lisboa

Lefebvre, Henri (1991). *The Production of Space*. Oxford/Cambridge: Blackwell

Lefebvre, Henri (2012). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre

Lusa (23 de maio de 2017). “Festas de Lisboa orçadas em 1,3 milhões de euros, valor assegurado totalmente por patrocínios”. *Diário de Notícias*. Disponível em <http://www.dn.pt/lusa/interior/festas-de-lisboa-orçadas-em-13-milhoes-de-euros-valor-assegurado-totalmente-por-patrocínios-8501782.html> [Acedido em 12/06/2017]

Lynch, David (2016). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: EDIÇÕES 70

Mahar, Cheleen; Harker, Richard; Wilkes, Chris (1990). “The Basic Theoretical Position”, in Richard Harker, Cheleen Mahar, Chris Wilkes (eds.) *An introduction to the work of Pierre Bourdieu: the practice of theory*. Houndmills: The MacMillan Press. 1-25

Madeira, Cláudia (2000). “Novos Notáveis – Os Programadores Culturais”, in *Atas do IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Associação Portuguesa de Sociologia.

McCloud, Scott (1994). *Understanding Comics. The Invisible Art*. New York: Harper Perennial – Harper Collins Publishers

“Mediação” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo IV Fre-Mer. Lisboa: Círculo de Leitores. 2432

“Mediador” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo IV Fre-Mer. Lisboa: Círculo de Leitores. 2432

Mondada, Lorenza (2000). *Décrire la ville: la construction des savoirs dans l'interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos

Peixoto, Paulo Jorge Marques (2006). *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra



Pereira, Pedro Teotónio; Castel-Branco, Rita (2015) (coord.) (2015). *Tronos de Santo António | Saint Anthony's Thrones 2015*. Lisboa: CML Museu de Lisboa

Pereira, Pedro Teotónio; Almeida, Paula (2016) (coord.) (2016). *Tronos de Santo António | Saint Anthony's Thrones 2016*. Lisboa: EGEAC Museu de Lisboa

Peterson, Richard A. (1994). "Cultural Studies Through the Production Perspective: progress and prospects", in Diane Crane (ed.) *The Sociology of Culture: emerging theoretical perspectives*. Oxford: Blackwell. 163-189

Press, Andrea L. (1994). "The Sociology of Cultural Reception: notes toward an emerging paradigm", in Diane Crane (ed.) *The Sociology of Culture: emerging theoretical perspectives*. Oxford: Blackwell. 221-245

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações

Regulamento das Marchas Populares de Lisboa. *Boletim Municipal*, Ano VII, N.º 324, quinta-feira, 4 de maio de 2000. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Regulamento das Marchas Populares de Lisboa 2002. *Boletim Municipal*, Ano IX, N.º 427, quinta-feira, 25 de abril de 2002. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Rémy, Jean; Voyé, Liliana (1992). *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?*. Porto: Edições Afrontamento

Ribeiro, José Manuel Félix *et al.* (2015). *Uma Metrópole para o Atlântico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Salgueiro, Teresa Barata (1998). "Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado", in *Revista TERRITÓRIO*, ano III, n.º 4, 39-53

Savage, Mike; Warde, Alan (1993). *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*. Hampshire and London: The MacMillan Press

Silva, Augusto Santos (1994). *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Porto: Edições Afrontamento

Soldado, David (13 de junho de 2017). "Marchas Populares 2017 alcançam primeiro lugar nas audiências". *A Televisão*. Disponível em <http://www.atelevisao.com/rtp/marchas-populares-2017-alcancam-primeiro-lugar-audiencias> [Acedido em 16/06/2017]

Sottomayor, Appio (1994). “Marchas Populares”, in Francisco Santana, Eduardo Sucena (dir.) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas. 564

Storey, John (2009). *Cultural Theory and Popular Culture: An Introduction*. Harlow: Pearson Education Limited

Throsby, David (2001). *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press

Throsby, David (2010). *The Economics of Cultural Policy*. New York: Cambridge University Press

“Tradição” (2001). in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo VI Red-Zzz. Lisboa: Círculo de Leitores. 3555

Webb, Jen *et al.* (2002). *Understanding Bourdieu*. London: Sage Publications

Williams, Raymond (1976). “Popular”, in *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. 198-199

Woodward, Kathryn (1997). *Identity and Difference*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publications

Zhao, Shaniang; Grasmuck, Sherri; Martin, Jason (2008). “Identity construction on Facebook: Digital empowerment in anchored relationships”, in *Computers in Human Behavior*, 24, 1816-1836

Zukin, Sharon (1993). *Landscapes of Power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press

Zukin, Sharon (2006). *The cultures of cities*. Malden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing

Zukin, Sharon (2010). *Naked city: the death and life of authentic urban places*. New York: Oxford University Press

## FONTES

### **Marchas Populares de Lisboa**

#### Regulamentos

Despacho n.º 6/P/2015. *Boletim Municipal*, Ano XXI, N.º 1094, quinta-feira, 5 de fevereiro de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 8/P/2013. 2.º *Suplemento ao Boletim Municipal N.º 991*, Ano XIX, quinta-feira, 14 de fevereiro de 2013, Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 23/P/2016. *Boletim Municipal*, Ano XXIII, N.º 1150, quinta-feira, 3 de março de 2016. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 24/P/2012. *Boletim Municipal*, Ano XIX, N.º 941, quinta-feira, 1 de março de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 30/P/2013. *Boletim Municipal*, Ano XX, N.º 1005, quinta-feira, 23 de maio de 2013. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 30/P/2014. *Boletim Municipal*, Ano XX, N.º 1045, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 38/P/2015. *Boletim Municipal*, Ano XXII, N.º 1108, quinta-feira, 14 de maio de 2015. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 49/P/2012. *Boletim Municipal*, Ano XIX, N.º 959, quinta-feira, 5 de julho de 2012. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 54/P/2016. *Boletim Municipal*, Ano XXIII, N.º 1164, quinta-feira, 9 de junho de 2016. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 68/P/2014. *Boletim Municipal*, Ano XXI, N.º 1058, quinta-feira, 29 de maio de 2014. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

Despacho n.º 98/P/2010. *Boletim Municipal*, Ano XVII, N.º 389, quinta-feira, 18 de março de 2010. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa

#### Programa das Festas de Lisboa

EGEAC (2012). *Festas de Lisboa '12*. Lisboa: CML/EGEAC

EGEAC (2013). *Festas de Lisboa '13*. Lisboa: CML/EGEAC

EGEAC (2014). *Programa Festas de Lisboa '14*. Lisboa: EGEAC

EGEAC (2015). *Programa Festas de Lisboa '15*. Lisboa: EGEAC

EGEAC (2016). *Programa Festas de Lisboa '16*. Lisboa: Programação em Espaço Público - EGEAC

#### Notícias com classificação completa do concurso

EGEAC (2017). *Marcha de Alfama vence as Marchas Populares de Lisboa 2016* – EGEAC. Disponível em <http://www.egeac.pt/marcha-de-alfama-vence-as-marchas-populares-de-lisboa-de-2016/> [Acedido em 12/06/2017]

Lusa (13 de junho de 2012). “Alto do Pina vence Marchas Populares de Lisboa”. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/2012/06/13/local/noticia/alto-do-pina-vence-marchas-populares-de-lisboa--1550114> [Acedido em 12/06/2017]

n.d. (13 de junho de 2013). “Bairro de Alfama vence Marchas de Lisboa” *Expresso*. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/bairro-de-alfama-vence-marchas-de-lisboa=f813669> [Acedido em 12/06/2017]

n.d. (02 de julho de 2014). “Marvila em 4.º lugar nas marchas de Lisboa depois de retificação dos resultados”. *Jornal de Notícias*. Disponível em <http://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/interior/marvila-em-4-lugar-nas-marchas-de-lisboa-depois-de-retificacao-de-resultados-4004253.html> [Acedido em 12/06/2017]

n.d. (13 de junho de 2015). “Alto do Pina vence Marchas Populares de Lisboa”. *Jornal de Notícias*. Disponível em <http://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/lisboa/interior/alto-do-pina-vence-marchas-populares-de-lisboa-4621976.html> [Acedido em 12/06/2017]

Público (13 de junho de 2014). “Alfama vence Marchas Populares de Lisboa”. *Público*. Disponível em <http://www.publico.pt/2014/06/13/local/noticia/alfama-vence-marchas-populares-de-lisboa-1639746> [Acedido em 12/06/2017]

#### Reportagens-vídeo da autoria da CML/EGEAC

camaralisboa (15 de junho de 2012). *Desfile das Marchas Populares*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=7LwwwwbtT4l8> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (09 de julho de 2012). “Lisboa é linda!” – *A limpeza após as marchas*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jquVTuDID78> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (16 de novembro de 2012). *Entrega dos Prémios das Marchas Populares de 2012*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=1BDDSGOycvc> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (13 de junho de 2013). *Marchas Populares 2013*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Lze5Y8M2XEs> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (22 de novembro de 2013). *Entrega dos Troféus das Marchas Populares 2013*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yHnoRFWISvQ> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (13 de junho de 2014). *Marchas Populares 2014*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2yPC9qjutJ8> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (11 de dezembro de 2014). *Cerimónia de entrega dos Troféus das Marchas Populares 2014*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=1gpM3Si4GaM> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (13 de junho de 2015). *Yé, yé, yé, Lisboa é que é – marchas 2015*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gc7H3iXLcDo> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (11 de dezembro de 2015). *Bordalo Pinheiro marca o compasso das Marchas 2016*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=f-bSkCU2BP4> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (13 de junho de 2016). *Marchas Populares encheram a Avenida*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ipcni6aQ8zw> [Acedido em 12/06/2017]

camaralisboa (19 de dezembro de 2016). *“Lisboa Cidade do Mundo” marca o ritmo das Marchas 2017*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3l9NKDyLdZU> [Acedido em 12/06/2017]

Câmara Municipal de Lisboa (16 de dezembro de 2016). *Entrega dos Prémios das Marchas Populares de Lisboa 2016 #lisboa #cml #egeac*. Disponível em <http://www.facebook.com/camaradelisboa/videos/1375400525813227> [Acedido em 12/06/2017]

### Revista Follow Me

Turismo de Lisboa (2014). “Marchas populares / Folk parades”, in *Follow Me Lisboa*, N.º 221 Junho / June 2014, 4

Turismo de Lisboa (2015). “Marchas populares / Folk parades”, in *Follow Me Lisboa*, N.º 233 Junho / June 2015, 4

Turismo de Lisboa (2016). “Marchas Populares / The Popular Marches”, in *Follow Me Lisboa*, N.º 245 Junho / June 2016, 4

Diário de Notícias

Antunes, Joana (04 de junho de 2013). “Sonho de marchar pelo ‘Bairro’”, *Diário de Notícias*, 22

Antunes, Joana (04 de junho de 2013). “Alfama quando sai à rua é sempre para vencer”, *Diário de Notícias*, 22

Antunes, Joana (07 de junho de 2013). “O namoro das típicas lavadeiras e dos soldados”, *Diário de Notícias*, 20

Antunes, Joana (08 de junho de 2013). “Marchas do Bairro: o maior orgulho da nação”, *Diário de Notícias*, 20

Antunes, Joana (10 de junho de 2013). “Orgulho e confiança unem-se pela Ajuda”, *Diário de Notícias*, 20

Antunes, Joana (10 de junho de 2013). “Bairrismo e entrega para sair de cabeça erguida”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (10 de maio de 2012). “Casamentos de Sto. António, marchas e arraiais mantêm viva a tradição”, *Diário de Notícias*, 22

Banha, Inês (14 de maio de 2012). “Lembrar os monumentos numa competição a sério”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (16 de maio de 2012). “Uma ensaiadora inesperada para não esquecer o passado”, *Diário de Notícias*, 23

Banha, Inês (17 de maio de 2012). “Tentar revalidar o título homenageando os ciganos”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (21 de maio de 2012). “Apostar no fator surpresa após três anos de ausência”, *Diário de Notícias*, 24

Banha, Inês (23 de maio de 2012). “Boa disposição é rainhas nos ‘Pátios e Vilas’ lisboetas”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (24 de maio de 2012). “‘Marcha unida, família unida’ para namorar o Tejo”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (25 de maio de 2012). “Um ‘barco de papel’ para reviver a infância”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (28 de maio de 2012). “Um musical inesperado para contagiar o público”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (30 de maio de 2012). “Desfilar por ‘amor à camisola’ e a Lisboa”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (01 de junho de 2012). “Marchas começam a desfilar hoje no Pavilhão Atlântico”, *Diário de Notícias*, 22

Banha, Inês (12 de junho de 2012). “Aroma a sardinha assada vai ‘apadrinhar’ marchas”, *Diário de Notícias*, 15

Banha, Inês (14 de junho de 2012). “‘Mourinho das Marchas’ faz Alto do Pina sonhar com o ‘tri’”, *Diário de Notícias*, 14

Banha, Inês (19 de junho de 2012). “Câmara financia marchas e arraiais”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (03 de junho de 2013). “Conheceram-se na marcha e casaram-se pelo Sto. António”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (06 de junho de 2013). “Mascote ‘incentivou’ pais a voltar a marcha azulejar”, *Diário de Notícias*, 18

Banha, Inês (06 de junho de 2013). “Um cardume sem medo do risco para ser de ouro”, *Diário de Notícias*, 18

Banha, Inês (07 de junho de 2013). “Lembrar os jornais e os artistas aos 500 anos”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (08 de junho de 2013). “Inovar com a luz lisboeta a servir de pano de fundo”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (11 de junho de 2013). “Pregão desaparecido renasce com a madrinha que é de todos”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (11 de junho de 2013). “Homenagear a água a torcer por vários bairros da cidade”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (12 de junho de 2013). “Festa que só Lisboa tem sai hoje à rua de olhos postos no mundo”, *Diário de Notícias*, 20-21

Banha, Inês (14 de junho de 2013). ““O que é normal é Alfama ganhar o concurso das marchas””, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (22 de novembro de 2013). “Adeus do ‘Mourinho das Marchas’ marcou cerimónia”, *Diário de Notícias*, 23

Banha, Inês (26 de maio de 2014). “Feira da Ladra recriada na Avenida por uma noite”, *Diário de Notícias*, 25

Banha, Inês (26 de maio de 2014). “Escravos ‘roubam’ lugar a varinas e pescadores”, *Diário de Notícias*, 25

Banha, Inês (27 de maio de 2014). “Cravos de Abril para dar um ‘grande espetáculo’”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (27 de maio de 2014). ““Perdemos quatros quilos nos meses dos ensaios””, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (28 de maio de 2014). “Marcha de ‘família’ quer ser diferente e inovadora”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (28 de maio de 2014). “Bairro sai renovado em nova homenagem ao fado”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (29 de maio de 2014). “Mascote já marchou há cinco anos na barriga”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (29 de maio de 2014). “Bairrismo ‘é igual’, mas Lisboa ganha a Almada”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (30 de maio de 2014). “Época de ouro na rádio é aposta na luta pelo título”, *Diário de Notícias*, 18

Banha, Inês (30 de maio de 2014). ““Neste momento o mais importante é participar””, *Diário de Notícias*, 18

Banha, Inês (31 de maio de 2014). “Tango e fado unidos na luta pelos dez primeiros”, *Diário de Notícias*, 25

Banha, Inês (31 de maio de 2014). “Grupo de ‘malta nova’ lembra pregões antigos”, *Diário de Notícias*, 25



Banha, Inês (01 de junho de 2014). “Traje domingueiro para chegar à medalha de ouro”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (01 de junho de 2014). “Declarar o amor à cidade para agradar aos lisboetas”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (02 de junho de 2014). “Marcha ‘com futuro’ homenageia o passado”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (02 de junho de 2014). “‘Fui festejar na noite em que soube’ que voltava”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (03 de junho de 2014). “‘Mourinho’ dá uma ‘ajuda’ na recuperação do título”, *Diário de Notícias*, 22

Banha, Inês (03 de junho de 2014). “Classificação modesta em 2013 não afeta confiança”, *Diário de Notícias*, 22

Banha, Inês (04 de junho de 2014). “Fidalguia regressa a sonhar com o cetro”, *Diário de Notícias*, 17

Banha, Inês (04 de junho de 2014). “Grupo jovem vai lutar de carroça por lugar cimeiro”, *Diário de Notícias*, 17

Banha, Inês (05 de junho de 2014). “‘A única diferença é que começamos mais cedo’”, *Diário de Notícias*, 15

Banha, Inês (05 de junho de 2014). “Cravos pautam exibição dos ‘verdadeiros heróis’”, *Diário de Notícias*, 15

Banha, Inês (06 de junho de 2014). “Marchas revelam os seus trunfos”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (08 de junho de 2014). “Homenagem à madrinha de todos os bairros”, *Diário de Notícias*, 19

Banha, Inês (09 de junho de 2014). “Graça abriu a última noite antes da Avenida da Liberdade”, *Diário de Notícias*, 19

Banha, Inês (13 de junho de 2014). “Marchantes dão autógrafos... e aguadeiros lutam contra o vento”, *Diário de Notícias*, 14-15

Banha, Inês (14 de junho de 2014). “Alfama descansou depois da festa a que já está habituada”, *Diário de Notícias*, 16

Banha, Inês (05 de junho de 2015). “De pequenino é que se alimenta o bichinho de marchar pelo bairro”, *Diário de Notícias*, 22

Banha, Inês (11 de junho de 2015). “Lisboa sai à rua para o Santo António. O melhor é deixar o carro em casa”, *Diário de Notícias*, 21

Banha, Inês (12 de junho de 2015). “Cerveja a um euro e sardinha a 1,5 na noite dos arraiais”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (13 de junho de 2015). “Marchas entusiasmarão turistas antes do desfile na Avenida”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês (14 de junho de 2015). “Bruno estreou-se a ensaiar uma marcha e o Alto do Pina ganhou”, *Diário de Notícias*, 20

Banha, Inês; Antunes, Joana; Martins, Mafalda (13 de junho de 2013). “Vento apadrinhou desfile que não poderia existir sem aguadeiros”, *Diário de Notícias*, 20-21

Banha, Inês; Coelho, Rute (12 de junho de 2014). “Noite das marchas e dos arraiais vai ter policiamento reforçado”, *Diário de Notícias*, 24-25

Carmo, Paula (15 de junho de 2014). “‘Mourinho’ vencido pelo vento na Avenida”, *Diário de Notícias*, 21

Carreira, Ana (01 de junho de 2016). “*Lisboa, Lisboa*, do palco do Festival da Canção para as ruas da cidade”, *Diário de Notícias*, 40-41

Lima, Carlos Rodrigues (12 de junho de 2016). “O Alto do Pina vai comer sardinhas a Alfama”, *Diário de Notícias*, 26

Lima, Carlos Rodrigues; Oliveira, Octávio Lousada (13 de junho de 2016). “Marinheiros, piratas, prisioneiros, na noite mais longa de Lisboa”, *Diário de Notícias*, 16-17

Martins, André Cruz (17 de dezembro de 2016). “Já começou a corrida das marchas para 2017”, *Diário de Notícias*, 17

Martins, Mafalda (03 de junho de 2013). “A veterana que nem a ameaça de fogo impedia de desfilar”, *Diário de Notícias*, 21

Martins, Mafalda (05 de junho de 2013). “O amor à marcha é maior do que todos os contratempos”, *Diário de Notícias*, 22

Martins, Mafalda (06 de junho de 2013). “O Norte do País domina na marcha do Beato”, *Diário de Notícias*, 18

Martins, Mafalda (07 de junho de 2013). “Misto de alegria e nervos após dois anos de pausa”, *Diário de Notícias*, 20

Martins, Mafalda (08 de junho de 2013). “Carroças e tradições em ano de comemoração”, *Diário de Notícias*, 20

Martins, Mafalda (10 de junho de 2013). “‘Lisboa Alfacinha’ símbolo de força e ajuda”, *Diário de Notícias*, 20

n.d. (02 de junho de 2012). “Marchas Populares já começaram a desfilar no Pavilhão Atlântico”, *Diário de Notícias*, 21

n. d. (03 de junho de 2012). “Atlântico continua em clima de festa com as Marchas Populares de Lisboa”, *Diário de Notícias*, 24

n. d. (04 de junho de 2012). “Último fôlego das marchas no Atlântico antes do grande desfile na Avenida”, *Diário de Notícias*, 22

n. d. (09 de junho de 2012). “Marchas condicionam trânsito”, *Diário de Notícias*, 14

n. d. (16 de novembro de 2012). “Vencedores das marchas receberam troféus”, *Diário de Notícias*, 23

n. d. (01 de junho de 2013). “Marchas e bodas na véspera do feriado”, *Diário de Notícias*, 19

n. d. (14 de junho de 2013). “Marchas fazem RTP1 subir nas audiências”, *Diário de Notícias*, 52

n. d. (07 de junho de 2014). “Marcha infantil abriu a primeira de três noites no pavilhão”, *Diário de Notícias*, 19

n. d. (11 de dezembro de 2014). “Troféus das Marchas foram entregues ontem”, *Diário de Notícias*, 13

n. d. (07 de junho de 2015). “Marchas no Meo Arena antes do desfile na Avenida”, *Diário de Notícias*, 21

n. d. (14 de junho de 2016). “Alfama venceu Marchas Populares”, *Diário de Notícias*, 20

Pereira, Gonçalo (11 de maio de 2012). “A tradição que foi inventada para animar Lisboa em junho”, *Diário de Notícias*, 22

Rito, André (13 de junho de 2012). “Lisboa de Amália em ritmo de rock’n’roll na noite das marchas”, *Diário de Notícias*, 14-15

Santos, Carlos Diogo (14 de maio de 2012). “Um bairro de fidalgos que se inspirou na corte portuguesa”, *Diário de Notícias*, 20

Santos, Carlos Diogo (16 de maio de 2012). “Marchantes querem ser reis à altura na Avenida”, *Diário de Notícias*, 23

Santos, Carlos Diogo (24 de maio de 2012). “O bairro que vai à Avenida de costas viradas para a crise”, *Diário de Notícias*, 20

Santos, Carlos Diogo (25 de maio de 2012). “O bairro que vai inovar sem perder a tradição”, *Diário de Notícias*, 20

Santos, Carlos Diogo (28 de maio de 2012). “Marcha colorida leva arco-íris à Avenida”, *Diário de Notícias*, 21

Santos, Carlos Diogo (29 de maio de 2012). “Marchantes fazem fila para desfilar na Avenida”, *Diário de Notícias*, 20

Santos, Carlos Diogo (29 de maio de 2012). “Um sonho de criança percorre a Liberdade”, *Diário de Notícias*, 20

Santos, Carlos Diogo (30 de maio de 2012). “O segredo é a alma desta marcha”, *Diário de Notícias*, 20

### Público

Ledo, Wilson (29 de maio de 2012). “Alfama prepara a marcha para recuperar o troféu no Santo António”, *Público*, 30

Matos, João (08 de junho de 2014). “Em busca da marcha perdida de Campo de Ourique”, *Público*, 19

n. d. (12 de junho de 2013). “Marchas Populares cortam o trânsito na Avenida da Liberdade até amanhã de manhã”, *Público*, 15

n. d. (09 de maio de 2014). “Marcha do Parque das Nações desfila pela primeira vez”, *Público*, 19

### Observador

Agência Lusa (09 de junho de 2014). “Carris reforça rede da madrugada em Lisboa na noite de Santo António”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2014/06/09/carris-reforca-rede-da-madrugada-em-lisboa-na-noite-de-santo-antonio/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (12 de junho de 2014). “Trânsito condicionado na noite de Santo António mas com reforço de transportes públicos”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2014/06/12/transito-condicionado-na-noite-de-santo-antonio-mas-com-reforco-dos-transportes-publicos/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (13 de junho de 2014). “Alfama vence Marchas Populares, Bairro Alto foi terceiro”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2014/06/13/alfama-vence-marchas-populares-bairro-alto-foi-terceiro/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (12 de junho de 2015). “Estão aí os casamentos de Santo António, as marchas e os arraiais”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2015/06/12/estao-ai-os-casamentos-de-santo-antonio-as-marchas-e-arraiais/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (12 de junho de 2015). “Trânsito condicionado e mais transportes públicos na noite de Santo António em Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2015/06/12/transito-condicionado-e-mais-transportes-publicos-na-noite-de-santo-antonio-em-lisboa/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (13 de junho de 2015). “Alto do Pina vence Marchas Populares de Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2015/06/13/alto-do-pina-vence-marchas-populares-de-lisboa/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (11 de junho de 2016). “Mais de 20 marchas, 16 casamentos e muitos arraiais mantêm viva tradição em Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2016/06/11/mais-de-20-marchas-16-casamentos-e-muitos-arraiais-mantem-viva-tradicao-em-lisboa/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa (13 de junho de 2016). “Alfama vence marchas populares de Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2016/06/13/alfama-vence-marchas-populares-de-lisboa/> [Acedido em 24/06/2017]

Agência Lusa; Carriço, Marlene (09 de junho de 2016). “Trânsito condicionado na zona ribeirinha de Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2016/06/09/transito-condicionado-na-zona-ribeirinha-de-lisboa/> [Acedido em 24/06/2017]

Falcão, Catarina; Soares, Miguel; Correia, André (11 de junho de 2014). “A freguesia do Parque das Nações estreia-se na Avenida para dar ‘abraço fraterno’ a Lisboa”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2014/06/11/freguesia-parque-das-nacoes-estreia-se-na-avenida-para-dar-abraco-fraterno-lisboa> [Acedido em 24/06/2017]

### Euronews

Euronews (13 de junho de 2015). “Festas de Lisboa: A capital portuguesa enche-se de cor e música”. *Euronews*. Disponível em <http://pt.euronews.com/2015/06/13/festas-de-lisboa-a-capital-portuguesa-enche-se-de-cor-e-musica> [Acedido em 25/06/2017]

Euronews (13 de junho de 2015). “Lisboa celebra la fiesta de su patrón, San Antonio”. *Euronews*. Disponível em <http://es.euronews.com/2015/06/13/lisboa-celebra-la-fiesta-de-su-patron-san-antonio> [Acedido em 25/06/2017]

Euronews (13 de junho de 2015). “Lisbon marches to St Anthony’s Day tunes”. *Euronews*. Disponível em <http://www.euronews.com/2015/06/13/lisbon-marches-to-st-anthony-s-day-tunes> [Acedido em 25/06/2017]

Euronews (13 de junho de 2015). “Lisbonne vit au rythme des fêtes du mois de juin”. *Euronews*. Disponível em <http://fr.euronews.com/2015/06/13/lisbonne-vit-au-rythme-des-fetes-du-mois-de-juin> [Acedido em 25/06/2017]

Euronews (13 de junho de 2015). “Lissabon feiert Fest des Heiligen Antonius”. Euronews. Disponível em <http://de.euronews.com/2015/06/13/lissabon-feiert-fest-des-heiligen-antonius> [Acedido em 25/06/2017]

### Facebook

Facebook (2017). “*marchas de lisboa*” – Pesquisa do Facebook. Disponível em <http://www.facebook.com/search/top/?q=%22marchas%20de%20lisboa%22> [Acedido em 13/08/2017]

Facebook (2017). “*popular marches*” lisbon – Pesquisa do Facebook. Disponível em [http://www.facebook.com/search/str/%22popular+marches%22+lisbon/keywords\\_search](http://www.facebook.com/search/str/%22popular+marches%22+lisbon/keywords_search) [Acedido em 13/07/2017]

### YouTube

YouTube (2017). *marchas de lisboa 2012* – YouTube. Disponível em [https://www.youtube.com/results?sp=CAJQFA%253D%253D&search\\_query=marchas+de+lisboa+2012](https://www.youtube.com/results?sp=CAJQFA%253D%253D&search_query=marchas+de+lisboa+2012) [Acedido em 20/07/2017]

YouTube (2017). *Marchas de lisboa 2013* – YouTube. Disponível em [https://www.youtube.com/results?search\\_query=marchas+de+lisboa+2013&sp=CAJQFA%253D%253D](https://www.youtube.com/results?search_query=marchas+de+lisboa+2013&sp=CAJQFA%253D%253D) [Acedido em 20/07/2017]

YouTube (2017). *marchas de lisboa 2014* – YouTube. Disponível em <http://www.youtube.com/results?sp=CAJIKOoDAA%253D%253D&q=marchas+de+lisboa+2014> [Acedido em 20/07/2017]

YouTube (2017). *marchas de lisboa 2015* – YouTube. Disponível em [http://www.youtube.com/results?search\\_query=marchas+de+lisboa+2015&sp=CAJQFA%253D%253D](http://www.youtube.com/results?search_query=marchas+de+lisboa+2015&sp=CAJQFA%253D%253D) [Acedido em 20/07/2017]

YouTube (2017). *marchas de lisboa 2016* – YouTube. Disponível em <http://www.youtube.com/results?q=marchas+de+lisboa+2016&sp=CAJIFOoDAA%253D%253D> [Acedido em 20/07/2017]

Youtube (2017). *popular marches lisbon* – YouTube. Disponível em [http://www.youtube.com/results?search\\_query=popular+marches+lisbon&sp=CAJQFA%253D%253D](http://www.youtube.com/results?search_query=popular+marches+lisbon&sp=CAJQFA%253D%253D) [Acedido em 20/07/2017]

## **Tronos de Santo António**

### Livros-álbum

Pereira, Pedro Teotónio; Castel-Branco, Rita (2015) (coord.) (2015). *Tronos de Santo António | Saint Anthony's Thrones 2015*. Lisboa: CML Museu de Lisboa

Pereira, Pedro Teotónio; Almeida, Paula (2016) (coord.) (2016). *Tronos de Santo António | Saint Anthony's Thrones 2016*. Lisboa: EGEAC Museu de Lisboa

### Mapas

EGEAC (2015). Festas dos Tronos de Santo António / Festas de Lisboa'15. Disponível em <http://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1U7lieX9Gr9W7SA0kzjBLF-kjs9k&ll=38.74611385239441%2C-9.154760500000066&z=12> [Acedido em 24/05/2017]

EGEAC (2016). *Tronos de Santo António*. Disponível em <http://www.google.com/maps/d/viewer?hl=pt-PT&mid=1cw6ocpe6u1Lxh7cSQV2UIzQ-vtg&ll=38.739508071032645%2C-9.154299450000053&z=12> [Acedido em 24/05/2017]

### Reportagem-vídeo da autoria da CML/EGEAC

camaralisboa (16 de setembro de 2015). “*Tronos de Santo António*” em livro. Disponível em [http://www.youtube.com/watch?v=QLXZG\\_Ne8Ms](http://www.youtube.com/watch?v=QLXZG_Ne8Ms) [Acedido em 27/07/2017]

### Programa das Festas de Lisboa

EGEAC (2015). *Programa Festas de Lisboa'15*. Lisboa: EGEAC

EGEAC (2016). *Programa Festas de Lisboa'16*. Lisboa: Programação em Espaço Público - EGEAC



### Diário de Notícias

Francisco, Susete (09 de junho de 2016). “Recuperar tradições, com agulhas de tricô ou a martelo”, *Diário de Notícias*, 22

Naves, Filomena (09 de fevereiro de 2017). “*Tronos de Santo António*, um livro para a cidade”, *Diário de Notícias*, 16

n. d. (10 de fevereiro de 2017). “Tronos de Santo António”, *Diário de Notícias*, 16

### Público

Boaventura, Inês (03 de maio de 2016). “Salvos do esquecimento em 2015, os tronos de Santo António estão de volta”, *Público*, 12

Cardoso, Margarida David (10 de fevereiro de 2017). “Tronos de Santo António: ‘Uma pequena Lisboa nas escadinhas’”, *Público*, 14

### Observador

Cipriano, Rita (11 de junho de 2015). “Este ano, os tronos de Santo António voltam a sair à rua”. *Observador*. Disponível <http://observador.pt/2015/06/11/os-tronos-santo-antonio-nunca-morreram/> [Acedido em 25/06/2017]

Cipriano, Rita (16 de setembro de 2015). “Tronos de Santo António. A iniciativa que virou livro”. *Observador*. Disponível <http://observador.pt/2015/09/16/tronos-santo-antonio-iniciativa-virou-livro/> [Acedido em 25/06/2017]

Cipriano, Rita (11 de maio de 2016). “Ponha o seu Santo Antoninho na rua”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2016/05/11/ponha-santo-antoninho-na-rua/> [Acedido em 25/06/2017]

Cipriano, Rita (17 de fevereiro de 2017). “Tronos de Santo António: das soleiras das portas para as páginas de um livro”. *Observador*. Disponível em <http://observador.pt/2016/05/11/ponha-santo-antoninho-na-rua/> [Acedido em 25/06/2017]

### Facebook

Facebook (2017). “*tronos de santo António*” – *Pesquisa do Facebook*.

Disponível em

<http://www.facebook.com/search/top/?q=%22tronos%20de%20santo%20ant%C3%B3nio%22> [Acedido em 29/08/2017]

Facebook (2017). “*saint Anthony thrones*” *lisbon* – *Pesquisa do Facebook*.

Disponível em

[http://www.facebook.com/search/str/%22saint+anthony+thrones%22+lisbon/keywords\\_search](http://www.facebook.com/search/str/%22saint+anthony+thrones%22+lisbon/keywords_search) [Acedido em 29/08/2017]

Facebook (2017). “*thrones of saint Anthony*” *lisbon* – *Pesquisa do Facebook*.

Disponível em

[http://www.facebook.com/search/str/%22thrones+of+saint+anthony%22+lisbon/keywords\\_search](http://www.facebook.com/search/str/%22thrones+of+saint+anthony%22+lisbon/keywords_search) [Acedido em 29/08/2017]

### YouTube

YouTube (2017). *saint anthony thrones lisbon* – YouTube. Disponível em

[http://www.youtube.com/results?sp=CAJQFA%253D%253D&search\\_query=saint+anthony+thrones+lisbon](http://www.youtube.com/results?sp=CAJQFA%253D%253D&search_query=saint+anthony+thrones+lisbon) [Acedido em 01/08/2017]

YouTube (2017). *tronos santo antonio lisboa* – YouTube. Disponível em

[http://www.youtube.com/results?search\\_query=tronos+santo+antonio+lisboa&sp=CAJQFA%253D%253D](http://www.youtube.com/results?search_query=tronos+santo+antonio+lisboa&sp=CAJQFA%253D%253D) [Acedido em 01/08/2017]

## LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1:** Esquema-síntese dos conceitos e representação em análise
- Fig. 2:** Intermediários do concurso das Marchas Populares, por tipo
- Fig. 3:** Entidades participantes nas Marchas Populares, por ano e tipo
- Fig. 4:** Entidades participantes nas Marchas Populares, por categoria (e localização)
- Fig. 5:** Classificação parcial do concurso das Marchas Populares, por ano
- Fig. 6:** Localização, por classificação geral, das marchas participantes (2012-2016)
- Fig. 7:** Interações por reportagem-vídeo da CML sobre as Marchas Populares, à data de 12/06/2017
- Fig. 8:** Ocorrência nas reportagens-vídeo sobre as Marchas Populares das palavras-chave predeterminadas, por percentagem anual
- Fig. 9:** Ideia-chave proferidas nas reportagens-vídeo sobre as Marchas Populares
- Fig. 10:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre as Marchas Populares do programa das *Festas de Lisboa*, por percentagem anual
- Fig. 11:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre as Marchas Populares da revista *Follow Me*, por percentagem anual
- Fig. 12:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano
- Fig. 13:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por tema
- Fig. 14:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Diário de Notícias* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual
- Fig. 15:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Diário de Notícias* dos intervenientes nas Marchas Populares
- Fig. 16:** Número de notícias no *Público* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano
- Fig. 17:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Público* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual
- Fig. 18:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Público* dos intervenientes nas Marchas Populares
- Fig. 19:** Número de notícias no *Observador* sobre as Marchas Populares, por quinzena e ano
- Fig. 20:** Número de notícias no *Observador* sobre as Marchas Populares, por tema

**Fig. 21:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Observador* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual

**Fig. 22:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Observador* dos intervenientes nas Marchas Populares

**Fig. 23:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas na *Euronews* sobre as Marchas Populares, por percentagem anual e idioma

**Fig. 24:** Tabela-síntese da sequência e de outras palavras-chave na *Euronews*, por idioma

**Fig. 25:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre as Marchas Populares, por ano

**Fig. 26:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre as Marchas Populares, por mês e ano

**Fig. 27:** Número de publicações públicas no *Facebook* com a expressão “popular marches” + *lisbon*, por mês e ano

**Fig. 28:** Entidades que se referem às Marchas Populares no *Facebook*, por categoria

**Fig. 29:** Entidades cujas ligações na Web sobre as Marchas Populares foram partilhadas por outros utilizadores no *Facebook*, por categoria

**Fig. 30:** Número de resultados sobre Marchas Populares no *YouTube*, por ano

**Fig. 31:** Número de resultados sobre Marchas Populares no *YouTube*, por tema

**Fig. 32:** Captação de imagem dos vídeos publicados no *YouTube* sobre as Marchas Populares, por tipo

**Fig. 33:** Vídeos sobre as Marchas Populares com mais e menos visualizações no *YouTube*

**Fig. 34:** Número de autores materiais dos Tronos de Santo António, por ano e tipo

**Fig. 35:** Número de recetores dos Tronos de Santo António, por ano e tipo

**Fig. 36:** Distribuição, por categoria, dos autores materiais e dos recetores dos Tronos de Santo António

**Fig. 37:** Número de Tronos de Santo António elaborados/expostos, por freguesia

**Fig. 38:** Localização, em 2015, dos Tronos de Santo António

**Fig. 39:** Localização, em 2016, dos Tronos de Santo António

**Fig. 40:** Ideias-chave proferidas na reportagem-vídeo sobre os Tronos de Santo António

**Fig. 41:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas nos textos sobre os Tronos de Santo António do programa das *Festas de Lisboa*, por percentagem anual

**Fig. 42:** Tabela-síntese da ocorrência das palavras-chave predeterminada nos livros-álbum sobre os Tronos de Santo António, por autor e ano

**Fig. 43:** Tabela-síntese de outras ideias-chave nos livros-álbum sobre os Tronos de Santo António, por autor e ano

**Fig. 44:** Número de notícias no *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano

**Fig. 45:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual

**Fig. 46:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Diário de Notícias* sobre os Tronos de Santo António

**Fig. 47:** Número de notícias no *Público* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano

**Fig. 48:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Público* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual

**Fig. 49:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Público* sobre os Tronos de Santo António

**Fig. 50:** Número de notícias no *Observador* sobre os Tronos de Santo António, por quinzena e ano

**Fig. 51:** Ocorrência das palavras-chave predeterminadas no *Observador* sobre os Tronos de Santo António, por percentagem anual

**Fig. 52:** Tabela-síntese dos testemunhos ao *Observador* sobre os Tronos de Santo António

**Fig. 53:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre os Tronos de Santo António, por ano

**Fig. 54:** Número de publicações públicas no *Facebook* sobre os Tronos de Santo António, por mês e ano

**Fig. 55:** Entidades que se referem aos Tronos de Santo António no *Facebook*, por categoria

**Fig. 56:** Número de resultados sobre os Tronos de Santo António no *YouTube*, por ano

## **ANEXOS**

**Anexo I:** Lista de jurados do concurso da Grande Marcha de Lisboa (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Presidência do Júri (EGEAC)</b>	Manuel Batalha	Pedro Nereu	Pedro Nereu	Pedro Nereu	N/D
<b>Apreciação da Música (SPA)*</b>	Renato Júnior	Tozé Brito	Tozé Brito	Mário Laginha**	Carlos Alberto Moniz
<b>Apreciação da Letra</b>	JP Simões	Sérgio Godinho	Ana Corte Real de Matos Fernandes (Capicua)	Marco Quelhas	Susana Félix
<b>Apreciação Global</b>	Ana Bacalhau André Sardet	André Sardet Fernando Ramos	Délio Gonçalves Pedro Moreira	Tozé Brito (SPA) Pedro Moreira (EGEAC)	Hélder Moutinho

\* Sociedade Portuguesa de Autores

\*\* Não é representante da Sociedade Portuguesa de Autores

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos despachos de nomeação

**Anexo II:** Lista de jurados do concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Presidência do Júri (ACCL)*</b>	Pedro Santos Franco	Pedro Santos Franco	Pedro Santos Franco	Pedro Santos Franco	Pedro Santos Franco
<b>Coreografia</b>	Rui Lopes Graça	Fernando Duarte	Madalena Vitorino	António Laginha	Marta Sobreira
<b>Cenografia</b>	Filipa Malva	Miguel Sá Fernandes	Vítor Nogueira	José António Santos	Avelino Antunes
<b>Figurino</b>	Lena Aires	Nuno Gama	Miguel Sá Fernandes	Catarina Pedro	Bruno Guerra
<b>Letra</b>	José Luís Gordo	Eugénio Lopes	Marco Quelhas	Susana Félix	Carlos Alberto Moniz
<b>Música</b>	Carlos Ribeiro	Pedro Moreira	Délio Gonçalves	Armando Neves	André Sardet
<b>Generalidade</b>	Ernesto Jana Heitor Batista; Pato (GAL)**	Rui Lopes Graça; Hélder Ferreira	António Viana; Paulina Santos	António Viana; Madalena Victorino	António Viana; Marta Silva
<b>EGEAC</b>	Rui Matos de Oliveira	Isabel Margarido	Isabel Margarido	Isabel Margarido	Isabel Margarido

\*Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa

\*\* Grupo “Amigos de Lisboa”

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos despachos de nomeação



### Anexo III: Classificação do concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
1.º	Alto do Pina	Alfama	Alfama	Alto do Pina	Alfama
2.º	Alfama	Alto do Pina	Alcântara	Alfama	Penha de França
3.º	Alcântara	Bica	Bairro Alto	Alcântara	Alto do Pina
4.º	Bairro Alto	Marvila	Marvila	Madragoa	Alcântara
5.º	Marvila	Bairro Alto	Alto do Pina	Bica	Madragoa
6.º	Castelo	Madragoa	Bica	São Vicente	Bairro Alto
7.º	Mouraria	São Vicente	Madragoa	Graça	São Vicente
8.º	Penha de França	Alcântara Beato	Carnide	Bairro Alto	Bela Flor – Campolide
9.º	Madragoa	Santa Engrácia	Ajuda Graça Lumiar Mouraria	Marvila	Marvila
10.º	Bica	Mouraria	-----	Olivais	Mouraria Olivais
11.º	São Vicente	Castelo	-----	Lumiar	-----
12.º	Beato Graça	Ajuda	-----	Ajuda	Ajuda
13.º	Carnide	Graça	Campolide	Bela Flor	Carnide
14.º	Olivais	Belém Lumiar	Beato	Carnide	Bica
15.º	Belém	Benfica	Castelo	Santa Engrácia	Graça
16.º	Santa Engrácia	Carnide	São Vicente	São Domingos de Benfica	Santa Engrácia Campo de Ourique
17.º	Baixa Campolide	Olivais	Santa Engrácia	Mouraria	-----
18.º	-----	Penha de França	Benfica	Beato Benfica	Benfica
19.º	-----	-----	Bela Flor	-----	Bairro da Boavista
20.º	-----	-----	Belém	Baixa	Lumiar
<b>Desclassificação</b>	Ajuda	-----	-----	-----	-----
<b>Cenografia</b>	Alcântara	Alfama	Alfama	Alcântara	Alcântara
<b>Composição Original</b>	Alfama	São Vicente	Marvila	Alfama	Alfama
<b>Coreografia</b>	Alto do Pina	Alfama	Alcântara	Alfama Madragoa	Alfama Alto do Pina Penha de França
<b>Desfile na Avenida</b>	Alto do Pina	Alfama	Alfama	Alto do Pina	Alfama
<b>Figurino</b>	Alfama Alto do Pina	Alfama	Alcântara	Alto do Pina	Alcântara Alto do Pina Bairro Alto
<b>Letra</b>	Alto do Pina	São Vicente	Alfama Castelo Graça	São Vicente	Madragoa
<b>Musicalidade</b>	Alto do Pina	Marvila	Marvila	Alfama	Alfama Alto do Pina Penha de França

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de notícias diversas

**Anexo IV: Declarações ao *Diário de Notícias* sobre o concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016)**

<b>CML e/ou EGEAC</b>	<p><u>Através do Departamento de Marca e Comunicação da CML [2012]:</u> corte de três mil euros no apoio a cada marcha decorre “das diretrizes emanadas do Orçamento do Estado e que se repercutiu nos orçamentos das autarquias”, tendo-se optado por “reduzir o orçamento da produção do evento” a par do número de membros do cavaleiro; quer no caso das marchas quer no caso dos arraiais “não existe um retorno quantitativo deste financiamento” inserindo-se a atribuição “nas políticas municipais de apoio social à atividade cultural e associativa da cidade”</p> <p><u>Nota:</u> Excluímos, dada a sua redundância, os excertos recolhidos a partir de outras fontes, nomeadamente as reportagens-vídeos sobre a iniciativa</p>
<b>Ajuda</b>	<p><u>Adolfo Barão, presidente da coletividade [2012]:</u> “As lágrimas caíram-me dos olhos quando, no sorteio, saiu a bola com o nome do nosso bairro”; “Foi muito doloroso ficarmos três anos de fora, porque existe aqui muito bairrismo”; “Queremos lutar pelos dez primeiros lugares, temos coreografia para isso”</p> <p><u>Bruno Lucas, ensaiador [2012]:</u> “As pessoas podem esperar tudo menos aquilo a que estão normalmente habituadas”; “arriscámos e muito”; “Trabalhamos sempre para o primeiro lugar, mas temos de ser um pouco realistas. Temos conhecimento de que há marchas fortes a concurso”</p> <p><u>Carolina Silva, 16 anos, marchante pela primeira vez, antiga mascote [2012]:</u> “É uma experiência maravilhosa. Nunca pensei que fosse assim tão bom”</p> <p><u>Luís Silva, 38 anos, marchante, antiga mascote, pai de Carolina [2012]:</u> “Nós lutamos para fazermos o melhor possível”</p> <p><u>Tó Marinheiro, 53 anos, marchante mais antigo do concurso [2012]:</u> “É uma responsabilidade maior: incentivar os jovens, ensiná-los a sorrir para o público”</p> <p><u>Adolfo Barão, responsável pela marcha e presidente da coletividade, antigo marchante [2013]:</u> “Onde estou, entro sempre para ganhar. Por que não podemos ganhar? Podemos sempre sonhar”; “Está ali o meu genro”; “aquele acolá é o meu sobrinho”; sonho é “formar uma mística, que é algo que passa de pais para filhos. Quero tornar a marcha uma família”</p> <p><u>Hugo Barros, ensaiador [2013]:</u> “São figuras do século XVIII e são muito carismáticas da cidade. É uma coreografia diferente das que estamos habituados, mas houve um grande empenho pela gente do bairro”; “Claro. O 2.º lugar já é uma derrota. Está tudo preparado para ganharmos”</p> <p><u>Tó Marinheiro, marchante há 27 anos pela Ajuda, foi mascote e ensaiador da Marcha dos Mercados [2013]:</u> “É um orgulho mostrar o bairro, as festas da cidade são para os lisboetas e para os estrangeiros que nos vêm ver”</p> <p><u>Rita, 8 anos, mascote [2013]:</u> “Gosto muito das marchas e também tenho de ensaiar para aprender os passos”</p> <p><u>Tó Marinheiro, porta-estandarte, nas marchas há 31 anos, a maioria na Ajuda, já foi marchante, padrinho, coreógrafo, ensaiador [2014]:</u> “É uma grande responsabilidade. Temos de saber todas as marcações”; “Estamos a melhorar de ano para ano”</p> <p><u>Agnelo Dias Monteiro, responsável pela marcha [2014]:</u> “O fado foi escolhido como património”</p> <p><u>Adolfo Barão, presidente da coletividade [2014]:</u> “Temos de ser honestos e justos”, porque há outros grupos com mais qualidade, o objetivo são os 10 primeiros; “Um dia também a Ajuda vai vencer as marchas”</p> <p><u>Assistência presente no ensaio [2014]:</u> “A Ajuda é linda!”</p>
<b>Alcântara</b>	<p><u>Mário Rui Ferreira, ensaiador e presidente da coletividade [2012]:</u> “Há erros [ano anterior tentaram montar um arraial e ficaram em 13.º] que vêm por bem”</p> <p><u>Lurdes Ferreira, comissão da marcha, marchante e uma de 12 familiares a participar [2012]:</u> “Se há um casamento, não há marcha! [“ou então ninguém vai ao casamento”] “É mais isso!”; “Falta a minha filha, que tem 12 anos, e ainda é muito nova para entrar; “Os cinco ou seis primeiros lugares são muito bons, mas, se ganhássemos, seria ótimo”; “Nenhum marchante consegue explicar o que é descer a Avenida da Liberdade”</p> <p><u>Elvira, 53 anos, marchante desde os 14 e a primeira do “clã” [2012]:</u> “A união faz força; marcha unida, família unida”</p>

	<p><u>Lídia, 35 anos, marchante, outra familiar [2012]:</u> “O meu marido gozava comigo e agora é mais ferrenho do que eu”</p> <p><u>Família [2012]:</u> “O nosso bairro é especial”</p> <p><u>Andreia Cardoso, 24 anos, marchante, mãe há 18 dias [2013]:</u> uma bebé que “vai adorar marchar e querer ser mascote da nossa marcha”; ensaiou “junto da família” até ao dia anterior ao parto e uma semana depois já se encontrava cheia de força e energia para “trabalhar afincadamente para ganhar”; espetáculo cria “um friozinho na barriga”</p> <p><u>Francisco Ferreira, aguadeiro, morador em Campo de Ourique [2013]:</u> homenagem à cidade e pontos turísticos que “tanto embelezam Lisboa alfacinha e atraem milhares de turistas”; ama “esta marcha pelo espírito, pelo convívio e pela alegria que se vive. Este grupo é uma família”; “Aqui todos nos ajudamos uns aos outros, porque todos gostamos desta festa e desta alegria, porque isto [as Marchas Populares de Lisboa], afinal, é um bocadinho da cidade”; em 1994 “conquistámos o 2.º lugar, mas para nós foi como se tivéssemos ganho o primeiro”, porque “fizemos uma reciclagem total à marcha e introduzimos muitos miúdos novos do bairro, cheios de vontade em participar e ganhar. Na altura, até nos chamavam A Voz do Operário”; “Mas nós chegámos lá e mostrámos o que valemos”</p> <p><u>Mário Ferreira, ensaiador [2014]:</u> Foi vice-campeão num ano em que o grupo era tão jovem que “todos diziam que era A Voz do Operário”</p> <p><u>Francisco Ferreira, responsável pela marcha [2014]:</u> “Temos um grupo forte, que trabalha bem”; “É uma pequena homenagem aos carroceiros”; carroças vão ser “mais estilizadas”</p> <p><u>Jorge Ramos, 20 anos, marchante, estreou-se aos 16 [2014]:</u> Na sua primeira entrada no pavilhão, “caiu o coreto”: “Os outros estavam a chorar e eu não percebia porquê”; quer voltar “sempre”.</p>
<b>Alfama</b>	<p><u>João Ramos, responsável pela marcha, tentou ser marchante há 12 anos [2013]:</u> “não tinha jeito para a coisa, achei melhor servir as marchas de outra maneira”</p> <p><u>Vanessa Rocha, ensaiadora há quatro anos, depois de ser marchante durante 19 [2013]:</u> “Estão bem preparados. Este ano não tivemos muitas dificuldades porque todos tentaram entrar no ritmo e esforçaram-se muito para aprender os passos”; “Tentámos que seja gente do bairro, com experiência, apesar de gostarmos de dar oportunidades e de caras novas”</p> <p><u>Carlos Fonseca (Carlitos), 40 anos, marchante mais velho, começou aos 16 por outro bairro, desde 1993 por Alfama, reside na Margem Sul [2013]:</u> “Gosto de conviver com os meus amigos na marcha, de representar o bairro e, apesar de ser um grande esforço físico e financeiro, não falto uma única vez. É a minha marcha”; “Vamos ganhar, mas o que eu gosto mesmo é de participar, se viesse só com a ideia de ganhar não ia valer a pena”</p> <p><u>João Ramos, coordenador da marcha [2013]:</u> (qual é a sensação de reconquistar o título?) “É uma sensação que não é nova, depois de já termos vencido tantas vezes [esta foi a 13.ª vez desde 1990]. Nos anos em que não o fazemos, a tristeza dá logo lugar a mais força e a mais ânimo para que recuperemos esse lugar. E foi isso que fizemos este ano” (qual é o segredo para ser o melhor conjunto?) O segredo de Alfama é o mesmo segredo desde sempre: muito trabalho, muita disciplina, muito afínco de todos e, sobretudo, a consciência de que há uma comunidade enorme que espera que nós estejamos sempre ao mais alto nível para representarmos o nosso bairro” (Como foi quando recebeu a notícia?) “Uma explosão de alegria. A Marcha de Alfama tem muitos jovens – tem uma média etária de 23 anos – e, portanto, com todos os excessos que se espera nessa idade, os jovens deram largas à sua alegria”</p> <p>(Alfama vai começar já a trabalhar para o próximo ano?) “Hoje [ontem] ainda vamos festejar. Para a semana, vamos começar a pensar – não no tema, porque ele já está escolhido –, mas a pensar porque, este ano, ensaiámos fora do nosso ambiente natural, o [Centro Cultural Doutor]. Magalhães Lima, que está em reconstrução. Para o ano, esperamos que já esteja tudo bem e já possamos fazer, como antes, todas as nossas operações dentro do Magalhães Lima” (O objetivo é a revalidação do título?) “Sempre! Alfama quando participa [no concurso das Marchas Populares] é para ganhar”</p> <p><u>Vanessa Rocha, ensaiadora [2013]:</u> “Mostrámos a toda a gente que somos capazes de ganhar sem o Carlos Mendonça”</p> <p><u>Cármén Maria Paiva, 77 anos, residente em Alfama [2013]:</u> “Quando acordei e liguei a televisão, às nove da manhã, é que vi que Alfama tinha ganho”, depois de ter sonhado que tal acontecera; “Isto não é como os clubes de futebol”, “Eu não sou fanática: digo sempre que ganhe o melhor”</p> <p><u>Moradora em Alfama [2013]:</u> “O que é normal é Alfama ganhar”</p> <p><u>Ana Maria/Anita, residente em Alfama [2013]:</u> “Fui marchante em 1988: recriámos o tema das lavadeiras”</p>

	<p><u>Regina Borges, tia de marchante, assistiu à festa no bairro [2013]: “É muita felicidade”</u></p> <p><u>Vanessa Rocha, ensaiadora [2014]: “Bora!”; “Não há luz tão bonita como a do nosso bairro”; “melhores marchantes de Lisboa”; “luta sempre pelo primeiro lugar”, “parece que é a primeira vez”</u></p> <p><u>Sandra e Carlos Fonseca, marchantes, residentes na Margem Sul [2014]: “Perdemos quatro quilos durante os meses de ensaio”</u></p> <p><u>Hermínia Barreto, residente em Alfama [2014]: “Ela [a ensaiadora] estava contente”; “Eles [os marchantes] ficaram à espera no [Centro Cultural Doutor] Magalhães Lima para saber o resultado”</u></p> <p><u>Adriana Silva, emigrante, viajou para ver as marchas no pavilhão e na Avenida, dividida entre São Vicente e Alfama [2014]: “Ganhou bem”</u></p> <p><u>Morador em Alfama [2014]: “A nossa marcha ganhou. A nossa marcha é linda!”</u></p> <p><u>Residente em Alfama [2014]: “Isso é normal. Alfama também protesta quando não ganha os prémios”</u></p> <p><u>Paula Fernandes, residente [2014]: “A gente está sempre à espera de vencer. Às vezes, não acontece”</u></p> <p><u>Diogo Vaz, diretor da Marcha de Alfama [2017]: “Já está tudo em desenvolvimento e queremos manter o nível que temos demonstrado. Como já é tradição, os ensaios vão começar a 26 de abril”</u></p>
<b>Alto do Pina</b>	<p><u>José Maria Bento, presidente da Junta de Freguesia de São João (posteriormente integrada na do Areeiro) [2012]: “Mais importante do que dizermos que vamos ganhar é sentirmos que é possível”</u></p> <p><u>Ivone Neto, presidente da coletividade [2012]: O Carlos Mendonça “é o grande senhor das marchas”; “dobro da responsabilidade”; “Para manter o título, temos de ter mais garra”; marcha vai apresentar-se com “muita alegria, muita luz e muita pujança” / “É muito bom” ganhar dois anos seguidos; “Quando soubemos, foi uma euforia, uma loucura”; “Agora, já começamos a pensar no tri”</u></p> <p><u>Carlos Mendonça, ensaiador [2012]: “Tem uma sonoridade diferente, mas sem deixar de ser uma marcha popular” / “Eu não brinco em serviço”; “modéstia à parte” foi a sua entrada que mudou tudo; “se tudo correr bem” terá novo capítulo em 2013</u></p> <p><u>Paulo Luís, marchante, cigano [2012]: “É uma boa oportunidade de darmos a conhecer um pouco do nosso modo de vida”</u></p> <p><u>Sandro, marchante desde 1998 [2012]: “Este ano é para ganhar outra vez”, “O Sr. Carlos [Mendonça] tem esse condão. Agora encaramos isto de forma mais profissional”</u></p> <p><u>Sara Valente, 30 anos, marchante [2012]: “Com a nossa marcha, nada custa”; “Sou bicampeã”; “não há explicação” para o que sente; “Todos os marchantes trabalham para isso” o tri</u></p> <p><u>Carminha, 50 anos, a última vez que marchou [2012]: “O homem [Carlos Mendonça] é um espetáculo”; “Enquanto ele for ensaiador, a gente não entra para perder”</u></p> <p><u>Lídia Maia, moradora no bairro [2012]: festa “menos espontânea” mas tanta “euforia” como no ano anterior</u></p> <p><u>Carlos Mendonça, ensaiador [2013]: “É muito difícil fazer a autópsia do que aconteceu”; “Veio uma rabanada de vento e partiram-se três arcos, tentámos remendar o melhor possível...”; “Se calhar, ele [o treinador de futebol José Mourinho] é que deveria ser o Mendonça do futebol...”; “a derrota não é fácil de aceitar, apesar do segundo lugar ser honroso”; “Uso uma disciplina de ferro, peço sempre o máximo de atenção às minhas indicações”; As vitórias, mais de 15, “são o fruto dessa disciplina”; “Estou com um projeto de teatro entre mãos. Não sou de desistir. As marchas, quando cheguei, estavam estagnadas e pude modificar muita coisa”; “Se a idade e as forças permitirem, pretendo continuar</u></p> <p><u>Cláudio Gomes, marchante, residente desde pequeno noutro “bairro” de Lisboa [2014]: torce pelo Alto do Pina “desde pequeno”; “Tenho cá família”</u></p>

	<p><u>Suzana de Lacerda, ensaiadora [2014]:</u> “É para isso [ganhar] que temos trabalhado”; “Foi ele [o ensaiador Carlos Mendonça] que me recomendou”; “Isso [detalhes da apresentação] é surpresa”; “Levanta, ajoelha”</p> <p><u>Responsável pela marcha [2014]:</u> “Acertem [a linha]”</p> <p><u>Bruno Vidal, ensaiador, 41 anos, prefere pensar nas marchas como uma mostra de Lisboa e de Portugal ao mundo [2015]:</u> “Depois do nascimento do meu filho, esta é a maior alegria da minha vida”; “Isto é bom para eles, para os marchantes. Veem que conseguem vencer, independentemente de...”, “Houve marchas magníficas”</p> <p><u>Beatriz Silva, residente há 51 anos no Alto do Pina [2015]:</u> “Vi logo no pavilhão que íamos ganhar”; “É mais do que bom, é muito bom”; “Mostrámos que não precisamos do Mourinho das Marchas para ganhar”</p> <p><u>Pedro Jorge, responsável pela marcha [2015]:</u> “É uma alegria muito grande”</p> <p><u>Pedro Jesus, responsável pela marcha [2016]:</u> [sobre a burla por um figurinista] “Foi preciso reunir toda a ajuda, trabalhamos três dias e três noites para recuperar todo o tempo perdido”; “Apesar da rivalidade entre bairros, há uma solidariedade entre todos, até porque todos estão a contribuir para o mesmo: as Festas de Lisboa”; “convívio salutar” entre bairros; “Há dias, estive em Alfama a conviver com o pessoal de lá”; “Os miúdos conseguem interiorizar este espírito de bairro, de participar nas marchas”</p>
<b>Bairro Alto</b>	<p><u>Dino Carvalho, ensaiador [2012]:</u> “Parecendo que não, este tema não é muito distante da história deste bairro, que é o mais característico da cidade. Não nos podemos esquecer de que havia aqui luxo, moraram muitos fidalgos nestas ruas”</p> <p><u>Carla Fonseca, ensaiadora [2012]:</u> “O nosso intuito naquela noite será o de fazer a melhor exibição possível, claro que também queríamos ouvir, no dia 13, que estávamos em primeiro lugar. Mas o que nos dá força e alento não é só isso, é a vontade de proporcionar um bom espetáculo a quem for à Avenida”; o mais importante “é a forma como se preparam os temas escolhidos”</p> <p><u>Celestino Pires, marchante mais antigo [2012]:</u> “Tenho 69 anos e fui marchante aqui durante mais de 40, mas nunca consegui ganhar, portanto um dia que isso aconteça não sei o que vou sentir”; “É preciso estar sempre com atenção e mostrar pulso forte sem nunca sermos mal-educados”; “Não vejo qualquer sentido nesta escolha [relações Portugal – Brasil, como tema]. Comemoramos 80 anos de marchas populares, logo isso é que deveria ser o tema comum a todas”; “Até porque no Brasil só há samba porque os portugueses levaram para lá o gosto pelas marchas populares”</p> <p><u>Vitor Silva, presidente da coletividade [2013]:</u> “O tema é ‘Bairro Alto quinhentista, do jornal e do artista’”; “É uma forma de homenagear os jornais que já desapareceram, como o Diário Popular (...) e que aqui existiram”; Fernando Pessoa “que também era um artista” será uma das figuras culturais a ser lembrada; “Se for o primeiro lugar, é espetacular”; “o júri é que vai avaliar”</p> <p><u>Carla Fonseca, ensaiadora a par de Dino Carvalho [2013]:</u> “A apontar para o canto”</p> <p><u>Ana Paula Sena, 37 anos, marchante desde os 13 [2013]:</u> “O Bairro Alto tem tanta coisa...”; “Tem a noite, por exemplo”; nunca faltará “muita garra e muito bairrismo”; <u>Carla Fonseca, ensaiadora [2014]:</u> “Queremos ganhar”; “Toda a gente ouve rádio”</p> <p><u>Cátia Silva, 27 anos, marchante [2014]:</u> “Tenho 16 anos de marcha”; “Tinha família aqui”; “O Guilherme [filho] já tem o bichinho das marchas”</p> <p><u>Dino Carvalho, ensaiador [2014]:</u> “O mote é ‘Bairro Alto em Harmonia Traz a Rádio e a Melodia’”; “É mais um tema inédito”; Bairro Alto “é a Bela Adormecida de dia e o diabo à solta de noite”</p> <p><u>Telmo Grave, marchante há 11 anos [2014]:</u> “Se acabar em grande talvez seja o meu último ano”</p> <p><u>Dino Carvalho, 42 anos, ensaiador [2016]:</u> “A marcha é um símbolo do bairrismo, todos os bairros querem mostrar que são melhores que os outros”; antes, quando a tradição e os costumes eram mais rígidos era impensável “um marchante passar de uma marcha para outra”; “a rivalidade está lá”; “Durante muitos anos, houve grande disputas entre Alfama e Castelo, depois entre Alfama e Marvila, e entre o Bairro Alto e a Bica”; tal como a sua</p>

	mulher, já foi “marchantes, coreógrafos e coordenadores”; ele e a sua mulher conhecem “o campeonato da base ao topo”
<b>Baixa</b>	<p><u>Carlos Jorge Español, ensaiador [2012]</u>: “Pode faltar experiência a algumas pessoas, mas temos atributos que mais nenhuma tem. É que nós representamos o local que é a sala de Lisboa – a Baixa. É aqui que os turistas vêm quando visitam a cidade”; “Temos a sorte da nossa academia ter vários documentos, várias imagens e de, hoje, através da Internet, podermos saber tudo o que aconteceu. Foi assim que estudámos toda esta temática, quer em Portugal, quer em países como Espanha e França”; “Estou a trabalhar com tanta garra como a que teria caso soubesse que não haveria júri este ano. Já fui jurado e sei que é difícil agradar a todos, mas o que se tem passado na Avenida é mais do que isso. Quem está lá não tem noção do que está a fazer”</p> <p><u>Lurdes Pereira, 44 anos, marchante [2012]</u>: “Como não há tanto bairrismo, todas as pessoas são bem-vindas, quer sejam da Mouraria, do Bairro ou de Alfama. Ainda que às vezes sinta que falta mais bairrismo, porque vejo marchantes sem garra, que vêm só para passar o tempo”; “Eu passo o ano todo a pensar nisto. Em descer a Avenida... É por essa sensação que estou aqui”</p>
<b>Bela Flor</b>	<p><u>Nuno Viegas, 23 anos, o marchante “mais dedicado”, participa pela quinta vez, gostava que houvesse ensaios o ano inteiro [2014]</u>: “Fui festejar na noite em que soube” que a Bela Flor voltava às marchas após dois anos de ausência</p> <p><u>Catarina Esteves, responsável pela marcha [2014]</u>: “Tudo isto é novidade”; “Pegámos no tema central das marchas – a [obra] Peregrinação – e centrámo-nos na chegada dos portugueses ao Oriente”</p> <p><u>João Pedro Mascarenhas, ensaiador [2014]</u>: “Em vez de irmos para um tema mais tradicional, fomos para um tema importante para a cidade”; “Queremos que reconheçam o nosso trabalho”; “provar que [a Bela Flor] tem um lugar nas Marchas Populares”</p>
<b>Belém</b>	<p><u>José Caroço, presidente da coletividade [2012]</u>: “Isto vive muito da amizade”</p> <p><u>Sandra Almeida, ensaiadora pela primeira vez [2012]</u>: “Vai ser uma marcha muito bonita, com muita alegria e com pessoas que gostam do que estão a fazer”; “Em 2009, participei como marchante por Belém. Em 2010 e 2011, fui assistente na Bela Flor e, este ano, recebi um convite do outro ensaiador”</p> <p><u>Tânia Freitas, marchante pela primeira vez nos adultos [2012]</u>: “Não tem nada a ver. Isto é muito mais sério”</p> <p><u>Aurélio Freitas, marchante, pai de Tânia [2012]</u>: “Viemos atrás, para ver como era”; “um pouco complicado” aprender os passos</p> <p><u>Ana Paula, marchante, mãe de Tânia, irmã de um dos ensaiadores [2012]</u>: “O meu irmão ajudou muito. Se não fosse ele, não vínhamos”; “Nós somos da Ajuda. É uma questão de amigos”; “um pouco complicado” aprender a coreografia;</p> <p><u>José Caroço, responsável pela marcha e presidente da coletividade organizadora [2014]</u>: “Todos os anos é complicado [arranjar marchantes], mas, não consigo explicar porquê, neste está a ser ainda mais”; “Neste momento, o mais importante é participar”; marchantes “aplicados e esforçados”; “Vai ser um bom espetáculo”; “figura típica”; “Tirando na Nazaré, que andam a vender o peixe apenas para os turistas tirarem fotografias, hoje já não há varinas. As pessoas vão comprar o peixe ao mercado e ao supermercado”; tema “inérito” em Belém mas não na capital; “Todas as marchas de Lisboa estão ligadas ao mar. Ninguém pode fugir muito deste tema”</p> <p><u>Rúben Ramos, 21 anos, marchante há três [2014]</u>: quando se estreou nem era “muito bairrista”</p>
<b>Beato</b>	<u>Amílcar Santos, presidente da coletividade, natural do Minho, mudou-se para Lisboa em jovem [2013]</u> : “incuti o bichinho aos meus filhos para participarem na marcha infantil do Beato”; “Faltava união e tradição no bairro” depois da marcha infantil desaparecer e daí ter criado a dos adultos

	<p><u>Bruno Lucas, ensaiador, natural de Aveiro, 27 anos, residente em Lisboa desde os sete [2013]: “Malta, malta, concentração, por favor! Vamos recomeçar”; “Os arcos enfeitados, os figurinos cheios de cor, as coreografias... Tudo é fascinante! Tenho um gosto enorme pelas Festas de Lisboa”</u></p> <p><u>Amílcar Mota, responsável pela marcha e presidente da coletividade [2014]: “Tem muita malta nova. Sabemos que perdemos alguma qualidade, mas eu acredito neles”; “Era muito típico nesta zona”, vão-se “ouvir alguns pregões”</u></p> <p><u>Ricardo Magalhães, adjunto do ensaiador [2014]: “Quem vai cantar são os homens”</u></p> <p><u>Tiago Mota, marchante há 13 anos e filho de Amílcar Mota [2014]: “Quem entra, já não consegue sair”; “Ele [pai] é que entrou na marcha por influência minha”</u></p>
<b>Benfica</b>	<p><u>Carlos Jorge Español, ensaiador, natural da Mouraria, participa na festas desde 1989 [2013]: “Este ano comemoro 25 anos de participação nas Marchas Populares de Lisboa, sou o ensaiador mais antigo e só espero que o júri seja justo!; “Depois de alguns convites, um dia disse ao presidente ‘quando comemorar os 25 anos ensaio Benfica e é para ganhar”</u></p> <p><u>Moradores na assistência [2013]: “Este ano, não podemos ser novamente desclassificados. Está muito bonita a marcha”</u></p> <p><u>Rita Martins, 37 anos, marchante pela primeira vez, com o marido [2014]: “Sempre tive curiosidade em participar”; “É um grupo com pessoas muito diferentes”; “Quem cresceu aqui é” bairrista; não é fácil trocar “os minutinhos de descanso no sofá” pelo exercício físico</u></p> <p><u>Carlos Jorge Español, ensaiador [2014]: “É das marchas mais antigas a concurso. Começámos em 1934 e logo com um 3.º lugar” entre 12; “Uma parte vai ser os salões e, depois, vai ter uma parte sobre o futuro”; “Esta é uma marcha com futuro”; “A gente espera o que o júri quiser dar”</u></p> <p><u>António Barros, responsável pela marcha de Benfica [2017]: “Nós temos grande tradição, recordo que já fomos coroados vencedores em três ocasiões, mas efetivamente não temos estado em bom plano ultimamente... Já estamos a preparar a parte dos fatos e dos arcos, para que nenhum pormenor seja descurado”; Alfama “foi a justa vencedora na última edição”, mas não deixa de lamentar que “sejam quase sempre os crónicos candidatos a ganhar”; da parte do seu bairro “tudo irá ser feito para voltar aos bons resultados de antigamente”</u></p>
<b>Bica</b>	<p><u>Pedro Duarte, coordenador da marcha [2012]: “É uma atividade vital para o clube, no sentido em que este bairro vive para a marcha”</u></p> <p><u>Américo Silva, ensaiador da Bica pela 22.ª [2012]: tema “tem a ver com os nossos tempos de criança. Estamos a homenagear o papel e as crianças.; vestuário “será uma surpresa” até para os marchantes”; “É bom eles ficarem na expectativa”; “A qualidade dos marchantes é muito boa”; “um grupo bastante amigo” e no qual muitos se conhecem “desde miúdos” e todos “dão opiniões”; “A melhor classificação é aquela que o júri nos quiser dar”</u></p> <p><u>Tânia Martins, 28 anos, marchante há 12, grávida de seis meses [2012]: “Eu disse logo que ia! Só se não me aceitassem...”; “Vai ser mais cansativo desfilar” do que em anos anteriores, “mas quem corre por gosto não se cansa”; e o bebé será marchante? “De certeza. Eu sou marchante e o pai também é marchante, mas por outro bairro. (...) Quando chegar à altura de ser mascote, vai ser difícil escolher por que marcha é que ele vai”</u></p> <p><u>Pedro Duarte, responsável pela marcha e membro da coletividade [2013]: “É tudo feito dentro do bairro”; “Só os músicos é que são pagos”</u></p> <p><u>Américo Silva, ensaiador [2013]: “A marcha é um risco: ou se corre o risco ou não se corre</u></p> <p><u>Cláudio Rações, 24 anos, marchante pela nona vez [2013]: “Já sou incapaz de deixar a marcha”; estreou-se após começar a namorar “por brincadeira” com a mulher que é hoje mãe do seu filho; filho, ao lado de quem já se imagina a marchar, “também é motivo para estar aqui”; “Há mais motivação, mais energia” ao desfilar na Avenida; trabalhar “para ganhar”</u></p> <p><u>Frederico Moura, marchante há três anos pela Bica, antigo campeão pela marcha da Kapa Rica, em Almada [2014]: marchas da capital estão num “patamar superior”; “O bairrismo é igual, mas entrar numa avenida de Lisboa é diferente”; decidiu participar por sugestão do ensaiador num evento de que “falavam muito”; “Foi a melhor coisa que eu fiz”; tradicional “volta pelo bairro”; “Ensaíamos sempre para ser campeões. E já devíamos ter sido no ano passado”</u></p>

	<p><u>Américo Silva, ensaiador [2014]:</u> “Por que não? Estamos sujeitos a isso [ganhar]”; “Vamos assim homenagear as varinas e os peixeiros que nasceram aqui e que aqui foram criados”; “fardas e arcos” vão ter um “tecido estampado”; “mais motivação, mais entrega”</p> <p><u>Américo Silva, ensaiador e ajudante na festa do bairro [2016]:</u> o seu bairro “não vive obcecado com uma boa classificação”; “Aqui, os filhos dos filhos vão para as marchas. Foi assim comigo e será assim. Durante estes meses, toda a gente no bairro quer participar. As marchas até acabam por tirar os mais novos dos tais maus caminhos, que toda a gente sabe que existem”</p>
<b>Campolide</b>	<p><u>Paulo César, ensaiador [2012]:</u> “O nosso objetivo nas Festas de Lisboa deste ano, como de resto tem acontecido sempre, é passar uma mensagem positiva, lembrando que a crise económica que hoje vivemos não é tudo e que um dia ela vai ter de acabar”; “Até mesmo os nossos arcos serão uma mistura de papel de jornal com materiais verdes, que simbolizam a esperança”; “Eu defendo uma coisa estranha, que o desfile das marchas não devia ser avaliado”; “Além do vencedor não ganhar nada na prática, o esquema só incita à violência e ao ódio, coisas que não deveriam estar presentes nestas festas”; “Todo o nosso esforço para tentar levar uma marcha alegre à Avenida foi facilitada pelo presidente da Junta de Campolide. Aliás, sem ele dificilmente conseguiríamos estar presentes nestas festas”</p> <p><u>Sandro Antunes, marchante há 14 anos, juntamente com a sua família [2012]:</u> “Nós não temos tanta tradição e por isso é normal que ganhem sempre bairros mais típicos, como é o caso de Alfama, Bairro Alto ou até mesmo a Bica. Mas esse também não é o nosso objetivo. O que queremos é divertir-nos naquela noite”; “Neste grupo é habitual haver pessoas de outros bairros a marchar, porque não se sente a rivalidade que existe noutras marchas”</p> <p><u>Marchante sobre outro marchante, Luís Loureiro [2014]:</u> “Lembra-se de como me pisava os pés”</p> <p><u>Luís Loureiro, 43 anos, marchante “há cinco ou seis” [2014]:</u> “Ao princípio, a gente pensa que é uma coisa fácil, mas depois...”; “Chega esta época e é especial. Gosto muito do meu bairro, da freguesia e da marcha”</p> <p><u>Hugo Barros, ensaiador [2014]:</u> “As nossas expectativas são ganhar”; “Vai ser uma marcha com muita alegria e inovações cenográficas e coreográficas”</p>
<b>Carnide</b>	<p><u>Teresa Martins, responsável pela marcha [2012]:</u> “Inicialmente tínhamos em mente que queríamos dedicar o tema aos comerciantes e mais tarde surgiu a ideia de nos centrarmos nesta panificação que é também uma marca da nossa história do bairro”; “Não poderíamos ser mais tradicionais na escolha do tema, agora não me pergunte mais pormenores que isso não poderei dizer”; “Somos tão bairristas que, às vezes, o facto de termos marchantes que não são naturais de Carnide provoca confusões”;</p> <p><u>Vítor Gomes, marchante há cinco anos [2012]:</u> Não sou de Carnide, vivo em Sacavém, mas quando chega a esta época do ano tenho mais garra do que muitas das pessoas que são naturais daqui”; irão vestidos de “amarelos, torrados e até dourados”</p> <p><u>Voz não identificada [2012]:</u> “Desculpe, agradecia que não fotografasse agora, porque estamos a experimentar os nossos sapatos”</p> <p><u>Graciete Cardinale, marchante desde 2005, cresceu em Carnide, vive há quatro anos no Alto do Pina [2014]:</u> “Carnide é Carnide”; “tem muita gente que é bairrista”</p> <p><u>Francisco Branquinho, ensaiador, estreantes nas marchas de Lisboa depois de ter ganho experiência nas de Setúbal [2014]:</u> “Qualquer lugar é bom”; vermelho – “cor da paixão” preto e branco – “as cores de Lisboa” são as mais presentes; “Vai ter muita cor, muita alegria, muito brilho e dignidade”; “Aqui sente-se mais o bairrismo” do que em Setúbal</p>
<b>Castelo</b>	<p><u>Carlos Alberto, diretor da coletividade e aguadeiro [2012]:</u> Os aguadeiros são muito importantes, não é só darem a água. Têm de dar os adereços, moral...”; “É como o ponto no teatro”; “Estamos aqui, eu e os outros aguadeiros, para irmos vendo como são as marcações”; “Nem ela [a ensaiadora] sabia que tinha tanto jeito para ensaiar”; “Nós não fazemos para ganhar, mas para sermos os melhores”</p> <p><u>Ana Raquel, ensaiadora [2012]:</u> “Eu faço o trabalho de casa. Idealizo o que gostava de fazer e vejo se funciona. Eles [os marchantes] são os meus pivôs”; “O passado é relativo, tanto pode ser anos como a semana passada”</p> <p><u>Alice Palmela, marchante mais antiga [2012]:</u> “Eu cresci a ver as marchas e é isso que me faz vir”</p>



	<p><u>Pedro Fonseca, responsável pela marcha há quatro anos [2013]:</u> “Procuramos que sejam pessoas do bairro, marchantes antigos e que tenham jeito para dançar”; uma marcha diversifica, somos sempre os melhores, preparamos um grande espetáculo visual e trabalhamos para ganhar!”</p> <p><u>Ana Fonseca, ensaiadora, mãe de Martim, de dois anos, mascote da marcha [2013]:</u> “Escolhemos as lavadeiras porque é algo tipicamente português, os soldados foi imposição do responsável que queria uma marcha com tambores e assim enamorados no castelo”; “bastante contente com este grupo, há amizade e respeito e isso é fundamental para ganharmos”</p> <p><u>Nuno Santos, 20 anos, marchante, antiga mascote, filho do marchante mais velho [2013]:</u> “Desde criança que sempre tive este sonho e, como cresci no bairro, sempre fez sentido juntar-me às marchas”; há “uma boa hipótese de ganhar. Se não conseguirmos, já fico feliz por participar”</p> <p><u>Alice Palmela, marchante há 26 anos pelo Castelo, madrinha de casamento de Rui Lopes e Carla Dourado, que se conheceram na marcha [2014]:</u> “É uma família”</p> <p><u>Hélder Carlos, ensaiador, após interregno de 11 anos [2014]:</u> “As varinas existiram por toda a Lisboa. E Lisboa nasceu onde? Nasceu com o castelo. Vamos homenagear as varinas que aqui viveram, casaram e aqui tiveram filhos”; “Não há nenhum bairro que não gostasse de ganhar”, mas o mais importante é que o conjunto seja “inovador” e “diferente”; “Às vezes gostava de fazer certas coisas que não se pode fazer, porque há regras a respeitar”</p> <p><u>Carla Dourado, marchante há 16 anos e residente desde sempre no Castelo [2014]:</u> “É um bairro muito pequeno, muito fechado sobre si próprio”</p> <p><u>Rui Lopes, casado com Carla Dourado [2014]:</u> “As pessoas estão aqui com um objetivo: defender e dignificar o seu bairro”</p>
<b>Graça</b>	<p><u>Vasco Cruz, diretor da coletividade [2012]:</u> “Ponha aí que é clube, não é grupo. Põem sempre grupo...”; “É sempre importante participar nesta tradição”</p> <p><u>Paulo Julião, ensaiador [2012]:</u> “Nós não estamos aqui com aquela competição que se vive nas marchas populares e nos bairros”; “É [possível ficar nos seis primeiros], depende do ponto de vista do júri. Já nos poderia ter sido possível em anos anteriores. Mas o júri vota com um âmbito também de gosto pessoal – eu também o faria –, e sabemos que não podemos agradar a todos”; “Só aqui no bairro existem cinco pátios e vilas”; figurino “estilizado (...), bastante popular, mas bastante inovador ao mesmo tempo”; “E o resto tem de ser segredo”; “Queremos fazer as coisas como deve ser, não queremos?”</p> <p><u>Maria Miguel, marchante há cinco anos [2012]:</u> Acho que é nisso que primamos pela diferença: pela boa-disposição”; “Quem entra, já não sai”</p> <p><u>Filipe Coelho, marchante há 12 anos, irmão de Maria Miguel [2012]:</u> “Nós acabamos por vir por amor ao bairro. A classificação [no concurso] acaba por ser um pouco irrelevante. Não é que seja desvalorizada...”; “Quem entra, já não sai”</p> <p><u>Marta Sirgado, marchante há quatro anos [2012]:</u> “Isto já é o nervosismo”</p> <p><u>Nelson Paulino, marchante [2012]:</u> “E nós aqui somos muito unidos, damo-nos todos bem”</p> <p><u>Vasco Cruz, ensaiador [2013]:</u> “Lutamos para ficar em primeiro lugar, sempre”; “Toda enfeitada, a colina faz lembrar um trono”</p> <p><u>Teresa Marina, 41 anos, desfilou pela primeira vez pela Graça aos 16, grávida em 2012 [2013]:</u> “No ano passado, fui porta-estandarte”; “Teria sido muito arriscado” ser marchante; “É um vício. Eu gosto muito disto”; “Já há amizades aqui de há muitos anos”; “Nada é impossível e já merecíamos” ganhar</p> <p><u>Susana, marchante [2013]:</u> “Vamos fazer um ano de casados no dia 12”; “Mas tenho a noção de que já disso isso [que marchava pela última vez] de outras vezes”</p> <p><u>Vasco Cruz, ensaiador [2014]:</u> “O objetivo é chegar ao primeiro lugar”; “Pessoal, isto não custa nada”; “Já está melhor</p> <p><u>Teresa Marina, 42 anos, marchante há 26 [2014]:</u> “Isto é um vício”; “convívio anual”; “Tenho um grande desgosto de ter São Vicente no B. I. [Bilhete de Identidade] na parte da morada”; “Cada ano é um ano. São pessoas diferentes, casos diferentes, ensaiadores diferentes”; “Nunca nos dão valor. Quem não se sente, não é filho de boa gente”</p>
<b>Lumiar</b>	<p><u>Carla Botão, responsável pela marcha [2013]:</u> “Havia anos em que estávamos no pavilhão, mesmo à porta para entrarmos, e eu ainda tinha cola nas mãos das últimas colagens na cenografia. Queria vestir-me e as minhas mãos colavam-se a tudo”; “Mas, este ano, vamos entrar em grande!”</p>

	<p><u>António Escolástico, pessoa que decidiu ressuscitar a marcha: [2013]:</u> “Neste grande ano de aposta para o Lumiar” os marchantes desfilarão “pintados” nos sete tons do arco-íris e vestidos de cornucópias e marinheiros, num “tributo a um dos ex-libris de Lisboa, as sete colinas que são beijadas pelo arco-íris em dias de chuva”</p> <p><u>Madalena Silva, 16 anos no dia 12 de junho, marchante pela primeira vez, antiga mascote [2013]:</u> “o grande dia da Avenida da Liberdade e de contacto com o público, nas ruas”; “Um sonho realizado e um orgulho estar na marcha”; “O meu pai era responsável pela construção dos arcos e a minha mãe era marchante, então eu desde bebé que vivo esta tradição”</p> <p><u>Vânia Esteves, marchante [2014]:</u> via as marchas em criança e dizia à mãe que era aquilo que “gostava de fazer”, não imaginava que cumpriria o seu desejo</p> <p><u>Artur Botão, responsável pela marca e presidente da coletividade [2014]:</u> “Esta atividade não tem tradição no bairro”; grupo tem vindo a tornar-se “mais jovem”; “A média de idades não andarà acima dos 30 anos”, enquanto no ano de estreia “o espetro etário [dos marchantes] era muito alargado, com muitas pessoas com mais de 60 anos”; “traz mais disponibilidade física e mental”; “a freguesia esteve de alguma forma ligada” à Revolução dos Cravos; “não é fácil” mas quer ficar “nos dez primeiros lugares”</p> <p><u>José Nunes, ensaiador [2014]:</u> “As mulheres vão estar vestidas de vendedoras de cravos e os homens de capitães de abril”; “apresentar um bom espetáculo”</p> <p><u>Ambiente [2014]:</u> “Vamos lá, devagarinho”</p>
<b>Madragoa</b>	<p><u>Paulo Santos / “Bravo”, responsável pela marcha [2012]:</u> “É a primeira vez que vamos levar arcos recicláveis e temos muitas surpresas como adereços em três dimensões”</p> <p><u>Nuno Catalim, 28 anos, marchante há 16 anos, pai era/é um dos marchantes mais conhecidos da Madragoa [2012]:</u> A paixão por estas festas não é apenas minha, já é algo da minha linhagem”; “Quem não ganhou o ano passado com aquela qualidade, não ganhará nunca, mas não é por isso que este ano não vamos de novo lutar pelo título”; “Marcho aqui há 16 anos e em todos eles surpreendemos na Avenida com as nossas coreografias arrojadas”; “Os desfiles estão a perder o sentido e o significado de ano para ano. Apesar de os bairros continuarem a apostar nesta tradição lisboeta, para mim em vez de marchas populares o que temos tido na Avenida é pura revista de rua”</p> <p><u>Paulo / “Bravo”, responsável pela marcha há mais de 13 anos [2013]:</u> Os candidatos a marchantes tinham de “saber minimamente marchar e dançar o vira. Penso que só temos duas pessoas que não são cá do bairro mas têm raízes e gostam de continuar com as tradições”; “O tema é a Madragoa na ‘Faina dos Novos Mundos’, porque a faina significa pescadores e somos exatamente isso e também porque está relacionada com as descobertas dos novos mundos pelos navegadores”</p> <p><u>Miguel Ribeiro, ensaiador [2013]:</u> “Preparados nunca estão, afinal de contas, a perfeição não existe. Mas penso que, tirando isso, estão muito bem, ainda há algumas coisas para limar e maior problema é mesmo os alinhamentos”</p> <p><u>Íluri Coelho, 14 anos, marcha pela primeira vez pela Madragoa [2013]:</u> “seu bairro”; “Estou a gostar desta experiência, espero vir nos próximos anos. Ajuda também estar com os meus amigos, somos pessoas do bairro e já nos conhecemos há muitos anos”; “Vamos ganhar, sem dúvida! Temos uma marcha muito bonita!”</p> <p><u>José Oliveira, marchante há mais de três décadas, pela Madragoa há quatro anos [2014]:</u> “chocado” quando soube que a Madragoa não iria mostrar a vivência da varina e do pescador</p> <p><u>Miguel Ribeiro, ensaiador [2014]:</u> “Vamos arriscar”; “Tem de se inovar”; “Há partes faladas em crioulo”; “Metade dos marchantes vão estar vestidos de fidalgos e a outra metade de escravos”</p> <p><u>João Santos, responsável pela marcha [2014]:</u> “Nunca imaginei”; “Fizemos castings, espalhámos cartazes” para conseguir envolver toda a freguesia da Estrela</p>
<b>Marvila</b>	<p><u>Rui Coito, responsável pela marcha [2012]:</u> “Nós sempre fomos muito originais, mesmo nas abordagens à nossa tradição”, “Aqui dizemos na brincadeira que podemos fazer duas marchas no dia 12; sobre a afluência de outros bairros: “isso revela a nossa grandeza e qualidade”; “Se cumprirmo o regulamento, o nosso trabalho vai ser premiado”</p>

	<p><u>António Escoval, marchante há 19 anos por Marvila, residente em Sacavém [2012]:</u> “Não sou daqui, mas este é o meu bairro. Durante todo o ano peno nestes dias”; “Eu não me considero bairrista porque vivo em Sacavém e sou natural de Barrancos, mas não é por isso que me falta a garra para representar esta gente maravilhosa”</p> <p><u>Ilda Matos, 35 anos, marchante há mais de 20, diretora da marcha [2013]:</u> desde o início de março, 50 marchantes “aplicam todos os esforços rumo à vitória”; fugia da mãe só para poder espreitar “um bocadinho do mundo de brilho e cor em que tanto queria participar”; “Apesar de privilegiarmos os mais antigos, recebemos muitos jovens que amam o bairro e que querem participar nesta tradição”; critério obrigatório é “estarem sempre disponíveis para entrar nesta grande aventura”</p> <p><u>Maria Santos, a “avó de Marvila”, marchante mais antiga [2013]:</u> 2008 “foi especial. Ganhámos as marchas e o meu pai faleceu. (...) Todos os desafios se ultrapassam com esforço e dedicação quando amamos marchar”</p> <p><u>Soraia Cardoso, 13 anos, marchante pela primeira vez, família de marchantes [2014]:</u> desde os oito anos que “fazia o lugar de marchante”; “Gosto muito da experiência”</p> <p><u>Nuno Lopes, ensaiador [2014]:</u> “É impossível falar-se de Marvila sem se falar do primeiro lugar”; “É assim que eles se vão apresentar – “traje domingueiro”: mulher toureira e ferrador de cavalos</p> <p><u>Responsável pela marcha de Marvila [2014]:</u> “Primeiro, nem aparecemos na tabela de classificação, depois parece que havia um erro e fizeram uma atualização e, depois, percebemos que tínhamos ficado em 12.º lugar”; “Quando saímos do pavilhão, todos, inclusivamente elementos de outras marchas, achámos que era para primeiro ou segundo lugar”</p>
<b>Mouraria</b>	<p><u>Carla Correia, responsável pela marcha há quatro anos, fora marchante durante 23 [2013]:</u> “Este ano tivemos algumas dificuldades em encontrar homens para marchar enquanto antigamente havia anos em que tínhamos duas marchas!”; “têm muito amor ao bairro, vão trazer orgulho para a Mouraria!”</p> <p><u>Fernando Santos, ensaiador [2013]:</u> foi “o prazer de usar as fardas antigas que inspirou fazermos uma marcha mais clássica. Se o júri apreciar algo com tradição vamos ter uma ótima pontuação. Agora podem gostar ou não”; esforçar-se ao máximo para trazer orgulho para “a sua gente”</p> <p><u>Raquel Lima, 27 anos, marchante há nove, uma das mais antigas [2013]:</u> o que a faz participar é o “gosto, orgulho e a grande vontade”; “Este ano a coreografia é diferente e teve de haver mais dedicação e empenho de toda a gente!”; “Este tema tem tudo a ver connosco, porque foi aqui que nasceu o Fado, e temos de ter orgulho naquilo que em Portugal se faz de melhor!”; “Gostaria de ficar nos três primeiros lugares, mas ganhar seria um sonho tornado realidade”</p> <p><u>Carla Correia, responsável pela marcha [2014]:</u> “Vai renovada”; “É mais trabalho, mais nervosismo, mais responsabilidade” do que esperava; “Antes, tínhamos gente para duas marchas, agora nem para uma”</p> <p><u>Maria João Dias, ensaiadora [2014]:</u> “A Mouraria não pode andar cá por baixo”; “Queremos chegar pelo menos à 5.ª posição”</p>
<b>Olivais</b>	<p><u>Carlos Santos, responsável pela marcha [2012]:</u> “O nosso objetivo não é levar um tema que todos tenham feito, como é o caso da calçada portuguesa, por exemplo. Queremos fazer o que ainda não foi feito e aproveitar para dar espetáculo”; “Temos um grupo muito ambicioso que, apesar de não representar um bairro tradicional, sabe que tem de ficar no pódio”; “Todas as cores de um arco-íris estarão presentes nas nossas roupas e nos adereços”; “Esperamos representar essa ligação dos dois países na Avenida”; “O que queremos este ano não é satisfazer os olivalenses, mas sim todos os lisboetas”</p> <p><u>Cláudia Patrocínio, 28 anos, marchante há 15 [2012]:</u> “A única razão que vejo para me considerarem tão típica é o facto de ter muita garra”</p> <p><u>Carlos Santos, responsável pela marcha [2013]:</u> “Este ano vamos ser os melhores!”</p> <p><u>José Pacheco, coreógrafo/ensaiador [2013]:</u> “Então, vamos começar ou não? Está na hora! Está na hora!”</p> <p><u>Madalena Silva, 46 anos, começou a marchar aos 13 por influência da avó e da mãe [2013]:</u> “Ganhei o bichinho e nunca mais parei”; “grande amor” é marchar”; “Aquilo ardia” quando os arcos transportavam velas “mas nós queríamos era marchar! Para a frente é que é Lisboa!”</p>

<b>Penha de França</b>	<p><u>Paulo Lemos, coordenador da marcha e membro da direção da coletividade [2012]:</u> “Vamos criar um musical dividido em três partes. (...) A primeira é uma celebração dos 80 anos das Marchas Populares e a segunda é uma homenagem ao fado – que este ano já é Património da Humanidade. Na terceira, entramos no nosso tema – o cinema – onde vamos recriar vários temas do cinema”</p> <p><u>José Carlos Mascarenhas, ensaiador [2012]:</u> “Tem a ver com o tema escolhido: ‘A Penha de França apresenta’ e tem tudo a ver com o tema escolhido”; “O segredo é a alma do negócio”; “Vamos contagiar o público nesta alegria que é a Penha de França”; “Apresentar um grande espetáculo e não se preocupar com a classificação”</p> <p><u>Grupo [2012]:</u> “Inovação é Penha de França!”</p> <p><u>Rita Dias, 35 anos, marchante há 16 [2012]:</u> “Acho que é um bairro com muito boa gente, somos muito unidos. Não é muito conflituoso. É um bairro muito bom para viver”</p> <p><u>Paulo Lemos, responsável pela marcha [2013]:</u> “Vamos retratar a procissão do Ferrolho”; cortejo partia da Sé e batia a todas as portas a convidar os moradores para “beber um copo” numa taberna; “vamos mostrar que somos diferentes”; “vai ser um grande espetáculo”</p> <p><u>José Carlos Mascarenhas, ensaiador [2013]:</u> fugir à típica sonoridade alfacinha “é um pouco no seguimento do que fizemos no ano passado”; “grupo excelente”, “tirem as capas”</p> <p><u>Diogo Silva, 32 anos, nascido no Brasil, residente em Portugal há 19 anos, membro de um grupo de folclore minhoto, marchante pela Penha de França há quatro anos [2013]:</u> “A nível de grupo é tudo muito parecido”</p>
<b>Santa Engrácia</b>	<p><u>Carlos Perdiz, responsável pela marcha e presidente da coletividade [2013]:</u> “Este ano o tema é Santa Engrácia máscara de sedução. É algo que tem que ver com uma determinada época, com uma grande história na freguesia”; marchantes que “se entregam e têm uma grande paixão. Não estamos obcecados com a classificação. Independentemente do resultado, para o ano estamos de volta”; “fazer sempre o melhor. Objetivo é sair das apresentações com a cabeça erguida”</p> <p><u>Sofia Silva, ensaiadora, mulher de Bruno Barros: [2013]</u> “Sou uma pessoa extremamente bairrista, comecei no bairro dos Olivais, quando tinha 13 anos até este ano em que decidi fazer uma pausa”; “o melhor que puderem”; “toca a cantar pessoal”; “Santa Engrácia é que é”</p> <p><u>Bruno Barros, ensaiador, marido de Sofia Silva [2013]:</u> “Já fui mascote, marchante, aguadeiro e agora sou ensaiador”, “o melhor que puderem”, “toca a cantar pessoal”, “Santa Engrácia é que é”</p> <p><u>Sérgio Paixão, 37 anos, marchante há 20, começou na Marcha Infantil d’A Voz do Operário e já representou Marvila e São Vicente [2013]:</u> “É o convívio, as amizades que se formam e depois a adrenalina de nos mostrarmos a todos”</p> <p><u>Glória Aguiar, 37 anos, marchante, mãe da mascote, de cinco anos [2014]:</u> “Ele já marchou de cabeça para baixo, agora vai como mascote”; “Gostava de um dia marchar lado a lado com ele”; “não é assim tão diferente” de um rancho folclórico</p> <p><u>Bruno Barros, ensaiador pelo quarto ano consecutivo [2014]:</u> “Vamos prestar uma bonita homenagem à nossa cidade e aos manjericos, que são tão típicos do Santo António”; “No ano em que o fiz [revelar o objetivo], saiu furado”; “Alinhados!”</p>
<b>São Vicente</b>	<p><u>Reinaldo Ventura, ensaiador [2012]:</u> “Nós amamos Lisboa por tudo aquilo que ela tem: os arraiais, o Fado, a sua estética”; “Vamos ter um figurino muito popular, muito lisboeta, muito estilizado. A alegria vai no fato e no marchante”; “Durante estes quatro dias que faltam, posso berrar, mas lá vou estar calado. Tudo depende de vocês: se fazemos ou não um resumo destes quatro meses. Não vamos deitar tudo a perder. Vamos deixar os nervos lá fora e fazer como deve ser”; classificação é “subjativa”; “Quando sairmos do Pavilhão Atlântico, temos de estar conscientes de que desempenhámos o nosso papel. A classificação fica ao critério do júri. Agora, se tivermos um desempenho excelente e depois tivermos uma classificação cá para baixo, já é diferente”</p> <p><u>Reinaldo Ventura, ensaiador / Bruno Santos, membro da comissão que gere a coletividade [2012]:</u> conjunto que marcha “por amor à camisola”</p> <p><u>João Ferreira, 33 anos, marchante há 16 anos por São Vicente [2012]:</u> “Nesta altura – nos últimos quinze dias de ensaios –, tenho de meter férias para poder participar a cem por cento”; “Apesar de ser um bairro pequeno, tem gente muito acolhedora”; “O Pavilhão Carlos Lopes era mais pequeno. Havia mais calor humano. Era mais acolhedor”</p> <p><u>Bruno Santos, responsável pela marcha e presidente da coletividade [2013]:</u> “Primeiro, pensámos que como queríamos os arcos e os figurinos e achámos que o azulejo entrava muito bem”; “há um painel” homónimo, do século XV, pintado a óleo; “Vocês são irmãos de causa e a causa é a marcha de São Vicente”; “Ficarmos melhor do que no ano passado [11.º] já era bom. O bom era ficar nos sete primeiros”</p>

	<p><u>Reinaldo Ventura, ensaiador [2013]:</u> “Temos ali os arcos, a força é sustentá-los. Tenham cuidado: sempre é menos uma hipótese que há de cederem”; “Entrem neste”; “Lá a roupa não vai prender”</p> <p><u>Fedra Maurício, companheira de Rúben Oliveira, residente em Sintra, marchante [2013]:</u> Voltar a desfilar por São Vicente “é um sonho tornado realidade”; “Conhecemo-nos na marcha”</p> <p><u>Rúben Oliveira, companheiro de Fedra Maurício, residente em Sintra, marchante [2013]:</u> “E o nosso filho foi concebido numa saída da marcha. Fomos a Lamego [fazer uma exibição] e ela engravidou”</p> <p><u>Bruno Santos, responsável pela organização das marchas [2014]:</u> avaliação é sempre algo “subjetivo”; “fundamental” para a sobrevivência da coletividade</p> <p><u>Reinaldo Ventura, ensaiador [2014]:</u> “Faz parte do nosso bairro”; “Vai ser um bom espetáculo. Que as pessoas gostem, que o júri goste e nos dê uma classificação adequada.”; “Há pessoas de fora que fazem o sacrifício. Como não há gente...”</p> <p><u>Milu, participante mais antiga [2014]:</u> “Somos muito unidos”; “A marcha não é só a Avenida”</p>
<b>Infantil</b>	<p><u>Vítor Agostinho, coordenador da marcha há 25 anos [2012]:</u> “Sempre temos muitas inscrições e aceitamos todas. Este ano por uma questão de racionalidade tivemos de aconselhar alguns alunos a participarem só no próximo ano, porque seria impossível fazer com todos os que tinham vontade de entrar no grupo”; “A única surpresa que conseguimos sempre na Avenida é mostrar que formamos um grupo de pequenos marchantes que acredita tanto como os grandes. É talvez isso que faz desta marcha uma ideia vencedora”; “Estou a ensinar e a criar motivação por uma tradição”</p> <p><u>Joana Ferreira, 12 anos, marchante há seis, está de muletas [2012]:</u> “Estar aqui significa muito para mim. A minha família já participava e, por isso, acho que sinto ainda mais este espírito”; “É um sonho para mim descer a Avenida da Liberdade. Sinto-me nervosa porque sei que não posso errar, mas é tão bom ouvir o que nos dizem as pessoas e ver os nossos pais gritar por nós”</p> <p><u>Vítor Agostinho, responsável pela marcha [2013]:</u> “Esta não é a marcha dos alunos da [Sociedade de Instrução e Beneficência] A Voz do Operário, é a marcha de Lisboa”; “As raparigas vão vestidas de varinas, os rapazes de aguadeiros”, “duas profissões já extintas”; “É também um projeto pedagógico”; “A diferença é o tamanho dos marchantes”; “Olha os pés”</p> <p><u>Marchante [2013]:</u> “Santo António, Alfama é padroeiro”</p> <p><u>Vítor Agostinho, responsável pela marcha [2014]:</u> “É normal” que brinquem em vez de ensaiar; “Eles é que são os verdadeiros heróis” por estarem a ensaiar no final do ano letivo, ao fim de um dia de escola; tema “é a continuação de algo que tem vindo a ser desenvolvido pelas escolas”; “A ideia é que continuem pelo menos a gostar das marchas populares da nossa cidade”</p> <p><u>Raquel Ventura, 16 anos, estreou-se aos 6 na Voz do Operário, marcha há 5 por São Vicente [2015]:</u> “A minha mãe queria muito que eu fosse. ‘Já que não vais nos grandes, vais nos pequeninos. Hás de chegar aos grandes’, disse-me.”</p> <p><u>Bruno Ferreira, 32 anos, estreou-se em 1993 pela Voz do Operário, desfila pela primeira vez por Alfama, depois de ter representado o Alto do Pina (onde foi campeão), São Vicente e a Mouraria [2015]:</u> “Ainda era no Pavilhão Carlos Lopes”; Ao marchar por um bairro “somos apoiados só pelo próprio agregado”</p> <p><u>Sara Baptista, 17 anos, começou na Voz do Operário, marcha por São Vicente [2015]:</u> “bichinho das marchas populares”; “provavelmente” não desfilaria se não tivesse começado ali; “Esta última semana tenho andado muito cansada. Eu tenho um horário muito complicado: depois da escola tenho explicações e a seguir outras atividades. Saio às nove de tudo e o ensaio é às nove e meia”; “Vale a pena” o esforço</p> <p><u>André Varela, 15 anos, começou na Voz do Operário, marcha há dois anos pela Graça [2015]:</u> “é complicado” ensaiar após um dia de escola</p>
<b>Mercados</b>	<p><u>Luísa Carvalho, responsável pela Marcha [2013]:</u> exibição no pavilhão “correu menos mal”, a avenida “vai correr melhor”; “Então quando entra a madrinha e todos gritam o</p>

	<p>nome dela”; “O tema é freguesa, quem me acaba o resto?”; pregão utilizado pelas vendedoras “e principalmente peixeiras”; “ainda se podia apregoar nos mercados”</p> <p><u>Anita Guerreiro, fadista e madrinha [2013]:</u> “É algo que não voltarei a ter na vida”; “Assim passo a ser madrinha de todos os bairros, porque há mercados em todos os bairros”; já defendeu “quase todos” os bairros desde 1954; “Estes ao menos já sabem que não vão ganhar”</p> <p><u>Humberto Jorge, 49 anos, marchante há seis pelos Mercados [2013]:</u> “Tenho aqui uma família muito grande. Amigos que nunca teria conhecido”</p> <p><u>Marchante [2013]:</u> “Ei! Ei! Ei! Os Mercados é que é!”</p> <p><u>Pedro Augusto, ensaiador [2014]:</u> “Acordem!”; “Têm de assumir a dinâmica: ‘Vou! Vou! Vou! Virei! Virei! Virei!’”; “A única diferença é que nós aqui começamos mais cedo a ensaiar”</p> <p><u>Anita Guerreiro, madrinha [2014]:</u> “É bonito” ser homenageada; “Quando eles perdiam, eu também sofria”, assim posso ser “madrinha de todos os bairros”; “Talvez seja o último ano”</p> <p><u>Anabela Barros, 48 anos, marchante, a par do marido e do filho [2014]:</u> “Aqui é mais descontraído. Fazemos o melhor que conseguimos”</p>
<b>Desfile na Avenida da Liberdade</b>	<p><u>Saci, presente com t-shirt da marcha de Alfama [2012]:</u> “Este ano é nosso”; depois dos arraiais nem será “preciso fazer perguntas” para que fale</p> <p><u>Marlene Pereira, residente no Brasil [2012]:</u> “Embora viva no Brasil, fiz questão de prolongar o regresso para poder assistir às marchas. É a primeira vez”; “Venho a Portugal todos os anos visitar a família e há muito que queria celebrar o Santo António”</p> <p><u>Diogo Silva, vende cerveja, natural de São João de Estoril [2012]:</u> “Se for como no Rock in Rio, estou feito”</p> <p><u>Natália Rodrigues, aguadeira [2013]:</u> “Está muito vento”; “Isto não está fácil”; “É melhor ser da primeira do que das últimas. Vou mais cedo para casa”</p> <p><u>Sandra Dias, aguadeira pelo terceiro ano consecutivo por Benfica [2013]:</u> “Elas ainda se estão a vestir”; “Costumo dizer que somos o pessoal da ferrugem”; “Somos a décima marcha a desfilar, a oitava a concurso”; “No ano passado, estava aqui um vendaval”; quer ganhar “mas aí está o Alto do Pina, com o ‘Mourinho das Marchas’</p> <p><u>José Carlos, soldador de adereços, desta vez no Lumiar, mas já o fez em Marvila, Beato e Baixa, entre outros [2013]:</u> “É um bocadinho complicado” com o vento; “pus um arame” para que não haja um acidente</p> <p><u>Rúben Fernandes [2013]:</u> “O [treinador de futebol José] Mourinho tem uma marcha?”</p> <p><u>Iris e David Henriques, público [2013]:</u> “É já uma tradição” sair do trabalho e ir para a Avenida na noite das marchas</p> <p><u>Olinda Matias, público, pela primeira vez [2013]:</u> “Já tinha visto na televisão”</p> <p><u>Marido de Olinda, público [2013]:</u> “Na televisão vê-se melhor”; “Ia com a minha mãe” ver o grupo vencedor exhibir-se às 03:00 na Rua do Ouro</p> <p><u>Fátima do Carmo, público, residente em Loures [2013]:</u> “Eu estou aqui é para ver os padrinhos”</p> <p><u>Marchante do Castelo, após escrever dedicatória a uma fã das Festas de Lisboa [2014]:</u> “Nunca tinha dado um autógrafo”</p> <p><u>Álvaro Henriques, aguadeiro da Bela Flor [2014]:</u> “Eu não me importo de vir cedo”; “A festa começa toda aqui”</p> <p><u>Paulo Bravo, aguadeiro da Madragoa [2014]:</u> “É melhor não arriscar [por causa do vento]”</p> <p><u>Aguadeiro do Beato [2014]:</u> “Isto só pode ser feito aqui”</p> <p><u>Maria de Fátima, vende manjericos no desfile das marchas há 10 anos [2014]:</u> “Não há dinheiro”; “Os mais pequenos são quatro euros e os maiores são cinco”; já tinha conseguido vender “um ou outro”</p> <p><u>Erminda Fradinho, público, residente em Mafra, chegou mais de uma hora antes [2014]:</u> “É para reservar o lugar”</p> <p><u>Virgínia Mirradinho, 78 anos, vende manjericos à janela, na Bica [2015]:</u> o negócio “está fraco”</p> <p><u>Ester Soares [2015]:</u> “Em Alfama”, as sardinhas “estão a dois euros”</p>

	<p><u>Glória Lobo, presidente do ZIP ZIP [2015]: “Começo a trabalhar logo de manhã e só vou acabar às seis, sete da manhã de sábado”</u></p> <p><u>Júlio Douglas, viajou de Moçambique para participar na Feira Nacional de Agricultura (Santarém), mas quis ver as festividades de Santo António [2015]: “Estou a gostar”; “Os turistas gostam muito”</u></p> <p><u>David Alcoze, turista (nativo) norte-americano a visitar pela primeira vez Portugal [2015]: “É bom para a autoestima das pessoas”; “Nós [nativos norte-americanos] também temos este tipo de encontros”; lá o vestuário “não é tão industrial”</u></p> <p><u>Almiro Pires, 70 anos, aguadeiro de São Domingos de Benfica, marcha que regressou após décadas de ausência [2015]: “É muito gratificantes”, “É engraçado estar por dentro”</u></p> <p><u>Teresa Parafusa, público, apoiante da Madragoa, por quem marchou até 1991 [2015]: “É uma noite especial”</u></p> <p><u>Manuel Domingos, aguadeiro da marcha do Bairro Alto, foi marchante durante “uns quarenta e pouco anos” [2016]: “Esta é a parte do convívio”; um aguadeiro “faz tudo menos dar águas”; “Faz todo o apoio logístico. Deve ser das pessoas mais importantes das marchas”, “Agora já não tenho capacidade de estar ali a fazer passos de ballet”; “Aqui é que se mostram as rivalidades, mas sadias. Fazem-se amizades para a vida. E grandes casamentos.”; “E estragos em casamentos também”</u></p> <p><u>Filipa Valente, público, com t-shirt “Grande é a marcha que Lisboa ilumina, Alto Pina 2016” [2016]: “É traquilo” ser campeã em título</u></p> <p><u>Filipa Grouva, marchante por Alfama pela terceira vez, antes pela Penha de França, mas, em 2014, esta não desfilou e ela e o marido decidiram escolher o bairro “do coração” (Alfama e Alto do Pina) [2016]</u></p> <p><u>Isabel Ferreira e Clóvis Rodrigues, turistas brasileiros, aperceberam-se dos Santos Populares quando, ao chegarem ao apartamento em Alfama, viram uma multidão na rua [2016]: “os meus avós [dela] eram de Trás-os-Montes, ainda se chama assim?”; “Tivemos de subir o morro [por não conseguirem chegar a casa de carro]”; “encantados” com Lisboa e a planejar voltar</u></p> <p><u>Colin McLennan (escocês) e Katie Furlas (inglesa), turistas, não sabiam o que era o Santo António, mas já tinham ouvido falar de um “grande festival” em Lisboa naquele fim de semana [2016]</u></p> <p><u>Carmelinda, 82 anos, residente em Alfama [2016]: Há mais estrangeiros este ano? “Há, então não há... E moram cá”</u></p>
<b>Cerimónia de entrega dos troféus</b>	<p><u>António Costa, presidente da CML [2013]: “Para o ano, já sei que não vou ouvir dizer ‘já sei que ganha o mesmo’”</u></p> <p><u>Carlos Mendonça, ensaiador [2013]: “Ao fim de 25 anos, chegou o momento de eu me retirar”</u></p>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares do *Diário de Notícias* consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

**Anexo V: Declarações ao *Público* sobre o concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016)**

<b>Alfama</b>	<p><u>Mário Pereira, membro integrante da comissão da marcha [2012]:</u> “após o 25 de Abril, uma comissão de moradores do bairro” deu o primeiro passo relativamente ao Centro Cultural Magalhães Lima; “Movimentámos aqui cerca de mil crianças” em volta de atividades físicas</p> <p><u>Graça Sequeira, ligada ao desfile há vários anos [2012]:</u> “É daqui que sai a marcha”; “A marcha ainda é o mais forte aqui no bairro. A marcha e o dia de Santo António”</p> <p><u>Catarina Gonçalves, 13 anos [2012]:</u> “Fui nascida, criada aqui, a minha família quase toda já foi na marcha. Já nasce dentro de nós”; A “meia dúzia” que cá se mantém fica pelo amor “à aldeia dentro da cidade” que os viu nascer e onde todos se entreatam”; “Mudar não. Acho que está bem assim, se não não era o bairro”</p> <p><u>Nélson Palma [2012]:</u> “Era um largo totalmente povoado, cheio de gente. Agora, as casas estão fechadas porque são devolutas. Todo o Bairro de Alfama está abandonado”</p>
<b>Parque das Nações</b>	<p><u>António Escolástico, responsável pela marcha [2014]:</u> “O desejo era sermos uma freguesia de Lisboa. Agora vem a marcha”</p>
<b>Campo de Ourique</b>	<p><u>Carlos Alberto Rodrigues, presidente da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo [2014]:</u> “Antes havia mais amor entre as pessoas, dormia-se na rua depois de uma boa sardinhada”; “Mas a política mete-se sempre na marcha, e nós nem com dançarinos. Alfama ganha sempre”; Campo de Ourique perdeu muita gente para a periferia e tornou-se “um bairro de ricos” sem iniciativa popular e desligado das coletividades; “O dilema é trazer gente nova para a associação”; “Naquele tempo era uma coisa estrondosa. Houve até um ano em que alguns homens foram vestidos de mulher e ninguém deu por ela”; “Quando houver condições para fazermos uma marcha muito bonita, fazemos”</p> <p><u>Virgínia Mota, 50 anos, vendedora de fruta no Mercado de Campo de Ourique [2014]:</u> “Mudou tudo. Há quinze anos havia as coletividades, aquele convívio. Hoje, não há bairrismo, ficou tudo muito pretensioso”; “Fiz parte da Marcha dos Mercados, acaba-se sempre por arranjar dinheiro, não há é quem tome a iniciativa”</p> <p><u>Alzira Silva, 84 anos, residente num pátio/vila [2014]:</u> “As pessoas velhas já se foram todas”; a marcha “era ajudada pela Funerária Barata”</p> <p><u>Teresa Silva, 44 anos, antiga marchante [2014]:</u> “O nosso bairro também devia estar representado”, “Era uma família, uma paródia, velhos tempos que já não voltam. Já não há ninguém que faça a marcha”; Aurélio Torres “punha o dinheiro do bolso dele”</p>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares do *Público* consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa



**Anexo VI:** Declarações ao *Observador* sobre o concurso das Marchas Populares de Lisboa (2012-2016)

<p><b>Parque das Nações</b></p>	<p><u>José Moreno, presidente da junta de freguesia [2014]:</u> “O sentimento de pertença a Lisboa já era muito forte e agora queremos integrar-nos no coração da cidade”; “Tudo isto tem representado um sem número de dificuldades que é preciso ir vencendo diariamente para nos aproximarmos de uma posição institucional regular”</p> <p><u>António Escolástico, diretor da marcha [2014]:</u> há “expectativa” por parte dos outros bairros e até “alguns mexericos” para evitar a participação; “Era o que faltava não podermos participar nas festas da nossa cidade. Nós dissemos logo, nem que seja atrás do carro do lixo, vamos desfilar na Avenida”; “Inspirei-me no que o Parque das Nações como Expo 98 representou para o mundo”; “Só faço isto [dar a letra] porque não estamos a concurso, se estivéssemos, era segredo”; “Não tenho receio nenhum da Avenida porque eles quando marcharem não têm o júri em cima deles, não ficam em lugar nenhum. É só festa por festa”; maior dificuldade: “arranjar marchantes”</p> <p><u>Letra da marcha do Parque das Nações [2014]:</u> “Parque das Nações, Parque das Nações / Nas tuas bandeiras há mil histórias seculares / Parque das Nações, Parque das Nações / É além fronteiras a cidadela dos mares”</p> <p><u>Francisco, advogado, natural de Évora, residente no Parque das Nações há nove meses, marchante pela primeira vez, tal como a mulher [2014]:</u> “nova experiência”; “É uma freguesia nova, é bom que se insira na tradição da cidade, é um bairro novo, com pessoas novas. Vai ser sempre difícil comparar-se com Alfama, mas é bom que se insira de alguma forma e que participe”; enaltece o esforço da organização em “disciplinar esta gente toda”; “Eu não conhecia ninguém, julgo que algumas pessoas serão nossas vizinhas”</p> <p><u>Gonçalo da Câmara Pereira, padrinho [2014]:</u> “Isto é uma animação”; “Eu sou dos mais antigos, se o António Calvário e o Artur Garcia não forem na marcha, sou o padrinho mais antigo”; “A cultura mais popular é a que mexe mais connosco, esta cultura das marchas está a dar uma união a esta freguesia como nunca teve. Vem juntar bairros que não têm nada a ver uns com os outros e faz esta amálgama e união entre as pessoas”</p> <p><u>Vasco Alves, da direção da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações [2014]:</u> “há um espírito bairrista muito forte”</p>
---------------------------------	--

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site* do *Observador*

**Anexo VII:** Declarações ao *Diário de Notícias* sobre a exposição dos Tronos de Santo António (2015-2016)

<b>CML/EGEAC</b>	<u>Pedro Teotónio Pereira, coordenador do Museu de Lisboa – Santo António [2017]:</u> “importante retrato sociocultural da cidade”; “diversidade de participação (...), num encontro de gerações, que envolveu desde artistas plásticos a pessoas comuns, passando por instituições, como os bombeiros e a polícia, diferentes e até comunidades de outros credos religiosos, como a indiana”; “uma das expressões mais originais do culto antoniano e da iconografia das festas da cidade”
<b>Trono de 12 metros, no Rossio</b>	<u>Rute Reimão, ilustradora, professora dos ateliers de artes plásticas da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, promotora do trono [2016]:</u> “tradição que se perdeu”; “é a nossa tradição em ponto grande (...), as nossas raízes, não as podemos negar”  <u>Miguel Coelho, presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior [2016]:</u> “trabalho intergeracional” tal como a manta que fora feita no ano anterior; promove “sentimento de pertença e autoestima”

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares do *Diário de Notícias* consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

**Anexo VIII:** Declarações ao *Público* sobre a exposição dos Tronos de Santo António  
(2015-2016)

<b>CML/EGEAC</b>	<u>Pedro Teotónio Pereira, coordenador do Museu de Lisboa – Santo António [2016]:</u> Participaram “coletividades, lojas, muita gente individual, crianças, pessoas mais velhas”; “as pessoas gostaram muito da ideia e adotaram-na logo”; “sempre houve” na cidade, principalmente em “bairros tradicionais”, quem continuasse a fazer tronos; “uma tradição que se ia perdendo”; “relançar”; “mais um argumento para as pessoas passearem por Lisboa e verem os bairros enfeitados”
<b>Participantes</b>	<p><u>Rita Wengorovius, artista plástica, 44 anos, integrou o BIP/ZIP responsável pelos tronos em Alcântara [2017]:</u> Nos bairros da Cascalheira e do Alvito Velho fazem da “arte um veículo para a inclusão social”; não só queriam “manter a tradição, como enriquecê-la”</p> <p><u>Rogério Oliveira, proprietário de um café em Santa Maria Maior, 47 anos, decorou com a mulher, pela primeira vez, um trono em 2016 [2017]:</u> “Pelos vistos, estava muito bom”; “adorei”</p> <p><u>Maria da Conceição Vaz, participou nas duas edições e ainda tinha, em fevereiro de 2017, o último trono em exposição no seu café, na Madragoa [2017]:</u> “Quando éramos miúdos fazíamos os nossos tronos com caixinhas de papelão com papelinhos às cores. E muitas florzinhas”; “Depois saíamos à rua e íamos pedir um tostão para o Santo António”; “uma pequena Lisboa nas escadinhas”; “pena de o desmanchar”</p>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos exemplares do *Público* consultados na Hemeroteca Municipal de Lisboa

**Anexo IX:** Declarações ao *Observador* sobre a exposição dos Tronos de Santo António (2015-2016)

<b>CML/EGEAC</b>	<p><u>Pedro Teotónio Pereira, coordenador do Museu de Lisboa – Santo António [2015]:</u> Objetivo era “retomar as tradições de Lisboa” e “relançar esta ideia dos Tronos de Santo António”; criar oportunidade para que “as pessoas mais velhas pudessem explicar aos mais novos como é que era feito e, no fundo, criar uma relação intergeracional”; “memória coletiva”; “é uma tradição que se manteve em Lisboa”; “uma tradição muito lisboeta”; “O trono consegue reunir este lado mais religioso, mas também o lado mais profano das tradições associadas ao Santo António”</p> <p><u>Joana Gomes Cardoso, presidente do Conselho de Administração da EGEAC [2016]:</u> na apresentação do livro-álbum - “o objetivo era recuperar uma tradição antiga, valorizar a memória e com ela o cruzamento geracional (...) e estimular a criatividade”; a EGEAC pretendeu criar “algo que fosse realmente popular”</p> <p><u>Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura [2016]:</u> na apresentação do livro-álbum - “É uma iniciativa que veio para ficar”; “É muito importante promover este lado da cultura popular”</p>
<b>Participantes</b>	<p><u>Ercílio Natálio, da Associação de Artesãos de Lisboa, “imigrante de Ferreira do Zêzere” [2015]:</u> “uma tradição de Lisboa que se ia perdendo”; “As associações deviam tomar mais iniciativas. Isto das estruturas foi ótimo”; “Devia haver mais concursos”; comparação com as marchas: “Passou para os filhos e depois para os netos. Com os tronos podia ser a mesma coisa”</p> <p><u>Empregada do restaurante Porta de Alfama, onde é anualmente colocado um trono, sem qualquer apoio municipal [2015]:</u> “Acho que este ano vamos ter de comprar outra [bilha]. Todos os anos, no final de junho, partimos a bilha e deixamos o dinheiro na caixa de esmolas da Igreja de Santo António. Porque também temos as nossas rezas para fazer”; “As pessoas são muito devotas, até os turistas. Deixam sempre uma moedinha”;</p>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da consulta do *site* do *Observador*